



SUL AMERICANA DE METAIS S.A.

**GRÃO MOGOL, PADRE CARVALHO, FRUTA DE LEITE, NOVORIZONTE,
SALINAS, CURRAL DE DENTRO, TAIUBEIRAS, BERIZAL, ÁGUAS
VERMELHAS/MG E CANDIDO SALES, ENCRUZILHADA, VITÓRIA DA
CONQUISTA, RIBEIRÃO DO LARGO, ITAMBÉ, ITAPETINGA, ITAJU DO
COLÔNIA, ITAPÉ, IBICARAÍ, ITAJUIPE, ITABUNA, BARRO PRETO E
ILHÉUS/ BA**

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA

PROJETO VALE DO RIO PARDO

MÓDULO 11 - MEIO SOCIOECONÔMICO MINERODUTO

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR E EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELOS ESTUDOS AMBIENTAIS

Empresa responsável pelo empreendimento

| EMPRESA RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO | |
|---|--|
| Razão social | SUL AMERICANA DE METAIS S.A. |
| CNPJ | 08.289.492/0001-99 |
| Inscrição Estadual | Isento |
| Inscrição Municipal | - |
| Endereço completo | Rodovia Salinas / Taiobeiras, 60 - Bairro Novo Panorama, CEP 39560-000, Salinas/MG |
| CTF no IBAMA | 4896097 |

| PESSOAS PARA CONTATO | |
|-----------------------|--|
| Nomes | Haroldo Freischfresser - CPF 013.993.988-14 Marco Túlio Naves de Carvalho - CPF 428.749.121-15 |
| Endereço | Avenida das Nações Unidas, 1.251 - 18º andar - Conj. 1801, Brooklin - São Paulo - SP - CEP 04578-903 |
| Cargo / função | Haroldo Freischfresser - Presidente Marco Túlio Naves de Carvalho - Diretor de Geologia e Meio Ambiente |
| Telefone(s) | (11) 3043-8811 e Fax (11) 3043-8810 |
| Endereços eletrônicos | haroldo.fleisch@sammetais.com.br marco.tulio@sammetais.com.br |
| Representante Legal | Haroldo Freischfresser |
| CPF | 428.749.121-15 |
| CTF no IBAMA | 294127 |
| Endereço | Avenida das Nações Unidas, 1.251 - 18º andar - Conj. 1801, Brooklin - São Paulo - SP - CEP 04578-903 |
| Telefone e Fax | (11) 3043-8811 e Fax (11) 3043-8810 |
| Email | haroldo.fleisch@sammetais.com.br |

EMPRESA RESPONSÁVEL PELO ESTUDO

| EMPRESA RESPONSÁVEL POR ESTE RELATÓRIO | | | |
|---|----------------------------|-----------------|-------------------|
| Razão social: | Brandt Meio Ambiente Ltda. | http: | www.brandt.com.br |
| CNPJ: | 71.061.162/0001-88 | Diretor: | Sérgio Avelar |
| Nova Lima / MG - Alameda do Ingá, 89 - Vale do Sereno - 34 000 000 - Nova Lima - MG - Tel (31) 3071 7000 - Fax (31) 3071 7002 - bma@brandt.com.br | | | |

| EQUIPE TÉCNICA DA BRANDT MEIO AMBIENTE | | |
|---|---|---|
| ESTA EQUIPE PARTICIPOU DA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO E RESPONSABILIZA-SE TÉCNICAMENTE POR SUAS RESPECTIVAS ÁREAS | | |
| TÉCNICO | FORMAÇÃO / REGISTRO PROFISSIONAL | RESPONSABILIDADE NO PROJETO |
| Tiago Alves | Antropólogo MsC. Antropologia Social e Arqueologia | Coordenação do Meio Socioeconômico - Definição de Áreas de Estudo, Metodologia; Elaboração do Diagnóstico de Lazer, Organização Social, Comunidades Tradicionais e Patrimônio Cultural (Material, Imaterial e Arqueológico). Integração do diagnóstico. |
| João Paulo N. Modesto | Sociólogo Esp. Sustentabilidade e Responsabilidade Social | Desenvolvimento do Diagnóstico de Demografia, Economia, Estrutura Produtiva, Estrutura Ocupacional, Finanças Públicas, Pesquisa de Percepção e Segurança Pública. |
| Viviane Freitas | Geógrafa Esp. Educação Ambiental CREA | Desenvolvimento do Diagnóstico de Uso e Ocupação do Solo, Diagnóstico de Educação e saúde. Revisão do documento |
| Ana Carolina R. Cunha | Arqueóloga MsC. Pré-História e Arte Rupestre | Desenvolvimento do Diagnóstico de Patrimônio Cultural (Material, Imaterial e Arqueológico) |
| Milene Cristina Costa | Geógrafa | Apoio ao desenvolvimento da Pesquisa de Percepção e uso da água |
| Willy César Souza | Bacharelado em Geografia Estagiário do Meio Socioeconômico | Apoio ao Desenvolvimento do Diagnóstico - Sistematização de dados |
| PRODUÇÃO GRÁFICA | Gustavo Freitas | Assistente de produção |
| | Leonardo Ferreira | Assistente de produção |
| | Eli Lemos | Gerenciamento / edição |

ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| 1 - APRESENTAÇÃO | 11 |
| 2 - METODOLOGIA | 13 |
| 2.1 Metodologias Específicas | 14 |
| 3 - ÁREA DE ESTUDO | 15 |
| 4 - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS | 17 |
| 4.1 - Distribuição e mapeamento da população | 17 |
| 4.1.1 - Projeção demográfica para o ano de 2020 | 22 |
| 4.1.2 - Distribuição da População segundo a localização dos domicílios | 23 |
| 4.1.3 - Perfil demográfico dos municípios da Área de Estudo | 26 |
| 4.1.4 - Perfil demográfico segundo as taxas de urbanização dos municípios da Área de Estudo | 28 |
| 4.1.5 - Perfil demográfico dos municípios segundo a classe de tamanho | 29 |
| 4.1.6 - Distribuição da população segundo gênero | 30 |
| 4.1.7 - Estrutura Etária - Razão de Dependência | 32 |
| 4.1.8 - Densidade Demográfica | 34 |
| 4.1.9 - Movimentos migratórios | 35 |
| 4.1.10 - Imigração | 36 |
| 4.1.11 - Emigração | 41 |
| 4.1.12 - Imigração por tempo de residência | 43 |
| 4.1.13 - Deslocamentos pendulares | 44 |
| 5 - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO | 47 |
| 5.1 - Caracterização da Paisagem | 47 |
| 5.2 - Principais culturas agrícolas | 47 |
| 5.2.1 - Agricultura - Lavoura Permanente | 47 |
| 5.2.2 - Lavouras temporárias | 50 |
| 5.3 - Pecuária | 54 |
| 5.4 - Produtos de origem Animal | 58 |
| 5.5 - Estrutura Fundiária | 59 |
| 5.6 - Utilização das terras | 63 |
| 5.7 - Caracterização da paisagem do entorno da Área de Estudo: comunidades do entorno, superficiais, atividades econômicas e pontos de interesse cultural e histórico | 68 |
| 5.7.1 - Caracterização do entorno segundo o uso e ocupação do solo dos municípios mineiros | 69 |
| 5.8 - Caracterização da paisagem urbana | 101 |
| 5.8.1 - Caracterização da área diretamente afetada segundo o uso e ocupação do solo | 104 |
| 5.9 - Análise histórica e descritiva da evolução da ocupação humana dos municípios interceptados pelo mineroduto | 119 |
| 6 - USOS DA ÁGUA | 135 |
| 6.1 - Abastecimento de água | 138 |
| 6.2 - Restrição de Água | 139 |
| 6.3 - Infra-Estrutura e Organização Política concernente ao Uso da Água | 141 |
| 7 - ASPECTOS ECONÔMICOS | 143 |
| 7.1 - Estrutura Produtiva e de Serviços | 143 |
| 7.1.1 - Produto Interno Bruto (PIB) | 143 |
| 7.1.2 - Atividades Econômicas | 146 |
| 7.1.2.1 - Indústrias | 146 |
| 7.1.2.2 - Serviços | 147 |
| 7.1.2.3 - Agricultura de Subsistência | 149 |
| 7.2 - Estrutura Ocupacional | 152 |
| 7.3 - Finanças Públicas Municipais | 165 |
| 8 - NÍVEL DE VIDA | 169 |
| 8.1 Educação | 169 |
| 8.1.1 - Infraestrutura do sistema educacional | 169 |
| 8.1.2 - Avaliação da qualidade do ensino nos municípios da Área de Estudo segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB | 174 |
| 8.1.2.1 - Ensino Superior | 176 |

| | |
|---|-----|
| 8.1.2.2 - Ensino Profissionalizante | 178 |
| 8.1.2.3 - Ensino Técnico | 179 |
| 8.1.3 - Nível educacional da população | 179 |
| 8.1.4 - Análise de cenários - Demandas e projeções da Educação na Área de Estudo | 184 |
| 8.2 Saúde..... | 186 |
| 8.2.1 - Infraestrutura do sistema de saúde | 187 |
| 8.2.2 - Morbidade hospitalar e Mortalidade | 197 |
| 8.2.3 - Mortalidade Infantil e Prevalência de desnutrição infantil | 203 |
| 8.2.4 - Índice Mineiro de Responsabilidade Social e Índice FIRJAN - dimensão saúde..... | 204 |
| 9 - ORGANIZAÇÃO SOCIAL..... | 207 |
| 10 - COMUNIDADES POTENCIALMENTE TRADICIONAIS | 210 |
| 11 - PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO | 211 |
| 11.1 - Águas Vermelhas | 213 |
| 11.2 - Barro Preto..... | 214 |
| 11.3 - Cândido Sales..... | 216 |
| 11.4 - Encruzilhada | 217 |
| 11.5 - Ibicaraí | 218 |
| 11.6 - Ilhéus | 219 |
| 11.7 - Itambé | 221 |
| 11.8 - Itapé | 224 |
| 11.9 - Itapetinga | 225 |
| 11.10 - Ribeirão do Largo | 226 |
| 11.11 - Salinas | 227 |
| 11.12 - Taiobeiras | 228 |
| 11.13 - Vitória da Conquista | 229 |
| 12 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL..... | 232 |
| 12.1 - Atividades desenvolvidas | 232 |
| 12.2 - Breve histórico | 234 |
| 12.2.1 Períodos da pré-história do Brasil Central | 234 |
| 12.3 - Contextualização Histórica | 235 |
| 12.4 - Patrimônio cultural material | 236 |
| 12.5 - Patrimônio arqueológico..... | 238 |
| 12.5.1 - Sítios registrados no Cadastro Nacional de Sítios arqueológicos - IPHAN | 238 |
| 12.5.2 Etnohistória da Área de Estudo do Projeto Vale do Rio Pardo | 240 |
| 12.6 - Sítios Arqueológicos e Ocorrências na Área de Estudo | 242 |
| 12.7 - Recomendações..... | 247 |
| 13- ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO | 248 |
| Componente Humano..... | 248 |
| Componente Institucional | 251 |
| Componente Produtivo | 255 |
| Potencialidade Social..... | 257 |
| 14 - SEGURANÇA PÚBLICA | 259 |
| 14.1 - Taxas de Criminalidade | 259 |
| 14.2 - Infraestrutura..... | 262 |
| 15 - ANÁLISE INTEGRADA DO MEIO SOCIOECONÔMICO | 265 |
| 15 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 267 |
| ANEXOS | 268 |
| ANEXO 1 - PROTOCOLO DO DIAGNÓSTICO NO IPHAN..... | 269 |
| ANEXO 2 - DIAGNÓSTICO DAS COMUNIDADES POTENCIALMENTE TRADICIONAIS | 271 |
| ANEXO 3 - CADASTRAMENTO DE SUPERFICIÁRIOS..... | 273 |

Quadros

| | |
|---|-----|
| QUADRO 4.1 - Evolução Demográfica dos municípios da AE | 18 |
| QUADRO 4.2: Taxa de crescimento por período censitário e distribuição da população | 21 |
| QUADRO 4.3 - Estimativa populacional para 2020 segundo a localização da população..... | 23 |
| QUADRO 4.4 - Evolução da taxa de urbanização | 25 |
| QUADRO 4.5 - Distribuição dos municípios segundo porte demográfico | 30 |
| QUADRO 4.6 - Distribuição da população segundo gênero..... | 31 |
| QUADRO 4.7 - Estrutura Etária e Razão de Dependência dos Municípios em Estudo | 33 |
| QUADRO 4.8 - Densidade Demográfica dos municípios da Área de Estudo..... | 34 |
| QUADRO 4.9 - Fluxo Imigratório na Área de Estudo..... | 38 |
| QUADRO 4.10 - Fluxo emigratório na Área de Estudo..... | 42 |
| QUADRO 4.11 - Imigração por tempo de residência | 44 |
| QUADRO 4.12 - Pessoas que realizavam deslocamentos pendulares | 46 |
| QUADRO 5.1 - Principais culturas permanentes dos municípios da Área de Estudo..... | 48 |
| QUADRO 5.2 - Principais culturas temporárias dos municípios da Área de Estudo..... | 50 |
| QUADRO 5.3 - Silvicultura | 53 |
| QUADRO 5.4 - Produção da pecuária na área de estudo. | 56 |
| QUADRO 5.5 - Produtos de origem animal..... | 58 |
| QUADRO 5.6 - Estabelecimentos agropecuários | 60 |
| QUADRO 5.7 - Estabelecimentos e respectivas área, por classes da atividade econômica, por Município - 2006..... | 64 |
| QUADRO 5.8 - Estabelecimentos agropecuários segundo o perfil de produção. | 67 |
| QUADRO 5.9 - Distância percorrida em cada município | 103 |
| QUADRO 5.10 - Tipologias espaciais da área diretamente afetada..... | 104 |
| QUADRO 6.1 - Usos da Água na Área de Estudo do Mineroduto..... | 135 |
| QUADRO 6.2 - Abastecimento de água ao longo da área de estudo influência do mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo..... | 138 |
| QUADRO 6.3 - Restrição de Água por parte da população..... | 139 |
| QUADRO 6.4 - Tratamento da Água e Comitê de Bacia Hidrográfica..... | 141 |
| QUADRO 7.1 - PIB e componentes formadores nos municípios da AE em 2008..... | 144 |
| QUADRO 7.2 - Participação de cada setor na formação do PIB Municipal dos municípios da AE em 2008. | 145 |

| | |
|---|-----|
| QUADRO 7.3 - Indústrias presentes nos municípios da AE em 2009 | 146 |
| QUADRO 7.4 - Principais estabelecimentos de serviços nos municípios da AE em 2009. | 148 |
| QUADRO 7.5 - Pequenas propriedades por tipo de cultura na Área de Estudo do Mineroduto em 2006..... | 150 |
| QUADRO 7.6 - PEA, POC e Taxa de Ocupação na AE em 2000 | 152 |
| QUADRO 7.7 - População Ocupada, por sexo e faixa etária, na AE do mineroduto em 2000 | 154 |
| QUADRO 7.8 - Pessoal Ocupado por setor de atividade na AE em 2000 | 158 |
| QUADRO 7.9 - População Ocupada, por tipo de vinculação trabalhista, na AE em 2000..... | 160 |
| QUADRO 7.10 - População Ocupada, por classe de rendimento, na AE em 2000 | 163 |
| QUADRO 7.11 - Receitas Públicas Municipais da AE do mineroduto em 2010..... | 166 |
| QUADRO 8.1 - Infraestrutura dos sistema educacional..... | 170 |
| QUADRO 8.2 - Indicador de Desempenho da Educação Básica - IDEB/2007 | 175 |
| QUADRO 8.3 - Nível Educacional da População..... | 181 |
| QUADRO 8.4 - Analfabetismo por sexo | 182 |
| QUADRO 8.5 - Taxa de alfabetização por idade | 183 |
| QUADRO 8.6- Condição de acesso à saúde na Área de Estudo | 189 |
| QUADRO 8.7 - Recursos do sistema de saúde na Área de Estudo..... | 193 |
| QUADRO 8.8 - Principais causas de morbidade hospitalar..... | 200 |
| QUADRO 8.9 - Principais causas de mortalidade..... | 202 |
| QUADRO 8.10 - Situação da saúde da infância nos municípios da Área de Estudo..... | 203 |
| QUADRO 8.11 - Índice Mineiro de Responsabilidade Social e Índice FIRJAN | 206 |
| QUADRO 12.1 - Sítios arqueológicos localizados nos municípios do projeto..... | 238 |
| Fonte: IPHAN: Banco de Dados. Disponível em: http://www.iphan.gov.br | 238 |
| QUADRO 12.2 - Sítios arqueológicos inseridos no município de Grão Mogol | 239 |
| QUADRO 12.3 - Sítios Arqueológicos registrados no CNSA em Fruta de Leite | 240 |
| QUADRO 12.4 - Comunidades e Povos residentes na região do Projeto Vale do Rio Pardo. | 241 |
| QUADRO 12.5 - Ocorrências Pré-históricas | 243 |
| QUADRO 12.6 - Ocorrências Históricas | 243 |
| QUADRO 13.1 - Fatores Condicionantes, e seus respectivos indicadores, do Componente Institucional..... | 251 |
| QUADRO 14.1 - Homicídios e taxa de homicídios por cem mil habitantes nos municípios da área de estudo do mineroduto | 261 |
| QUADRO 14.2 - Indicadores de Segurança Pública dos municípios de Minas Gerais..... | 263 |
| QUADRO 14.3 - Efetivo policial dos municípios baianos do mineroduto..... | 264 |

Figuras

| | |
|--|-----|
| FIGURA 3.1 - Área de Estudo do Meio Socioeconômico para Diagnóstico do Mineroduto e Estação de Desaguamento..... | 16 |
| FIGURA 4.1 - Distribuição da População da Área de Estudo em função do domicílio | 24 |
| FIGURA 4.2 - Distribuição dos municípios segundo a localização da sua população | 29 |
| FIGURA 7.1 - Participação do FPM nas Receitas Correntes dos municípios da AE do mineroduto em 2010 | 168 |
| FIGURA 12.1 - Mapa de Localização do Patrimônio Arqueológico na Área de Estudo do Mineroduto..... | 244 |
| FIGURA 13.1 - MAPA DE COMPONENTE HUMANO..... | 250 |
| FIGURA 13.2 - MAPA DE COMPONENTE INSTITUCIONAL | 253 |
| FIGURA 13.3 - MAPA DE COMPONENTE PRODUTIVO | 256 |
| FIGURA 13.4 - MAPA DE POTENCIALIDADE SOCIAL..... | 258 |

1 - APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Ambiental do Meio Socioeconômico pertinente ao cenário de implantação do mineroduto, dispositivo associado ao projeto Vale do Rio Pardo, busca ordenar e apresentar os principais elementos sociais, econômicos e culturais inerentes às municipalidades impactadas pelo empreendimento. A seleção dessa abordagem focalizada justifica-se pela necessidade de instrumentalização dos dados e, em conjunto ao diagnóstico ambiental do complexo minerário, permitirá a construção de um prognóstico dos impactos ambientais, confluindo para a proposição de medidas mitigadoras, compensatórias e potencializadoras efetivas a cada realidade influenciada.

Nessa medida, em estrita observância ao Termo de Referência IBAMA, emitido em Agosto de 2010, com suas alterações apresentadas no Módulo 1 desse EIA/RIMA, serão abordados os seguintes tópicos: (i) Metodologia; (ii) Área de Estudo; (iii) Aspectos Demográficos; (iv) Uso e Ocupação do Solo; (v) Usos da Água; (vi) Aspectos Econômicos; (vii) Nível de Vida da população; (viii) Organização Social; (ix) Comunidades Potencialmente Tradicionais; (x) Percepção da População e; (xi) Patrimônio Histórico-Cultural e Arqueológico. Os temas tratados serão analisados sob a luz do princípio da Análise Social Integrada.

Em termos técnicos, há diferenças na abordagem do Diagnóstico Ambiental no mineroduto em comparação aos estudos efetuados na Mina. Pelas características locais do empreendimento, alguns elementos foram suprimidos, conforme alterações no Termo de Referência, e outros, fundamentais a caracterização social, econômica e cultural sobre possível influência do empreendimento, foram mantidos ou potencializados. A estrutura geral do documento mantém uma linha única, permitindo a avaliação comparativa das informações, as quais confluirão para uma única análise de impactos ambientais.

A condução do processo analítico será pautada por análises compartmentadas em níveis geográficos. Como será discutido e apresentado no tópico concernente à construção da Área de Estudo, haverá dois níveis básicos de análise. O primeiro remete as dimensões submetidas a alterações espaciais provenientes da instalação do mineroduto, compreendidas como as propriedades e setores censitários sobre as quais se cruzam aspectos ambientais do projeto. Ademais, considerar-se-á, como limite da influência espacial do empreendimento, os municípios interceptados pelo projeto. Nesse cenário, alguns temas tendem a ganhar grande destaque, como a identificação de comunidades potencialmente tradicionais, os usos do solo e da água nas dimensões pesquisadas, interferências sobre as formas do patrimônio e percepção das lideranças de comunidades situadas nas cercanias da área pretendida para instalação do dispositivo. A busca cardeal do processo é proporcionar a elaboração de um estudo conclusivo, calcado nas realidades mais suscetíveis às possíveis influências espaciais do pleiteante empreendimento.

Por fim, é preciso considerar, ainda, a estruturação dos tópicos patrimônio histórico-cultural e arqueológico inseridos no Módulo 14, percepção socioambiental(item 11 deste diagnóstico)e comunidades potencialmente tradicionais (Anexo 2). Como se tratam de abordagens específicas, com desenvolvimentos e escopos particulares, esses três relatórios técnicos complementares foram inseridos separadamente do corpo do diagnóstico. As sínteses, contudo, são apresentadas ao longo desse diagnóstico. Na sequência, apresentam-se as discussões pertinentes ao Diagnóstico Ambiental do Meio Socioeconômico na região do mineroduto - Projeto Vale do Rio Pardo.

2 - METODOLOGIA

A metodologia que norteou a elaboração do presente Diagnóstico Ambiental buscou alinhar e conjugar levantamentos primários e secundários. A pesquisa de dados primários contou com visitas às áreas do mineroduto, com enfoque para os componentes-síntese mais relevantes a compreensão da espacialidade pesquisada, como uso e ocupação do solo, comunidades potencialmente tradicionais, percepção e patrimônio. A pesquisa de percepção, dessemelhante ao processo utilizado nos municípios da Mina, fora focada em percepções qualitativas obtidas junto aos representantes e lideranças das comunidades situadas nas imediações do traçado. Nas prefeituras e órgãos da administração pública, foram realizadas pesquisas intensivas, com intuito de obter e analisar as legislações municipais pertinentes, com enfoque na existência e análise dos planos diretores municipais, além da questão hídrica.

Os dados secundários foram levantados através de uma extensa e aprofundada pesquisa junto aos órgãos públicos estaduais e federais, visando obter dados atualizados e consolidados sobre os aspectos demográficos, econômicos e sociais que caracterizam e condicionam a vida cotidiana destes. Há de se ressaltar que, até o momento da finalização do estudo, todos os dados divulgados pelo CENSO IBGE 2010 foram agregados e analisados.

Em perspectiva, o estudo de impacto ambiental em tela contempla e considera como parte integrante do processo, todos os aspectos e elementos correlacionados ao mineroduto, como a estação de desaguamento, em Ilhéus. Nessa região, executaram-se campos adicionais, no componente-síntese uso e ocupação do solo, para conhecimento das dinâmicas culturais inerentes aos grupos locais.

A partir da extensão e objetivos do Diagnóstico Socioeconômico, optou-se por elaborar três estudos técnicos complementares, abordando o Patrimônio Histórico-Cultural (material, imaterial e arqueológico), além dos componentes-sínteses, Percepção Socioambiental e Comunidades Tradicionais. Esses temas, além de extensos, respondem a objetivos específicos, possuindo, igualmente, metodologias peculiares. Esses processos serão apresentados em cada Relatório Técnico Complementar módulo 16, anexo 2 e item 11 desse módulo.

Preliminarmente, a metodologia de pesquisa social baseia-se na Análise Social Integrada, um conceito criado pelo sociólogo A. Mercedez, em 1991, focado na construção de leituras sociais integradas em função de um processo crítico estabelecido. A correlação entre o possível empreendimento e os sistemas sociais locais emerge de uma visão weberiana - em uma sociedade composta por esferas dotadas de maior ou menor possibilidade de interação - as quais se articulam em função das preferências e modos da agência individual. Nesse contexto, busca-se estabelecer tendências e cenários, reificados na análise de impacto ambiental.

Os modos básicos de pesquisa foram compostos por entrevistas estruturadas em profundidade e mapeamento da paisagem cultural. Ademais, avaliaram-se dados socioeconômicos disponíveis em bancos de instituições de pesquisa. Por entrevistas em profundidade, entende-se a relação de dados coletados junto aos agentes institucionais e lideranças da região do mineroduto com profundo embasamento qualitativo. Os entrevistados, nesse tipo de pesquisa, são incentivados a descreverem abertamente todas as vivências experimentadas no cotidiano, abordando, concomitantemente, problemas, desafios, demandas e oportunidades vislumbradas pelas comunidades. O resultado é uma pesquisa ampliada, com características macrocômicas e coletivas, capaz de reordenar as leituras sociais decorrente da análise de dados secundários e institucionais. As pesquisas estruturadas ocorreram nas comunidades quilombolas, onde se buscava sintetizar pontos específicos das realidades para construção do respectivo diagnóstico, calcado em premissas necessárias ao desenvolvimento do estudo. Por fim, o mapeamento da paisagem cultural integra - funde e conforma - modos de uso e ocupação do solo aos aspectos intrinsecamente econômicos e culturais de cada coletividade. Esse processo depende, basicamente, de observações em campo. Em síntese, a metodologia básica do Diagnóstico Ambiental da região pretendida para instalação do mineroduto é baseada na confluência de vetores explicativos, com características qualitativas e quantitativas, proporcionando o destaque das áreas e aspectos mais sujeitos às possíveis interferências espaciais oriundas de uma eventual instalação do empreendimento.

Por fim, ao contrário da abordagem utilizada nos municípios da Mina, os setores censitários, unidades abstratas conformadoras da análise, assumem uma posição de destaque nas leituras sociais, enquanto espaço das possíveis transformações passíveis de prognóstico.

2.1 Metodologias Específicas

O Diagnóstico Ambiental Socioeconômico do mineroduto congrega as mesmas características metodológicas no que tange aos componentes-síntese passíveis de detalhamento em relatórios técnicos complementares. Com efeito, tais documentos adicionais contemplam a totalidade do projeto em suas análises. Há, contudo, uma diferença. A pesquisa de percepção socioambiental, no caso da área de estudo do mineroduto, é construído a partir de uma visão diferenciada, com significativo aporte dos aspectos qualitativos e, na análise, de métodos discursivos.

Pesquisa de Percepção Socioambiental - Mineroduto: A pesquisa de percepção socioambiental foi construída por meio de pesquisa qualitativa. Esse método, baseado na realização de entrevistas em profundidade, busca compreender a natureza dos processos e percepções inerentes aos cotidianos comunitários, revelando, simultaneamente, vínculos e laços comunitários. A opção por esse método justifica-se pelas características inerentes ao possível empreendimento, como grande diferença no nível de impactos a pequenas distâncias, temporalidade e tipo de implantação. Por meio desse processo, foram selecionadas lideranças comunitárias das comunidades mais próximas ao local de pretensa instalação do mineroduto e, ademais, incluíram-se algumas comunidades situadas até vinte quilômetros da possível área de instalação, para construção de painel comparativo. Por fim, a análise dos dados pautou-se pela análise de discursos (Foucault 1979).

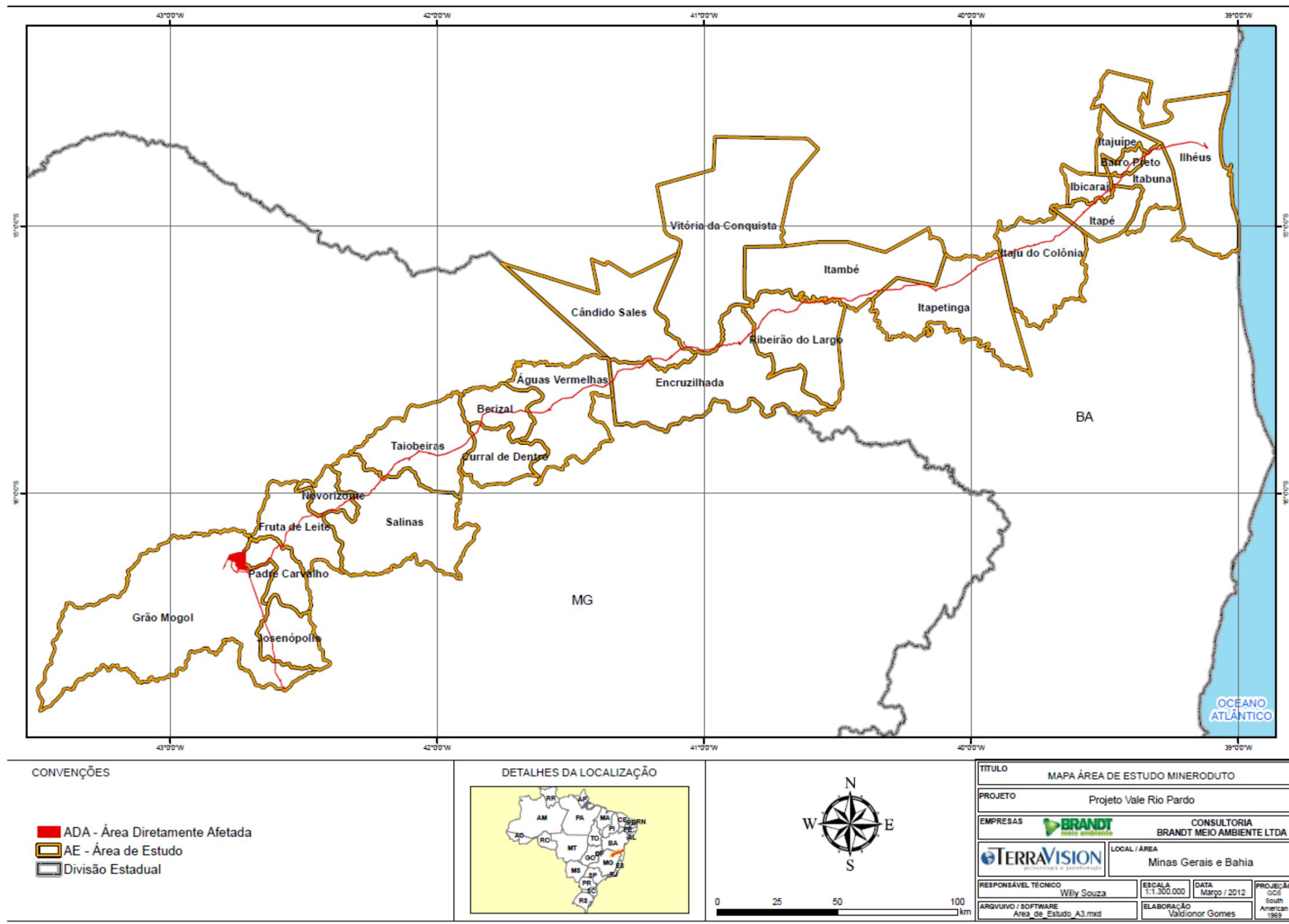
3 - ÁREA DE ESTUDO

A Área de Estudo para o Diagnóstico Ambiental do mineroduto é composta pelos limites dos municípios interceptados pelo empreendimento. Essa abordagem garante que todas as relações sociais, culturais e econômicas, existentes na região, tornem-se presentes no desenvolvimento do estudo. Além disso, contempla-se o município de Itajuípe, localidade de médio porte populacional situada próximo ao traçado do possível duto. Paralelamente, busca-se reafirmar o enfoque sobre as dimensões diretamente sujeitas às influências espaciais do projeto, com destaque, no componente-síntese uso e ocupação do solo, as propriedades e populações inscritas nas cercanias do traçado previsto, as quais estarão mais sujeitas aos impactos do empreendimento.

Por outro lado, a inserção do empreendimento, ainda que mais significativa nas regiões próximas ao traçado previsto, não pode ser descontextualizada das municipalidades, em suas relações intrínsecas nos diversos campos componentes da totalidade social. Por isso, a análise não pode desagregar dados gerais, sob pena de inconsistências no estudo.

Na sequência, apresenta-se mapa ilustrativo do perímetro de estudo do empreendimento.

FIGURA 3.1 - Área de Estudo do Meio Socioeconômico para Diagnóstico do Mineroduto e Estação de Desaguamento



4 - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

4.1 - Distribuição e mapeamento da população

O Projeto Vale do Rio Pardo envolverá 22 municípios que somam uma população de 1.043.720 habitantes. Desse total, 883.452 residem na área urbana e 159.365 no meio rural. Portanto, a taxa de urbanização da área de estudo é de 85%. Os municípios do Estado de Minas Gerais somam 125.848 habitantes e os da Bahia 917.872 habitantes. Portanto, 88% da população da área de estudo reside nos municípios baianos e 12% nos municípios mineiros.

Considerando os municípios que estarão mais suscetíveis aos efeitos socioeconômicos e ambientais que decorrerão da implantação e operação da mina de minério de ferro, que são: Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta de Leite, Novorizonte e Salinas, estes somam uma população de 70.935 habitantes. É importante mencionar que somente os três primeiros possuirão atividade mineradora propriamente dita, os demais - Novorizonte e Salinas - se incluem com uma probabilidade de serem fortemente suscetíveis aos efeitos do empreendimento, em função da proximidade da mina, como é o caso de Novorizonte, e também devido ao papel de polarizador regional, no caso de Salinas.

O município de Salinas engloba 55% da população dos municípios que serão mais suscetíveis aos efeitos da atividade mineradora decorrente do Projeto Vale do Rio Pardo. Em seguida, tem-se o município de Grão Mogol (21%), Fruta de Leite (8%), Padre Carvalho (8%), e Novorizonte (7%).

No que tange ao porte demográfico, os maiores municípios da área de estudo são: Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Itapetinga, Salinas e Taiobeiras. Portanto, dos seis maiores municípios, os quatro primeiros são do estado da Bahia e os demais são de Minas Gerais. Esses municípios somam uma população de 833.705 habitantes, o que representa 70% de toda a população da área de estudo.

O quadro a seguir demonstra a evolução da população da área de estudo, em números absolutos, nos últimos 20 anos.

QUADRO 4.1 - Evolução Demográfica dos municípios da AE

| Municípios | População Censo 1991 | | | População Censo 2000 | | | População Censo 2010 | | |
|---|----------------------|---------------|---------------|----------------------|---------------|---------------|----------------------|---------------|---------------|
| | Total | Urbano | Rural | Total | Urbano | Rural | Total | Urbano | Rural |
| Grão Mogol | 12.050 | 3.200 | 8.850 | 14.224 | 4.831 | 9.393 | 15.026 | 5.392 | 9.634 |
| Padre Carvalho | 4.027 | 2.057 | 1.970 | 5.227 | 2.970 | 2.257 | 5.834 | 3.462 | 2.372 |
| Fruta de Leite | 7.279 | 0 | 7.279 | 6.777 | 2.042 | 4.735 | 5.940 | 2.036 | 3.904 |
| Novorizonte | 4.503 | 0 | 4.503 | 4.610 | 1.242 | 3.368 | 4.953 | 1.717 | 3.236 |
| Salinas | 32.962 | 18.794 | 14.168 | 36.720 | 26.278 | 10.442 | 39.182 | 30.719 | 8.464 |
| Taiobeiras | 23.085 | 16.835 | 6.250 | 27.347 | 21.795 | 5.552 | 30.894 | 25.042 | 5.852 |
| Curral de Dentro | 4.740 | 1.935 | 2.805 | 5.973 | 3.566 | 2.407 | 6.930 | 5.852 | 1.078 |
| Berizal | 3.588 | 1.489 | 2.099 | 3.970 | 2.067 | 1.903 | 4.371 | 2.484 | 1.887 |
| Águas Vermelhas | 10.813 | 4.388 | 6.425 | 11.878 | 8.115 | 3.763 | 12.718 | 8.943 | 3.775 |
| Total - Municípios de Minas Gerais | 103.047 | 48.698 | 54.349 | 116.726 | 72.906 | 43.820 | 125.848 | 85.647 | 40.202 |
| Encruzilhada | 21.362 | 3.962 | 17.400 | 32.924 | 4.983 | 27.941 | 23.786 | 5.134 | 18.651 |
| Cândido Sales | 23.568 | 11.883 | 11.685 | 28.516 | 18.924 | 9.592 | 27.916 | 19.293 | 8.623 |
| Vitória da Conquista | 225.091 | 118.351 | 106.740 | 262.494 | 225.545 | 36.949 | 306.374 | 274.805 | 31.569 |

Continuação

| Municípios | População Censo 1991 | | | População Censo 2000 | | | População Censo 2010 | | |
|------------------------------------|----------------------|----------------|----------------|----------------------|----------------|----------------|----------------------|----------------|----------------|
| | Total | Urbano | Rural | Total | Urbano | Rural | Total | Urbano | Rural |
| Ribeirão do Largo | 10.930 | 2.436 | 8.494 | 15.303 | 4.451 | 10.852 | 8.573 | 4.624 | 3.949 |
| Itambé | 23.901 | 18.516 | 5.385 | 30.850 | 22.175 | 8.675 | 23.106 | 19.714 | 3.392 |
| Itapetinga | 53.476 | 49.340 | 4.136 | 57.931 | 55.182 | 2.749 | 68.314 | 66.239 | 1.985 |
| Itaju do Colônia | 9.733 | 2.885 | 6.888 | 8.580 | 6.441 | 2.139 | 7.278 | 5.845 | 1.433 |
| Itapé | 15.644 | 7.565 | 8.079 | 14.639 | 8.666 | 5.973 | 10.986 | 7.188 | 3.798 |
| Ibicará | 30.560 | 19.332 | 11.338 | 28.681 | 19.333 | 9.528 | 24.241 | 17.853 | 6.388 |
| Itabuna | 185.227 | 177.561 | 7.716 | 196.675 | 191.184 | 5.491 | 204.710 | 199.668 | 5.042 |
| Barro Preto | 10.601 | 4.589 | 6.012 | 8.602 | 5.519 | 3.433 | 6.453 | 5.295 | 1.158 |
| Itajuípe | 24.931 | 15.972 | 8.959 | 22.511 | 16.123 | 6.388 | 21.904 | 16.847 | 4.274 |
| Ilhéus | 226.885 | 144.232 | 82.653 | 222.127 | 162.125 | 60.002 | 184.231 | 155.300 | 28.931 |
| Total - Municípios da Bahia | 861.909 | 576.624 | 285.485 | 929.833 | 740.651 | 189.712 | 917.872 | 797.805 | 119.193 |
| Total Geral | 964.956 | 625.322 | 339.834 | 1.046.559 | 813.557 | 233.532 | 1.043.720 | 883.452 | 159.395 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000 e IBGE, 2010.

A dinâmica demográfica dos municípios da área de estudo nos últimos 19 anos apresentou um crescimento bastante moderado. Se considerarmos o total dos municípios avaliados, estes apresentaram uma taxa anual média de crescimento no período 1991-2010 de 0,41%. Também se identifica que o ritmo de crescimento da área em estudo está se reduzindo. No período intercensitário 1991-2000, a população cresceu a um ritmo médio anual de 1,03% e no período seguinte 2000-2010 a taxa foi negativa caindo para - 0,01% ao ano.

Também se destaca que a região em estudo está vivenciando um forte processo de urbanização. Considerando todos os municípios em estudo, a população urbana cresceu à uma taxa média de 1,83% ao ano, nos últimos 19 anos. Nesse mesmo período, a população rural decresceu à uma média de 3,65% ao ano.

Os municípios de Minas Gerais tiveram uma taxa média anual de crescimento superior aos da Bahia, 0,96% ante à 0,32%. A área mineira teve um crescimento médio anual de 1,20% no período intercensitário que vai de 1991 a 2000, tendo reduzido esse crescimento no período seguinte (2000-2010) para 0,74%. Esse processo também ocorreu na área baiana, só que de forma mais acentuada, lá o crescimento na década de 90 foi de 0,82% ao ano e se reverteu em declínio populacional, à uma taxa média anual de 0,13% na primeira década do século XXI.

Os municípios que apresentaram as maiores taxas médias anuais de crescimento foram, em ordem decrescente, Curral de Dentro (5,0%), Padre Carvalho (1,9%) e Taióbeiras (1,5%).

Dentre os municípios estudados, nove (36%) tiveram um decréscimo populacional de 1991 para 2010 e treze (64%) apresentaram taxas positivas. Também se identificou que 20 municípios da Área de Estudo apresentaram uma redução no ritmo de crescimento (ou uma intensificação do ritmo de decréscimo) na primeira década do século XXI, quando comparada com a última do século XX.

Os únicos municípios em que o crescimento foi maior no período intercensitário mais recente (2000-2010) foram, Novorizonte, Josenópolis, Itapetinga e Itajuípe, este último teve uma redução no seu processo de decréscimo populacional, que era de - 1,13% ao ano de 1991 à 2000 e passou a ser de - -0,62% de 2000 à 2010.

Em todos os municípios avaliados, a população urbana cresceu mais do que a rural ou teve um decréscimo menor. Pois, nos municípios que apresentaram decréscimo tanto da população rural como da população urbana, o ritmo de decréscimo foi menor na área urbana do que na rural. Ressalta-se que somente três municípios apresentaram taxas positivas de crescimento da população do meio rural: Grão Mogol, Padre Carvalho e Encruzilhada.

Em resumo, a dinâmica demográfica da área de estudo aponta para uma estabilização do processo de crescimento demográfico, já que as taxas médias de crescimento anual do período 2000-2010 são menores do que a do período intercensitário imediatamente anterior. E também chama a atenção o incremento da urbanização dos municípios em estudo, pois em todos as populações urbanas apresentaram taxas de crescimento maiores ou um ritmo de decréscimo menos acelerado.

O quadro a seguir demonstra as taxas médias anuais de crescimento demográfico nos últimos períodos intercensitários e à média dos últimos 19 anos, estratificando por área de localização: urbana x rural.

QUADRO 4.2: Taxa de crescimento por período censitário e distribuição da população

| Municípios | Taxa média de crescimento anual: 1991-2000 | | | Taxa média de crescimento anual: 2000-2010 | | | Taxa média de crescimento anual: 1991-2010 | | |
|---|--|-------------|--------------|--|-------------|--------------|--|-------------|--------------|
| | Total | Urb. | Rural | Total | Urb. | Rural | Total | Urb. | Rural |
| Grão Mogol | 1,86 | 4,68 | 0,66 | 0,55 | 1,1 | 0,25 | 1,17 | 2,78 | 0,45 |
| Padre Carvalho | 2,94 | 4,17 | 1,52 | 1,1 | 1,54 | 0,5 | 1,97 | 2,78 | 0,98 |
| Fruta de Leite | -0,79 | - | -4,76 | -1,31 | -0,03 | -1,91 | -1,06 | - | -3,23 |
| Novorizonte | 0,26 | - | -3,18 | 0,72 | 3,29 | -0,4 | 0,5 | - | -1,72 |
| Salinas | 1,21 | 3,79 | -3,33 | 0,65 | 1,57 | -2,08 | 0,91 | 2,62 | -2,67 |
| Taiobairas | 1,9 | 2,91 | -1,31 | 1,23 | 1,4 | 0,53 | 1,55 | 2,11 | -0,35 |
| Curral de Dentro | 2,6 | 7,03 | -1,69 | 1,5 | 5,08 | -7,72 | 5 | 6 | -4,91 |
| Berizal | 1,13 | 3,71 | -1,08 | 0,97 | 1,85 | -0,08 | 1,04 | 2,73 | -0,56 |
| Águas Vermelhas | 1,05 | 7,07 | -5,77 | 0,69 | 0,98 | 0,03 | 0,86 | 3,82 | -2,76 |
| Total - Média Municípios de Minas Gerais | 1,35 | 4,77 | -2,10 | 0,68 | 1,86 | -1,21 | 1,33 | 3,26 | -1,64 |
| Encruzilhada | 4,97 | 2,58 | 5,4 | -3,55 | 0,33 | -3,96 | 0,57 | 1,37 | 0,37 |
| Cândido Sales | 2,14 | 5,31 | -2,17 | -0,21 | 0,19 | -1,06 | 0,9 | 2,58 | -1,59 |
| Vitória da Conquista | 1,72 | 7,43 | -11,12 | 1,56 | 2 | -1,56 | 1,64 | 4,53 | -6,21 |
| Ribeirão do Largo | 3,81 | 6,93 | 2,76 | -5,63 | 0,38 | -9,61 | -1,27 | 3,43 | -3,95 |
| Itambé | 2,88 | 2,07 | 5,44 | -2,85 | -1,17 | -8,96 | 0,18 | 0,33 | -2,4 |
| Itapetinga | 0,89 | 1,25 | -4,44 | 1,66 | 1,84 | -3,2 | 1,3 | 1,56 | -3,79 |
| Itaju do Colônia | -1,39 | 9,33 | -12,19 | -1,63 | -0,97 | -3,93 | -1,52 | 3,79 | -7,93 |
| Itapé | -0,74 | 1,52 | -3,3 | -2,83 | -1,85 | -4,43 | -1,84 | -0,27 | -2,35 |
| Ibicaraí | -0,7 | 0 | -1,91 | -1,67 | -0,79 | -3,92 | -1,21 | -0,42 | -2,97 |
| Itabuna | 0,67 | 1,14 | -3,71 | 0,4 | 0,44 | -0,85 | 0,53 | 0,62 | -2,21 |
| Barro Preto | -2,29 | 2,07 | -6,04 | -2,83 | -0,41 | -10,3 | -2,58 | 0,76 | -8,3 |
| Itajuípe | -1,13 | 0,1 | -3,69 | -0,27 | 0,44 | -3,94 | -0,68 | 0,28 | -3,82 |
| Ilhéus | -0,24 | 1,31 | -3,5 | -1,85 | -0,43 | -7,05 | -1,09 | 0,39 | -5,38 |
| Total - Média Municípios da Bahia | 0,81 | 3,16 | -2,96 | -1,52 | 0,00 | -4,83 | -0,39 | 1,46 | -3,89 |
| Média Total Geral | 1,03 | 3,72 | -2,61 | -0,62 | 0,76 | -3,35 | 0,31 | 2,09 | -2,97 |

Fonte: Censos Demográficos 1991,2000 e 2010. Elaboração Brandt Meio Ambiente.

4.1.1 - Projeção demográfica para o ano de 2020

A projeção demográfica é um evento importante para a análise acerca das demandas que uma determinada sociedade terá num dado tempo futuro. Portanto, trata-se de um exercício muito útil para os formuladores das políticas públicas e para os agentes econômicos de uma maneira geral.

Com base na média anual de crescimento populacional que vigorou no período intercensitário mais recente (2000-2010), se realizou a estimativa populacional para o final desta década. O diagnóstico aponta que a população da área de estudo encontra-se estabilizada, mas com um ligeiro viés de crescimento. Estima-se que a população dos municípios mineiros da Área de Estudo ganhará 13.511 pessoas e a dos municípios baianos terá mais 32.658 pessoas. A população de toda a área de estudo passará de 1.043.720 pessoas (Censo 2010) para 1.089.889, com isso terá aumentado o seu porte populacional em 46.169 pessoas.

Os maiores municípios da área de estudo que, em ordem decrescente, são: Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Itapetinga (todos baianos) e Salinas, manterão as suas respectivas posições quanto ao porte demográfico. Destes, quatro apresentarão crescimento populacional. Estima-se que Vitória da Conquista terá 55.588 novos habitantes, Itabuna 8.549, Itapetinga 12.607 e Salinas 3.575. A exceção é o município de Ilhéus no qual se estima que perderá 21.479 pessoas.

Em termos percentuais, se prevê que a população de Vitória da Conquista e de Itapetinga terá um crescimento total de 18%, a de Salinas terá um crescimento de 9% e a de Itabuna 4%. Já a população de Ilhéus terá uma queda de 11,7%. Em seu conjunto a população da área de estudo crescerá 4,2% nos próximos dez anos.

Com efeito, portanto se prevê que a população da área de estudo inverterá a tendência de estabilização, com viés negativo, que ocorreu na primeira década do século XXI, quando esta teve uma queda de 0,62%. O principal fator que contribuirá para essa reversão é o maior dinamismo demográfico dos municípios maiores, que tem apresentado taxas de crescimento positivas.

É importante considerar que qualquer estimativa demográfica estará submetida a uma série de fatores que poderão, ou não, ocorrer ao longo do período em que se realiza a projeção. A conjuntura econômica é um dos fatores que contribui para a atração ou expulsão de pessoas de um dado local, portanto, influencia na taxa de crescimento da população. Ainda nesse sentido, se pode esperar que os municípios onde será instalado o complexo minerário do Projeto Vale do Rio Pardo deverão ter um crescimento populacional superior ao vigente na década imediatamente passada, pois a mineração tenderá a gerar um forte crescimento econômico nos municípios de Grão Mogol, Fruta de Leite, Novorizonte e Padre Carvalho. Também é importante notar que a taxa de urbanização será maior em todos os municípios daqui a 10 anos.

QUADRO 4.3 - Estimativa populacional para 2020 segundo a localização da população

| Municípios | População Urbana | População Rural | População Total | Taxa de Urbanização - % |
|---|------------------|-----------------|------------------|-------------------------|
| Grão Mogol | 6.015 | 9.878 | 15.893 | 37,85 |
| Padre Carvalho | 4.018 | 2.493 | 6.511 | 61,7 |
| Fruta de Leite | 2.030 | 3.223 | 5.252 | 38,64 |
| Novorizonte | 2.373 | 3.109 | 5.482 | 43,3 |
| Salinas | 35.897 | 6.859 | 42.757 | 83,95 |
| Taiobeiras | 28.777 | 6.170 | 34.947 | 82,34 |
| Curral de Dentro | 9.532 | 484 | 10.016 | 95,17 |
| Berizal | 2.984 | 1.872 | 4.856 | 61,44 |
| Águas Vermelhas | 9.859 | 3.786 | 13.645 | 72,25 |
| Total - Municípios de Minas Gerais | 101.485 | 37.874 | 139.359 | 64,07 |
| Encruzilhada | 5.306 | 12.452 | 17.758 | 29,88 |
| Cândido Sales | 19.663 | 7.751 | 27.414 | 71,72 |
| Vitória da Conquista | 334.986 | 26.976 | 361.962 | 92,54 |
| Ribeirão do Largo | 4.803 | 1.438 | 6.241 | 76,96 |
| Itambé | 17.525 | 1.335 | 18.861 | 92,91 |
| Itapetinga | 79.487 | 1.434 | 80.921 | 98,22 |
| Itaju do Colônia | 5.302 | 960 | 6.262 | 84,67 |
| Itapé | 5.964 | 2.414 | 8.378 | 71,18 |
| Ibicaraí | 16.492 | 4.282 | 20.774 | 79,38 |
| Itabuna | 208.629 | 4.629 | 213.259 | 97,82 |
| Barro Preto | 5.082 | 404 | 5.486 | 92,64 |
| Itajuípe | 17.603 | 2.859 | 20.462 | 86,02 |
| Ilhéus | 148.750 | 14.002 | 162.752 | 91,4 |
| Total - Municípios da Bahia | 869.592 | 80.936 | 950.530 | 81,95 |
| Total Geral | 971.077 | 118.810 | 1.089.889 | 74,64 |

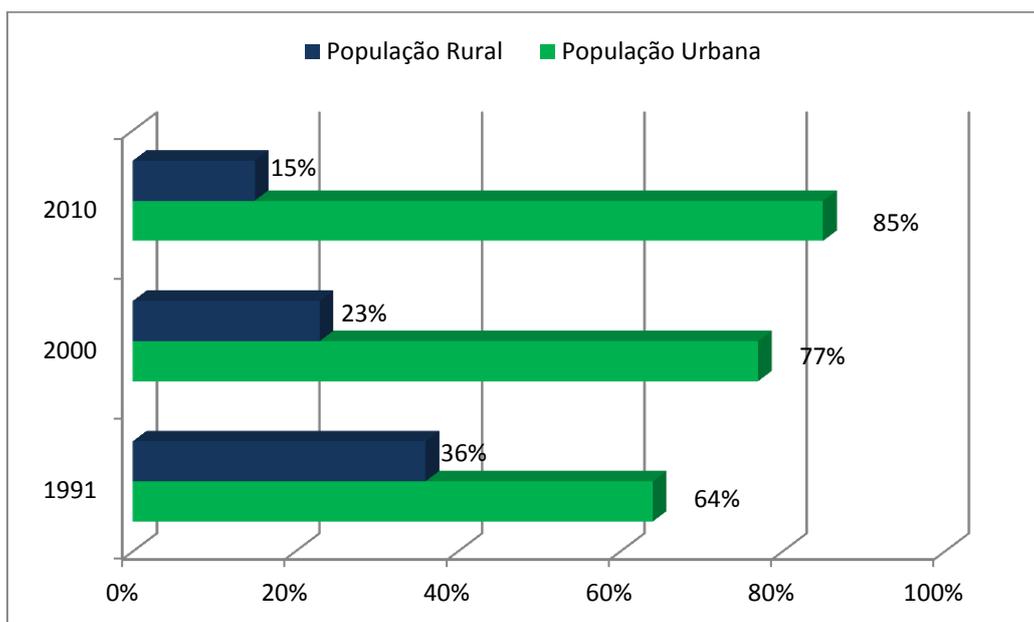
Fonte: IBGE, 2010 - Elaboração Brandt Meio Ambiente, Ltda.

4.1.2 - Distribuição da População segundo a localização dos domicílios

Os municípios da Área de Estudo vivenciam um forte processo de urbanização. Considerando todos os municípios, estes apresentam uma taxa de urbanização de 84,65%, o que significa dizer 85% da população da área de estudo se encontra nas sedes urbanas. Porém, em 1991, início do período avaliado, a taxa era de 64%. Portanto, a urbanização da área de estudo cresceu 20,65% no período (Figura 4.1).

O alto percentual de população residente nas áreas urbanas dos municípios significa que tendencialmente se reduzirá a sensibilidade da população em questão aos efeitos e processos das obras de implantação do complexo minerário, do mineroduto e da adutora, uma vez que essas estruturas serão construídas nas áreas rurais dos municípios ora avaliados.

FIGURA 4.1 - Distribuição da População da Área de Estudo em função do domicílio



Os municípios de Minas Gerais possuem, em conjunto, uma taxa de urbanização de 68%. Portanto, esses ainda são mais rurais do que a média do Estado, onde 85% da população reside nas áreas urbanas. Por sua vez, os municípios da Bahia, ora estudados, possuem uma taxa de urbanização (85%) superior à média estadual (65%).

Os municípios mais urbanizados são, em ordem decrescente, Itabuna (97,5%), Itapetinga (97%), Vitória da Conquista (89,7%) e Itambé (85%). O quinto mais urbanizado é o município mineiro de Curral de Dentro (84,4%) e o sexto é Ilhéus (84,3%). Portanto, dos seis municípios mais urbanizados, 4 fazem parte do grupo dos mais populosos (Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus e Itapetinga), o que incrementa a taxa de urbanização média da área de estudo.

Os municípios menos urbanizados que possuem um perfil acentuadamente rural são: Grão Mogol (MG), Fruta de Leite (MG), Novorizonte (MG) e Encruzilhada (BA), este último é o menos urbanizado, somente 21% de sua população reside na área urbana. Em todos esses municípios citados, a população urbana não chega a 40% do total. Também são considerados como pouco urbanizados os municípios de Padre Carvalho (MG), Berizal (MG) e Ribeirão do Largo (BA). Portanto, dos 7 municípios com um perfil demográfico essencialmente rural, cinco pertencem à Minas Gerais.

Os municípios que tiveram os crescimentos mais acentuados da taxa de urbanização foram, em ordem decrescente, Itaju do Colônia (172%), Ribeirão do Largo (141%), Curral de Dentro (106%) e Barro Preto (89%). Os municípios de Ribeirão do Largo e Itaju do Colônia eram fundamentalmente rurais em 1991, com mais de 2/3 da sua população residindo na área rural. E nos municípios de Curral de Dentro e Barro Preto, a população rural representava aproximadamente 60% do total. Passados 19 anos, o perfil demográfico desses municípios alterou profundamente. Atualmente, em todos, a população urbana passou a representar mais de 50% do total. Em alguns deles, como Itaju do Colônia (o de maior crescimento da urbanização), Curral de Dentro e Barro Preto a população urbana já supera 80% do total.

O quadro a seguir demonstra a evolução da taxa de urbanização da área de estudo ao longo dos últimos três censos demográficos realizados pelo IBGE.

QUADRO 4.4 - Evolução da taxa de urbanização

| Municípios | Taxa de urbanização % | | | Taxa de Crescimento absoluto % |
|---|-----------------------|--------------|--------------|--------------------------------|
| | 1991 | 2000 | 2010 | 1991/2010 |
| Grão Mogol | 26,56 | 33,96 | 35,88 | 35,11 |
| Padre Carvalho | 51,08 | 56,82 | 59,34 | 16,17 |
| Fruta de Leite | 0 | 30,13 | 34,28 | 13,7 ⁽¹⁾ |
| Novorizonte | 0 | 26,94 | 34,67 | 28,7 ⁽¹⁾ |
| Salinas | 57,02 | 71,56 | 78,4 | 37,5 |
| Taiobeiras | 72,93 | 79,7 | 81,06 | 11,14 |
| Curral de Dentro | 40,82 | 59,7 | 84,44 | 106,87 |
| Berizal | 41,5 | 52,07 | 56,83 | 36,28 |
| Águas Vermelhas | 40,58 | 68,32 | 70,32 | 73,28 |
| Média Municípios de Minas Gerais | 36,72 | 53,24 | 59,47 | 45,19 |
| Encruzilhada | 17,28 | 15,13 | 21,58 | 24,91 |
| Cândido Sales | 50,42 | 66,36 | 69,11 | 37,07 |
| Vitória da Conquista | 83,68 | 85,92 | 89,7 | 7,19 |
| Ribeirão do Largo | 22,29 | 29,09 | 53,94 | 141,98 |
| Itambé | 77,47 | 71,88 | 85,32 | 10,13 |
| Itapetinga | 92,27 | 95,25 | 96,96 | 5,09 |
| Itaju do Colônia | 29,52 | 75,07 | 80,31 | 172,05 |
| Itapé | 48,36 | 59,2 | 65,43 | 35,3 |
| Ibicaraí | 63,26 | 66,99 | 73,65 | 16,42 |
| Itabuna | 95,84 | 97,21 | 97,54 | 1,77 |
| Barro Preto | 43,29 | 59,97 | 82,05 | 89,55 |

Continuação

| Municípios | Taxa de urbanização % | | | Taxa de Crescimento absoluto % |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------|--------------|--------------------------------|
| | 1991 | 2000 | 2010 | 1991/2010 |
| Itajuípe | 64,06 | 71,26 | 76,91 | 20,06 |
| Ilhéus | 63,57 | 72,99 | 84,3 | 87,09 |
| Médios Municípios da Bahia | 57,79 | 66,64 | 75,14 | 49,89 |
| Média da área de estudo | 49,17 | 61,16 | 68,73 | 48,25 |

Fonte: IBGE, Censos de 1991, 2000 e 2010. Elaboração Brandt Meio Ambiente.

4.1.3 - Perfil demográfico dos municípios da Área de Estudo

Introdução

A relação entre cidade e campo se situa, histórica e teoricamente, no centro das sociedades humanas. A dominação da cidade sobre o campo, como resultado da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e através do comando do mercado sobre as atividades de produção, é fato que marcou as sociedades humanas desde tempos remotos, e particularmente as sociedades capitalistas industriais modernas.

A presente análise incorpora a seu arcabouço teórico as concepções de Henri Lefebvre acerca da dicotomia entre o meio urbano e rural. Essas teorias foram trabalhadas por Roberto Luís Monte Mor (Ph.D em Planejamento Urbano, University of Califórnia - Professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG) e serão alvo de uma breve contextualização, no sentido de esclarecer aspectos essenciais das relações entre o urbano e o rural.

Segundo o professor Monte Mór, as áreas urbanizadas englobam amplas regiões circunvizinhas às cidades cujo espaço urbano integrado se estende sobre territórios limítrofes e distantes em um processo expansivo iniciado no século XIX e acentuado de forma irreversível no século passado.

O referido processo deriva da transformação da cidade enquanto organização política para a constituição de uma cidade mercantil. O que se deu durante o processo de esgotamento do feudalismo para o surgimento do mercantilismo. Nessa época, surge o que Lefebvre denominou de a *cidade mercantil*. A cidade mercantil representa a primeira inflexão da relação campo-cidade, pois nesse momento a cidade deixa de extrair a mais valia da produção do campo através de uma relação política-coercitiva e passa a ser objeto de desejo do trabalhador rural, que num movimento voluntário leva a sua produção para realizar a troca nos mercados situados nas cidades. Ou seja, a economia determinou essa inflexão, ao fazer com que a produção do campo se realize na praça de mercado, modificando e ampliando a dominação da cidade sobre o campo.

A segunda transformação e efetiva passagem da cidade em direção ao conceito urbano foi marcada pela entrada da indústria na cidade, processo longo na história ocidental, como enfatiza Singer (1974). Segundo este economista, a urbanização tal como entendemos hoje se iniciou com a cidade industrial. A cidade significou condição fundamental para o desenvolvimento da indústria, concentrando a população consumidora, os trabalhadores, e as condições gerais de produção¹ para instalação das fábricas.

A cidade industrial foi assim marcada pela entrada da produção no seio do espaço do poder, trazendo com ela a classe trabalhadora. A cidade passou a não mais apenas controlar e comercializar a produção do campo, mas também transformá-la e a ela agregar valor em formas e quantidades jamais vistas anteriormente. O campo, até então predominantemente isolado e auto-suficiente, passou a depender da cidade para a sua própria produção, das ferramentas e implementos aos bens de consumo de vários tipos, chegando hoje a depender da produção urbano-industrial até para alimentos e bens de consumo básico. Para Lefebvre, essa inflexão significa a subordinação total do campo à cidade.

A força do *modus operandi* industrial traz para a cidade um enorme potencial de influenciar as regiões ao seu redor, o que Lefebvre denominou de *tecido urbano*.

“O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, o tecido urbano, não designam de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nesta acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano” (Lefebvre, 1999:17).

À medida que o tecido urbano se estendeu sobre o território, levou com ele os germes da práxis política urbana que era própria e restrita ao espaço da cidade. A luta política pelo controle dos meios coletivos de reprodução que caracteriza a cidadania contemporânea e os movimentos sociais urbanos que emergiram nos anos setenta, mostraram que a luta pela cidadania estava latente nas cidades e nas áreas urbanas. A década de oitenta, no entanto, mostrou que esses movimentos sociais perderam sua adjetivação de urbanos na medida em que passaram abranger populações rurais e tradicionais, como índios, quilombolas, trabalhadores sem terra, etc.

O tecido urbano, no Brasil, teve sua origem na política territorial ao mesmo tempo concentradora e integradora dos governos militares em sequência à centralização e expansionismo do período Vargas e às ações de interiorização do desenvolvimento do período Juscelinista. Através da formação do tecido urbano estenderam-se o aparato do Estado, a legislação (trabalhista e previdenciária), redes de comunicações, serviços urbanos e sociais (produção e consumo), potencialmente por todo o país, dos centros dinâmicos às fronteiras de recursos naturais.

¹ Conceito marxista que inclui: provisão pelo Estado do aparato legal que garanta as relações de propriedade privada e livre circulação de mercadorias, serviços de transporte e comunicações, e a provisão de infraestrutura básica e serviços para o capital industrial e financeiro

É essa urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania, que Monte Mor denomina de *urbanização extensiva*.

Portanto, a urbanização extensiva caminha assim ao longo dos eixos viários e redes de comunicação e de serviços e se impõe no espaço brasileiro para muito além das cidades, integrando espaços rurais e regionais ao espaço urbano-industrial, através da expansão da base material requerida pela sociedade e economia contemporânea e das relações de produção que são reproduzidas pela própria produção do espaço.

Esse intróito estabelece o conceito de que a distinção entre o meio urbano e rural não se refere mais à uma dicotomia social e econômica entre esses dois *locus* da ocupação humana, já que ambos são regidos pelos mesmos valores capitalistas, pela práxis política e legal e pela conjuntura econômica nacional. A qual, diga-se de passagem, está intrinsecamente ligada ao mercado global.

Portanto, a distinção entre o meio urbano e rural, que o presente Estudo trata, se refere prioritariamente aos conceitos de localização dos domicílios e aos serviços que são prestados pelas sedes urbanas dos municípios em estudo.

O conceito definidor do perfil demográfico baseado nas taxas de urbanização dos municípios é importante porque se baseia na definição da ocupação do território municipal. Ou seja, responde à pergunta acerca da localização predominante dos domicílios de determinado município. Por sua vez, a definição do perfil demográfico a partir do porte populacional dos municípios é relevante porque foca nos serviços (disponibilidade de mão de obra, saúde, educação, comércio, lazer, etc.) que os municípios tendem a ter condições de realizar a partir do seu respectivo porte demográfico. Ou seja, responde à pergunta acerca da capacidade que os municípios da Área de Estudo terão para atender às possíveis demandas que decorrem das obras de grande porte.

4.1.4 - Perfil demográfico segundo as taxas de urbanização dos municípios da Área de Estudo

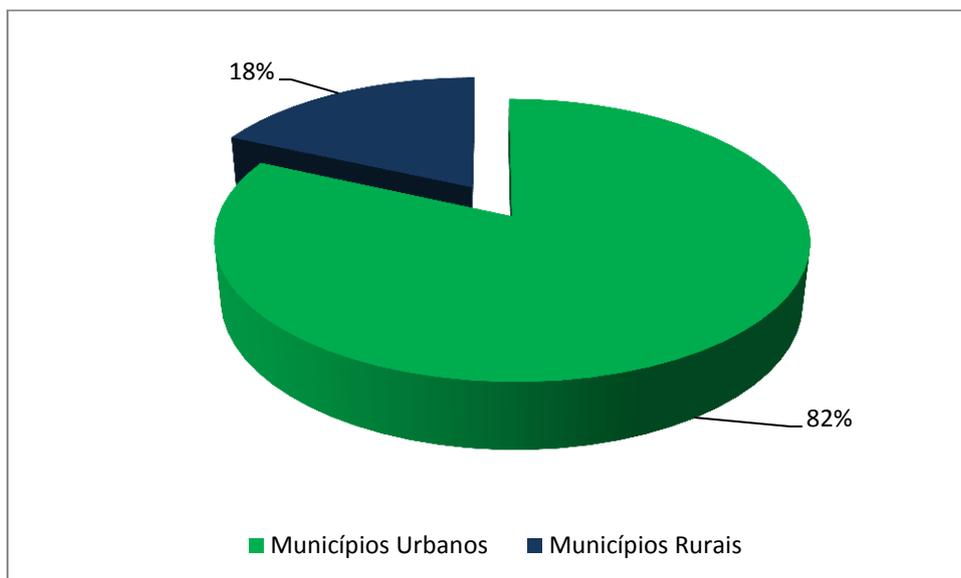
A presente análise considera que os municípios com 40% ou mais da sua população inserida na área rural possuem um perfil demográfico essencialmente rural. Em outras palavras, nesses municípios ainda prevalecem as relações sociais, econômicas e trabalhistas típicos do meio rural. Nesses municípios a organização social é marcada por laços afetivos e relações de conhecimento entre os seus habitantes. O mercado de trabalho possui uma intrínseca relação com as atividades rurais, bem como, o seu setor comercial é, em parte, determinado e voltado para atender às necessidades do campo ou então é reativo à conjuntura econômica da agropecuária. O ritmo de vida é menos intenso, há mais tempo para a família, para os amigos e para a contemplação e a sensação de segurança pública tende a ser mais elevada. E, não menos importante, esses municípios não exercem as funções urbanas como atendimento às demandas de média à alta complexidade por serviços de saúde, educação de nível superior, oportunidades de lazer e cultura, etc.

Com base nessa definição arbitrária, tem-se que na área de estudo a maioria dos municípios (18) possuem um perfil urbano, quando se considera somente a localização dos domicílios, já que o porte demográfico também é um fator definidor de um perfil mais urbano ou mais rural.

Os municípios em que mais de 40% da população reside no meio rural são: Grão Mogol (MG), Fruta de Leite (MG) e Ribeirão do Largo (BA). Portanto, dentre os 6 municípios que compõem a área de estudo da Mina, em função de serem elegíveis como mais sensíveis aos impactos da atividade mineradora na mina do bloco 8, somente Salinas não se enquadra na definição de município de perfil rural.

A figura a seguir demonstra o perfil demográfico dos municípios segundo o critério da localização predominante de seus respectivos domicílios.

FIGURA 4.2 - Distribuição dos municípios segundo a localização da sua população



4.1.5 - Perfil demográfico dos municípios segundo a classe de tamanho

Considerar as pequenas cidades como área urbana é fato cada vez mais questionado por vários especialistas em população, segundo a publicação da Fundação João Pinheiro “Perfil Demográfico de Minas Gerais”. A definição adotada oficialmente no Brasil é a do IBGE, que considera urbana a população residente nas sedes municipais, independentemente do tamanho, mais os residentes nas vilas e aglomerados urbanos isolados, sejam quais forem suas características. Com isso coloca sob o mesmo prisma os grandes centros, que desempenham elevado número de funções urbanas, e as pequenas aglomerações com perfil eminentemente rural.

Esse critério, baseado na legislação municipal, é bastante questionável. Por isso, existem critérios alternativos que melhor retratam a condição urbana nos municípios brasileiros. Nesse sentido, o presente Estudo focaliza também o padrão internacionalmente aceito para a classificação do perfil demográfico, que considera como área urbana àquela que possui no mínimo 20 mil habitantes.

Com base nessa definição, percebe-se um perfil demográfico semelhante entre a classe de tamanho. Em 2010, onze municípios possuíam menos de 20.000 habitantes, o que representa um contexto ruralizado nestes. Com efeito, se pode afirmar que se altera o perfil demográfico da área de estudo quando se adota a classe de tamanho demográfico para determinar o grau de urbanização dos municípios. Os municípios com menos de 20 mil habitantes são: Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta de Leite, Novorizonte, Curral de Dentro, Berizal, Águas Vermelhas, Ribeirão do Largo, Itaju da Colônia, Itapé e Barro Preto.

Portanto, percebe-se que os municípios mais suscetíveis aos processos e efeitos socioeconômicos decorrentes da implantação e operação do complexo minerário, os quais são incomparavelmente mais intensos do que os que decorrerão da construção e operação do mineroduto e da adutora, quatro possuem um perfil rural, com menos de 20.000 habitantes. A exceção é Salinas com 39.182 habitantes.

O quadro a seguir demonstra os municípios segundo o porte demográfico.

QUADRO 4.5 - Distribuição dos municípios segundo porte demográfico

| Faixa de tamanho | Número de Municípios | | População Inserida por faixa | Percentual da população em relação ao total |
|-----------------------------|----------------------|--------------|------------------------------|---|
| | Absoluto | Relativo (%) | | |
| Mais de 500 mil habitantes | - | - | - | - |
| De 100 a 500 mil habitantes | 3 | 13,63 | 695.315 | 64,78 |
| De 50 a 100 mil habitantes | 1 | 4,54 | 68.314 | 6,36 |
| De 20 a 50 mil habitantes | 7 | 31,81 | 191.029 | 17,80 |
| De 10 a 20 mil habitantes | 3 | 13,63 | 38.730 | 5,46 |
| Menos de 10.000 habitantes | 8 | 37,36 | 50.332 | 5,60 |

Fonte: Perfil Demográfico do estado de MG - FJP

4.1.6 - Distribuição da população segundo gênero

A população da Área de Estudo possui 27.588 mulheres a mais do que homens. A população feminina é de 535.249 pessoas e a masculina 534.827. A população feminina representa 50,13% de toda a população da Área de Estudo.

Ao se analisar a distribuição da população segundo gênero para cada município tem-se: i) em 11 municípios, a população masculina é maior do que a feminina; ii) em quatro municípios a distribuição de gênero; iii) em sete municípios, a população feminina supera a masculina; iv) seis municípios mineiros possuem mais homens do que mulheres na sua população; v) levando-se em conta o conjunto dos municípios mineiros, a população feminina supera a masculina em 234 habitantes, devido a predominância das mulheres no contingente de Salinas e Taiobeiras; vi) apenas cinco municípios baianos possuem mais homens do que mulheres, razão esta que explica a diferença entre o número de pessoas do sexo feminino em comparação ao masculino - 27.354 mulheres a mais do que homens; vii) esta predominância do sexo feminino na área de estudo baiana deve-se ao fato da população feminina ser maioria nos municípios maiores: Vitória da Conquista (52% da população total é feminina), Itabuna (53%), Ilhéus e Itapetinga, ambos com 51% de população feminina.

Uma das razões para a população masculina preponderar nos municípios menores e a feminina nos maiores, se deve à expectativa de vida das mulheres superar a dos homens. Com isso, nas cidades maiores a incidência de fatores relativos à migração é atenuada e o perfil populacional da população segundo o gênero se torna mais próximo ao identificado no Brasil, onde há mais mulheres do que homens. Nas cidades menores, os fatores relacionados à renda e às condições de trabalho tendem a fazer uma diferença maior no perfil populacional. Como exemplo, se tem a saída de mulheres para trabalhar nas cidades vizinhas maiores. Isto, principalmente, ocorre nas cidades de perfil acentuadamente rural, onde existem mais ofertas de trabalho para a mão de obra masculina, principalmente porque existe uma maior demanda por esta mão de obra. Uma vez que os empregos gerados demandam um trabalho essencialmente braçal, como capinar, roçar, construção civil, etc.

O quadro a seguir demonstra a distribuição da população e o percentual relativo entre homens e mulheres em cada município avaliado.

QUADRO 4.6 - Distribuição da população segundo gênero

| Municípios | População segundo gênero | | | |
|------------------|--------------------------|------|-----------|------|
| | Homem | | Mulher | |
| | População | % | População | % |
| Grão Mogol | 7.727 | 0,51 | 7.299 | 0,49 |
| Padre Carvalho | 2.971 | 0,51 | 2.863 | 0,49 |
| Fruta de Leite | 3.024 | 0,51 | 2.916 | 0,49 |
| Novorizonte | 2.485 | 0,5 | 2.468 | 0,5 |
| Salinas | 19.270 | 0,49 | 19.912 | 0,51 |
| Taiobeiras | 15.108 | 0,49 | 15.786 | 0,51 |
| Curral de Dentro | 3.502 | 0,51 | 3.428 | 0,49 |
| Berizal | 2.193 | 0,5 | 2.178 | 0,5 |
| Águas Vermelhas | 6.527 | 0,51 | 6.191 | 0,49 |

Continuação

| Municípios | População segundo gênero | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------|----------------|--------------|
| | Homem | | Mulher | |
| | População | % | População | % |
| Municípios de Minas Gerais | 62.807 | 0,503 | 63.041 | 0,497 |
| Encruzilhada | 12.387 | 0,52 | 11.399 | 0,48 |
| Cândido Sales | 14.025 | 0,5 | 13.891 | 0,5 |
| Vitória da Conquista | 147.677 | 0,48 | 158.697 | 0,52 |
| Ribeirão do Largo | 4.474 | 0,52 | 4.099 | 0,48 |
| Itambé | 11.591 | 0,5 | 11.515 | 0,5 |
| Itapetinga | 33.480 | 0,49 | 34.834 | 0,51 |
| Itaju do Colônia | 3.683 | 0,51 | 3.595 | 0,49 |
| Itapé | 5.603 | 0,51 | 5.383 | 0,49 |
| Ibicaraí | 11.865 | 0,49 | 12.376 | 0,51 |
| Itabuna | 96.936 | 0,47 | 107.774 | 0,53 |
| Barro Preto | 3.306 | 0,51 | 3.147 | 0,49 |
| Itajuípe | 10.464 | 0,5 | 10.630 | 0,5 |
| Ilhéus | 89.363 | 0,49 | 94.868 | 0,51 |
| Municípios da Bahia | 444.854 | 0,499 | 472.208 | 0,501 |
| Total da área de estudo | 507.661 | 0,487 | 535.249 | 0,513 |

Fonte: IBGE, 2010.

4.1.7 - Estrutura Etária - Razão de Dependência

A Razão de Dependência é um conceito demográfico que avalia o peso da população considerada inativa (0 a 15 anos de idade e 65 anos a mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (de 15 à 65 anos). Portanto, a razão de dependência é um indicador síntese da estrutura etária e de alta relevância para uma análise demográfica, pois através deste indicador é possível avaliar as prioridades dos investimentos públicos. Nas comunidades com elevada razão de dependência há uma forte necessidade de se investir em educação, saúde e em assistência aos idosos, já nas que possuem baixa razão de dependência as prioridades de investimento recaem sobre as atividades econômicas devido à necessidade de se empregar a população em idade ativa.

Nos municípios da Área de Estudo do mineroduto o comportamento desta variável é positivo, pois todos os municípios apresentaram queda da razão de dependência na última década. Portanto, estes vivenciam atualmente um processo denominado “janela demográfica”, através do qual a população não economicamente ativa (dependente) vem paulatinamente diminuindo em relação à população em idade ativa. A redução da taxa de fecundidade da população é o principal fator responsável por esse processo.

A janela demográfica indica a existência de condições propícias ao desenvolvimento econômico, pois sinaliza maior contingente populacional apto a produzir, menor pressão sobre o sistema educacional e de saúde. Porém, segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), essa condição tende a se manter por um período máximo de 30 anos, pois o envelhecimento da população faz com que a razão de dependência volte a subir.

Os municípios que possuem as menores razões de dependência são baianos: Itabuna (52,7%), Vitória da Conquista (54,1%) e Itapetinga (56,6%). Estes apresentam uma razão de dependência inferior à média estadual que é de 60,5%. Também possuem uma razão de dependência inferior à do estado baiano os municípios de Itapé e Ilhéus. Quanto aos municípios do Estado de Minas Gerais todos possuem uma Razão de Dependência superior à média estadual e de maneira geral possuem as maiores razões de dependência da Área de Estudo. Tanto é que os municípios que possuem as maiores Razões de Dependência são os municípios mineiros de Padre Carvalho (87,96%), Grão Mogol (73,88%) e Curral de Dentro (72,9%).

Quanto à dinâmica da Razão de Dependência, os municípios que apresentaram as reduções mais acentuadas de 1991 para 2000 foram Itapé (BA), onde a Razão de Dependência caiu 30%, Ribeirão do Largo (BA) 27,8% e Fruta de Leite (MG) 26,5%. Já os municípios onde a Razão de Dependência caiu menos foram Barro Preto (BA), redução de 8,7% e Grão Mogol (MG), com queda de 13,2%.

O quadro a seguir demonstra os dados relativos à razão de dependência dos municípios em estudo.

QUADRO 4.7 - Estrutura Etária e Razão de Dependência dos Municípios em Estudo

| Municípios | Estrutura etária e Razão de Dependência (%) | | | | | | | | Varição da taxa (%) |
|------------------|---|--------------|----------------|-------|------------------|--------------|----------------|------|---------------------|
| | 1991 | | | | 2000 | | | | 1991 - 2000 |
| | Menos de 15 anos | 15 a 64 anos | 65 anos e mais | RD % | Menos de 15 anos | 15 a 64 anos | 65 anos e mais | RD % | |
| Grão Mogol | 4.998 | 6.442 | 610 | 87,1 | 5.258 | 8.178 | 788 | 73,9 | -13,2 |
| Padre Carvalho | 1.965 | 1.898 | 164 | 112,2 | 2.173 | 2.782 | 272 | 87,9 | -24,3 |
| Fruta de Leite | 3.349 | 3.538 | 392 | 105,7 | 2.600 | 3.781 | 396 | 79,2 | -26,5 |
| Novorizonte | 1.860 | 2.371 | 272 | 89,9 | 1.549 | 2.677 | 384 | 72,2 | -17,7 |
| Salinas | 12.269 | 18.837 | 1.856 | 75 | 10.915 | 23.187 | 2.618 | 58,4 | -16,6 |
| Taiobéiras | 8.921 | 13.046 | 1.118 | 77 | 8.858 | 16.836 | 1.653 | 62,4 | -14,6 |
| Curral de Dentro | 2.005 | 2.541 | 194 | 86,5 | 2.219 | 3.455 | 299 | 72,9 | -13,6 |
| Berizal | 1.568 | 1.869 | 151 | 92 | 1.391 | 2.364 | 215 | 67,9 | -24,1 |
| Águas Vermelhas | 4.567 | 5.786 | 460 | 86,9 | 4.287 | 6.989 | 602 | 70 | -16,9 |
| Encruzilhada | 9.115 | 11.456 | 791 | 86,5 | 10.975 | 20.312 | 1.637 | 62,1 | -24,4 |
| Cândido Sales | 9.272 | 13.119 | 1.177 | 79,6 | 9.015 | 17.767 | 1.734 | 60,5 | -19,1 |

Continuação

| Municípios | Estrutura etária e Razão de Dependência (%) | | | | | | | | Variação da taxa (%) |
|----------------------|---|--------------|----------------|------|------------------|--------------|----------------|------|----------------------|
| | 1991 | | | | 2000 | | | | 1991 - 2000 |
| | Menos de 15 anos | 15 a 64 anos | 65 anos e mais | RD % | Menos de 15 anos | 15 a 64 anos | 65 anos e mais | RD % | |
| Vitória da Conquista | 83.598 | 131.882 | 9.611 | 70,7 | 78.058 | 170.307 | 14.129 | 54,1 | -16,6 |
| Ribeirão do Largo | 4.858 | 5.705 | 367 | 91,6 | 5.365 | 9.340 | 598 | 63,8 | -27,8 |
| Itambé | 9.829 | 12.782 | 1.290 | 87 | 10.423 | 18.650 | 1.777 | 65,4 | -21,6 |
| Itapetinga | 19.980 | 30.845 | 2.645 | 73,4 | 17.129 | 36.990 | 3.811 | 56,6 | -16,8 |
| Itaju do Colônia | 4.220 | 5.145 | 408 | 90 | 3.027 | 5.053 | 500 | 69,8 | -20,2 |
| Itapé | 6.678 | 8.255 | 711 | 89,5 | 4.600 | 9.179 | 860 | 59,5 | -30 |
| Ibicaraí | 12.420 | 16.415 | 1.725 | 86,2 | 9.214 | 17.372 | 2.275 | 66,1 | -20,1 |
| Itabuna | 68.146 | 109.020 | 8.111 | 69,9 | 56.421 | 128.780 | 11.474 | 52,7 | -17,2 |
| Barro Preto | 4.309 | 5.993 | 299 | 76,9 | 2.793 | 5.284 | 525 | 62,8 | -8,7 |
| Itajuípe | 10.022 | 13.698 | 1.211 | 82 | 7.291 | 13.671 | 1.549 | 64,7 | -17,3 |
| Ilhéus | 90.873 | 128.501 | 7.511 | 76,6 | 70.327 | 140.711 | 11.089 | 57,9 | -18,7 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Elaboração Brandt Meio Ambiente.

4.1.8 - Densidade Demográfica

Os municípios com a maior densidade demográfica são, em ordem decrescente: Itabuna, Ilhéus e Ibicaraí e os que possuem a menor densidade demográfica são: Rio, Grão Mogol e Itaju do Colônia. Importa ressaltar que os municípios da Área de Estudo que vivenciarão os impactos que decorrerão da implantação e operação do complexo minerário possuem baixa densidade demográfica. O quadro a seguir demonstra as densidades demográficas dos municípios da área de estudo.

QUADRO 4.8 - Densidade Demográfica dos municípios da Área de Estudo.

| Municípios | Extensão territorial - km ² | Densidade Demográfica |
|------------------|--|-----------------------|
| Grão Mogol | 3.885 | 3,87 |
| Padre Carvalho | 446 | 13,08 |
| Fruta de Leite | 763 | 7,79 |
| Novorizonte | 272 | 18,21 |
| Salinas | 1.888 | 20,75 |
| Taiobeiras | 1.195 | 25,85 |
| Curral de Dentro | 568 | 12,2 |
| Berizal | 489 | 8,94 |
| Águas Vermelhas | 1.259 | 10,1 |

Continuação

| Municípios | Extensão territorial - km ² | Densidade Demográfica |
|----------------------|--|-----------------------|
| Minas Gerais | 586.522 | 33,40 |
| Encruzilhada | 1.982 | 12 |
| Cândido Sales | 1.618 | 17,25 |
| Vitória da Conquista | 3.406 | 89,95 |
| Ribeirão do Largo | 1.271 | 6,75 |
| Itambé | 1.442 | 16,02 |
| Itapetinga | 1.627 | 41,99 |
| Itaju do Colônia | 1.223 | 5,95 |
| Itapé | 459 | 23,93 |
| Ibicarái | 232 | 104,49 |
| Itabuna | 432 | 473,87 |
| Barro Preto | 128 | 50,41 |
| Itajuípe | 284 | 77,13 |
| Ilhéus | 1.760 | 104,68 |
| Bahia | 564.273 | 24,85 |

Fonte: IBGE, 2010.

4.1.9 - Movimentos migratórios

Os fluxos migratórios usualmente decorrem da busca que as pessoas envidam para conseguir melhores oportunidades de renda, escolaridade, serviços públicos, etc. Ou seja, decorre do natural anseio humano por melhores condições de vida. Portanto, uma alta taxa de imigração em um determinado município, ou seja, a presença de um grande número de pessoas de outros municípios na composição de sua população indica que o município receptor tende a apresentar melhores condições do que aquele que originou a população migrante. E no caso da taxa de emigração, o raciocínio é o mesmo, porém inverso. Na emigração ocorre a saída de pessoas de um determinado local em busca de melhores condições de vida em outro lugar.

Também se abordará os deslocamentos pendulares que são aqueles em que o indivíduo realiza traslados diários para trabalhar ou estudar e indicam uma polarização de um município sobre outro.

É nesse sentido, que será avaliado a taxa de imigração (chegada de pessoas de outros lugares com intuito de fixar moradia) e emigração (saída de pessoas de um determinado local visando fixar moradia alhures) dos municípios da Área de Estudo.

4.1.10 - Imigração

Nos municípios avaliados, 56.528 pessoas são imigrantes de outros estados, segundo o Censo Demográfico 2000. Portanto, 5,40% da população da área de estudo é imigrante, ou seja, originária de outros estados da Federação. Os municípios que possuem as mais altas taxas de imigração são: Encruzilhada/BA (10,33%), Cândido Sales/BA (9,95%), Vitória da Conquista/BA (7,06%), Itapetinga/BA (7,02%) e Itabuna/BA (5,69%). Em Minas Gerais, os municípios que possuem as maiores taxas de população imigrante são: Águas Vermelhas e Taióbeiras, com respectivamente, 5,41% e 5,10% de população imigrante.

A maior parte da população imigrante que se encontra residindo nos municípios da Área de Estudo do Projeto Vale do Rio Pardo é oriunda dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Sergipe e Pernambuco. A população que imigrou desses estados para os municípios da Área de Estudo soma 24.720 pessoas, o que equivale à 44% de toda a população de imigrantes. O estado de São Paulo cedeu 15.427 pessoas para a Área de Estudo, o que equivale à 27,29% de toda a população imigrante. O Estado de Minas Gerais cedeu 14.171 pessoas (25%), Sergipe cedeu 5.708 (9,8%) e Pernambuco 3.786 (6,6%).

No município de Encruzilhada, que lidera a proporção de população imigrante dentre os municípios avaliados, a maior parte da população imigrante é originária do Estado de Minas Gerais. Ao todo, 85% da população imigrante que vai para Encruzilhada provém de Minas. O Estado de Minas Gerais também lidera na proporção de imigrantes cedidos para Cândido Sales, sendo responsável por 53% do fluxo migratório desse município.

A alta proporção de imigrantes mineiros nos municípios de Encruzilhada e Cândido Sales indica que o fator geográfico foi preponderante para esse resultado. Pois, o município baiano de Encruzilhada faz divisa com o Estado de Minas Gerais e Cândido Sales faz limite com Encruzilhada, logo também está próximo à Minas. A forte presença de população imigrante originária do estado imediatamente vizinho também ocorre no município de Águas Vermelhas, que possui a maior taxa de imigração dentre os municípios mineiros da Área de Estudo. Em Águas Vermelhas 5,41% da população é imigrante. E os imigrantes originários da Bahia representam 79% do total da população imigrante. O município possui 643 imigrantes, sendo que 508 são baianos.

Em Vitória da Conquista, município que possui a terceira maior taxa de população imigrante e também o maior porte demográfico da área de estudo, a maior parte dos imigrantes provém de São Paulo (35%), seguido por Minas Gerais (27%).

Os motivos da forte presença de imigrantes paulistas na área de estudo são primordialmente dois: (a) o maior porte demográfico do estado de São Paulo, que representa 21,6% da população brasileira, logo aumenta a probabilidade do imigrante ser proveniente desse estado; e (b) o movimento de retorno à terra natal que os filhos e netos das primeiras levas de imigrantes nordestinos estão empreendendo no início desse novo século, em um processo denominado como migração de retorno. Já a imigração proveniente de Minas Gerais para a Bahia se deve principalmente à proximidade geográfica e cultural desses estados. De forma análoga também se deu a imigração da Bahia para Minas, já que os imigrantes provenientes do estado baiano preponderam nos municípios mineiros de: Águas Vermelhas, Curral de Dentro e Padre Carvalho e ocupam a segunda posição (atrás dos de São Paulo) em Grão Mogol, Fruta de Leite, Novorizonte e Taiobeiras.

O quadro 4.9 a seguir demonstra a participação de cada estado do Brasil na população imigrante dos municípios analisados.

QUADRO 4.9 - Fluxo Imigratório na Área de Estudo.

| Estados da Federação/Municípios | Grão Mogol | Padre Carvalho | Fruta de Leite | Novorizonte | Salinas | Taiobeiras | Curral de Dentro | Berizal | Águas Vermelhas | Encruzilhada | Cândido Sales | Vitória da Conquista | Ribeirão do Largo | Itambé | Itapetinga | Itaju do Colônia | Itapé | Ibicaraí | Itabuna | Barro Preto | Itajuípe | Ilhéus | TOTAL |
|---------------------------------|------------|----------------|----------------|-------------|---------|------------|------------------|---------|-----------------|--------------|---------------|----------------------|-------------------|--------|------------|------------------|-------|----------|---------|-------------|----------|--------|--------|
| Rondônia | - | - | - | - | - | 9 | - | - | - | - | - | 29 | - | - | - | - | 5 | 5 | 54 | - | - | 61 | 163 |
| Acre | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 32 | - | - | - | - | - | - | 21 | - | - | 12 | 65 |
| Amazonas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 11 | 45 | - | - | - | - | - | - | 28 | - | - | 23 | 107 |
| Roraima | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0 |
| Pará | - | - | - | - | - | 11 | - | - | 14 | - | 21 | 103 | - | - | 93 | - | - | 37 | 90 | - | - | 128 | 497 |
| Amapá | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0 |
| Tocantins | - | - | - | - | 8 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 8 |
| Maranhão | 4 | - | - | - | - | - | - | - | - | 4 | 10 | 96 | - | - | 22 | - | - | 18 | 92 | - | - | 70 | 316 |
| Piauí | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 5 | 66 | 19 | - | 85 | - | 6 | - | 103 | - | - | - | 284 |
| Ceará | 4 | - | - | - | - | 76 | 4 | - | 11 | 12 | 32 | 892 | 15 | 17 | 88 | - | 16 | 17 | 619 | - | 8 | 467 | 2.278 |
| Rio Grande do Norte | 5 | - | - | - | 24 | - | - | - | - | 18 | 20 | 227 | - | - | 68 | - | - | 9 | 177 | - | - | 62 | 610 |
| Paraíba | 9 | - | - | - | 15 | 25 | - | - | 6 | 10 | 115 | 541 | 12 | 9 | 190 | - | - | 60 | 299 | 7 | 11 | 244 | 1.553 |
| Pernambuco | 18 | 8 | - | - | 63 | - | 10 | 4 | - | 134 | 265 | 1.748 | 4 | 55 | 255 | 3 | 15 | 24 | 622 | 10 | 37 | 470 | 3.745 |
| Alagoas | 4 | - | - | - | 21 | 88 | 6 | - | - | 27 | 100 | 350 | 15 | - | 59 | 11 | 7 | 12 | 287 | 5 | 42 | 270 | 1.304 |
| Sergipe | 2 | - | - | - | 38 | 21 | 51 | 130 | - | - | 10 | 640 | 3 | 23 | 196 | 68 | 83 | 367 | 2.218 | 22 | 192 | 1.484 | 5.548 |
| Bahia | 155 | 49 | 9 | 7 | 297 | 286 | 84 | - | 508 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.395 |
| Minas Gerais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.895 | 1.514 | 4.991 | 352 | 221 | 1.010 | 46 | 34 | 114 | 1.506 | 12 | 79 | 1.397 | 14.171 |
| Espírito Santo | 9 | 9 | - | - | 16 | 9 | 4 | - | 4 | 6 | 10 | 425 | 35 | - | 44 | 23 | 6 | 64 | 497 | - | 20 | 510 | 1.691 |
| Rio de Janeiro | 61 | 8 | - | - | 22 | - | - | - | - | 11 | 26 | 445 | 9 | 26 | 222 | 16 | 8 | 11 | 823 | - | 28 | 1.259 | 2.975 |
| São Paulo | 290 | 37 | 49 | 64 | 716 | 682 | 51 | 50 | 59 | 220 | 618 | 6.574 | 178 | 204 | 1.481 | 66 | 101 | 372 | 2.825 | 15 | 117 | 658 | 15.427 |
| Paraná | 82 | - | 8 | - | 105 | 87 | - | - | 12 | 53 | 23 | 583 | 7 | 6 | 29 | 16 | 5 | 39 | 347 | - | - | 115 | 1.517 |
| Santa Catarina | - | - | - | - | - | 33 | - | - | - | - | - | 40 | - | - | 7 | - | - | - | 34 | - | - | 11 | 125 |
| Rio Grande do Sul | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 8 | 204 | - | - | 97 | - | - | 17 | 137 | 6 | - | 152 | 621 |
| Mato Grosso do Sul | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 22 | 33 | 7 | - | 22 | - | - | - | - | - | - | 45 | 129 |
| Mato Grosso | - | - | - | - | - | - | - | - | 4 | - | 8 | 65 | - | - | - | 14 | - | - | 67 | - | - | 92 | 250 |
| Goiás | - | - | - | - | 10 | 40 | - | - | 25 | - | - | 234 | 3 | - | 39 | - | - | - | 48 | 5 | 20 | 133 | 557 |
| Distrito Federal | 22 | - | 7 | - | 19 | 12 | - | - | - | - | 6 | 108 | - | 12 | 40 | - | - | - | 62 | - | - | 219 | 507 |
| Brasil sem especificação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 11 | 12 | - | 18 | - | - | - | - | - | 35 | - | - | 12 | 88 |
| Estrangeiros | - | - | - | - | - | 17 | - | - | - | - | - | 59 | - | - | 20 | - | - | - | 197 | - | - | 309 | 602 |

Continuação

| Estados da Federação/Municípios | Grão Mogol | Padre Carvalho | Fruta de Leite | Novorizonte | Salinas | Taiobeiras | Curral de Dentro | Berizal | Águas Vermelhas | Encruzilhada | Cândido Sales | Vitória da Conquista | Ribeirão do Largo | Itambé | Itapetinga | Itaju do Colônia | Itapé | Ibicaraí | Itabuna | Barro Preto | Itajuípe | Ilhéus | TOTAL |
|---|------------|----------------|----------------|-------------|---------|------------|------------------|---------|-----------------|--------------|---------------|----------------------|-------------------|--------|------------|------------------|--------|----------|---------|-------------|----------|---------|-----------|
| Total - Imigrantes de outros Estados e estrangeiros | 665 | 111 | 73 | 71 | 1.354 | 1.396 | 210 | 184 | 643 | 3.401 | 2.836 | 18.530 | 677 | 573 | 4.062 | 263 | 286 | 1.166 | 11.188 | 82 | 554 | 8.203 | 56.528 |
| População Total | 14.224 | 5.227 | 6.777 | 4.610 | 36.720 | 27.347 | 5.973 | 3.970 | 11.878 | 32.924 | 28.516 | 262.494 | 15.303 | 30.850 | 57.931 | 8.580 | 14.639 | 28.681 | 196.675 | 8.602 | 22.511 | 222.127 | 1.046.559 |
| Percentual de pop imigrante/pop total | 4,68% | 2,12% | 1,08% | 1,54% | 3,69% | 5,10% | 3,52% | 4,63% | 5,41% | 10,33% | 9,95% | 7,06% | 4,42% | 1,86% | 7,01% | 3,07% | 1,95% | 4,07% | 5,69% | 0,95% | 2,46% | 3,69% | 5,40% |

Fonte: Censo Demográfico 2000/IBGE. Elaboração Brandt Meio Ambiente.

4.1.11 - Emigração

A taxa de emigração dos municípios da Área de Estudo é inferior à de imigração. Com efeito, se pode afirmar que tem chegado mais pessoas buscando fixar residência na região do que saído. Segundo o Censo Demográfico 2000, do IBGE, 23.548 pessoas dos municípios da Área de Estudo foram para outros estados do Brasil. Em termos percentuais, esse quantitativo representa 2,54% de toda a população da Área de Estudo.

Dos municípios do estado da Bahia saíram 21.474 pessoas e de Minas Gerais 2.074 pessoas. Em termos percentuais, os municípios baianos e mineiros da área de estudo apresentam taxas emigratórias semelhantes, sendo que na Bahia esta é um pouco maior, 2,34% ante à 2,24%.

Os municípios com as maiores taxas de emigração são Itapetinga/BA (4,17%) e Taiobéiras/MG (3,77%). E os que apresentaram as menores taxas foram Itapé/BA (0,23%), Fruta de Leite/MG (0,32%) e Itajuípe/BA (0,41%).

A maior parte dos emigrantes dos municípios da Área de Estudo segue para o estado de São Paulo, que recebeu 61,8% do total de pessoas que emigraram dos municípios em estudo. De 23.548 pessoas que emigraram, 14.557 seguiram para São Paulo. Minas Gerais se constitui no segundo estado na preferência dos emigrantes dos municípios da área de estudo, tendo recebido 1.996 emigrantes, o que em termos relativos representa 8,48% do fluxo emigratório. O estado do Rio de Janeiro ocupa o terceiro lugar na preferência dos emigrantes dos municípios em estudo. Para lá migraram 1.385 pessoas, o que equivale à 5,88% de todo o fluxo emigratório.

Portanto, os três estados de maior economia do Brasil receberam 76,18% de todos os emigrantes que se originaram dos municípios da Área de Estudo. Logo, se evidencia que a raiz do movimento emigratório é fortemente marcada pela busca de melhores oportunidades econômicas.

O quadro a seguir demonstra para onde os emigrantes dos municípios da Área de Estudo foram fixar residência.

QUADRO 4.10 - Fluxo emigratório na Área de Estudo.

| Estados da Federação/ Municípios | Rondônia | Acre | Amazonas | Roraima | Pará | Amapá | Tocantins | Maranhão | Piauí | Ceará | Rio Grande do Norte | Paraíba | Pernambuco | Alagoas | Sergipe | Bahia | Minas Gerais | Espirito Santo | Rio de Janeiro | São Paulo | Paraná | Santa Catarina | Rio Grande do Sul | Mato Grosso do Sul | Mato Grosso | Goiás | Distrito Federal | Brasil sem especificação | Estrangeiros | Total - Emigrantes em outras UF ou em país estrangeiro | Percentual de pop emigrante/população total |
|-------------------------------------|------------|-----------|-----------|----------|------------|----------|-----------|------------|-----------|------------|---------------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|----------------|----------------|---------------|------------|----------------|-------------------|--------------------|-------------|------------|------------------|--------------------------|--------------|--|---|
| Grão Mogol | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 43 | - | 5 | 16 | 324 | 19 | - | - | 6 | 5 | - | 32 | 4 | - | 454 | 3,1918 |
| Padre Carvalho | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 6 | 64 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 70 | 1,3392 |
| Fruta de Leite | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 17 | - | - | - | - | - | - | - | 5 | - | 22 | 0,3246 |
| Novorizonte | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 108 | - | - | - | - | 6 | - | - | - | - | 114 | 2,4729 |
| Salinas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 8 | - | 11 | - | 805 | 24 | - | - | 42 | - | 31 | 46 | - | - | 967 | 2,6334 |
| Taiobeiras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 13 | - | - | - | 23 | - | 138 | - | 14 | - | 692 | - | 33 | 13 | - | - | 51 | 18 | 10 | 28 | 1 033 | 3,7774 |
| Curral de Dentro | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 51 | 42 | - | - | - | 70 | - | - | - | - | - | - | - | 5 | - | 168 | 2,8127 |
| Berizal | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 11 | - | - | - | 32 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 43 | 1,0831 |
| Águas Vermelhas | - | - | - | - | 5 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 171 | - | 11 | 5 | 44 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 236 | 1,9869 |
| Total Minas Gerais | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 | 0 | 0 | 0 | 23 | 51 | 413 | 0 | 41 | 27 | 2.156 | 43 | 33 | 13 | 48 | 11 | 82 | 96 | 24 | 28 | 2.074 | 2,242 |
| Encruzilhada | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 12 | - | 602 | - | - | 166 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 780 | 2,3691 |
| Cândido Sales | - | - | 11 | - | - | - | - | - | - | 28 | - | - | 8 | - | - | - | 203 | - | 28 | 394 | - | - | - | - | - | - | - | 13 | - | 685 | 2,4022 |
| Vitória da Conquista | - | 40 | 13 | - | 24 | - | 10 | 8 | 19 | 142 | 75 | 108 | 130 | 75 | 88 | - | 1 003 | 135 | 234 | 4.521 | 111 | 67 | 49 | 65 | 9 | 97 | 105 | 66 | 73 | 7.267 | 2,7684 |
| Ribeirão do Largo | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 119 | - | 1 | 203 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 323 | 2,1107 |
| Itambé | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 9 | - | - | - | - | 87 | - | - | 205 | 8 | - | - | - | - | - | - | - | - | 309 | 1,0016 |
| Itapetinga | - | - | - | - | 27 | - | - | 15 | - | 20 | - | 69 | 107 | 11 | 63 | - | 300 | 81 | 55 | 1.573 | - | - | 78 | - | - | 6 | 15 | - | - | 2.420 | 4,1774 |
| Itaju do Colônia | - | - | - | - | 26 | - | - | - | - | - | - | - | 4 | - | - | - | - | 20 | 12 | 83 | - | - | - | - | 17 | - | - | - | - | 162 | 1,8881 |
| Itapé | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 4 | - | - | - | - | - | - | - | - | 5 | 22 | 4 | - | - | - | - | - | - | - | - | 35 | 0,2391 |
| Ibicaraí | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 10 | - | 11 | - | - | 38 | - | 10 | 11 | 21 | 227 | - | - | - | - | 9 | - | - | - | - | 337 | 1,175 |
| Itabuna | 107 | - | - | - | 50 | - | - | 49 | 15 | 122 | 11 | 50 | 127 | 38 | 73 | - | 222 | 271 | 348 | 2.611 | 80 | 8 | 34 | 11 | 86 | 29 | 54 | 26 | 23 | 4.445 | 2,2601 |
| Barro Preto | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 46 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 46 | 0,5348 |
| Itajuípe | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 14 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 71 | - | - | - | - | - | - | - | - | 8 | 93 | 0,4131 |
| Ilhéus | 102 | - | 9 | - | - | - | - | 40 | - | 135 | 9 | 68 | 49 | 23 | 159 | - | 453 | 267 | 654 | 2.279 | 46 | 15 | 26 | 17 | 17 | 46 | 48 | 10 | 100 | 4.572 | 2,0583 |
| Total Bahia | 209 | 40 | 33 | 0 | 127 | 0 | 10 | 112 | 34 | 475 | 95 | 315 | 425 | 147 | 433 | 0 | 1.996 | 785 | 1.358 | 12.401 | 249 | 90 | 187 | 93 | 138 | 178 | 222 | 115 | 204 | 21.474 | 2,3347 |
| Total Geral | 209 | 40 | 33 | 0 | 132 | 0 | 10 | 112 | 34 | 488 | 95 | 315 | 425 | 170 | 484 | 413 | 1.996 | 826 | 1.385 | 14.557 | 292 | 123 | 200 | 141 | 149 | 260 | 318 | 139 | 232 | 23.548 | 2,5442 |

Fonte: Censo Demográfico 2000/IBGE. Elaboração Brandt Meio Ambiente.

4.1.12 - Imigração por tempo de residência

No sentido de se avaliar os fluxos mais recentes de imigração, o Censo Demográfico do IBGE, identifica as pessoas que imigraram há menos de 10 anos para os municípios da Área de Estudo, subdividindo esse grupo entre faixas intervalares menores: menos de 1 ano, de 1 a 2 anos, de 3 a 5 anos e de 6 a 9 anos.

O presente estudo avalia a imigração por tempo de residência classificando a imigração recente em dois grupos, que são o das pessoas que residem no município há menos de 5 anos e o das pessoas que residem de 5 há menos de 10 anos.

Os municípios que possuem as maiores taxas de imigração recente, com 5 ou menos anos de residência, foram: Curral de Dentro (58,10%), Itapetinga (47%), Novorizonte (46,5%), Padre Carvalho (42,3%) e Ilhéus (40,6%). Portanto, esses municípios vivenciavam na época do Censo 2000, um elevado nível de imigração recente. O que sugere um processo menos consolidado e decorrente de uma conjuntura econômica específica que vigorou nesses entre 1995 a 2000.

Considerando a imigração recente que inclui os imigrantes que estão residindo nos municípios avaliados há menos de 10 anos, destacam-se com a maior incidência de pessoas nessa condição os municípios de Padre Carvalho, Curral de Dentro e Ilhéus.

A avaliação da imigração recente permite avaliar o nível de consolidação dos processos migratórios. A região estudada apresenta uma alta taxa de imigrantes recentes, o que demonstra que o fluxo migratório está sendo influenciado pela conjuntura econômica que vigorou na década de 1990.

O quadro 4.11 a seguir mostra a o número de imigrantes recentes (menos de 10 anos) que residem nos municípios da Área de Estudo do Projeto Vale do Rio Pardo.

QUADRO 4.11 - Imigração por tempo de residência

| Estados da Federação | Menos de 1 ano | 1 a 2 anos | 3 a 5 anos | 6 a 9 anos | Total da migração recente | Total da pop. imigrante | % de migração recente sobre a migração total | |
|----------------------|----------------|------------|------------|------------|---------------------------|-------------------------|--|------------------------------|
| | | | | | | | Até 5 anos de residência | De 5 a 10 anos de residência |
| Grão Mogol | 6 | 75 | 65 | 16 | 162 | 665 | 21,95 | 24,4 |
| Padre Carvalho | 0 | 47 | 0 | 55 | 102 | 111 | 42,34 | 91,9 |
| Fruta de Leite | 0 | 11 | 17 | 0 | 28 | 73 | 38,36 | 38,35 |
| Novorizonte | 0 | 24 | 9 | 5 | 38 | 71 | 46,48 | 53,52 |
| Salinas | 126 | 209 | 150 | 104 | 589 | 1.354 | 35,82 | 43,5 |
| Taiobeiras | 68 | 252 | 269 | 228 | 817 | 1.396 | 42,19 | 58,52 |
| Curral de Dentro | 49 | 66 | 7 | 15 | 137 | 210 | 58,1 | 65,23 |
| Berizal | 5 | 15 | 4 | 45 | 69 | 184 | 13,04 | 37,52 |
| Águas Vermelhas | 45 | 116 | 39 | 112 | 312 | 643 | 31,1 | 48,52 |
| Encruzilhada | 0 | 455 | 436 | 393 | 1284 | 3.401 | 26,2 | 37,75 |
| Cândido Sales | 24 | 333 | 335 | 343 | 1035 | 2.836 | 24,4 | 36,5 |
| Vitória da Conquista | 1.213 | 2.036 | 1.947 | 1.881 | 7.077 | 18.530 | 28,04 | 38,2 |
| Ribeirão do Largo | 21 | 138 | 88 | 49 | 296 | 677 | 36,48 | 43,73 |
| Itambé | 0 | 108 | 30 | 49 | 187 | 573 | 24,08 | 32,63 |
| Itapetinga | 457 | 790 | 347 | 315 | 1.909 | 4.067 | 47 | 46,93 |
| Itaju do Colônia | 23 | 28 | 30 | 13 | 94 | 263 | 30,8 | 35,74 |
| Itapé | 0 | 9 | 9 | 48 | 66 | 286 | 6,29 | 23 |
| Ibicaraí | 11 | 134 | 136 | 43 | 324 | 1.166 | 24,1 | 27,8 |
| Itabuna | 309 | 1567 | 1000 | 918 | 3794 | 11.188 | 25,71 | 33,9 |
| Barro Preto | 6 | 15 | 5 | 8 | 34 | 82 | 31,71 | 41,46 |
| Itajuípe | 0 | 44 | 27 | 44 | 115 | 554 | 12,82 | 20,75 |
| Ilhéus | 727 | 1515 | 1094 | 1406 | 4742 | 8.203 | 40,67 | 57,8 |

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

4.1.13 - Deslocamentos pendulares

Os deslocamentos pendulares, caracterizados como um tipo de mobilidade populacional intra-urbana, são mais intensos em áreas de maior concentração da populacional. Estes constituem uma dimensão da organização e da alocação das atividades econômicas, mediados pela confluência dos processos de transformação do espaço urbano, e derivados, em grande parte, da sua forma de expansão e ocupação pela população, além da distribuição das funções urbanas e das atividades econômicas.

Com efeito, os deslocamentos pendulares são típicos das grandes metrópoles. Estas se originam de um município pólo, principalmente, em função de este possuir maior porte econômico e melhor rede de serviços públicos e privados; sendo assim, este atrai novos contingentes populacionais, vivenciando um processo acelerado de expansão de sua área urbana, que culmina na conurbação com os municípios menores situados no entorno, instituindo, assim, uma região metropolitana. É nas regiões metropolitanas que ocorrem a maioria dos processos de deslocamentos (ou migrações) pendulares, quando um trabalhador sai de sua cidade, periférica em relação à cidade pólo da região metropolitana, e vai para a cidade pólo afim de trabalhar ou estudar, retornando a final do dia. Ou seja, as migrações pendulares são diferentes da migração tradicional, porque não envolve a saída definitiva (ou por um longo período) da cidade em que a pessoa reside. Apesar disso, as motivações que determinam os deslocamentos pendulares são as mesmas que geram as migrações, ou seja, a busca por oportunidades de trabalho, estudo e/ou serviços e comércio.

São exemplos de deslocamentos pendulares:

- a) Deslocamento de pessoas que deixam o interior nordestino nos períodos de seca para trabalhar no litoral, regressando ao local de origem após terminar o problema climático ou o trabalho sazonal.
- b) Viagens de residentes em cidades-dormitório, realizadas por pessoas que moram em uma determinada cidade e trabalham em outra.
- c) Deslocamentos de fins de semana e de férias, com objetivos de lazer e descanso. Esse fluxo é conhecido como *commuting* e é o principal fator de congestionamentos nas estradas que partem das grandes metrópoles em direção às praias ou às regiões campestres.
- d) Deslocamentos de bóias-frias, ou seja, de trabalhadores que se deslocam, diariamente, de suas residências em direção às fazendas onde trabalham, e, à tarde, regressam às suas casas. Há também o chamado movimento sazonal, em que os bóias-frias podem atuar nas diferentes áreas do país, nas diversas épocas de colheita, transformando-se assim nos chamados trabalhadores volantes.

Na maioria dos municípios em análise, os processos de deslocamentos pendulares não são significativos. Fato que pode ser atribuído a ausência de uma grande metrópole na área de estudo do Projeto Rio Pardo. Em termos relativos, o município de Novorizonte/MG lidera a proporção de cidadãos que se deslocam para estudar ou trabalhar em outros municípios, onde 6% da sua população realiza deslocamentos pendulares. Esse perfil pode ser atribuído ao fato do município ser limítrofe à Salinas, que possui porte econômico e demográfico bem superior ao seu, portanto, infere-se que exerce uma atração natural sobre os municípios menores limítrofes. Também apresentam um percentual semelhante de pessoas realizando deslocamentos pendulares, os municípios de Águas Vermelhas e Padre Carvalho, respectivamente, 5% e 4% da população destes realizam o processo de migração pendular.

O Quadro 4.12 a seguir demonstra esses dados.

QUADRO 4.12 - Pessoas que realizavam deslocamentos pendulares

| Municípios | Trabalhavam ou estudavam em outro município ou país estrangeiro | População Total | % População que desloca/pop. total |
|----------------------|---|-----------------|------------------------------------|
| Grão Mogol | 569 | 14.224 | 4 |
| Padre Carvalho | 213 | 5.227 | 4,07 |
| Fruta de Leite | 208 | 6.777 | 3,07 |
| Novorizonte | 281 | 4.610 | 6,1 |
| Salinas | 798 | 36.720 | 2,17 |
| Taiobeiras | 744 | 27.347 | 2,72 |
| Curral de Dentro | 232 | 5.973 | 3,88 |
| Berizal | 77 | 3.970 | 1,94 |
| Águas Vermelhas | 599 | 11.878 | 5,04 |
| Encruzilhada | 493 | 32.924 | 1,5 |
| Cândido Sales | 545 | 28.516 | 1,91 |
| Vitória da Conquista | 3412 | 262.494 | 1,3 |
| Ribeirão do Largo | 162 | 15.303 | 1,06 |
| Itambé | 140 | 30.850 | 0,45 |
| Itapetinga | 2185 | 57.931 | 3,77 |
| Itaju do Colônia | 224 | 8.580 | 2,61 |
| Itapé | 503 | 14.639 | 3,44 |
| Ibicaraí | 440 | 28.681 | 1,53 |
| Itabuna | 2911 | 196.675 | 1,48 |
| Barro Preto | 262 | 8.602 | 3,05 |
| Itajuípe | 785 | 22.511 | 3,49 |
| Ilhéus | 2.488 | 222.127 | 1,12 |

Fonte: IBGE, 2000.

5 - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Para caracterizar o uso e a ocupação do solo ao longo das estruturas do Projeto Vale do Rio Pardo serão estudados vários aspectos que demonstram a utilização da terra e a ocupação territorial, vale ressaltar que a maioria dos dados apresentados se refere de maneira agregada aos municípios, o que contribui para a consolidação do entendimento sobre a realidade com a qual o mineroduto interferirá, uma vez que a economia do setor primário (agropecuário) destes está refletida nas suas respectivas áreas rurais sobre as quais o mineroduto será disposto. Ademais, as campanhas de campo realizadas para a elaboração do presente diagnóstico agregam um nível de conhecimento complementar aos dados agregados da agropecuária de cada município da Área de Estudo.

No sentido de caracterizar a paisagem, inicialmente se apresentará as principais culturas de cada município, avaliando o valor econômico que estas produzem e a área ocupada pelas mesmas. Esta abordagem visa gerar um entendimento sobre quais são as culturas agrícolas mais relevantes e a intensidade que essas ocupam o território; por conseguinte, esta informação também é útil para avaliar com quais tipologias de culturas agrícolas o empreendimento tenderá a interferir. Após a análise referente às culturas agrícolas de cada município da área de estudo, o presente estudo abordará os tipos de utilização das terras segundo suas áreas, o uso e ocupação de solo e por fim os dados históricos da ocupação humana dos territórios avaliados.

Por fim, salienta-se que o cadastramento dos superficiários, exigido pelo IBAMA, encontra-se no anexo 03 desse documento. Todas as informações necessárias ao entendimento do tema encontram-se nesse quadro-síntese.

5.1 - Caracterização da Paisagem

Sob o ponto de vista socioeconômico, a paisagem com a qual o mineroduto interferirá será inicialmente descrita através dos elementos que definem a ocupação e o uso da terra. Neste sentido, considera-se relevante apresentar os dados relativos à produção agropecuária e à estrutura fundiária dos municípios e conjugar esses dados com os levantamentos de campo relativo à socioeconomia. Neste item também serão descritas as comunidades (vilas, povoados e distritos) que estarão mais próximas ao mineroduto e, sendo assim, sujeitas aos impactos de primeira ordem do seu processo de implantação e operação.

5.2 - Principais culturas agrícolas

5.2.1 - Agricultura - Lavoura Permanente

Nos municípios da Área de Estudo do mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo há um predomínio da cultura de banana dentre as lavouras permanentes presentes na região. A banana é a principal cultura agrícola de 11 municípios.

Também merece destaque as culturas de Cacau e laranja com a produção da lavoura permanente em 7 municípios, Itapé, Ibicaraí, Itabuna e Ilhéus liderando a produção de cacau. E os municípios de Fruta de Leite, Novorizonte e Curral de Dentro onde a cultura de laranja prepondera.

As culturas permanentes movimentaram uma economia avaliada em R\$ 209 milhões, em 2010 no contexto geral. Nos municípios da região, as principais culturas permanentes são as de banana, laranja, manga, maracujá, café e cacau. Avaliando a importância econômica das culturas o cacau é a que mais gera riqueza econômica dentre os municípios da área de estudo, preponderando em 4 municípios. Todos baianos e são: Itapé, Ibicaraí, Itabuna, e Ilhéus.

O valor anual da produção cafeeira é de R\$ 61,1 milhões, o que representa aproximadamente 29% do valor gerado por todas as culturas permanentes. Por sua vez, a produção cacauzeira gerou uma riqueza econômica da ordem de R\$ 115 milhões, o que equivale à 55% de todas as culturas permanentes. Portanto, a soma do valor da produção da cultura de cacau mais a de café, representa 80% da riqueza gerada pelas principais culturas permanentes.

QUADRO 5.1 - Principais culturas permanentes dos municípios da Área de Estudo

| Municípios | Cultura Agrícola | Quantidade produzida (t) | Valor da produção (em mil reais) | Valor da produção - percentual em relação ao próprio município - % | Área Plantada (ha) |
|----------------|------------------|--------------------------|----------------------------------|--|--------------------|
| Grão Mogol | Café | 160 | 664 | 63,00 | 140 |
| | Banana | 320 | 320 | 30,36 | 32 |
| | Laranja | 100 | 70 | 6,64 | 20 |
| Padre Carvalho | Banana | 80 | 80 | 74,7 | 10 |
| | Laranja | 21 | 15 | 14,0 | 6 |
| | Café | 4 | 17 | 11,3 | 5 |
| Fruta de Leite | Laranja | 264 | 156 | 37,32 | 22 |
| | Café | 36 | 192 | 45,93 | 30 |
| | Banana | 195 | 70 | 16,75 | 13 |
| Novorizonte | Laranja | 780 | 468 | 44,37 | 52 |
| | Banana | 375 | 113 | 19,89 | 25 |
| | Café | 38 | 203 | 35,74 | 16 |
| Salinas | Manga | 810 | 446 | 80,22 | 50 |
| | Banana | 180 | 58 | 10,43 | 12 |
| | Laranja | 780 | 52 | 9,35 | 52 |
| Taiobeiras | Café | 3.011 | 16.049 | 88,14 | 772 |
| | Laranja | 2.214 | 1.328 | 7,29 | 123 |
| | Maracujá | 1.750 | 831 | 4,56 | 70 |

Continuação

| Municípios | Cultura Agrícola | Quantidade produzida (t) | Valor da produção (em mil reais) | Valor da produção - percentual em relação ao próprio município - % | Área Plantada (ha) |
|----------------------|------------------|--------------------------|----------------------------------|--|--------------------|
| Curral de Dentro | Maracujá | 180 | 225 | 49,02 | 15 |
| | Banana | 142 | 99 | 21,57 | 15 |
| | Laranja | 225 | 135 | 29,41 | 15 |
| Berizal | Laranja | 96 | 53 | 24,65 | 8 |
| | Banana | 180 | 90 | 41,86 | 12 |
| | Manga | 130 | 72 | 33,49 | 9 |
| Águas Vermelhas | Banana | 1.860 | 1.302 | 56,46 | 124 |
| | Maracujá | 580 | 725 | 31,44 | 30 |
| | Laranja | 465 | 279 | 12,10 | 31 |
| Encruzilhada | Café | 3.000 | 14.032 | 56,34 | 5.140 |
| | Banana | 16.800 | 10.584 | 42,50 | 1.200 |
| | Maracujá | 261 | 290 | 1,16 | 29 |
| Cândido Sales | Não possui | | | | |
| Vitória da Conquista | Café | 6.600 | 23.760 | 87,9 | 10.000 |
| | Banana | 5.000 | 3.100 | 8,41 | 500 |
| | Maracujá | 1.500 | 1.350 | 3,66 | 100 |
| Ribeirão do Largo | Café | 1.500 | 5.250 | 73,53 | 2.560 |
| | Banana | 3.000 | 1.890 | 26,47 | 300 |
| Itambé | Cacau | 922 | 4.887 | 4,887 | 2.547 |
| | Banana | 2.400 | 1.464 | 1,464 | 120 |
| | Café | 240 | 826 | 826 | 400 |
| Itapetinga | Banana | 280 | 168 | 66,67 | 5 |
| | Cacau | 3 | 16 | 33,33 | 10 |
| Itaju do Colônia | Cacau | 190 | 988 | 84,95 | 1.140 |
| | Banana | 350 | 175 | 15,05 | 50 |
| Itapé | Cacau | 382 | 1.986 | 96,69 | 1.626 |
| | Banana | 105 | 68 | 3,31 | 15 |
| Ibicaraí | Cacau | 1.067 | 5.548 | 96,71 | 5.675 |
| | Banana | 320 | 176 | 3,07 | 40 |
| | Café | 5 | 13 | 0,23 | 5 |
| Itabuna | Cacau | 2.556 | 13.135 | 98,75 | 11.428 |
| | Banana | 105 | 68 | 0,51 | 15 |
| | Maracujá | 140 | 98 | 0,74 | 14 |
| Barro Preto | Cacau | 1.827 | 9.500 | 75,96 | 8.700 |
| | Borracha | 850 | 1.615 | 12,91 | 850 |
| | Banana | 2.400 | 1.392 | 11,13 | 150 |

Continuação

| Municípios | Cultura Agrícola | Quantidade produzida (t) | Valor da produção (em mil reais) | Valor da produção - percentual em relação ao próprio município - % | Área Plantada (ha) |
|------------|------------------|--------------------------|----------------------------------|--|--------------------|
| Itajuípe | Cacau | 3.840 | 19.968 | 86,67 | 16.000 |
| | Banana | 4.800 | 2.880 | 12,50 | 300 |
| | Café | 240 | 191 | 0,83 | 100 |
| Ilhéus | Cacau | 9.698 | 59.904 | 87,74 | 48.000 |
| | Borracha | 1.700 | 3.570 | 5,23 | 1.700 |
| | Banana | 8.000 | 4.800 | 7,03 | 320 |

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2010;

5.2.2 - Lavouras temporárias

Nos municípios da área de estudo, as lavouras temporárias possuem uma importância econômica inferior à das culturas permanentes e também ocupam uma área menor. As culturas temporárias geram uma riqueza de R\$ 34.665 milhões, o que equivale à 36% do valor econômico gerado pelas culturas permanentes.

As principais culturas temporárias presentes nos municípios da área de estudo são a cultura de Cana de açúcar e milho, que predomina em 12 municípios, sendo Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta de Leite, Novorizonte, Salinas, Taiobairas, Itambé, Itapetinga, Itaju do Colônia, Itapé, Ibicarai e Itabuna; Mandioca lidera nos municípios de Curral de Dentro, Berizal, Águas Vermelhas, Encruzilhada, Cândido Sales, Vitória da Conquista, Ribeirão do Largo; Barro Preto, Itajuípe e Ilhéus. A cultura de Feijão lidera somente no município de Itambé.

QUADRO 5.2 - Principais culturas temporárias dos municípios da Área de Estudo

| Municípios | Cultura Agrícola | Área Plantada (hectares) | Quantidade produzida (t) | Valor da produção (Mil reais) | % em \$ relação a produção agrícola municipal |
|----------------|------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------------|---|
| Grão Mogol | Cana de açúcar | 150 | 6.000 | 300 | 9,74 |
| | Milho | 2.000 | 2.600 | 910 | 57,78 |
| | Mandioca | 200 | 2.000 | 1.000 | 32,48 |
| Padre Carvalho | Cana de açúcar | 30 | 1.500 | 75 | 16,85 |
| | Feijão | 284 | 159 | 233 | 52,36 |
| | Milho | 280 | 392 | 137 | 30,79 |

Continuação

| Municípios | Cultura Agrícola | Área Plantada (hectares) | Quantidade produzida (t) | Valor da produção (Mil reais) | % em \$ relação a produção agrícola municipal |
|-------------------|------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------------|---|
| Fruta de Leite | Cana de açúcar | 85 | 4.675 | 210 | 38,6 |
| | Feijão | 515 | 94 | 238 | 43,75 |
| | Mandioca | 80 | 960 | 96 | 17,65 |
| Novorizonte | Cana de açúcar | 110 | 5.500 | 248 | 41,06 |
| | Feijão | 220 | 102 | 258 | 42,72 |
| | Milho | 190 | 195 | 98 | 16,23 |
| Salinas | Cana de açúcar | 700 | 42.000 | 2.100 | 80,77 |
| | Feijão | 1.200 | 1.200 | 350 | 13,46 |
| | Mandioca | 150 | 1.500 | 150 | 5,77 |
| Taiobeiras | Cana-de-Açúcar | 260 | 12.480 | 562 | 21,84 |
| | Feijão | 710 | 305 | 767 | 29,81 |
| | Milho | 720 | 432 | 216 | 8,39 |
| Curral Dentro | Feijão | 430 | 200 | 447 | 10,82 |
| | Mandioca | 360 | 9000 | 3240 | 78,41 |
| | Milho | 250 | 420 | 231 | 5,59 |
| Berizal | Feijão | 230 | 53 | 112 | 52,83 |
| | Mandioca | 40 | 600 | 60 | 28 |
| | Milho | 130 | 52 | 26 | 12 |
| Águas Vermelhas | Mandioca | 900 | 10800 | 3.888 | 75 |
| | Milho | 300 | 477 | 286 | 5,51 |
| | Tomate | 20 | 800 | 320 | 6,16 |
| Encruzilhada | Feijão | 4500 | 430 | 477 | 15,11 |
| | Mandioca | 1090 | 10900 | 1526 | 48,35 |
| | Milho | 2500 | 300 | 120 | 3,8 |
| Cândido Sales | Cana-de-açúcar | 50 | 3000 | 270 | 2,83 |
| | Feijão | 250 | 33 | 39 | 0,41 |
| | Mandioca | 5500 | 66000 | 9240 | 96,68 |
| Vitória Conquista | Feijão | 12700 | 1270 | 1391 | 61,79 |
| | Mandioca | 400 | 4000 | 560 | 24,88 |
| | Milho | 2000 | 288 | 114 | 5,06 |
| Ribeirão Largo | Feijão | 500 | 48 | 56 | 19,58 |
| | Mandioca | 130 | 1300 | 182 | 53,64 |
| | Milho | 250 | 25 | 10 | 3,5 |

Continuação

| Municípios | Cultura Agrícola | Área Plantada (hectares) | Quantidade produzida (t) | Valor da produção (Mil reais) | % em \$ relação a produção agrícola municipal |
|------------------|------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------------|---|
| Itambé | Cana-de-açúcar | 500 | 48 | 56 | 19,58 |
| | Feijão | 130 | 1300 | 182 | 63,64 |
| | Milho | 250 | 25 | 10 | 3,5 |
| Itapetinga | Cana-de-açúcar | 30 | 1350 | 97 | 69,29 |
| | Feijão | 30 | 18 | 22 | 15,71 |
| | Mandioca | 10 | 120 | 17 | 12,14 |
| Itaju do Colônia | Cana-de-açúcar | 35 | 1050 | 158 | 84,04 |
| | Mandioca | 15 | 180 | 25 | 13,3 |
| | Milho | 15 | 15 | 5 | 2,66 |
| Itapé | Cana-de-açúcar | 10 | 300 | 45 | 73,77 |
| | Mandioca | 8 | 104 | 16 | 26,23 |
| Ibicaraí | Cana-de-açúcar | 20 | 600 | 90 | 56,96 |
| | Mandioca | 30 | 390 | 59 | 37,34 |
| | Milho | 30 | 27 | 9 | 5,7 |
| Itabuna | Cana-de-açúcar | 20 | 600 | 90 | 63,83 |
| | Mandioca | 20 | 300 | 45 | 31,91 |
| | Milho | 20 | 16 | 6 | 4,26 |
| Barro Preto | Mandioca | 20 | 240 | 36 | 100 |
| Itajuípe | Cana-de-açúcar | 70 | 1400 | 210 | 24,25 |
| | Mandioca | 250 | 3500 | 525 | 60,62 |
| | Milho | 50 | 35 | 20 | 2,31 |
| Ilhéus | Abacaxi | 20 | 400 (mil Frutos) | 340 | 22,22 |
| | Mandioca | 500 | 6500 | 1170 | 76,47 |
| | Milho | 50 | 40 | 20 | 1,31 |

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - 2010;

Silvicultura

Os produtos da silvicultura não são encontrados em todos os municípios da Área de Estudo do Projeto Vale do Rio Pardo, mas está mais presente nos municípios mineiros da área de estudo. A atividade possui maior porte econômico nos municípios de Taiobeiras, onde gera uma riqueza de R\$ 18,31 milhões, e no município de Grão Mogol, que possui uma produção avaliada em R\$ 12,55 milhões. Se somarmos toda a produção da silvicultura dos municípios da Área de Estudo, considerando a produção de carvão vegetal, madeira em tora e lenha, esta gera uma economia avaliada em R\$ 52 milhões por ano. Com isso, se pode afirmar que a atividade de silvicultura dos municípios de Grão Mogol e Taiobeiras equivale à 68% da produção dos municípios avaliados.

O principal produto oriundo da silvicultura na região em análise é o carvão vegetal, que gera R\$ 40,9 milhões, seguida pela produção de madeira em tora, que gera R\$ 6 milhões e a lenha gerou, em 2010, R\$ 5,6 milhões.

Nos municípios de Grão Mogol, Berizal e Ilhéus também há a ocorrência de outras atividades econômicas relacionadas ao extrativismo vegetal. Em Grão Mogol, há o aproveitamento comercial da resina do pinus. Em 2010, o município produziu 756 toneladas de resina, o que gerou uma economia da ordem de R\$ 2,79 milhões. Em Berizal, há o aproveitamento da folha do eucalipto. Em 2010, foram coletadas para fins comerciais 980 toneladas de folhas de eucalipto, gerando uma riqueza avaliada em R\$ 41 mil. E em Ilhéus, há a produção de piaçava. No ano de 2010, se produziu 21.100 toneladas de folhas de piaçava, que geraram uma riqueza avaliada em R\$ 52 milhões.

O quadro a seguir demonstra os valores relativos à quantidade produzida e ao valor gerado pela silvicultura.

QUADRO 5.3 - Silvicultura

| Municípios | Silvicultura | | | | | | | |
|------------------|----------------|---------|-----------------|---------|-------------------------------|---------|--------|---------|
| | Carvão vegetal | | Madeira em tora | | Madeira em tora para celulose | | Lenha | |
| | Tonelada | Mil R\$ | M³ | Mil R\$ | M³ | Mil R\$ | M³ | Mil R\$ |
| Grão Mogol | 27.850 | 12.553 | 72.000 | 3.774 | | | 5.100 | 66 |
| Padre Carvalho | 2.880 | 1.296 | 13.000 | 676 | | | 4.800 | 62 |
| Fruta de Leite | 9.741 | 4.870 | | | | | 5.600 | 83 |
| Novorizonte | | | | | | | 5.600 | 84 |
| Salinas | 5.473 | 2.737 | | | | | 51.800 | 777 |
| Taiobeiras | 36.630 | 18.315 | 10.860 | 434 | | | 23.215 | 882 |
| Curral de Dentro | 250 | 125 | 1.000 | 200 | | | 38.000 | 1.520 |
| Berizal | 296 | 148 | | | | | 2.120 | 32 |
| Águas Vermelhas | 741 | 371 | 5.000 | 1.000 | | | 74.580 | 1.000 |

Continuação

| Municípios | Silvicultura | | | | | | | |
|----------------------|----------------|---------|-----------------|---------|-------------------------------|---------|---------|---------|
| | Carvão vegetal | | Madeira em tora | | Madeira em tora para celulose | | Lenha | |
| | Tonelada | Mil R\$ | M³ | Mil R\$ | M³ | Mil R\$ | M³ | Mil R\$ |
| Encruzilhada | 536 | 375 | 7 | 1 | | | 14.675 | 323 |
| Cândido Sales | 24 | 17 | 8 | 1 | | | 17.177 | 378 |
| Vitória da Conquista | 47 | 33 | 28 | 3 | | | 12.909 | 258 |
| Ribeirão do Largo | 3 | 2 | 6 | 1 | | | 5.520 | 121 |
| Itambé | 4 | 3 | 5 | 1 | | | 538 | 12 |
| Itapetinga | 0 | 1 | | | | | 262 | 12 |
| Itajú do Colônia | | | | | | | | |
| Itapé | | | | | | | | |
| Ibicaraí | | | | | | | | |
| Itabuna | | | | | | | | |
| Barro Preto | | | | | | | | |
| Itajuípe | 0 | 1 | | | | | 6 | 0 |
| Ilhéus | 62 | 111 | 11 | 0 | | | 18 | 0 |
| Total | 84.537 | 40.958 | 101.925 | 6.091 | | | 261.920 | 5610 |

Fonte: IBGE, Sidra - Produção da Silvicultura, 2010

5.3 - Pecuária

A atividade pecuária é importante para os municípios da área de estudo, estando presente em todos os municípios estudados. Dentre as diversas criações que a pecuária envolve, destaca-se a bovina, que está presente em todos os municípios e é a que gera maior valor econômico. Ademais, a pecuária necessita de uma ampla área agrícola para o seu desenvolvimento, sendo, portanto, um importante fator na ocupação das terras agrícolas.

Considerando os municípios da Área de Estudo de Minas Gerais e os da Bahia, nota-se que a atividade pecuária é mais desenvolvida nos municípios baianos. Estes respondem por 82% do rebanho bovino, 95% do de búfalos, 80% do de equinos, 90% do de asininos, 92% do de muares, 88% do de caprinos, 92% do de ovinos, 66% do de suínos, 84% do de aves e 84% das vacas ordenhadas estão nos municípios baianos da Área de Estudo.

O município de Vitória da Conquista/BA possui 128.621 cabeças de gado bovino, sendo o maior rebanho bovino da área de estudo. Em segundo lugar surge Itapetinga/BA com 126.066 cabeças de gado, seguido por Itambé/BA com 110.729 cabeças de gado, por Ribeirão do Largo/BA com 61.301 cabeças, e Salinas/MG com 50.690 cabeças de gado.

Os municípios de Itapetinga e Itambé possuem os maiores rebanhos de búfalos, com, respectivamente, 216 e 255 cabeças de gado bubalino.

Os maiores rebanhos de equinos estão nos municípios baianos de Itambé, Vitória da Conquista e Itaju do Colônia, que possuem, respectivamente, 5.411 cavalos, 6.837 e 3.900.

O maior rebanho de asinino está no município de Vitória da Conquista/BA com 3.228 asnos, seguido por Itambé/BA com 716.

Ilhéus/BA e Itajuípe/BA possuem os maiores plantéis de muares, representando 15% e 14% respectivamente. O maior rebanho de caprinos, pode ser encontrado em Vitória da Conquista com 6.445 indivíduos, o que representa 44% de todo o plantel de caprinos da Área de Estudo e também lidera a criação de ovinos, com 6.836 cabeças, o que equivale à 61% do total.

A suinocultura é significativa nos municípios baianos de Vitória da Conquista, com um plantel de 14.869 porcos, Ilhéus com um plantel de 11.030 porcos, e Itambé, com um plantel de 7.653 porcos. Em Minas Gerais, o município com o maior plantel de suínos é Salinas com 8.331 porcos.

A avicultura é relevante nos municípios de Vitória da Conquista/BA, Ilhéus/BA e Salinas/MG, Vitória da Conquista conta com um plantel de 765.514 aves (galináceos), Ilhéus possui 164.090 aves, e Salinas 81.486 aves. Ressalta-se que não se tratam de grandes plantéis avícolas, o que denota uma menor relevância desta atividade na Área de Estudo.

No que tange ao quantitativo de vacas ordenhadas destaca-se os municípios baianos de Vitória da Conquista com 32.155 vacas, seguido por Itambé 27.682 cabeças de vacas e Itapé com 11.500 vacas preparadas para ordenha.

O quadro a seguir demonstra os dados da pecuária para a região analisada.

QUADRO 5.4 - Produção da pecuária na área de estudo.

| Rebanho/Municípios | Bovinos | Bubalinos | Equinos | Asininos | Muare | Caprinos | Ovinos | Suínos | Aves | Vacas Ordenhadas |
|-----------------------------------|---------|-----------|---------|----------|-------|----------|--------|--------|---------|------------------|
| Grão Mogol | 21.100 | - | 3.340 | 53 | 440 | 140 | - | 7.150 | 43.700 | 4.970 |
| Padre Carvalho | 2.500 | - | 340 | 11 | 68 | - | - | 970 | 46.950 | 600 |
| Fruta de Leite | 6.507 | - | 416 | 22 | 196 | 12 | - | 1.488 | 18.242 | 1.398 |
| Novorizonte | 2.788 | - | 216 | 19 | 55 | 18 | 10 | 672 | 10.303 | 770 |
| Salinas | 50.696 | 50 | 2.218 | 166 | 528 | 720 | 285 | 8.331 | 81.486 | 8.850 |
| Taiobeiras | 19.331 | - | 862 | 68 | 146 | 117 | 398 | 3.919 | 32.054 | 2.590 |
| Curral de Dentro | 11.585 | - | 580 | 170 | 230 | 40 | - | 580 | 4.000 | 1.500 |
| Berizal | 9.041 | - | 392 | 14 | 33 | 480 | 228 | 733 | 5.595 | 930 |
| Águas Vermelhas | 15.826 | - | 600 | 160 | 230 | 420 | - | 390 | 1.200 | 2.930 |
| Municípios de Minas Gerais | 139.374 | 50 | 8.964 | 683 | 1.926 | 1.947 | 921 | 24.233 | 243.530 | 24.538 |
| Encruzilhada | 27.834 | 5 | 1.545 | 876 | 951 | 1.268 | - | 3.690 | 26.563 | 3.176 |
| Cândido Sales | 12.705 | - | 675 | 264 | 97 | 1.088 | 829 | 1.341 | 18.677 | 1.682 |
| Vitória da Conquista | 128.621 | 113 | 6.837 | 3.228 | 1.847 | 6.445 | 6.836 | 14.869 | 765.514 | 32.155 |
| Ribeirão do Largo | 61.301 | 83 | 3.834 | 404 | 2.525 | 451 | 1.397 | 2.384 | 21.063 | 15.325 |
| Itambé | 110.729 | 216 | 5.411 | 716 | 1.609 | 697 | - | 7.653 | 13.616 | 27.682 |
| Itapetinga | 126.066 | 255 | 1.926 | 164 | 1.268 | 362 | - | 592 | 6.546 | 11.428 |
| Itaju do Colônia | 60.622 | - | 3.900 | 480 | 2.000 | 1.000 | - | 840 | 12.900 | 10.000 |
| Itapé | 42.200 | - | 820 | 90 | 1.130 | 100 | 800 | 465 | 23.800 | 11.500 |
| Ibicaraí | 19.300 | 40 | 290 | 95 | 2.100 | 30 | - | 200 | 11.800 | 3.172 |
| Itabuna | 22.000 | - | 230 | 115 | 1.300 | - | - | 1.300 | 11.800 | 6.200 |
| Barro Preto | 4.169 | - | 125 | - | 1.525 | 940 | - | 1.020 | 16.900 | 1.150 |
| Itajuípe | 4.253 | - | 360 | - | 3.280 | 428 | - | 1.730 | 17.945 | 1.360 |
| Ilhéus | 16.546 | 374 | 2.060 | 68 | 3.590 | 1.800 | 1.380 | 11.030 | 164.090 | 5.300 |

Continuação

| Rebanho/Municípios | Bovinos | Bubalinos | Equinos | Asininos | Muares | Caprinos | Ovinos | Suínos | Aves | Vacas Ordenhadas |
|-----------------------------------|---------|-----------|---------|----------|--------|----------|--------|--------|-----------|------------------|
| Municípios da Bahia | 636.346 | 1.086 | 28.013 | 6.500 | 23.222 | 14.609 | 11.242 | 47.114 | 1.111.214 | 130.130 |
| Pecuária da Área de Estudo | 775.720 | 1.136 | 45.559 | 7.183 | 25.148 | 16.556 | 12.163 | 71.347 | 1.354.744 | 154.668 |

Fonte: IBGE, Sidra - Pecuária, 2010

5.4 - Produtos de origem Animal

A produção de leite tem destaque em 5 municípios baianos: Itambé, Vitória da Conquista, Itaju do Colônia, Ribeirão do Largo e Itapé. Estes somados produzem mais de 57 milhões de litros de leite por ano e representam 64% do total de toda a região analisada. A produção de ovos da região tem relevância para o município de Vitória da Conquista, que produz 2 milhões dúzias de ovos por ano. A produção de ovos desse município equivale à 47% de toda a região.

A produção melífera possui relevância no município de Vitória da Conquista, que produz 35 mil quilos por ano, seguido por Ribeirão do Largo, que produz 10 mil quilos e Ilhéus, com uma produção de 9.300 quilos de mel por ano. A produção desses quatro municípios soma 74.300 quilos de mel e representa 78% do total da região. O quadro a seguir demonstra os dados relativos aos principais produtos de origem animal encontrados na região em análise.

QUADRO 5.5 - Produtos de origem animal

| Municípios | Produtos de Origem Animal | | |
|----------------------|---------------------------|---------------------------------|-----------------------|
| | Leite (mil litros) | Ovos de galinha (mil dúzias) | Mel de abelha (kg) |
| Grão Mogol | 2.055 | 103 | 1.100 |
| Padre Carvalho | 218 | 18 | |
| Fruta de Leite | 644 | 89 | |
| Novorizonte | 338 | 63 | |
| Salinas | 3.596 | 496 | |
| Taiobeiras | 1.210 | 163 | 5.000 |
| Curral de Dentro | 699 | 20 | 398 |
| Berizal | 432 | 30 | |
| Águas Vermelhas | 1.813 | 7 | 3.015 |
| Encruzilhada | 3.384 | 68 | 6.000 |
| Cândido Sales | 1.594 | 73 | 2.400 |
| Vitória da Conquista | 17.003 | 2.023 | 35.000 |
| Ribeirão do Largo | 7.425 | 46 | 10.000 |
| Itambé | 17.583 | 32 | 600 |
| Itapetinga | 3.163 | 14 | |
| Itaju do Colônia | 10.573 | 15 | 400 |
| Itapé | 4.700 | 11 | |
| Ibicarái | 2.675 | 12 | 1.400 |
| Itabuna | 4.820 | 15 | 600 |
| Barro Preto | 350 | 17 | |
| Itajuípe | 393 | 54 | |
| Ilhéus | 1.500 | 327 | 9.300 |

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal, 2007

5.5 - Estrutura Fundiária

Pelo prisma do número de estabelecimentos rurais presentes em toda a área de estudo e também de acordo com o tamanho das áreas, se evidencia um baixo grau de concentração fundiária. Os município de Ilhéus/BA possui o maior quantitativo de propriedades rurais totalizando 3.345 propriedades, as com tamanho abaixo de 10 hectares, representa 46,5% do total de propriedades, as propriedades que possuem de 10 a 100 hectares representam 43,55% dos estabelecimentos. Em termos quantitativos, em seguida aparece o município de Itajuípe/BA com 476 propriedades, são 108 estabelecimentos com área entre de até 10 e 312 estabelecimentos que possuem de 10 até 100 hectares, o que equivale à 22,54% e 65,4% do total de propriedades no município. Itapé aparece em terceiro lugar com um total de 401, dessas 66 possuem até 10 hectares e 246 possuem de 10 a 100 hectares em termos propriedades percentuais esses valores representam 88% das propriedades.

Nos municípios mineiros o município de Taiobeiras possui o maior quantitativo de estabelecimentos são 136, dentre esses 79 se possuem menos de 10 hectares e 17 possuem de 10 a 100 hectares, em termos percentuais 100% dos estabelecimentos se enquadram nessas duas categorias. Em seguida se coloca o município de Salinas/MG, são 113 propriedades, dessas 53 com área inferior a 10 hectares que representam 63,47% do total, e 42 estabelecimentos que possuem de 10 a 100 hectares representando 37% das propriedades, em terceiro se coloca o município de Fruta de Leite com 91 estabelecimentos desses 83 possuem até 10 hectares, em termos percentuais representa 91% dos estabelecimentos.

Estes índices demonstram que não há nos municípios em estudo uma grande concentração de terras, pois a quantidade de estabelecimentos rurais acima de 200 hectares é, tendencialmente, bastante inferior à quantidade de estabelecimentos menores que esse tamanho.

Para os municípios mineiros, quando se compara os dados relativos ao grau de concentração fundiária, sob a ótica do número de estabelecimento por grupos de área, com a situação fundiária do Estado de Minas Gerais por exemplo, se evidencia uma baixa concentração fundiária. Em Minas Gerais existem 274.677.70 estabelecimentos agropecuários, desse total 233.954 possuem menos de 200 hectares e 40.723 possuem área acima de 200 hectares. Em termos relativos, os estabelecimentos agropecuários com mais de 200 hectares representam 14,67% do total de estabelecimentos em Minas Gerais. No caso dos municípios avaliados são 515 estabelecimentos e mais de 80% destes possuem até 100 hectares.

Quanto aos dados relativos ao grau concentração fundiária nos municípios baianos é evidenciado como baixa, isto porque do total dos 5.534 estabelecimentos agropecuários, 4.634 estão em pequenas propriedades com menos de 100 hectares e apenas 800 estão em estabelecimentos com área superior a 200 hectares.

QUADRO 5.6 - Estabelecimentos agropecuários

| | Tamanho da área | Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades) | Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual) | Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) | Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual) |
|----------------|--------------------|---|---|--|--|
| Grão Mogol | De 0ha até 10ha | 83 | 91,21 | 231 | 0,12 |
| | De 10ha até 100ha | 6 | 6,59 | 167 | 0,09 |
| | De 100ha até 500ha | 2 | 2,20 | - | - |
| | Acima de 500ha | - | - | - | - |
| Padre carvalho | De 0ha até 10ha | 4 | 66,67 | - | - |
| | De 10ha até 100ha | 1 | 16,67 | - | - |
| | De 100ha até 500ha | 1 | 16,67 | - | - |
| | Acima de 500ha | - | - | - | - |
| Fruta de leite | De 0ha até 10ha | 1 | 0,1 | - | - |
| | De 10ha até 100ha | 2 | 0,2 | - | - |
| | De 100ha até 500ha | - | - | - | - |
| | Acima de 500ha | - | - | - | - |
| Novorizonte | De 0ha até 10ha | 15 | 53,57 | 15 | 0,07 |
| | De 10ha até 100ha | 9 | 32,14 | 204 | 0,96 |
| | De 100ha até 500ha | 1 | 53,57 | - | - |
| | Acima de 500ha | - | - | - | - |
| Salinas | De 0ha até 10ha | 53 | 46,90 | 120 | 0,11 |
| | De 10ha até 100ha | 42 | 37,17 | 1196 | 1,07 |
| | De 100ha até 500ha | 15 | 13,27 | 2.378 | 2,13 |
| | Acima de 500ha | 3 | 2,65 | 1.228 | 1,1 |
| Taiobeiras | De 0ha até 10ha | 112 | 82,35 | 218 | 0,23 |
| | De 10ha até 100ha | 19 | 13,97 | 445 | 0,5 |
| | De 100ha até 500ha | 5 | 3,68 | 42 | 0,05 |
| | Acima de 500ha | - | - | - | - |
| Curral Dentro | De 0ha até 10ha | 79 | 82,29 | 115 | 0,45 |
| | De 10ha até 100ha | 17 | 17,71 | 263 | 1,04 |
| | De 100ha até 500ha | - | - | - | - |
| | Acima de 500ha | - | - | - | - |

Continuação

| | Tamanho da área | Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades) | Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual) | Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) | Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual) |
|----------------------|--------------------|---|---|--|--|
| Berizal | De 0ha até 10ha | 4 | 16,67 | - | - |
| | De 10ha até 100ha | 8 | 33,33 | 238 | 0,74 |
| | De 100ha até 500ha | 12 | 50,00 | | |
| | Acima de 500ha | - | - | - | - |
| Águas Vermelhas | De 0ha até 10ha | 11 | 24,44 | 47 | 0,08 |
| | De 10ha até 100ha | 8 | 17,78 | 121 | 0,2 |
| | De 100ha até 500ha | 1 | 2,22 | - | - |
| | Acima de 500ha | 1 | 2,22 | - | - |
| Encruzilhada | De 0ha até 10ha | 8 | 72,73 | 7 | 0,02 |
| | De 10ha até 100ha | 3 | 27,27 | - | - |
| | De 100ha até 500ha | - | - | - | - |
| | Acima de 500ha | - | - | - | - |
| Cândido Sales | De 0ha até 10ha | 67 | 8,89 | 148 | 0,23 |
| | De 10ha até 100ha | 18 | 2,39 | 487 | 0,73 |
| | De 100ha até 500ha | - | - | - | - |
| | Acima de 500ha | - | - | - | - |
| Vitória da Conquista | De 0ha até 10ha | 165 | 86,84 | 366 | 0,19 |
| | De 10ha até 100ha | 21 | 11,05 | 347 | 0,18 |
| | De 100ha até 500ha | 3 | 1,58 | - | - |
| | Acima de 500ha | 1 | 0,53 | - | - |
| Ribeirão do Largo | De 0ha até 10ha | 45 | 84,91 | 34 | 0,06 |
| | De 10ha até 100ha | 4 | 7,55 | | |
| | De 100ha até 500ha | 4 | 7,55 | | |
| | Acima de 500ha | - | - | - | - |
| Itambé | De 0ha até 10ha | 57 | 91,94 | 34 | 0,06 |
| | De 10ha até 100ha | 4 | 6,45 | 60 | 0,06 |
| | De 100ha até 500ha | 1 | 1,61 | - | - |
| | Acima de 500ha | - | - | - | - |

Continuação

| | Tamanho da área | Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades) | Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual) | Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) | Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual) |
|------------------|--------------------|---|---|--|--|
| Itapetinga | De 0ha até 10ha | 11 | 3,53 | 87 | 0,09 |
| | De 10ha até 100ha | 116 | 37,18 | 5.201 | 5,38 |
| | De 100ha até 500ha | 127 | 40,71 | 5.288 | 5,47 |
| | Acima de 500ha | 21 | 6,73 | 41.349 | 42,79 |
| Itaju do Colônia | De 0ha até 10ha | 45 | 18,5 | 68 | 0,11 |
| | De 10ha até 100ha | 78 | 32,1 | 3.105 | 5,14 |
| | De 100ha até 500ha | 74 | 30,46 | 16.990 | 28,09 |
| | Acima de 500ha | 46 | 18,93 | 40.314 | 66,65 |
| Itapé | De 0ha até 10ha | 66 | 15,87 | 371 | 1,41 |
| | De 10ha até 100ha | 276 | 66,35 | 9.293 | 35,33 |
| | De 100ha até 500ha | 51 | 12,26 | 9.720 | 36,95 |
| | Acima de 500ha | 8 | 1,92 | 6.915 | 26,29 |
| Ibicaraí | De 0ha até 10ha | 24 | 72,73 | 9 | 0,05 |
| | De 10ha até 100ha | 7 | 21,21 | 91 | 0,54 |
| | De 100ha até 500ha | - | - | - | - |
| | Acima de 500ha | 2 | 6,06 | - | - |
| Itabuna | De 0ha até 10ha | 8 | 0,93 | 8 | 0,02 |
| | De 10ha até 100ha | 3 | 0,35 | 39 | 0,12 |
| | De 100ha até 500ha | 1 | 0,12 | - | - |
| | Acima de 500ha | - | - | - | - |
| Barro Preto | De 0ha até 10ha | 24 | 11,45 | 121 | 0,99 |
| | De 10ha até 100ha | 150 | 71,42 | 5.577 | 46,06 |
| | De 100ha até 500ha | 174 | 82,87 | 5.698 | 47,05 |
| | Acima de 500ha | - | - | - | - |
| Itajuípe | De 0ha até 10ha | 108 | 22,54 | 482 | 2,18 |
| | De 10ha até 100ha | 312 | 65,14 | 11.836 | 53,55 |
| | De 100ha até 500ha | 55 | 11,49 | 9.283 | 42 |
| | Acima de 500ha | 1 | 0,21 | - | - |

Continuação

| | Tamanho da área | Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades) | Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual) | Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) | Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual) |
|--------|--------------------|---|---|--|--|
| Ilhéus | De 0ha até 10ha | 1557 | 46,53 | 49.936 | 37,41 |
| | De 10ha até 100ha | 1457 | 43,55 | 6.213 | 4,67 |
| | De 100ha até 500ha | 309 | 9,24 | 59.762 | 44,77 |
| | Acima de 500ha | 22 | 0,66 | 12.152 | 9,1 |

Fonte: Censo agropecuário 2006

5.6 - Utilização das terras

Dentro da área de estudo, a pecuária é a atividade que se caracteriza como a principal tipologia de uso do solo. Dos 22 municípios estudados, em 64% ocorre a predominância da criação de animais. Além disso, em onze destes, a pecuária utiliza mais de 50% do território agrícola. Itapetinga, Itaju do Colônia e Ribeirão do Largo têm os maiores índices de áreas ocupada; 97,21% ,91,96 %, 84,25 e 82,92% respectivamente. Já os menores índices aparecem nos municípios de Itajuípe e Barro Preto, com 4,34% e 4,44% de suas terras utilizadas para criação de animais.

O quadro também demonstra que as lavouras temporárias prevalecem em relação às permanentes. Fruta de leite, Novorizonte, e Salinas, destinam mais de 30% de sua área destinada para tal atividade. Em Cândido Sales, a maior parte de seu território agrícola é utilizado por lavouras temporárias ocupando 63,65% desta área. Em caráter comparativo, os municípios que tem maior área destinada às lavouras permanentes são Itambé com 4,70 % e Salinas, com 4,58 %. Ressalta-se também que Ibicaraí e Barro Preto não destinam terras às lavouras temporárias e Fruta de Leite, Itapetinga e Itapé às lavouras permanentes.

A utilização de terras para horticultura e floricultura predomina em 27% dos municípios estudados. Destaca-se Ibicaraí, Itabuna, Itajuípe, Barro Preto e Ilhéus com o índice de ocupação superior a 50%. Os municípios de Itajuípe, Barro Preto e Ilhéus, destinam quase a totalidade do território agrícola para realização desta atividade, sendo mais de 85% de sua área.

Nos municípios de Grão Mogol e Novorizonte a maior parte de seus territórios agrícolas são utilizados para silvicultura. Nos dois exemplos, mais de 40% de suas áreas utilizadas são para as florestas plantadas. Em seguida aparece os municípios de Taiobeiras e Berizal que possuem cerca de 20% de suas terras ocupadas.

A pesca e aqüicultura não são atividades expressivas em nenhum dos municípios, sendo que há ocorrências em pequena escala nos municípios de Águas Vermelhas, Vitória da Conquista, Itambé e Ilhéus. Em nenhum dos municípios citados, a porcentagem de área ocupada para estas atividades atinge 1%.

QUADRO 5.7 - Estabelecimentos e respectivas área, por classes da atividade econômica, por Município - 2006

| Municípios | Lavouras temporárias | | Lavouras permanentes | | Horticultura e floricultura | | Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal | | Pecuária e criação de outros animais | | Produção florestal - Florestas Plantadas | | Produção florestal - Florestas nativas | | Pesca | | Aqüicultura | |
|----------------------|----------------------|--------|----------------------|-------|-----------------------------|--------|---|---|--------------------------------------|--------|--|--------|--|--------|-------|-------|-------------|-------|
| | Área | % | Área | % | Área | % | Área | % | Área | % | Área | % | Área | % | Área | % | Área | % |
| Grão Mogol | 18,747 | 10% | 3981 | 2,20% | 7981 | 4,41% | - | - | 66169 | 36,59% | 81679 | 45,17% | 2270 | 1,26% | - | - | - | - |
| Padre Carvalho | 2842 | 28,57% | 103 | 1,03% | 249 | 2,50% | - | - | 4087 | 41,08% | 2654 | 26,68% | - | - | - | - | - | - |
| Fruta de Leite | 8224 | 45,19% | x | x | 915 | 5,02% | - | - | 9060 | 49,78% | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Novorizonte | 4357 | 40,48% | 200 | 0,94% | 2122 | 9,97% | - | - | 4469 | 21% | 10131 | 46,61% | - | - | - | - | - | - |
| Salinas | 29761 | 35,25% | 3870 | 4,58% | 1234 | 1,46% | - | - | 74484 | 56,24% | 559 | 0,66% | 1524 | 1,81% | - | - | - | - |
| Taibeiras | 11910 | 13,22% | 2282 | 2,53% | 3794 | 4,21% | - | - | 37331 | 41,44% | 22319 | 24,78% | 12447 | 13,82% | - | - | - | - |
| Curral de Dentro | 1996 | 8,37% | 139 | 0,58% | 331 | 1,39% | - | - | 18172 | 76,18% | 3215 | 13,48% | x | x | - | - | - | - |
| Berizal | 2229 | 6,91% | 673 | 2,09% | 3318 | 10,29% | - | - | 17075 | 52,96% | 6199 | 19,23% | 2750 | 8,53% | - | - | - | - |
| Águas Vermelhas | 9539 | 15,76% | 5887 | 9,72% | 3996 | 6,60% | - | - | 34812 | 57,50% | 6245 | 10,32% | x | x | 60 | 0,10% | - | - |
| Encruzilhada | 3791 | 6,54% | 541 | 0,93% | 18568 | 32,01% | - | - | 34,648 | 59,73% | 315 | 0,54% | 146 | 0,25% | - | - | - | - |
| Cândido Sales | 42437 | 63,65% | 79 | 0,12% | 735 | 1,10% | - | - | 23260 | 34,89% | 160 | 0,24% | - | - | - | - | - | - |
| Vitória da Conquista | 43613 | 22,78% | 4216 | 2,20% | 30376 | 15,87% | - | - | 109252 | 57,08% | 3456 | 1,81% | 467 | 0,24% | x | x | 32 | 0,02% |
| Ribeirão do Largo | 3133 | 5,27% | 395 | 0,66% | 5780 | 9,73% | - | - | 49,257 | 82,92% | 842 | 1,42% | x | x | x | x | - | - |
| Itambé | 818 | 0,80% | 4784 | 4,70% | 2522 | 2,48% | - | - | 85690 | 84,25% | 7397 | 7,27% | 311 | 0,31% | 120 | 0,12% | 62 | 0,06% |
| Itapetinga | 2696 | 2,79% | - | - | - | - | - | - | 93930 | 97,21% | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Itaju do Colônia | 1001 | 1,65% | 1 | 0% | 3850 | 6,38% | - | - | 55471 | 91,96% | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Itapé | 100 | 0,38% | - | - | 2841 | 10,82% | - | - | 20075 | 76,43% | 3221 | 12,26% | 28 | 0,11% | - | - | - | - |
| Ibicaraí | - | - | 319 | 1,95% | 9754 | 59,50% | - | - | 6318 | 38,55% | - | - | - | - | - | - | - | - |

Continuação

| Municípios | Lavouras temporárias | | Lavouras permanentes | | Horticultura e floricultura | | Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal | | Pecuária e criação de outros animais | | Produção florestal - Florestas Plantadas | | Produção florestal - Florestas nativas | | Pesca | | Aquicultura | |
|-------------|----------------------|-------|----------------------|-------|-----------------------------|--------|---|---|--------------------------------------|--------|--|-------|--|-------|-------|---|-------------|-------|
| | Área | % | Área | % | Área | % | Área | % | Área | % | Área | % | Área | % | Área | % | Área | % |
| Itabuna | 686 | 2,08% | 764 | 2,32% | 22776 | 69,21% | - | - | 8682 | 26,38% | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Barro Preto | - | - | 279 | 2,31% | 11287 | 93,25% | - | - | 538 | 4,44% | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Itajuípe | 243 | 1,10% | 28 | 0,13% | 20878 | 94,44% | - | - | 957 | 4,33% | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ilhéus | 2836 | 2,12% | 1302 | 0,98% | 113543 | 85,06% | - | - | 7714 | 5,78% | 984 | 0,74% | 7031 | 5,27% | - | - | 79 | 0,06% |

Fonte: Censo agropecuário 2006

Perfil agrícola segundo o modo de produção: Agricultura familiar e não familiar (patronal).

A agricultura familiar se caracteriza pela realização do cultivo da terra por pequenos proprietários rurais, que se valem, primordialmente, da força de trabalho de sua própria família para realizar as atividades agrícolas. Ou seja, o núcleo familiar é responsável pela gestão e pela execução do trabalho na propriedade. De modo contrário, se organiza a agricultura não familiar, também chamada de agricultura patronal. Nesta, o trabalho é realizado, principalmente, por trabalhadores contratados, fixos ou temporariamente, e as propriedades são classificadas como médias ou grandes. Portanto, na agricultura não familiar a gestão é disassociada da execução das tarefas laborais agrícolas; com efeito, o proprietário da terra realiza a gestão da mesma e contrata trabalhadores para a execução da lida do campo.

No Brasil, o conceito de agricultura familiar é definido pela Lei nº11.326, de 24 de julho de 2006, segundo a qual considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior que 4 módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total de propriedades rurais do Brasil pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de unidades produtivas. A importância da agricultura familiar para a produção agrícola nacional é bastante proeminente. Aproximadamente 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira são produzidos por agricultores familiares. Estes respondem por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% da de milho, 38% da de café, 34% da de arroz, 21% da de trigo e, na pecuária, esta responde por 58% da produção de leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% do rebanho bovino.

Mas a importância da agricultura familiar também é atestada pela sua contribuição ao Valor Bruto da Produção Agropecuária que, segundo o mais recente Censo Agropecuário (2006), é da ordem de 37,8%. Ainda segundo dados oficiais, a agricultura familiar emprega aproximadamente 13,8 milhões de pessoas, o que equivale à 77% da população ocupada no setor primário.

O próprio conceito de agricultura familiar já exclui as grandes propriedades agrícolas, sendo assim, é natural que esta atividade ocupe uma área relativamente menor do que a agricultura patronal. No Brasil, apesar de 84,4% dos estabelecimentos pertencerem a agricultura familiar, estes ocupam apenas 24,3% da área agrícola nacional. Enquanto os estabelecimentos não familiares representam 15,6% do total e ocupam 75,7% da área agrícola nacional.

Na Área de Estudo, os municípios mineiros de Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta de Leite e Novorizonte possuem um percentual de estabelecimentos classificados como pertencentes à agricultura familiar, ou seja, em todos esses municípios mais de 84% dos estabelecimentos agrícolas são de característica familiar. O município com a maior incidência da agricultura familiar é Fruta de Leite, neste 96,7% dos estabelecimentos pertencem à agricultura familiar.

Nos municípios da Bahia, a incidência da atividade agrícola familiar é mais reduzida, sendo que à exceção do município de Encruzilhada, em que 84,31% dos estabelecimentos são familiares, todos os demais municípios possuem uma incidência da atividade agrícola familiar menor do que a média brasileira.

Os municípios onde há menor participação da agricultura familiar no conjunto dos estabelecimentos agropecuários são: Itaju do Colônia, Itapetinga, Barro Preto e Itapé.

Nos municípios da Área de Estudo do Projeto Vale do Rio Pardo, a agricultura familiar segue o padrão nacional ocupando uma área bem menor do que a agricultura patronal. Somente nos municípios de Fruta de Leite e Padre Carvalho a agricultura familiar ocupa uma área maior do que a agricultura patronal. Mesmo assim, a área ocupada tem uma representatividade menor do que o percentual de estabelecimentos classificados como pertencentes a agricultura familiar. Em Fruta de Leite 69%, e em Padre Carvalho 55%.

Na outra ponta, os municípios em que a agricultura familiar ocupa uma área mais reduzida são os baianos: Itaju do Colônia, em que a agricultura familiar ocupa somente 2,8% da área agrícola, Itapetinga (5%) e Itambé (11%).

QUADRO 5.8 - Estabelecimentos agropecuários segundo o perfil de produção.

| Municípios | Número de estabelecimentos agropecuários segundo o perfil de produção - % | | Área dos estabelecimentos agropecuários segundo o perfil de produção - % | |
|----------------------|---|--------------------------|--|--------------------------|
| | Agricultura familiar | Agricultura não familiar | Agricultura familiar | Agricultura não familiar |
| Grão Mogol | 85,76 | 14,24 | 19,82 | 80,18 |
| Padre Carvalho | 96,06 | 3,94 | 55,64 | 44,36 |
| Fruta de Leite | 96,73 | 3,27 | 69,44 | 30,56 |
| Novorizonte | 95,06 | 4,94 | 46,60 | 53,40 |
| Salinas | 83,03 | 16,97 | 41,59 | 58,41 |
| Taiobéiras | 79,31 | 20,69 | 30,40 | 69,60 |
| Curral de Dentro | 82,22 | 17,78 | 33,01 | 66,99 |
| Berizal | 71,68 | 28,32 | 28,71 | 71,29 |
| Águas Vermelhas | 79,21 | 20,79 | 23,33 | 76,67 |
| Encruzilhada | 84,31 | 15,69 | 34,96 | 65,04 |
| Cândido Sales | 81,43 | 18,57 | 23,96 | 76,04 |
| Vitória da Conquista | 78,22 | 21,78 | 24,23 | 75,77 |

Continuação

| Municípios | Número de estabelecimentos agropecuários segundo o perfil de produção - % | | Área dos estabelecimentos agropecuários segundo o perfil de produção - % | |
|-------------------|---|--------------------------|--|--------------------------|
| | Agricultura familiar | Agricultura não familiar | Agricultura familiar | Agricultura não familiar |
| Ribeirão do Largo | 78,59 | 21,41 | 26,03 | 73,97 |
| Itambé | 60,75 | 39,25 | 11,35 | 88,65 |
| Itapetinga | 26,92 | 73,08 | 5,06 | 94,94 |
| Itaju do Colônia | 25,93 | 74,07 | 2,80 | 97,20 |
| Itapé | 43,27 | 56,73 | 12,14 | 87,86 |
| Ibicaraí | 48,31 | 51,69 | 16,75 | 83,25 |
| Itabuna | 62,80 | 37,20 | 14,05 | 85,95 |
| Barro Preto | 41,90 | 58,10 | 11,36 | 88,64 |
| Itajuípe | 46,56 | 53,44 | 17,45 | 82,55 |
| Ilhéus | 57,38 | 42,62 | 16,74 | 83,26 |

5.7 - Caracterização da paisagem do entorno da Área de Estudo: comunidades do entorno, superficiários, atividades econômicas e pontos de interesse cultural e histórico.

Em sua atual configuração, o entorno e a área diretamente afetada - superficiários - são contíguas, formando uma paisagem única e integrada. Ou seja, não se verifica uma distinção entre as duas áreas. A segmentação em duas áreas é produto de uma ação teórica fundamentada numa proposição empresarial, onde parcela da extensão territorial será alvo de uma intervenção estruturante voltada para a implantação e operação de um empreendimento e a outra se manterá com seus atributos econômicos e de uso e ocupação do solo inalterados. Em termos sistêmicos, a área diretamente afetada representa um sub sistema da área de entorno.

Na área de entorno estão inseridos os atores e grupos sociais que, em função da proximidade espacial, interagirão mais acentuadamente com as atividades e efeitos decorrentes das fases de implantação e operação do empreendimento. Paralelamente, os proprietários da área do entorno representam o segmento social que terão parcela de suas propriedades - a faixa de domínio - modeladas pelas necessidades estruturais do empreendimento e regidas pelas normas que se adequam aos seus imperativos operacionais.

Os atores e segmentos sociais situados no entorno experimentarão não só os efeitos decorrentes das ações relativas às fases de implantação e operação do mineroduto, mas da supressão, sendo algumas temporárias, das culturas agrícolas, da atividade pecuária, sicultura, de marcos paisagísticos-ambientais como as matas e da conformação espacial, até então unitária e regida por suas deliberações autônomas. Ou seja, a área prevista para implantação do mineroduto, antes de se constituir enquanto tal, é alvo das atividades econômicas, de lazer, contemplação e modos de vida das comunidades entorno.

Principais tipologias espaciais da área de entorno por município

O mineroduto constitui uma intervenção em uma faixa contínua de aproximadamente 482 km de extensão, implicando em impactos e repercussões específicos para as comunidades do entorno, ou seja próximas ao traçado, e também unidades familiares isoladas, situadas num raio de 100 metros a partir do limite da área de interferência direta, consubstanciando assim essas Áreas de Entorno.

A definição do traçado do mineroduto, no intuito de minimizar seus impactos sobre as comunidades, adotou como princípio evitar interceptar os núcleos urbanos, bem como os distritos e os demais agrupamentos populacionais ao longo do seu trajeto. Embora em alguns casos, não tenha sido possível evitar uma intervenção.

Para o subsídio de uma compreensão mais pronunciada acerca das dimensões espaciais que constituem o entorno do mineroduto, foi construído um quadro síntese que apresenta suas diversidades e heterogeneidades internas. As diferentes tipologias espaciais representam, paralelamente, diferentes interações e repercussões socioambientais do empreendimento sobre o meio socioeconômico. Com efeito, esta iniciativa representa uma referência balizadora para a determinação dos impactos ambientais do mineroduto.

5.7.1 - Caracterização do entorno segundo o uso e ocupação do solo dos municípios mineiros

O trajeto do mineroduto inicia-se no município de Grão Mogol (MG). Logo em seu trecho inicial o mineroduto interferirá com grandes maciços de eucalipto e pinus, nesse trecho a atividade econômica se volta para silvicultura que predominam ao longo do trajeto.



Foto 5.1 - Gleba voltada para atividade de pinus



Foto 5.2 - Grande maciço de eucalipto no entorno da área estudada

Ainda no município de Grão Mogol, o mineroduto passará nas mediações da comunidade do Vale das Cancelas, que possui características rururbanas, ou seja, aliam aspectos da cultura rural com a urbana. Situado às margens da BR 251, o Vale das Cancelas tem seu entorno limitado por grandes maciços de eucaliptos. A principal característica de seu núcleo é o uso predominantemente residencial, com moradias de baixo e médio padrão construtivo, dotados de escolas de ensino fundamental e médio, o abastecimento de água é realizado via rede pública, iluminação, sistema de telefonia pública e estabelecimentos comerciais de pequeno porte. Vale das Cancelas é claramente polarizado pela sede municipal de Grão Mogol e Salinas, onde estão lotados os estabelecimentos comerciais de maior porte e atendimento hospitalar mais equipado. Ressaltando-se que nos casos de saúde mais complexos, o atendimento é realizado pelo sistema público de Montes Claros (MG).



Foto 5.3 - Vista parcial do Vale das Cancelas



Foto 5.4 - Vista parcial das tipologias de edificações inscritas no Vale das Cancelas



Foto 5.5 - Estrutura de hospedagem no Vale das Cancelas

Ainda no município de Grão Mogol, o mineroduto cruzará as proximidades das comunidades de Campo de Vacarias, Água Branca e Vacarias essas comunidades apresentam característica rururbanas. As áreas de lazer são consideradas como importante ponto de encontro e de convivência da população moradora desses povoados, sendo o campo de futebol e a Igreja. A comunidade de Campo de Vacarias e Vacarias conta com unidade do posto de saúde.

No entorno das comunidades não há a presença destacada de atividade agrícola. A maior parte da área que o contorna é utilizada para silvicultura, havendo grandes glebas de plantação de eucaliptos.

A infraestrutura desses povoados é homogênea, com ruas ora calçadas ou sem calçamentos, iluminação elétrica e sistema de telefonia. O esgoto é lançado em fossas simples e a água para abastecimento humano é proveniente de poços artesianos ou nascentes.



Foto 5.6 - Vista da Igreja e ao fundo o posto de saúde da comunidade de Campo das Vacarias.

Após o município de Grão Mogol, o mineroduto adentrará na área rural de Fruta de Leite e Padre Carvalho (MG) também marcados pela cultura de eucalipto. Em menor escala identifica-se alguns fragmentos de glebas voltados para a atividade agrícola, pequenos cultivo de hortaliças, cerrado e pastagens, neste contexto o eixo do mineroduto segue nas mediações da BR 251.



Foto 5.7 - Em primeiro plano pode-se observar a manutenção da atividade agrícola e ao fundo áreas de pastagens.



Foto 5.8 - Em primeiro plano áreas de mata em estágio de regeneração, ao fundo glebas de eucalipto.

Ainda no município de Fruta de Leite, o mineroduto rumo em direção oeste, passando relativamente próximo a sede municipal, mais precisamente em sua área de expansão urbana. O mineroduto será disposto à uma distância aproximada de 500 metros (em linha reta dessa área de expansão). As tipologias presentes nesse trecho são constituídas pela concentração de pequenas casas, nas quais se destacam elementos decorativos nas portas e/ou janelas. No que se refere à infraestrutura, os poços artesanais são utilizados para o abastecimento de água no município sendo coordenada pela COPANOR, o percentual de cobertura desse serviço é 100% tanto na área urbana quanto rural. Um entrevistado destacou que existem inúmeros rios no município que podem servir para a coleta de água (Rio Vacarias, Rio Jequi e Rio Caiçara), mas estes precisam de uma estação de tratamento para que a água seja oferecida à população.

O esgotamento sanitário é feito por fossas sépticas administradas pela COPANOR. O município possui um aterro sanitário que possui separação de valas em lixo doméstico, hospitalar e pneus. A coleta de lixo é feita por um caminhão e possui um índice de 100% de cobertura no município.

O município possui um percentual baixo de cobertura de pavimentação das vias urbanas, principalmente na periferia de Fruta de Leite.



Foto 5.9 - Vista parcial da sede municipal de Fruta de Leite



Foto 5.10- Área de expansão urbana do município, observa-se a precariedade do capeamento.



Foto 5.7.11 - Poço administrado pela COPANOR

Ainda na área rural do município de Fruta de Leite o mineroduto passará nas proximidades da comunidade de Lagoinhas e Martinópolis. Esses dois povoados, inserirão como uma área suscetível aos efeitos de primeira ordem² do mineroduto, possuem baixo adensamento e médio padrão construtivo. Segundo informações colhidas, o abastecimento de água das residências é realizado em sua maioria pela COPANOR e em alguns casos de maneira autônoma. A comunidade dispõe de energia elétrica e telefonia, as vias em sua maioria não possuem pavimentação.



Foto 5.12- Comunidade de Martinópolis

No que tange a paisagem, a comunidade de lagoinhas tem seu entorno circundado pela vegetação de cerrado. Em relação à atividade econômica predominante a população está intrinsecamente ligada a agricultura. Culturalmente as festas religiosas exercem um importante papel agregador e de fortes laços de reciprocidade.

² Impacto Direto: quando resulta de uma simples relação de causa e efeito, também chamado impacto primário ou de primeira ordem



Foto5.13 - Vista parcial da comunidade de Lagoinhas

Depois de passar nas proximidades da comunidade de Lagoinhas, o mineroduto entrará na área rural de Novorizonte (MG), adentra no território e segue pela sua área rural e cruza novamente com a rodovia 251. A tipologia de uso encontrada nessa parcela de área é composta por mata, pastagem e algumas pequenas plantações de capineira.



Foto 5.14 - Área de pastagem na área rural de Novorizonte

Após cruzar o município de Novorizonte, o mineroduto adentrará na área rural de Salinas (MG), a região assume nomes como Antas e Malhada Nova. Trata-se de uma área rural com diversas pequenas propriedades dispersas ao longo de toda a região, na qual residem aproximadamente de 500 a 700 pessoas. As principais atividades econômicas desenvolvidas nessa região rural são a pecuária e a silvicultura de eucalipto, na região é comum de se encontrar áreas voltadas para pastagem e também pastos em descanso.



Foto 5.15- Pequenas propriedades rurais



Foto 5.16 - Área de pasto em descanso.

Ainda na área rural de Salinas o mineroduto passará nas proximidades do distrito de Ferreirópolis seguindo pela MG 404. O distrito possui uma população de aproximadamente 1298 pessoas, dessas, 654 residem em sua área urbana e 644 no meio rural; a taxa de urbanização é de 51%. No que se refere à infraestrutura o distrito conta com abastecimento de água, energia elétrica e calçamento nas principais vias. O padrão construtivo das habitações segue uma homogeneidade. A economia do distrito está ligada principalmente às atividades agrosilvopastoris.



Foto 5.17 - Vista parcial do distrito de Ferreirópolis

Seguindo o eixo do mineroduto ele se adentra em pequena parcela do território de Curral de Dentro (MG) bem a noroeste do município. A tipologia de uso é a mesma encontrada na área rural de Taiobeiras onde nota-se a presença marcante de áreas de cerrado e glebas de eucalipto, em algumas propriedades rurais tem-se a presença de cultivos agrícolas em pequena escala como milho, mandioca e feijão, as edificações rurais são em pequeno número e distante entre elas.

Ainda no território municipal de Taiobeiras (MG) encontra-se o distrito de Berizal, também conhecido como entroncamento de Berizal, a população do distrito conforme censo IBGE 2010 soma 4.370 pessoas sendo que 2.485 encontram-se na área urbana e 1.885 na área rural. A população da área urbana representa 57% da população e da área rural 43%. Esse distrito é dotado de infraestrutura urbana tais como abastecimento de água, energia elétrica e telefonia pública, as vias de acesso encontram-se em obras. Ressalta-se que esse distrito em função da proximidade geográfica em relação ao mineroduto encontra-se mais susceptível aos seus efeitos diretos. A economia desse distrito se volta para as atividades agrosilvopastoris.



Foto5.18 - ônibus escolar que atende o distrito de Berizal



Foto 5.19- Distrito de Berizal

Nesse contexto o mineroduto adentra a área rural do município de Berizal fortemente marcada por áreas de cerrado, pastagens, glebas de eucaliptos e alguns cultivos agrícolas temporários. A comunidade mais próxima ao eixo do mineroduto é Barreiros, também conhecida como Vila São João, as edificações inscritas nessa comunidade rural são de baixo padrão construtivo trazendo forte influência arquitetônica dos vilarejos mineiros.

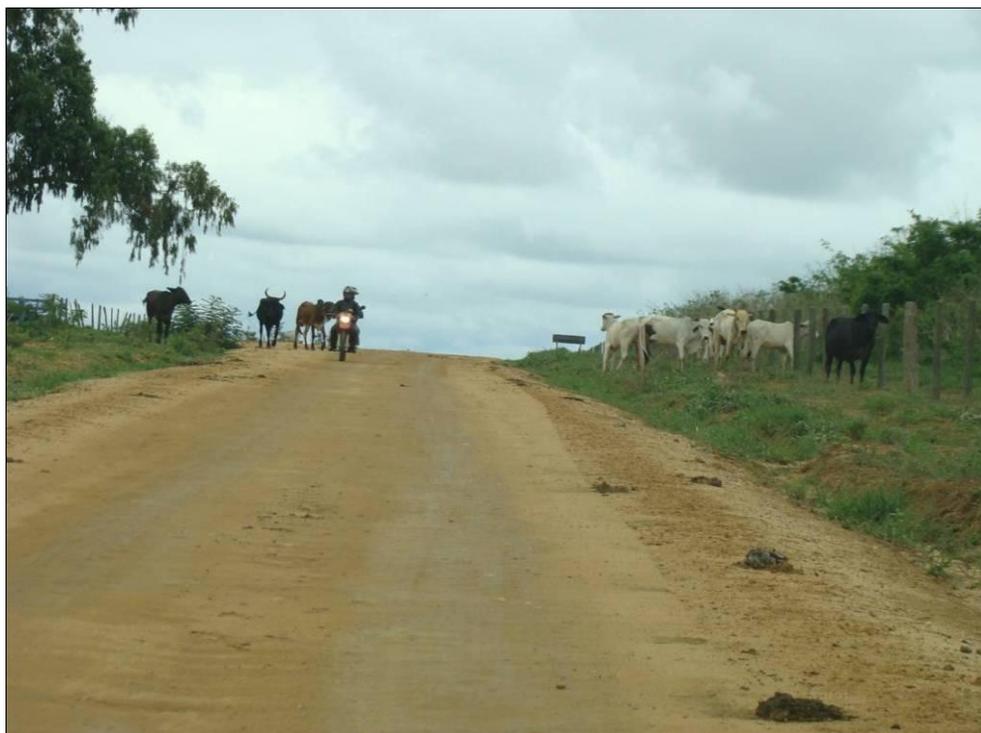


Foto 5.20 - Estrada de Barreiros



Foto 5.21 - Tipologia de edificação na comunidade de Barreiros

Adentrando-se nos limites municipais de Águas vermelhas (MG) o mineroduto, ao longo de seu trajeto terá em seu entorno áreas de cerrado com transição para áreas de mata e pastagem. Seguindo seu percurso o mineroduto interceptará a BR 251 que é a principal via de acesso à sede de Águas Vermelhas.



Foto 5.22 - Área de pastagem no município de Águas Vermelhas



Foto 5.23 - Vista da área central de Águas Vermelhas com destaque para o mercado municipal

Após passar pelo município de Águas Vermelhas, o mineroduto cruzará pequenas porções territoriais dos municípios baianos de Encruzilhada e Candido Sales. Em Encruzilhada o mineroduto interceptará áreas de pastagem e cultivos agrícolas e remanescentes de caatinga. Em Cândido Sales o mineroduto interceptará áreas de grandes cultivos agrícolas com pivô central próximo a BA 116, a sede municipal encontra-se a aproximadamente 1 km, estando esse município suscetível aos efeitos diretos da implantação do mineroduto. Nas mediações da sede municipal tem-se o Rio Pardo, importante área de lazer e de contato primário da população.



Foto 5.24 - BR 116 ponto de interseção do mineroduto, ao fundo a sede municipal de Cândido Sales é cerado por cultivos e matas.



Foto 5.25- Vista Parcial do Rio Pardo importante rio da região



Foto 5.26 - Ponte sobre o Rio Pardo nas proximidades do mineroduto.

O mineroduto perpassa pela comunidades rurais de Mandacaru e Santa Rita que estão susceptíveis aos efeitos diretos da implantação do mineroduto



Foto 5.27 - Comunidade de Santa Rita



Foto 5.28 - Comunidade de Mandacaru

Adentrando-se no pequeno trecho de interseção do mineroduto no extremo sul do município de Vitória da Conquista (BA) nota-se áreas de pastagem voltadas para pecuária extensiva em meio a vegetação típica do cerrado. Continuando seu trajeto, logo em seguida, o mineroduto adentra novamente pequena parcela do território municipal de Encruzilhada (BA) mantendo as mesmas tipologias de uso. Em seu trajeto o mineroduto adentra o território espacial do município de Ribeirão do Largo (BA), nessa área rural tem-se a presença de atividades agrícolas, como o cultivo de mandioca, milho e café, todas essas culturas não possuem grandes proporções até mesmo porque as fazendas possuem médio porte, em termos territoriais. As sedes apresentam médio padrão construtivo seguindo a arquitetura tipicamente nordestina. Nota-se a presença de grandes pastagens e pecuária extensiva.



Foto 5.29 - Vista da sede de fazenda em Ribeirão do Largo



Foto 5.30 - Vista de área de pastagem em plena atividade pecuária

A comunidade mais próxima do mineroduto no município de Ribeirão do Largo, é Vila Capinarana, essa comunidade rururbana se volta principalmente para atividade agropecuária, e em alguns casos moradores se deslocam para Itabuna (BA) para trabalharem na fábrica de calçados Azaléia. As edificações do lugarejo apresentam médio padrão construtivo, e homogeneidade entre elas, erguidas em pequenas porções territoriais, a harmonia do lugarejo o torna aprazível ao convívio social dos moradores. Essa comunidade dispõe de rede de abastecimento de água, energia e telefonia, as ruas possuem calçamento. O abastecimento de água é realizado através de poços, a comunidade não dispõe de rede de esgoto. A igreja é vista pelos moradores como um marco cultural e religioso, as festividades tem uma adesão quase em massa da população moradora.



Foto 5.31 - Vista parcial da comunidade de Capinarana

Adentrando-se pela paisagem rural dos trechos em que o mineroduto irá cruzar no município de Itambé (BA), nota-se alguma semelhança com a encontrada em Ribeirão do Largo. Em Itambé o mineroduto cruzará áreas cuja tipologia de uso é caracterizada por áreas de pastagens voltadas para criação de gado, pelo cultivo de milho e feijão, e em raros casos, cultivo de banana e cacau. Ressalta-se que o eixo do mineroduto será disposto próximo as margens da BA 415.



Foto 5.32 - Vista da BA 415, nota-se a presença de áreas voltadas para pastagem. A esquerda da foto remanescentes de mata.

Ainda às margens da rodovia 415 adentrando-se às extensões rurais do território de Itapetinga (BA), o mineroduto interceptará áreas de pastagem. Tomando a direção sul próximo ao campo de pouso, o mineroduto se afasta da rodovia gradativamente e também da sede municipal. O mineroduto interferirá em áreas de cultivos de cana de açúcar, cacau e áreas de matas e de pastagens, essa última se acentua na paisagem. A ocupação humana nessas mediações é quase inexistente, somente algumas propriedades distantes umas das outras.



Foto 5.33- Vista de pastagem próxima da interseção do mineroduto, ao fundo sede do município de Itapetinga.



Foto 5.34 - Vista parcial da fábrica da Azaléia, importante agente econômico da região.

Após passar pelas áreas rurais de Itaju do Colônia (BA), o mineroduto passará por áreas de pecuária bovina, cultivos de cana de açúcar e áreas de mata densa. Nessas mediações foram observadas algumas edificações rurais de médio padrão construtivo que mantêm os usos identificados . Ainda no território de Itaju do Colônia o mineroduto intercepta a rodovia BA 120.



Foto 5.35 - Tipologia de propriedade rural na região.



Foto 5.36 - Área de interceptação do mineroduto na rodovia BA 120 em Itaju do Colônia.

Adentrando no território municipal de Itapé (BA) nas margens do rio Colônia as tipologias rurais, por onde o mineroduto passará, é composta por áreas marcadas por grandes pastagens e por um número significativo de edificações rurais apesar do distanciamento entre elas, como é o caso das Fazendas Graciosa e Mirabela. Ainda em contexto rural o mineroduto adentra pequena parcela do território de Ibicaraí, caracterizado por áreas de pastagem em meio a alguns pequenos cultivos de subsistência.



Foto 5.37 - Estrada rural interceptada pelo mineroduto, nota-se intensa atividade agropecuária nessa região.



Foto 5.38 - Tipologia de edificação rural da região.

Passando pelos municípios de Itabuna e Barro Preto (BA) o mineroduto adentra por áreas fortemente marcadas pela exploração do cacau em meio a Mata Atlântica, as pastagens naturais, em sua maioria apresentam-se bem conservadas e ocupam uma pequena porção espacial. Nota-se nessas áreas a presença assídua da ação humana por haver recorrentes manchas de áreas em regeneração. No que se refere a tipologia das edificações nota-se a presença constante de antigos casarões onde a arquitetura deixa a lembrança da história cacauzeira. Em algumas dessas fazendas ainda se encontra intensa atividade cacauzeira, a maioria desses casarões encontram-se em bom estado de conservação e em plena atividade.



Foto 5.39 - Casarão inscrito na ADA do mineroduto.

O mineroduto adentrará o território municipal de Ilhéus (BA) cruzando parcela de sua área rural. Nota-se a presença de matas com árvores de grande porte, cultivos de banana, feijão, milho, coco e cacau que é a principal cultura da região. Ainda em Ilhéus o mineroduto será disposto próximo a região denominada Itariri. Essa comunidade é marcada pela presença de um lixão a céu aberto logo em seu acesso principal. Além das edificações rurais foi verificado a presença de uma ocupação irregular formada por catadores que trabalham nesse lixão. O mineroduto passará próximo ao assentamento rural do INCRA denominado de Bom Gosto, também na região de Itariri.

De maneira geral os moradores dessa região vivem da lida na terra cultivando cacau, milho, feijão, banana, mandioca, coco e cana de açúcar, sendo o cacau a principal atividade econômica de Itariri. Esses produtos são comercializados nas feiras de Ilhéus. No que se refere a infraestrutura, existe uma escola municipal que disponibiliza vagas para o primeiro ciclo do ensino fundamental, as demais séries são cursadas em escolas próximas, o deslocamento das crianças é disponibilizado pela prefeitura municipal. A comunidade é atendida com energia elétrica e transporte coletivo, as moradias contam com sistema de abastecimento de água e rede de esgotamento.

É importante ressaltar que o nível de vulnerabilidade social dessa comunidade é alto em função da precariedade das condições de vida em que as pessoas estão susceptíveis em seu cotidiano, principalmente aquelas pessoas assentadas irregularmente no local.

Continuando seu percurso, o mineroduto adentra novamente áreas de Mata Atlântica e de plantações de cacau até seu ponto de desagüamento.



Foto 5.40 - Lixão próximo à área prevista para implantação do mineroduto



Foto 5.41 - Assentamento irregular na região de Itariri



Foto 5.42 - Transporte coletivo que atende os moradores de Itariri, a direita da foto plantio de mandioca.



Foto 5.43- Assentamento rural Bom Gosto



Foto 5.44 - Característica da paisagem na área destinada ao desaguamento do mineroduto

5.8 - Caracterização da paisagem urbana

A área de estudo do mineroduto engloba também as áreas urbanas dos 22 municípios pelos quais ele será disposto. Isto se deve ao fato de que, com relação ao o meio socioeconômico, toda a área do município estará suscetível aos efeitos indiretos da implantação e operação do mineroduto, uma vez que este tem o potencial de gerar empregos e incrementar renda agregada do município. Estes aspectos por si só, além de outros que serão analisados no item de avaliação de impactos, são suscetíveis à municipalidade como de forma geral.

Portanto, no que tange às áreas urbanas dos municípios da Área de Estudo, estas podem ser agrupadas em duas tipologias: (a) municípios com população acima de 50 mil habitantes; e (b) municípios com menos de 50 mil habitantes.

Adotando como parâmetro a estimativa do IBGE para o ano de 2010, no primeiro grupo dos municípios com população acima de 50 mil habitantes, se incluem os municípios de Vitória da Conquista, Itapetinga, Itabuna e Ilhéus. Esses municípios somam uma população de 763.629 habitantes, o que representa 70% de toda a população da Área de Estudo. Vale ressaltar que os municípios de Vitória da Conquista, Itabuna e Ilhéus, superam o patamar de 100 mil habitantes.

No sentido de caracterizar a capacidade de polarização dos municípios acima, considerados como de maior porte demográfico, é importante conceituar os níveis de polarização que caracterizam as cidades. Segundo a classificação do geógrafo Michel Rochefort, na sua obra “A concepção geográfica da polarização regional, 1966”, referente aos por ele denominados “centros de enquadramento terciário” ou “centros de polarização”, e que leva em conta a importância e a área de influência dos mesmos, preocupando-se mais com a existência de determinados equipamentos que com a dinâmica, extensão e intensidade dos fluxos. Segundo esta metodologia, o nível de polarização das cidades é classificado da seguinte forma:

a) locais - muito numerosos em cada região e dispendo de área de atração confinada às suas imediações por estarem equipados apenas com comércio de gêneros alimentícios, escolas primárias, lojas de ferragens e armarinhos, médicos de clínica geral, farmácia, etc.;

b) sub-regionais - apresentam um embrião de vida regional, estendendo sua área de atração sobre vários centros locais por estarem dotados de serviços de uso menos corrente, como médicos especializados e escolas secundárias;

c) de pequena região - que constituem o “arcabouço de base da vida de relações” por estarem dotados de serviços bem diversificados, como comércio variado, equipamento bancário, consultores, equipamento cultural e artístico, etc.;

d) de grande região - que, além dos serviços existentes nos centros precedentes, possuem Universidade, grande hospital dispendo de todas as especialidades, teatro, consultorias, comércio de alto luxo, etc.;

e) nacionais - que abrangem funções de direção com influência em todo o país, como a direção da administração dos serviços públicos, direção dos bancos de atuação nacional, etc. (ROCHEFORT, 1966, apud ANDRADE, 1987, p. 71).

Portanto, o presente estudo considera os municípios acima avaliados como considerados de grandes regiões. Uma vez que possuem serviços como: ensino de nível superior, hospitais dispondo de muitas, mas não todas, especialidades, comércio e serviços diversificados, indústrias de médio a grande porte, equipamentos de lazer e cultura com médio nível de sofisticação.

As fotos a seguir visam ilustrar as áreas urbanas, e alguns dos serviços e atividades presentes, dos municípios com população acima de 50 mil habitantes da Área de Estudo.

Os demais 18 municípios com menos de 50 mil habitantes, somam 303.332 habitantes, 20,1% de toda a população ora avaliada. Esses municípios ainda apresentam um forte conteúdo rural em suas relações socioeconômicas. O que significa dizer que possuem um cotidiano ainda marcado pelas relações de conhecimento e informalidade, com amplo uso das áreas públicas como forma de lazer e convívio, e com um nível de incidência de criminalidade ainda menor.

Os municípios do segundo grupo (menos de 50 mil habitantes) são de certa forma polarizados pelos do primeiro grupo em função dos serviços, principalmente saúde e educação, e empregos que esses oferecem com maior qualidade e em maior número.

Merece destacar que dentre os municípios com menos de 50 mil habitantes Salinas, Grão Mogol e Taiobairas exercem uma função polarizadora, apesar de serem agrupados na categoria de municípios de menos 50 mil.

As fotos a seguir visam ilustrar as áreas urbanas dos municípios com população abaixo de 50 mil habitantes da Área de Estudo.



Foto 5.45 - Área central do município de Grão Mogol



Foto 5.46 - Área central do município de Padre Carvalho

Portanto, torna-se claro que nenhuma sede urbana terá uma interferência direta do mineroduto, pois o mesmo não as cruzará. Mas o mineroduto passará bem próximo, mais precisamente, à menos de 1km dos limites da sede urbana dos municípios de Fruta de Leite, Itapetinga e Candido Sales (BA).

Também se ressalta que o mineroduto passará próximo de diversas comunidades ao longo do seu percurso. Estas comunidades são: em Grão Mogol, Vale das Cancelas e Campo de Vacarias, em Fruta de Leite Lagoinhas e Martinópolis, em Salinas Ferreirópolis, em Taiobeiras Berizal, em Ribeirão do Largo Vila Capinarana, em cândido Sales Mandacaru e Santa Rita, em Ibicaraí Cajueiro, Vila Izabel e Santa Cecília, em Ilhéus Itariri e assentamento Bom Gosto.

Em relação as áreas rurais, vale ressaltar que todos os municípios terão, pelo menos, alguma parcela de seu território interceptado pelo mineroduto, conforme explicitado no quadro abaixo.

QUADRO 5.9 - Distância percorrida em cada município

| Município (m) | Extensão (km) |
|-----------------------|----------------------|
| Grão Mogol | 18,30 |
| Padre Carvalho | 11,94 |
| Fruta de Leite | 24,90 |

Continuação

| Município (m) | Extensão (km) |
|----------------------|---------------|
| Novorizonte | 15,39 |
| Salinas | 16,42 |
| Taiobeiros | 43,80 |
| Curral de Dentro | 6,25 |
| Berizal | 23,40 |
| Águas Vermelhas | 37,71 |
| Minas Gerais | 198,11 |
| Encruzilhada | 36,99 |
| Cândido Sales | 15,39 |
| Vitória da Conquista | 14,95 |
| Ribeirão do Largo | 35,34 |
| Itambé | 25,35 |
| Itapetinga | 52,63 |
| Itajú do Colônia | 33,83 |
| Itapé | 14,95 |
| Ibicaraí | 6,72 |
| Itabuna | 16,85 |
| Barro Preto | 12,32 |
| Ilhéus | 18,44 |
| Bahia | 283,76 |
| TOTAL | 481,87 |

Fonte: Projeto de engenharia do mineroduto

5.8.1 - Caracterização da área diretamente afetada segundo o uso e ocupação do solo

O mineroduto interferirá em áreas de siveicultura, cerrado, matas, superfície agropecuárias e núcleos urbanos conforme dados do quadro abaixo o que possibilita verificar as tipologias de uso e ocupação

QUADRO 5.10 - Tipologias espaciais da área diretamente afetada.

| UF | Município | Interferência (Ha) | Legenda 1 | Legenda 2 | Legenda 3 |
|--------------|------------|--------------------|------------------------------|---|-----------------|
| MINAS GERAIS | Grão Mogol | 0,386 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Núcleos urbanos |
| MINAS GERAIS | Grão Mogol | 76,251 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Siveicultura |

Continuação

| UF | Município | Interferência (Ha) | Legenda 1 | Legenda 2 | Legenda 3 |
|--------------|------------------|---------------------------|------------------------------|---|--|
| MINAS GERAIS | Grão Mogol | 7,047 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias savânicas sem influência de caatinga (Savana Esclerofítica) | Cerrado Rupestre |
| MINAS GERAIS | Grão Mogol | 30,149 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias savânicas sem influência de caatinga (Savana Esclerofítica) | Áreas savânicas muito descaracterizadas |
| MINAS GERAIS | Grão Mogol | 2,578 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| | Total | 116,411 | | | |
| MINAS GERAIS | Padre Carvalho | 40,711 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Sivicultura |
| MINAS GERAIS | Padre Carvalho | 2,484 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| MINAS GERAIS | Padre Carvalho | 0,644 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Rodovias e estradas | |
| MINAS GERAIS | Padre Carvalho | 17,390 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias savânicas sem influência de caatinga (Savana Esclerofítica) | Cerrado Rupestre |
| MINAS GERAIS | Padre Carvalho | 7,219 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias savânicas sem influência de caatinga (Savana Esclerofítica) | Áreas savânicas muito descaracterizadas |
| MINAS GERAIS | Padre Carvalho | 0,571 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Padre Carvalho | 0,291 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Padre Carvalho | 0,322 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água corrente | Sem cobertura de plantas aquáticas ou anfíbias |
| | Total | 69,632 | | | |
| MINAS GERAIS | Fruta de Leite | 1,581 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Núcleos rurais |
| MINAS GERAIS | Fruta de Leite | 17,767 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Sivicultura |

Continuação

| UF | Município | Interferência (Ha) | Legenda 1 | Legenda 2 | Legenda 3 |
|--------------|------------------|---------------------------|------------------------------|---|--|
| MINAS GERAIS | Fruta de Leite | 4,289 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| MINAS GERAIS | Fruta de Leite | 0,007 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Situações de degradação ambiental | Solos expostos com focos erosivos |
| MINAS GERAIS | Fruta de Leite | 8,314 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Situações de degradação ambiental | Desmatamento |
| MINAS GERAIS | Fruta de Leite | 2,070 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Rodovias e estradas | |
| MINAS GERAIS | Fruta de Leite | 38,600 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias savânicas sem influência de caatinga (Savana Esclerofítica) | Cerrado Rupestre |
| MINAS GERAIS | Fruta de Leite | 9,692 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias savânicas sem influência de caatinga (Savana Esclerofítica) | Cerrado sensu stricto |
| MINAS GERAIS | Fruta de Leite | 30,411 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias savânicas sem influência de caatinga (Savana Esclerofítica) | Áreas savânicas muito descaracterizadas |
| MINAS GERAIS | Fruta de Leite | 4,300 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Fruta de Leite | 0,921 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Fruta de Leite | 0,292 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Fruta de Leite | 20,437 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Áreas florestais muito descaracterizadas |
| MINAS GERAIS | Fruta de Leite | 0,110 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água corrente | Sem cobertura de plantas aquáticas ou anfíbias |
| | Total | 138,791 | | | |
| MINAS GERAIS | Novorizonte | 3,257 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Instalações rurais isoladas/Sedes de fazendas |
| MINAS GERAIS | Novorizonte | 13,663 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |

Continuação

| UF | Município | Interferência (Ha) | Legenda 1 | Legenda 2 | Legenda 3 |
|--------------|------------------|---------------------------|------------------------------|---|---|
| MINAS GERAIS | Novorizonte | 2,667 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| MINAS GERAIS | Novorizonte | 1,889 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Rodovias e estradas | |
| MINAS GERAIS | Novorizonte | 39,785 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias savânicas sem influência de caatinga (Savana Esclerofítica) | Áreas savânicas muito descaracterizadas |
| MINAS GERAIS | Novorizonte | 19,265 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias savânicas com influência de caatinga (Savana Xerofítica) | |
| MINAS GERAIS | Novorizonte | 7,831 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Novorizonte | 5,250 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Novorizonte | 0,823 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Novorizonte | 1,597 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| | Total | 96,026 | | | |
| MINAS GERAIS | Salinas | 5,246 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Núcleos rurais |
| MINAS GERAIS | Salinas | 3,363 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Instalações rurais isoladas/Sedes de fazendas |
| MINAS GERAIS | Salinas | 23,503 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| MINAS GERAIS | Salinas | 10,087 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| MINAS GERAIS | Salinas | 5,988 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias savânicas com influência de caatinga (Savana Xerofítica) | |
| MINAS GERAIS | Salinas | 27,247 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |

Continuação

| UF | Município | Interferência (Ha) | Legenda 1 | Legenda 2 | Legenda 3 |
|--------------|------------------|---------------------------|------------------------------|--|---|
| MINAS GERAIS | Salinas | 7,315 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Salinas | 2,286 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Salinas | 2,298 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Salinas | 2,233 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Áreas florestais muito descaracterizadas |
| MINAS GERAIS | Salinas | 0,715 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | Sem cobertura de plantas aquáticas |
| | Total | 90,281 | | | |
| MINAS GERAIS | Taiobeiras | 1,910 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Núcleos rurais |
| MINAS GERAIS | Taiobeiras | 0,441 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Instalações rurais isoladas/Sedes de fazendas |
| MINAS GERAIS | Taiobeiras | 16,401 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Sivicultura |
| MINAS GERAIS | Taiobeiras | 46,654 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| MINAS GERAIS | Taiobeiras | 1,725 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| MINAS GERAIS | Taiobeiras | 2,962 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Rodovias e estradas | |
| MINAS GERAIS | Taiobeiras | 61,426 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias savânicas com influência de caatinga (Savana Xerofítica) | |
| MINAS GERAIS | Taiobeiras | 63,729 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Taiobeiras | 5,094 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |

Continuação

| UF | Município | Interferência (Ha) | Legenda 1 | Legenda 2 | Legenda 3 |
|--------------|------------------|---------------------------|------------------------------|--|---|
| MINAS GERAIS | Taiobeiras | 6,659 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Taiobeiras | 0,101 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Taiobeiras | 56,984 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Áreas florestais muito descaracterizadas |
| MINAS GERAIS | Taiobeiras | 0,0001 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | Sem cobertura de plantas aquáticas |
| | Total | 264,089 | | | |
| MINAS GERAIS | Curral de Dentro | 0,698 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Instalações rurais isoladas/Sedes de fazendas |
| MINAS GERAIS | Curral de Dentro | 13,553 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Sivicultura |
| MINAS GERAIS | Curral de Dentro | 17,053 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| MINAS GERAIS | Curral de Dentro | 0,180 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| MINAS GERAIS | Curral de Dentro | 5,509 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias savânicas com influência de caatinga (Savana Xerofítica) | |
| MINAS GERAIS | Curral de Dentro | 7,358 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Curral de Dentro | 0,034 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | Com cobertura de plantas aquáticas |
| | Total | 44,385 | | | |
| MINAS GERAIS | Berizal | 3,450 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Sivicultura |
| MINAS GERAIS | Berizal | 34,014 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| MINAS GERAIS | Berizal | 8,422 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |

Continuação

| UF | Município | Interferência (Ha) | Legenda 1 | Legenda 2 | Legenda 3 |
|--------------|------------------|---------------------------|------------------------------|--|---|
| MINAS GERAIS | Berizal | 59,066 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Berizal | 11,606 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Berizal | 0,135 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Berizal | 9,323 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Áreas florestais muito descaracterizadas |
| | Total | 126,016 | | | |
| MINAS GERAIS | Águas Vermelhas | 0,026 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Núcleos rurais |
| MINAS GERAIS | Águas Vermelhas | 0,075 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Instalações rurais isoladas/Sedes de fazendas |
| MINAS GERAIS | Águas Vermelhas | 17,132 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Sivicultura |
| MINAS GERAIS | Águas Vermelhas | 55,400 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| MINAS GERAIS | Águas Vermelhas | 19,989 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| MINAS GERAIS | Águas Vermelhas | 1,099 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Rodovias e estradas | |
| MINAS GERAIS | Águas Vermelhas | 7,664 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Águas Vermelhas | 47,543 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Águas Vermelhas | 1,119 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| MINAS GERAIS | Águas Vermelhas | 28,154 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Áreas florestais muito descaracterizadas |

Continuação

| UF | Município | Interferência (Ha) | Legenda 1 | Legenda 2 | Legenda 3 |
|--------------|------------------|---------------------------|------------------------------|--|---|
| MINAS GERAIS | Águas Vermelhas | 37,739 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias florestais com influência de caatinga (Xerofítica) | Decidual (Mata Seca) |
| MINAS GERAIS | Águas Vermelhas | 10,701 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias florestais com influência de caatinga (Xerofítica) | Áreas florestais muito descaracterizadas |
| | Total | 226,642 | | | |
| BAHIA | Encruzilhada | 0,611 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Núcleos rurais |
| BAHIA | Encruzilhada | 5,054 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Instalações rurais isoladas/Sedes de fazendas |
| BAHIA | Encruzilhada | 56,012 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Sivicultura |
| BAHIA | Encruzilhada | 82,419 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Encruzilhada | 26,509 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Encruzilhada | 0,124 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Rodovias e estradas | |
| BAHIA | Encruzilhada | 5,241 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| BAHIA | Encruzilhada | 7,251 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| BAHIA | Encruzilhada | 1,273 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| BAHIA | Encruzilhada | 0,983 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Áreas florestais muito descaracterizadas |
| BAHIA | Encruzilhada | 38,654 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias florestais com influência de caatinga (Xerofítica) | Decidual (Mata Seca) |
| BAHIA | Encruzilhada | 33,533 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias florestais com influência de caatinga (Xerofítica) | Áreas florestais muito descaracterizadas |

Continuação

| UF | Município | Interferência (Ha) | Legenda 1 | Legenda 2 | Legenda 3 |
|-----------|----------------------|---------------------------|------------------------------|--|--|
| BAHIA | Encruzilhada | 0,079 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de águas correntes (Lóticos) | Sem cobertura de plantas aquáticas ou anfíbias |
| BAHIA | Encruzilhada | 0,135 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | Sem cobertura de plantas aquáticas |
| BAHIA | Encruzilhada | 0,144 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | 3.2 Ambientes de água parada | 3.2.2 Com cobertura de plantas aquáticas |
| | Total | 258,023 | | | |
| BAHIA | Cândido Sales | 3,662 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Núcleos rurais |
| BAHIA | Cândido Sales | 0,032 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Instalações rurais isoladas/Sedes de fazendas |
| BAHIA | Cândido Sales | 2,522 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Sivicultura |
| BAHIA | Cândido Sales | 20,951 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Cândido Sales | 21,716 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Cândido Sales | 0,450 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| BAHIA | Cândido Sales | 27,782 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias florestais com influência de caatinga (Xerofítica) | Decidual (Mata Seca) |
| BAHIA | Cândido Sales | 8,585 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias florestais com influência de caatinga (Xerofítica) | Áreas florestais muito descaracterizadas |
| BAHIA | Cândido Sales | 0,223 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de águas correntes (Lóticos) | Sem cobertura de plantas aquáticas ou anfíbias |
| BAHIA | Cândido Sales | 0,085 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | 3.2.1 Sem cobertura de plantas aquáticas |
| | Total | 86,008 | | | |
| BAHIA | Vitória da Conquista | 3,115 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Sivicultura |
| BAHIA | Vitória da Conquista | 11,235 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |

Continuação

| UF | Município | Interferência (Ha) | Legenda 1 | Legenda 2 | Legenda 3 |
|-------|----------------------|--------------------|------------------------------|--|--|
| BAHIA | Vitória da Conquista | 13,427 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Vitória da Conquista | 5,811 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Rodovias e estradas | |
| BAHIA | Vitória da Conquista | 1,316 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| BAHIA | Vitória da Conquista | 21,176 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias florestais com influência de caatinga (Xerofítica) | Decidual (Mata Seca) |
| BAHIA | Vitória da Conquista | 38,797 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Fisionomias florestais com influência de caatinga (Xerofítica) | Áreas florestais muito descaracterizadas |
| BAHIA | Vitória da Conquista | 0,000 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de águas correntes (Lóticos) | Sem cobertura de plantas aquáticas ou anfíbias |
| BAHIA | Vitória da Conquista | 0,508 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | Sem cobertura de plantas aquáticas |
| | Total | 95,386 | | | |
| BAHIA | Ribeirão do Largo | 0,067 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Núcleos rurais |
| BAHIA | Ribeirão do Largo | 6,151 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Sivicultura |
| BAHIA | Ribeirão do Largo | 142,753 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Ribeirão do Largo | 7,152 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Ribeirão do Largo | 4,744 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Agricultura |
| BAHIA | Ribeirão do Largo | 2,135 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Rodovias e estradas | |
| BAHIA | Ribeirão do Largo | 18,279 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| BAHIA | Ribeirão do Largo | 1,673 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| BAHIA | Ribeirão do Largo | 16,168 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Áreas florestais muito descaracterizadas |

Continuação

| UF | Município | Interferência (Ha) | Legenda 1 | Legenda 2 | Legenda 3 |
|-----------|-------------------|---------------------------|------------------------------|--|--|
| BAHIA | Ribeirão do Largo | 0,082 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de águas correntes (Lóticos) | Sem cobertura de plantas aquáticas ou anfíbias |
| BAHIA | Ribeirão do Largo | 0,597 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | Sem cobertura de plantas aquáticas |
| | Total | 199,801 | | | |
| BAHIA | Itambé | 0,014 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Instalações rurais isoladas/Sedes de fazendas |
| BAHIA | Itambé | 141,013 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Itambé | 1,286 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Rodovias e estradas | |
| BAHIA | Itambé | 0,260 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| BAHIA | Itambé | 0,029 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | Com cobertura de plantas aquáticas |
| | Total | 142,601 | | | |
| BAHIA | Itapetinga | 0,005 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Núcleos urbanos |
| BAHIA | Itapetinga | 0,043 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Instalações rurais isoladas/Sedes de fazendas |
| BAHIA | Itapetinga | 261,249 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Itapetinga | 0,913 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Itapetinga | 0,222 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Rodovias e estradas | |
| BAHIA | Itapetinga | 16,352 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| BAHIA | Itapetinga | 1,054 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| BAHIA | Itapetinga | 3,365 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| BAHIA | Itapetinga | 8,681 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Áreas florestais muito descaracterizadas |

Continuação

| UF | Município | Interferência (Ha) | Legenda 1 | Legenda 2 | Legenda 3 |
|-----------|------------------|---------------------------|------------------------------|--|--|
| BAHIA | Itapetinga | 0,084 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de águas correntes (Lóticos) | Sem cobertura de plantas aquáticas ou anfíbias |
| BAHIA | Itapetinga | 0,088 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | Sem cobertura de plantas aquáticas |
| BAHIA | Itapetinga | 1,398 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | Com cobertura de plantas aquáticas |
| | Total | 293,453 | | | |
| BAHIA | Itaju do Colônia | 0,038 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Instalações rurais isoladas/Sedes de fazendas |
| BAHIA | Itaju do Colônia | 136,937 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Itaju do Colônia | 16,672 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Itaju do Colônia | 0,490 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Rodovias e estradas | |
| BAHIA | Itaju do Colônia | 2,570 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| BAHIA | Itaju do Colônia | 10,081 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| BAHIA | Itaju do Colônia | 14,537 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Áreas florestais muito descaracterizadas |
| BAHIA | Itaju do Colônia | 0,162 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de águas correntes (Lóticos) | Sem cobertura de plantas aquáticas ou anfíbias |
| BAHIA | Itaju do Colônia | 0,034 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | Sem cobertura de plantas aquáticas |
| BAHIA | Itaju do Colônia | 0,437 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | Com cobertura de plantas aquáticas |
| | Total | 181,957 | | | |
| BAHIA | Itapé | 0,118 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Instalações rurais isoladas/Sedes de fazendas |
| BAHIA | Itapé | 58,917 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Itapé | 0,385 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |

Continuação

| UF | Município | Interferência (Ha) | Legenda 1 | Legenda 2 | Legenda 3 |
|-----------|------------------|---------------------------|------------------------------|--|--|
| BAHIA | Itapé | 0,152 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| BAHIA | Itapé | 1,089 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| BAHIA | Itapé | 3,579 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Estacionais |
| BAHIA | Itapé | 7,877 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Ombrófilas Densas |
| BAHIA | Itapé | 7,210 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Ombrófilas Densas |
| BAHIA | Itapé | 0,100 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de águas correntes (Lóticos) | Com predomínio de plantas aquáticas ou anfíbias de pequeno porte |
| BAHIA | Itapé | 0,518 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | Com cobertura de plantas aquáticas |
| | Total | 79,946 | | | |
| BAHIA | Ibicaraí | 1,127 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Instalações rurais isoladas/Sedes de fazendas |
| BAHIA | Ibicaraí | 30,902 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Ibicaraí | 1,219 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Ibicaraí | 4,983 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Rodovias e estradas | |
| BAHIA | Ibicaraí | 0,006 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Ombrófilas Densas |
| BAHIA | Ibicaraí | 2,782 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Ombrófilas Densas |
| BAHIA | Ibicaraí | 1,094 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Ombrófilas Densas |

Continuação

| UF | Município | Interferência (Ha) | Legenda 1 | Legenda 2 | Legenda 3 |
|-----------|------------------|---------------------------|------------------------------|--|--|
| BAHIA | Ibicaraí | 0,063 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de águas correntes (Lóticos) | Com predomínio de plantas aquáticas ou anfíbias de pequeno porte |
| BAHIA | Ibicaraí | 0,102 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | Com cobertura de plantas aquáticas |
| | Total | 42,278 | | | |
| BAHIA | Itabuna | 0,030 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Núcleos rurais |
| BAHIA | Itabuna | 0,428 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Instalações rurais isoladas/Sedes de fazendas |
| BAHIA | Itabuna | 18,864 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Itabuna | 2,603 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Itabuna | 1,423 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | 1.5 Rodovias e estradas | |
| BAHIA | Itabuna | 17,108 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Ombrófilas Densas |
| BAHIA | Itabuna | 17,539 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Ombrófilas Densas |
| BAHIA | Itabuna | 29,922 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Ombrófilas Densas |
| BAHIA | Itabuna | 0,232 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Áreas florestais muito descaracterizadas |
| BAHIA | Itabuna | 0,154 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de águas correntes (Lóticos) | Sem cobertura de plantas aquáticas ou anfíbias |
| BAHIA | Itabuna | 0,008 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | Com cobertura de plantas aquáticas |
| | Total | 88,313 | | | |
| BAHIA | Barro Preto | 0,468 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Núcleos rurais |
| BAHIA | Barro Preto | 0,298 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Instalações rurais isoladas/Sedes de fazendas |
| BAHIA | Barro Preto | 10,196 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |

Continuação

| UF | Município | Interferência (Ha) | Legenda 1 | Legenda 2 | Legenda 3 |
|-------|-------------|--------------------|------------------------------|--|--|
| BAHIA | Barro Preto | 1,389 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Barro Preto | 10,160 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Ombrófilas Densas |
| BAHIA | Barro Preto | 39,107 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Ombrófilas Densas |
| | Total | 61,618 | | | |
| BAHIA | Ilhéus | 4,539 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Núcleos rurais |
| BAHIA | Ilhéus | 0,000 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Núcleos rurais |
| BAHIA | Ilhéus | 1,811 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Aglomerados habitacionais | Instalações rurais isoladas/Sedes de fazendas |
| BAHIA | Ilhéus | 22,419 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Ilhéus | 0,986 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | 1.2 Atividades econômicas no ambiente rural | Pecuária |
| BAHIA | Ilhéus | 1,315 | 1. COBERTURAS ANTROPOGÊNICAS | Rodovias e estradas | |
| BAHIA | Ilhéus | 19,590 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Ombrófilas Densas |
| BAHIA | Ilhéus | 82,119 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Florestas Ombrófilas Densas |
| BAHIA | Ilhéus | 3,697 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Áreas florestais muito descaracterizadas |
| BAHIA | Ilhéus | 0,000 | 2. COBERTURAS NATURAIS | Florestais sem influência de caatinga (Mesofítica) | Áreas florestais muito descaracterizadas |
| BAHIA | Ilhéus | 0,335 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de águas correntes (Lóticos) | Sem cobertura de plantas aquáticas ou anfíbias |
| BAHIA | Ilhéus | 0,116 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | Sem cobertura de plantas aquáticas |
| BAHIA | Ilhéus | 0,099 | 3. COBERTURAS AQUÁTICAS | Ambientes de água parada | Com cobertura de plantas aquáticas |
| | Total | 137,026 | | | |

O Mineroduto SUL AMERICANA DE METAIS cruza, de modo significativo, coberturas naturais e antropogênicas. Nessas dimensões, é preciso destacar a existência de raras ocupações - urbanas ou rurais - consolidadas. A influência sobre as habitações humanas ocorrem, de modo representativo, apenas em Ilhéus e Itabuna. No restante do traçado do mineroduto, há destaque para a intervenção em coberturas antropogênicas, contudo, tais formações são majoritariamente formadas por pastagens.

Outro ponto relevante relaciona-se a intervenção em rodovias e estradas. Há intervenções pontuais, em estradas de menor porte, em seis municípios. Apenas em Vitória da Conquista e Ilhéus ocorrerá intervenção pontual sobre rodovia de grande porte.

Em síntese, as coberturas antropogênicas influenciadas são pouco expressivas do ponto de vista econômico e, em seu desenvolvimento cotidiano, não alteram significativamente a dinâmica espacial regional. As coberturas naturais, interceptadas pelo empreendimento proposto, são formadas por vegetação em diversos estágios, onde não foram identificados usos econômicos ou culturais.

O mapa relativo as tipologias de uso e ocupação do solo se insere no Módulo 14, anexo 16.

5.9 - Análise histórica e descritiva da evolução da ocupação humana dos municípios interceptados pelo mineroduto

Grão Mogol - MG

Por Volta de 1839, atraídos pela exploração de Diamante, o lugarejo que era conhecido até então como Arraial da Serra de Grão Mogol, começa a receber pessoas vindas de outros países como Portugal, França, Alemanha e demais países europeus que atuaram na exploração de diamantes.

Como a exploração era intensa e se dava de forma clandestina, a Coroa Portuguesa interviu e enviou um representante para assumir o controle de exploração e comercialização dos diamantes. Por conta disso, em 1840, o arraial se eleva para Vila Provincial e posteriormente a foi transformado em distrito e era subordinado ao Município de Montes Claros.

Em 1858 o distrito foi elevado a município, e é nesta fase também que se inicia a decadência das minas de diamante que tem seu ponto alto em 1960 quando os territórios de Itacambira, Cristália e Botumirim também elevados a município. Além disso o processo de imigração tem seu momento mais intenso. A população sai da região em direção centros urbanos, principalmente São Paulo, causando assim estagnação no crescimento e até mesmo um decréscimo nos valores absolutos observados da população residente.

A Cidade ainda guarda marcas do passado minerário. Prédios históricos e manifestações culturais ainda permanecem como memória do período de colonização da cidade que ainda são preservadas e tornou-se atrativo turístico para o município.

Existem duas versões para o nome dado a cidade; a primeira faz alusão a um diamante encontrado na Índia no ano de 1550 que pesava 735 gramas e é comparado ao local devido à fatura de diamante. A segunda versão afirma que o nome está ligado ao fato de ter existido inúmeros conflitos, desordens e assassinatos no local dando origem ao nome "Grande Amargor", que modificado localmente teria se transformado em Grão Mogor e depois assumindo a denominação atual.

Padre Carvalho - MG

A primeira denominação do povoado no início do século XX foi "Capim Pubo", devido à vegetação nativa ser constituída de capim; e este fazia parte da histórica Estrada Real - Minas Novas e Caitité na Bahia. Depois passou a se chamar "Marianópolis" (Aglutinação de Maria mais Buenópolis), homenagem à mãe de Jesus e Buenópolis de onde veio a imagem de nossa Senhora Rainha da Paz.

Em 30 de Dezembro de 1962 foi criado o distrito, subordinando ao município de Grão Mogol. Em 1966, Marianópolis recebeu o nome de Padre Carvalho. Este nome foi uma forma encontrada para homenagear o padre José de Carvalho, religioso católico que celebrou a primeira missa no local. Elevado à categoria de município com a denominação de Padre Carvalho, pela lei estadual nº 12030, de 12-12-1995, desmembrado de Grão-Mogol. Sede no antigo distrito de Padre Carvalho. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído do distrito sede.

Fruta de Leite - MG

Semelhante a alguns outros municípios da região, Fruta de Leite teve seu início em um aglomerado rural. A partir do crescimento da comunidade rural, e, com uma maior autonomia a partir do reconhecimento da comunidade como distrito ocorrido em 1993, Fruta de Leite passou a pleitear emancipação e, conseguinte, o título de município. Sua titulação como distrito foi concedida em 1993, sendo o mesmo subordinado ao município de Salinas. Já seu reconhecimento como município se deu no ano de 1995. O município de Fruta de Leite teve seu território oriundo do município de Salinas, porém, primeiramente ele foi emancipado a distrito em 1993, passando a município após sua emancipação concedida pela lei estadual nº 12030.

Novorizonte - MG

Anteriormente chamada de Indaiá, as terras onde hoje está situado Novorizonte, teve seu crescimento ligado à figura de João Bernardino de Souza, popularmente chamado de "João Davilino". Ele era um senhor fazendeiro, muito trabalhador e grande produtor de café, cachaça e também de criador de gado.

Além do seu trabalho como fazendeiro, João Davilino exercia outras atividades como Inspetor de Quarteirão (o equivalente a Auxiliar de Delegado), e era também Inspetor da Escola Municipal de Indaiá, que foi construída por ele mesmo juntamente com dois fazendeiros da região, por volta de 1934.

Em 1948 é convidado pra participar das eleições como candidato a vereador, porém não foi eleito. Por conta disso, João Davilino sentiu-se magoado com a falta de apoio dos moradores e deixou o povoado que ajudara a construir. Ele mudou-se para São João do Pau D'Alho em São Paulo, onde também cultivava café, mas sempre aparecia em Indaiá para dar assistência à sua fazenda, e continuou alimentar seu desejo de construir uma capela de Nossa Senhora da Conceição, santa pela qual sempre teve devoção.

João Davilino realizou reuniões para a construção da igreja e formação de um novo lugarejo chamado Nova Indaiá em uma chapada próxima com extensão de planície favorável a construção. O terreno foi doado pelas famílias Almeida e Ferreira e os recursos pelos demais participantes dos encontros.

Foi instaurada uma comissão de construção com sete pessoas, liderada por João Davilino. Em 1953, em mutirão, os interessados reuniram-se no local para iniciar as obras de construção da nova vila; ela ainda demoliu todas as casas da antiga vila para que o material fosse aproveitado no levante da igreja e das casas ao redor.

O então prefeito de Salinas, Doutor Costa visitou Nova Indaiá em 06 de Outubro de 1953 disse as seguintes palavras a Joao Davilino; "isto aqui é um muito bonito, é um horizonte". A partir de então surge a ideia da nomenclatura que seria dada ao vilarejo histórico inserido na região. A ele foi dado a ele o nome de Novorizonte, o que permanece até hoje.

Salinas - MG

Os bandeirantes que desbravaram a região são provenientes da Bahia, que sob o comando de Antônio Luís dos Passos chegaram nas terras mineiras em busca de riquezas. Aqui chegando, os bandeirantes depararam com jazidas de sal, que no contexto era considerado produto escasso, por isso tinha alto valor agregado. O achado contribuiu para o povoamento da região onde hoje se situa a cidade de Salinas.

A cidade surgiu em torno da capela de Santo Antônio, que a partir da doação das terras de D. Faustina Fernandes Pessoa, em seguida os fiéis passam a construir suas casas no terreno. Assim foi nascendo o povoado; após o levante da capela mais casas foram sendo construídas e o povoado surgiu com o nome de Santo Antônio de Salinas, submetido a Rio Pardo de Minas, que teve seu nome dado em homenagem ao Padroeiro, Santo Antônio e referência às jazidas encontradas na região.

Em 16 de maio de 1855 foi criada a criada a freguesia de Santo Antônio de Salinas, por desmembramento de Rio Pardo, no mesmo ano, D. Ana Maria de Araújo doa um terreno para a construção do cemitério local.

Com o esgotamento das jazidas, os habitantes daquelas paragens, dada à excepcional qualidade das terras, voltaram-se para a pecuária e a agricultura, onde iriam assentar a base econômica da região.

Em 29-10-1875 o distrito de Águas Vermelhas é anexado à Salinas, e em 1891 foi à vez do distrito de Passagem da Vereda e em 19011 é criado o distrito de Santa Cruz Salinense. De acordo com o IBGE, a elevação do distrito à condição de cidade por lei providencial expedida em 1887.

Nos quadros de apuração do recenseamento, em 1920 o município é constituído de quatro distritos: Salinas, Águas Vermelhas, Passagem da Vereda e Santa Cruz (ex-Santa Cruz de Salinas).

Em 1943, o município de Salinas é formado por cinco distritos: Salinas, Águas Vermelhas, Amparo do Sítio, Santa Cruz de Salinas e Bom Jesus de Taiobeiras (ex-Bom Jesus de Taiobeiras). Em 1953 Ferreirópolis (antigo povoado de Bom Jesus dos Ferreiras) foi acoplado a Salinas, sendo no mesmo ano o desmembramento do distrito de Taiobeiras, pois o mesmo foi elevado a categoria de município. Em 1962, Águas Vermelhas e Rubelita se desmembram do município de Salinas e também são elevados a município.

Esta divisão permaneceu até o ano de 1995, quando Santa Cruz de Salinas foi promovido a município. Avaliando a divisão territorial datada do ano de 1997, observa-se que o território de Salinas ainda possui anexo o distrito de Ferreirópolis. Somente ao avaliar a condição jurpídico-fundiária datada do ano de 2007 observa-se a integração do distrito de Nova Matrona. Essa divisão territorial permanece vigente até os dias atuais.

Taiobeiras - MG

O município de Taiobeiras teve sua origem relacionada com uma ocupação rural dada no Sítio Bom Jardim, E teve como grande contribuição para a sua consolidação o fato de que lá se dava a passagem da estrada que ligada o pólo regional de Teófilo Otoni ao interir da Bahia.

O povoado começou a crescer em torno do cemitério e da capela que foram construídos a mando de Vitoriano Pereira da Costa, o então dono das terras, que doou parte delas para tais construções. Em 1875, o Padre Esperidião Gonçalves Pereira concedeu a benção às mesmas, instaurando a Paróquia de Rio Pardo de Minas onde houve também o levantamento do cruzeiro no local.

O Padre Esperidião Gonçalves Pereira começa então a realizar visitas periódicas atraindo os moradores da redondeza para a localidade. Houve contribuição de fazendeiros para a construção de uma vala que conduzia água do Córrego Bom Jardim ao pequeno povoado. Onde hoje se situa a Avenida Liberdade e no quarteirão da Travessa Martinho Rego e Rua Bonjardim surgiu o comércio da cidade, que basicamente vendia alimentos e cachaça.

O Novo distrito ganha o nome de Taiobeiras em 1911 e passa a ser subordinado ao município de Rio Pardo. Em 1923, o distrito de Taiobeiras tomou a denominação de Bom Jardim de Taiobeiras e foi transferido do município de Rio Pardo para o de Salinas. Pela lei estadual nº 88, de 30-03-1938, o distrito de Bom Jardim de Taiobeiras voltou a chamar-se simplesmente Taiobeiras. Assim permanecendo em divisão até 1950. Através da lei pela lei nº 1039, de 12-12-1953, Taiobeiras desmembra-se de Salinas e se torna distrito sede em 01-01-1954 e em 01-08-1955 é constituído o Município de Taiobeiras. Em 1968 é criado o distrito de Berizal e anexado ao município de Taiobeiras, em 1993, o distrito se desmembra de Taiobeiras é e elevado à categoria de município no ano de 1995.

Curral de Dentro - MG

As terras onde hoje se situa o município de Curral de Dentro pertenciam a um Sr. chamado Capitão Raimundo, onde eram cercadas por vegetação e abrigavam dois lugarejos denominados “Gerais” e “Matagal”. O Local era também cercado por diversas lagoas, dentre elas a Lagoa de Curral de Dentro, que era utilizada para a diversão de crianças e jovens da região.

Onde atualmente está a Praça Miguel Alves dos Santos era o local onde o capitão Raimundo criava suas cabeças de gado em dois currais, um maior e um menor que ficava dentro deste, o que denominou o distrito de Curral de Dentro. O Local servia para os fazendeiros, seus capatazes e vaqueiros prenderem o gado quando passavam pela região e precisavam pernoitar, sem se preocupar.

Com a Morte do Capitão Raimundo, algumas famílias chegaram à região, sendo o pioneiro, o Major Catolino, que trouxe várias mulheres com a intenção de povoar a região. Passaram a ocupar casas que eram feitas de enchimento ou de madeiras entrelaçadas, amarradas com cipó e revestidas com barro. Com o passar do tempo, muitas famílias foram embora e Curral de Dentro tornou-se uma vila com poucas pessoas.

Várias atividades começam então a se desenvolver no povoado, como atividade agrícola; havia plantação de feijão, arroz, milho, cana-de-açúcar e mandioca que era utilizada na fabricação de farinha, sendo a maior parte do consumo apenas dos moradores e era produzida em casas de roda. Esta farinha, apesar da pequena quantidade também era comercializada fora do distrito, principalmente no povoado de Pedra Azul e Taiobeiras. Destes lugares traziam rapadura e sal.

O Clima favorável à agricultura começou a atrair pessoas interessadas no plantio, dentre estes o Sr. Zé Caturra que hospedava o padre Emanuel em sua casa para a realização de missas embaixo de um pé de Mulungu, pois ainda não existia capela. O Sr. Marcionílio também teve grande contribuição no crescimento da vila, pois trouxe o primeiro carro, mesmo com as péssimas condições das estradas, uma vez que eram utilizadas apenas para transporte de animais.

O distrito foi criado em 13-05-1976 subordinado ao município de Águas Vermelhas, mantendo esta divisão territorial até 1993. Elevado à categoria de município com a denominação de Curral de Dentro, pela Lei Estadual nº 12030, de 21-12-1995, desmembrado de Águas Vermelhas.

Berizal - MG

O povoado era anteriormente chamado de “Curral de Varas”, sendo que o nome Berizal foi dado por Jaime Ferreira, pároco da cidade de Pedra Azul que atendia a comunidade. A origem está nos brejos - “Beri”- que naquele tempo existia próximo a povoação e que produzia muito arroz -“zal”.

A cidade surgiu a partir das construções feitas por escravos libertos. As casas eram feitas de enchimento, cobertas de palha sem nenhum conforto. Posteriormente foi construída uma igreja de adobe para o Padroeiro São Sebastião. As terras no local da povoação foram doadas ao santo padroeiro por Clementina, uma negra que herdara terras do pai, mas a doação não foi documentada e até hoje esta situação não foi regularizada, isso pode justificar o fato de que em Berizal quase ninguém tem escritura de imóveis. A renda era baseada na mandioca produzida nas chapadas e o arroz nos brejos. Outras fontes de renda eram a produção de feijão, frutas, verduras e criação de animais.

Politicamente, Berizal pertencia a Salinas, mas em 1953 Taiobeiras emancipou-se de Salinas e Berizal ficou pertencendo a Taiobeiras em troca do povoado de Matrona. Em 16 de junho de 1968, pela Lei n.º 223, elevado à categoria de município com denominação de Berizal, pela lei estadual nº 12030, de 21-12-1995, desmembrado de Taiobeiras.

Águas Vermelhas - MG

Semelhante a grande parte municípios do Norte de Minas, Águas Vermelhas teve seu desbravamento feito pelas expedições em busca de ouro e outras riquezas minerais. Para isso os desbravadores instalavam ao longo do percurso pequenos pontos que serviam de apoio para a tropa que viajava, sendo eles fazendas, currais ou outras estruturas que contribuiriam para a viagem, pois serviriam de abrigo para a tropa. Uma dessas estruturas foi construída às margens do Rio Mosquito, com o tempo e a consolidação dada pelo acréscimo de pessoas no local, formou-se então um povoado que recebeu o nome de Águas Vermelhas. Ao se analisar a ocupação pretérita às Bandeiras, supõe-se terem sido índios da tribo Tupis os primitivos habitantes da região Alto Rio Pardo, onde hoje se localiza o município de Águas Vermelhas, segundo inscrições existentes ainda hoje na região.

Historicamente, grande parte das terras pertenciam ao Conde da Ponte, esse era responsável por uma sesmaria, da qual desmembrava lotes que eram vendidos e iam sendo desbravados pelos primitivos moradores.

Com a consolidação do povoado que se localizada em Rio Pardo, houve então a emancipação a distrito realizada em 1863. Na nova divisão territorial ocorrida em 1938, o distrito de Águas Vermelhas passa a pertencer ao município de Salinas. A sua emancipação como município ocorre somente em 1962.

Encruzilhada - BA

O surgimento de Encruzilhada tem seus primeiros registros em 1825, quando o sertanejo Antônio Carlos Cerqueira, provavelmente vindos da região de Condeúba, estava à procura de um melhor local para a instalação de seus negócios. Então, às margens do Rio Água Preta, instalou uma selaria no cruzamento das estradas de Minas Gerais que levavam ao sul e sudeste Baiano, observando a localização que atendia bem às duas regiões, para a melhor saída dos seus produtos, então o trecho tornou-se passagem constante de boiadeiros e tropeiros procedentes principalmente do Estado de Minas Gerais. Este fato deu nome de Encruzilhada ao povoado.

Localizada em zona pecuária, o povoado consolidou-se lentamente. Somente em 1891 foi inaugurada uma grande casa comercial na região, fator esse que contribuiu para a consolidação do município. O proprietário dessa casa comercial era o senhor João de Paula Moreira, que mais tarde viria a ser intendente municipal.

Elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 1483, de 17-06-1921, se desmembrando de Vitória da Conquista.

Durante toda a história, que abrange a emancipação municipal em 1921, houve, por diversas vezes, a substituição do distrito sede, além de grande variação no número de distritos pertencentes ao território. A divisão territorial de 1933 trazia o território municipal composto de mais três distritos além de distrito sede. Já em 1943, o decreto estadual de nº 141, de 31/12/1943 reconfigurou o território político municipal, passando a condição de distrito sede para a Vila de Maracani. Porém, em nova configuração elaborada posteriormente, Encruzilhada volta a ser considerada distrito sede municipal, permanecendo até os dias de hoje a mesma configuração territorial.

Cândido Sales -BA

Candido Sales cresceu onde anteriormente estava instalado o povoado de Porto de Santa Cruz na metade do século XIX, por fazendeiros que possuíam terras na região. Em 1943, com a transferência da sede distrital para o povoado o nome foi alterado para Quaraçu e em 1954 transferiu-se a sede do distrito para o povoado de Nova Conquista.

O município se emancipou em 5 de julho de 1962, desligando-se do município de Vitória da Conquista. No início do povoado, o local chamava-se "Nova Conquista" e teve o seu desenvolvimento acelerado com a construção da Rodovia Federal Rio-Bahia, sobretudo com a construção da ponte sobre o Rio Pardo, que margeia o município. O nome "Cândido Sales" é uma homenagem a um antigo proprietário de terras da região onde se formou a localidade.

Vitória da Conquista -BA

O território onde hoje está localizado o município de Vitória da Conquista foi habitado pelos povos indígenas Mongoyó, Ymboré e Pataxó. Os aldeamentos se espalhavam por uma extensa faixa, conhecida como Sertão da Ressaca, que vai das margens do Rio Pardo até o Rio das Contas.

A vinda dos colonizadores portugueses e mestiços à região de Vitória da Conquista está ligada à exploração de metais preciosos, principalmente ouro, e à política de ocupação do território. Um dos responsáveis pelo desbravamento do Sertão da Ressaca foi o bandeirante e ex-escravo João Gonçalves da Costa, português nascido na cidade de Chaves, provavelmente em 1720. Ele ficou conhecido como um conquistador violento e dizimador de aldeias indígenas.

João Gonçalves da Costa chegou ao território onde hoje está Vitória da Conquista depois do esgotamento das minas de ouro de Rio de Contas e das Gerais. Ele procurava novos pontos de exploração mineral. Embora não tenha encontrado ouro por aqui, ele acabou ocupando a região e fundando o Arraial da Conquista.

A ocupação do Sertão da Ressaca foi realizada à custa da derrota dos povos indígenas. Primeiro João Gonçalves enfrentou o povo Ymboré. Valentes, resistiram à ocupação do território. Por causa da fama de selvagens, foram escravizados pelos colonizadores. Para piorar a situação, os Mongoyó aliaram-se aos portugueses para derrotá-los.

Depois dos Ymboré, foi a vez dos Pataxó. Eles também resistiram à ocupação estrangeira, mas acabaram se refugiando para o sul da Bahia, onde, em número reduzido, permanecem até hoje, lutando para preservar sua identidade e seus costumes.

Os Kamakan-Mongoyó conseguiram estabelecer relações mais estreitas com os colonizadores a fim de garantir sua manutenção como povo. Ajudaram os portugueses na luta contra os Ymboré. Depois que os portugueses conseguiram dominar os Ymboré e os Pataxó, os Mongoyó foram escravizados e obrigados a trabalhar na abertura de estradas e na derrubada das matas, para que fosse instalada a pecuária. Ao perceberem a traição, organizaram uma reação.

Em 1752, ocorreu a batalha que entrou para a história de Vitória da Conquista como uma das mais importantes. Sabe-se que naquele ano, aconteceu uma fatídica luta entre os soldados de João Gonçalves da Costa e os índios. Os soldados, já fatigados, buscavam forças para continuar o confronto. Na madrugada posterior a uma dia intenso de luta, diante da fraqueza de seus homens, João Gonçalves teria prometido à Nossa Senhora das Vitórias construir uma igreja naquele local, caso saíssem dali vencedores.

Essa promessa foi um estimulante aos soldados que, revigorados, conseguiram cercar e aniquilar o grupo indígena que caiu, no alto da colina, onde foi erguida a antiga igreja, demolida em 1932. Não se sabe ao certo se essa promessa foi realmente feita, mas essa história tem passado de geração em geração.

O enfrentamento se prolongou até o século XIX. Além dos confrontos diretos, os portugueses utilizaram estratégias como o oferecimento de roupas infectadas com varíola aos índios e até um embriagamento coletivo.

No final do século XVIII, o Arraial da Conquista se resumia a uma igreja e algumas dezenas de casas. Nesse tempo, ainda existiam matas densas com fauna e flora bastante ricas.

A paisagem começou a mudar com a chegada dos primeiros rebanhos bovinos. As matas foram derrubadas para dar lugar aos pastos. O Arraial virou passagem para o gado trazido pelos tropeiros de Minas Gerais que iam em direção ao litoral.

O próprio João Gonçalves da Costa, fundador do Arraial, tornou-se proprietário de gado. A família Gonçalves da Costa foi a mais rica produtora de leite e carne da região durante mais de um século.

A cidade foi crescendo lentamente. As primeiras ruas mantendo-se próximas ao leito do rio Verruga, região que vai da atual rua Ernesto Dantas até a avenida Bartolomeu de Gusmão, passando pelo CEASA. Em 1780, havia cerca de sessenta casas no Arraial.

Já em 1840, ano em que o Arraial foi elevado à condição de Vila Imperial da Vitória, distrito da Vila de Caetitê, este número já havia se multiplicado. Nessa época, além do gado, produzia-se algodão, óleo de copaíba e alimentos necessários à subsistência dos moradores. Os escravos negros foram a principal mão-de-obra das lavouras e, também, boa parte dos vaqueiros. A herança dos negros está presente em vários aspectos da cultura conquistense e nos mais de dez remanescentes de quilombos do Município.

A Vila elevou-se à categoria de cidade em 1891, quando passou a se chamar Conquista. Em 9 de novembro daquele ano, foi instalada a Câmara de Vereadores, sendo esta a data escolhida para o dia da Cidade. Em 1920, Conquista já era considerada uma cidade grande. Dezesesseis distritos foram integrados à sede. O comércio se destacou, principalmente na venda de produtos agrícolas e pecuários, não só para a população local, mas para os moradores de outros municípios. Em troca, os conquistenses compravam dos tropeiros, tecidos, perfumes e novidades vindas da Europa. A localização geográfica é favorável ao comércio e Conquista tornou-se conhecida em outras regiões do Estado.

Ribeirão do Largo -BA

A busca pelo conhecimento do processo histórico que resultou à ocupação do hoje município de Ribeirão do Largo remete à ideias semelhantes às que estão descritas nos municípios adjacentes abordados nos estudos.

Ao se avaliar a forma como se deu o reconhecimento jurídico da área como município, observa-se que o povoado que emancipado a distrito e intitulado Ribeirão do Largo foi criado pela lei estadual de número 4036 datada do ano de 1982. Naquele momento distrito era subordinado ao município de Encruzilhada.

A elevação à condição de município foi dada apenas no ano de 1989, prevista pela lei estadual de número 4850. Naquele momento, o então distrito de Ribeirão do Largo foi titulado como distrito sede, possuindo também o distrito de Nova Brasília sobre tutela do município. Essas características observadas relativas à organização municipal permanecem até a divisão territorial realizada em 2007.

Itambé -BA

O nome Itambé, que no idioma tupi significa "pedra afiada", somente foi dado ao município quando de sua elevação a essa categoria. Anteriormente sua denominação era Verruga - por ser banhado pelo rio de mesmo nome. Sobre os primitivos habitantes da região pouco se conhece. É tradição corrente, porém, que no lugar conhecido por Catulé Grande, 60 quilômetros a oeste da sede municipal, teria existido um agrupamento de índios denominados Mongoyós cujos componentes resistiram aguerridamente ao intento dos colonizadores, de se instalarem na região.

As primeiras penetrações no território teriam sido consequência do desejo da Coroa Portuguesa, que, objetivando livrar o interior do isolamento em que se encontrava, projetou a construção de estradas que permitissem acesso ao litoral baiano. Foi incumbido da execução desse plano João Gonçalves da Costa, na segunda metade do século XVIII, presumivelmente em 1752. Ao cabo de alguns anos de esforços conseguiu aquele sertanista rasgar, através da mata, estradas que ligaram os sertões de Conquista a zona litorânea, recebendo da administração colonial doação de larga área.

Por volta de 1890, uma seca de grandes proporções compeliu certo número de famílias radicadas no alto sertão da Bahia a procurar outros sítios onde pudessem estar a salvo do flagelo. Tomaram o rumo da costa e, ao depararem condições favoráveis, em meio do caminho, ali se fixaram.

Esses retirantes instalaram-se no território, constando ter sido Manoel Balbino da Paixão quem primeiro se estabeleceu às margens do rio Verruga, no ponto onde este se une ao rio Pardo, do qual é afluente. Cerca de um quilômetro acima, no lugar em que o riacho Santa Maria lança suas águas no Verruga, localizou-se Manoel Raimundo da Fonseca. À margem esquerda do Pardo, construiu o tenente Maximino Martinho de Oliveira uma propriedade que recebeu o nome de Barra do Choca. Outro pioneiro a instalar-se em uma pequena faixa de terra que hoje compõe Itambé foi Estevam Gonçalves de Oliveira. Não faltou a presença de religiosos nos primórdios do Município: Frei Luís construiu uma pequena capela, estabelecendo-se na Fazenda Santa Maria e muito concorreu para a catequese dos silvícolas.

A Lei estadual n.º 2.042, de 12 de agosto de 1927, criou o Município de Itambé com território desmembrado de Vitória da Conquista e sede no antigo povoado de Verruga. Instalado a 1.º de janeiro de 1928, ficou constituído de um único distrito, até que, por força do Decreto estadual n.º 11.089, de 30 de novembro de 1938, adquiriu do Município de Vitória da Conquista. O distrito de Itatinga, que teve a denominação alterada para Itapetinga (Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943). Nova alteração se verificou em sua formação administrativa com a perda de Itapetinga, elevado a Município em virtude da Lei n.º 508, de 12 de dezembro de 1952. A Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, deu a Itambé uma nova constituição atual, pela qual o município se compõe de 2 distritos: o da sede, de mesmo nome, e Catolezinho.

Itaju do Colônia -BA

Inicialmente, as terras onde atualmente é Itaju do Colônia eram habitadas por povos indígenas Aimorés. Já no século XX, formou-se uma povoação em torno da Fazenda Santa Rita, às margens do Rio Colônia que teve início com um barracão construído em Setembro de 1939 por Antônio Cordeiro de Miranda em torno da Fazenda Santa Rita, às margens do Rio Colônia. Ao redor desse barracão grande número de colonos começou a construir seus barracos e choupanas, atraídos pela extração do pó da palha do ouricuri, vegetação muito abundante na região. Começou então a derrubada da mata e Antônio Cordeiro de Miranda, que havia comprado 20 hectares desmembrados da Fazenda Santa Rita, de Antônio Jerônimo, começou a organizar o povoado e a formar áreas para exploração da pecuária bovina.

Em 1959, o povoado foi elevado à categoria de distrito com o nome de Itaguira. Em 19 de Julho de 1962 o distrito é desmembrado do Município de Itabuna e emancipado, recebendo o nome de Itaju do Colônia, Itaju que em Tupi-Guarani significa “pedra brilhante”. A instalação do município se deu pela Lei Estadual nº 1.732, de 07 de abril de 1963. Além do distrito sede o município possui também o distrito de Palmira.

Itapé - BA

No Século XIX a área onde se localiza o município de Itapé era transitada por tribos Pataxós e Guerens, porém ali não formaram nenhuma aldeia. Na primeira metade do século XX, chegavam à região muitos sergipanos e sertanejos baianos atraídos pela fama das terras e riquezas produzidas pelo Cacau e seguiam os caminhos já existentes pelas margens do Rio Cachoeira ou do Rio Almada à procura de terras devolutas, pertencentes ao Estado da Bahia. Nas primeiras décadas do século XX, toda a área do atual município de Itapé, que pertencia a Itabuna, estava desbravada, com roças de cacau, mandioca, milho, feijão, e café, além do surgimento das primeiras pastagens - os mangueiros - para a engorda do gado bovino que vinha do sertão. Itapé antes de sua emancipação era conhecida como Estreito d'água, depois passou a ser Itaúna, porém, com as lutas dos seus fundadores, com o objetivo de tornar-se emancipada, teve a participação dos Srs. Felipe Ninck, Hementário Santana, Luciano Badaró, José Maria.

Em 1934, o Povoado que pertencia ao Município de Itabuna, foi pelo então governador Juracy Magalhães, elevado a categoria de Vila. Em 1942, por decreto do então Presidente Getúlio Vargas, a denominação da Vila foi alterada para Itapé, por existir no Estado de Minas Gerais outra Vila com o nome de Itaúna.

Com a eleição do primeiro prefeito, o Sr. Fenelon Santos em 3 de outubro de 1962 foi empossado em 7 de abril de 1963, data em que se instalou o novo município, desmembrando-se definitivamente do município de Itabuna. À primeira feira livre de Itapé, os feirantes traziam suas verduras, frutas, galinhas, porcos entre outros que eram comprados por seus idealizadores e mais algumas pessoas da época.

Ibicaraí - BA

Semelhante ao perfil de formação dos municípios adjacentes, o município de Ibicaraí teve sua origem em um aglomerado humano rural, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o aglomerado se deu a partir da instalação de pessoas da mesma família em um terreno comprado pelo Sr. Manoel Marques. Esse lugar recebeu denominação inicial de Palestra.

Somente a partir da liberação do decreto número 141 de 1943 que a localidade teve seu nome alterado para Ibicaraí, que na linguagem Tupi significa “Terra Sagrada”.

Ao se avaliar a sua formação administrativa, observa-se que a primeira mudança no perfil jurídico fundiário do local se deu no ano de 1937, quando o lugarejo foi elevado à Vila. Já a elevação à condição de município só surgiu por força de decreto datado de 1943, ou seja, 6 anos depois após a elevação de sua condição inicial.

Itajuípe - BA

A formação histórica do município de Itajuípe possui características semelhantes município da região. Os aglomerados rurais, que tinham a agricultura como atividade principal, foram se consolidando como pequenos centros econômicos de trocas, vendas e, em menor escala, serviços. A afirmação desses povoados como micro centro de relações sociais fez com que para eles fossem atraídas diversas pessoas. A partir de então, esses pequenos povoados ganharam massa, e conseqüentemente maior representatividade.

No que tange os aspectos da formação administrativa de Itajuípe, percebe-se que, exemplificando o que foi afirmado acima, com o antigo nome de Pirangi, o distrito foi formado em 1933, sendo subordinado ao município de Ilhéus.

Após a mudança da nomenclatura ocorrida no ano de 1943 onde assumiu o atual nome, o então distrito passa, em 1952, à categoria de município, possuindo a mesma característica territorial até os dias de hoje.

Itapetinga - BA

O município de Itapetinga anteriormente começou a ser conhecido a partir de 1912 quando Bernardino Francisco de Souza e alguns parentes e trabalhadores, tentando encontrar a estrada pedestre entre Vitória da Conquista e Ilhéus, fixaram-se às margens do rio Catolé dedicando-se a atividades agrícolas.

Em 1916 chegou à região Augusto Andrade de Carvalho e adquiriu uma propriedade rural, visando dedicar-se à agricultura e à pecuária. Augusto Andrade de Carvalho demarcou em suas terras uma área de 10 hectares para nela ser erguida uma vila, um pequeno povoado. Nasceu então, no ano de 1924, o povoado de Itatinga.

Em 22 de junho de 1933, pelo Decreto Estadual de nº 8.499, o povoado de Itatinga passou a ser distrito do município de Vitória da Conquista.

Em 14 de novembro de 1934 sob a liderança de Dr. Orlando Bahia, Juvino Oliveira, Mariano Campos, Augusto Andrade de Carvalho, José de Sousa Paim e outros foi criada a Associação Cultural Itatinguense (Itapetinguense), posteriormente organizada sob a forma de fundação com o fim de divulgar o conhecimento e a cultura no pequeno povoado.

Seguindo o seu progresso, Itatinga cresceu, e no dia 30 de março de 1938 teve a sua sede elevada à categoria de Vila, permanecendo integrada ao município de Vitória da Conquista. Porém, no mesmo ano, em 30 de novembro, a Vila de Itatinga foi desmembrada do município de Vitória da Conquista e é anexada ao de Itambé.

A mudança no nome de Itatinga ocorreu no ano de 1944, com o Decreto-Lei Estadual nº 12.978, no qual o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, determinou que nenhum município do estado poderia ter nome semelhante a outro. Como os municípios mais antigos tinham preferência em manter os seus nomes, foi adicionada a sílaba "pe" ao nome de Itatinga, formando então o novo nome da vila: Itapetinga.

O crescimento foi rápido, tanto sob o aspecto humano quanto econômico, e através da Lei Nº 508 de 12 de dezembro de 1952 foi criado o Município de Itapetinga, sendo o seu território desmembrado do município de Itambé.

De acordo com a Lei nº 628, de 30 de dezembro de 1953, o município constituiu-se de dois distritos: Itapetinga e Bandeira do Colônia.

Itabuna - BA

O povoamento começou quando a região servia como principal ponto de passagem de tropeiros que se dirigiam a Vitória da Conquista. Na região cortada pelo rio Cachoeira, surgiu o Arraial de Tabocas em 1857, em meio à mata que então era desbravada.

O nome Tabocas, segundo a tradição, deve-se a um imenso Jequitibá, de cuja derrubada fora feita uma disputa, sendo aquele o "pau da taboca", ou seja, da roça que se abria.

O povoamento deu-se apenas a partir de 1867, feito principalmente por migrantes sergipanos, dentre os quais José Firmino Alves, vindo de Chapada dos Índios, atual Cristinápolis - SE, a quem se atribui a fundação da futura cidade de Itabuna.

Em trinta anos o crescimento foi tanto que, em 1897 os moradores pleitearam sua emancipação, que foi negada. Nova tentativa foi feita, junto ao governo estadual, em 1906, comprometendo-se Firmino Alves a doar os terrenos para que fossem erguidas as sedes administrativas.

Fundado em 1910, através da Lei nº 807, de 28 de Julho, o município de Itabuna tem sua cronologia confundida com a própria origem do seu perímetro urbano, a partir de meados do século XIX, reduzindo-se a importância da centenária Ferradas, que foi a primeira Vila - com o nome de D. Pedro de Alcântara, três décadas antes de Tabocas - e o primeiro povoamento urbano no território daquele que viria a ser o município de Itabuna.

Barro Preto -BA

O povoamento do território iniciou-se no século XIX, com o desenvolvimento da lavoura cacaueteira. Os colonos aí chegados formaram o povoado de Limoeiro. Em 1933, guardando a denominação de Limoeiro, foi transformado em distrito do município de Ilhéus.

Após a consolidação do povoado, houve, por diversas vezes, mudanças de nome do povoado, além das mudanças relativas à jurisdição municipal responsável pelo distrito. O povoado que hoje é município de Barro Preto, já foi subordinado aos municípios de Ilhéus e Itajuípe.

Em 1962 foi finalmente emancipada, com a lei estadual 1678, de 17 de abril, daquele ano, sendo sua instalação no ano seguinte, quando assumira o governo do estado o ex-prefeito de Jequié, Lomanto Júnior. Este conseguiu para a nova cidade suas primeiras instalações de água e luz, o que motivou a mudança do nome original - Barro Preto - para homenagear este político.

Com a lei estadual nº 2449, de 10 de abril de 1967, Barro Preto passou a chamar-se Governador Lomanto Júnior, em homenagem ao ex-governador do Estado Lomanto Júnior, cuja vigência dependia da promulgação da divisão do Estado da Bahia. No entanto, por determinação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do estado da Bahia, órgão responsável pela divisão territorial do estado, o município de Governador Lomanto Júnior voltou a denominar-se Barro Preto.

Ilhéus - BA

Ilhéus foi fundado em 1534 e elevado à cidade em 1881. Sua remonta a época da escravidão, quando D. Pedro II doou vasta extensão de terra, 1000 léguas de largura, ao donatário Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da corte real. Instalada em 1651 na Ilha de Tinarébes, antigo domínio da Capitania de Ilhéus, a sede administrativa logo se mudou para a região da Foz do Rio Cachoeira, a chamada Baía de Ilhéus. Ainda que se falasse da terra as maiores maravilhas, o donatário da Capitania preferiu o luxo e o fausto da corte, enviando o déspota espanhol Francisco Romero para representá-lo na administração da capitania, ademais, enfrentar e depois pacificar a bravura dos índios tupiniquins.

Logo, a amizade dos colonizadores com os nativos tornou possível a fundação cultural da Vila de São Jorge dos Ilhéus, que se transformou em freguesia em 1556 por ordem de D. Pero Fernandes Sardinha. A região se tornou produtora de cana-de-açúcar e ganhou muitas construções. Mas, com a chegada dos ferozes índios Aimorés, que passaram a atacar as plantações, Ilhéus sofreu o declínio econômico que resultou em decadência. No século XVII com a importação de mudas de cacaueteiros da Amazônia e sua notável adaptação às condições climáticas da região, Ilhéus viu brilhar diante de si um novo eldorado. O cultivo do cacau passou a gerar um número sem fim de histórias, receadas de cobiça, amores e lutas pelo poder, formando um terreno fértil para os romances de Adonias Filho e Jorge Amado, onde narram as paixões desenfreadas dos coronéis por dinheiro, mulheres e terras.

A carta da doação da Capitania de Ilhéus a Jorge de Figueiredo Correia foi assinada em Évora a 26 de junho de 1534. O donatário mandou em seu lugar o preposto Francisco Romero, que primeiro se instalou na ilha de Tinharé, onde fica o Morro de São Paulo e depois, quando descobriram o que seria mais tarde a Baía do Pontal, se encantaram e fundaram a sede da capitania, dando o nome de São Jorge dos Ilhéus, uma homenagem ao donatário Jorge e Ilhéus, devido à quantidade de ilhas que encontraram no seu litoral.

Além das que existem ainda hoje, como a Pedra de Ilhéus, Ilheusinho, Pedra de Itapitanga e a Ilha dos Frades, os morros de Pernambuco e o atual Outeiro de São Sebastião também eram ilhas.

Nos primeiros quinze anos o progresso da vila era enorme e atraía todo tipo de pessoa. Em 1556 a vila já possuía a igreja Matriz e relativa produção de cana-de-açúcar. Jorge de Figueiredo doou pedaços de terra que se chamavam sesmarias a diversas figuras importantes do reino, e em 1537 doou uma sesmaria a Mem de Sá, que seria o terceiro governador-geral do Brasil, localizada no que foi chamado Engenho de Santana, e onde hoje está localizado o povoado de Rio do Engenho. Ainda restam vestígios deste engenho que foi explorado pelos jesuítas e onde está localizada a capela de Nossa Senhora de Santana, considerada a terceira igreja mais antiga do Brasil. Em 1551, com a morte do donatário a capitania mudou de dono várias vezes e caiu no ostracismo, tornando-se apenas mais uma vila de pescadores na costa desse imenso país.

Quando, em 1595, os franceses atacaram Ilhéus e foram repelidos, já existia na entrada do porto o fortim de Santo Antônio, transformado em 1611 em forte de pedra e cal. Em 1754 o governo português acabou com o sistema de capitanias hereditárias e as terras brasileiras voltaram para as mãos do governo. Foi nessa época que iniciaram o plantio do cacau. As primeiras sementes foram trazidas do Pará, pois o cacau é planta nativa da região amazônica, pelo francês Louis Frédéric Warneaux, e plantada na fazenda Cubículo, às margens do rio Pardo, hoje município de Canavieiras.

Naquela época não se tinha conhecimento da importância do chocolate na alimentação e só pensava-se em cultivar a cana-de-açúcar, que era o que rendia muito. Foi somente no século seguinte, nas primeiras décadas que os alemães chegaram à região e, 1821 começaram o plantio do cacau como cultura rentável. Até 1890 foram os estrangeiros que plantaram cacau. A partir desta data é que houve uma verdadeira corrida para a ocupação das terras.

Em 28 de junho de 1881, Ilhéus foi elevada à categoria de cidade, numa ação referendada pelo Marquês de Paranaguá. Em 1913 a cidade foi transformada em bispado. O governo brasileiro doava terras a quem quisesse plantar cacau. Vieram sergipanos e pessoas fugidas da seca do nordeste, do próprio Estado e de todo lugar, Em dez anos a população cresceu de uma forma explosiva, plantava-se cacau em abundância, vieram pessoas buscando o eldorado e a região mudou seu aspecto.

Nesta época começaram a construir belos edifícios públicos como o Palácio do Paranaguá que abriga até hoje a Prefeitura e a sede da Associação Comercial de Ilhéus; belas casas, como a do "coronel" Misael Tavares e a da família Berbert, uma cópia do Palácio do Catete no Rio de Janeiro e muitos outros belos prédios.

Na década de vinte do século passado, Ilhéus fervilhava de pessoas, de dinheiro, de luxo e riqueza. Foi construído o prédio do Ilhéus Hotel (a grafia antiga), o primeiro com elevador no interior do Nordeste, uma obra ainda hoje imponente, e o Teatro Municipal que esteve em ruínas, mas que foi reformado e é considerado um dos mais bem aparelhados do interior do Nordeste e fora das capitais.

Ilhéus sempre primou pelo bom gosto e pelo requinte, sempre teve muita ligação com a Capital Federal, o Rio de Janeiro (enquanto capital do país) e também com a Europa. Em 1921, quando inaugurou, sua casa, o "coronel" Misael Tavares ofereceu um banquete e o cardápio do jantar estava escrito em francês.

A exportação de cacau era um problema, pois era feita pelo porto de Salvador. Havia muita dificuldade no embarque e perda de qualidade e de peso. Em 1924, os cacauicultores iniciaram a construção do porto de Ilhéus com recursos próprios, e a exportação do cacau começou a ser feita diretamente na cidade, trazendo com isso a presença de estrangeiros e um intercâmbio cultural com países da Europa. Nesta época vinham dançarinas, mágicos, e também aventureiros para divertir as pessoas que possuíam dinheiro. Havia cabarés, clubes noturnos, cassinos. A cidade era movimentada e é esta época narrada por Jorge Amado em seus romances. Uma época de muito dinheiro e de muito luxo.

O grande fluxo financeiro originado pela produção e exportação de cacau deu origem a peculiaridades no desenvolvimento da Região da Costa do Cacau, região geoestratégica da Bahia. O desenvolvimento da produção e a busca por melhor qualidade nesta *commodity*, levaram as lideranças regionais e os produtores a criar a CEPLAC, Comissão Executiva de Desenvolvimento e Preservação da Lavoura Cacaueira. Hoje um órgão do Ministério da Agricultura, com importante centro de pesquisa, o CEPEC. A demanda regional por educação superior, buscada nas décadas de 1940 e 1950 em Salvador, principalmente pelos filhos de coronéis do cacau, gerou o anseio pela implantação de faculdades e instituições de ensino superior na região. A UESC, Universidade Estadual de Santa Cruz, é fruto desta demanda, e hoje torna-se referência nordestina em formação profissional de nível superior, e firma-se como importante instituição de produção científica no nordeste, sendo a segunda da Bahia, somente superada pela UFBA.

A cidade de São Jorge dos Ilhéus fica situada em local privilegiado. Recortada por muita água, sua chegada por avião é muito bonita e emocionante. O centro da cidade fica localizado numa ilha artificial formada pelos rios Almada, Cachoeira e Itacanoeira (ou Fundão) e ainda pelos canais Jacaré e Itaípe, este último construído no final do século antepassado pelo engenheiro naval François Gaston Lavigne, oficial do exército de Napoleão. Este canal foi construído para facilitar a passagem das canoas que traziam cacau da região do rio Almada para o embarque no porto. Compondo a área de preservação ambiental da bacia hidrográfica deste rio, a Lagoa Encantada possui beleza natural ímpar, elevado nível de preservação ambiental, lindos passeios de barco, com cachoeiras e contato com a natureza.

6 - USOS DA ÁGUA

Para o a elaboração do respectivo estudo de Uso da Água, foram realizados trabalhos de campo em todos os municípios da área de estudo do mineroduto. Dessa feita, foi desenvolvida pesquisa institucional, onde questionários foram aplicados junto às prefeituras e órgãos responsáveis pelo abastecimento de água nos municípios.

As campanhas de campo foram realizadas entre os meses de outubro e novembro de 2010. Com efeito, foram investigados os atributos como a apropriação social do uso da água, as formas de captação e distribuição, tratamento da água e esgoto, restrição por parte da população e a existência de comitês de Bacias Hidrográficas.

No âmbito da área de influência do mineroduto, verifica-se uma larga e diversificada apropriação social dos corpos d'água. No curso dos trabalhos de campo foram identificados usos como o doméstico, a recreação de contato primário - que constitui uma importante alternativa de lazer dos municípios focalizados - irrigação, pesca e dessedentação do gado. As informações sobre qualidade dos recursos hídricos podem ser observadas no Diagnóstico Ambiental do Meio Físico - Módulo 7.

O Quadro 6.1, a seguir, demonstra alguns dos usos de água identificados na Área de Estudo do mineroduto.

QUADRO 6.1 - Usos da Água na Área de Estudo do Mineroduto

| Estado | Município | Área de Abastecimento | Qualidade da Água | Formas de Utilização |
|--------|----------------|-----------------------|------------------------------|---|
| MG | Padre Carvalho | Zona Urbana | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso Doméstico |
| | | Zona Rural | Água Bruta - Poço artesiano | Uso doméstico e dessedentação animal |
| MG | Novorizonte | Sede Municipal | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico |
| | | Zona Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, açude |
| | | Zona Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, açude |
| MG | Grão-Mogol | Sede Municipal | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico |
| | | Zona Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| | | Zona Rural | Água Bruta - Poço artesiano | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| MG | Fruta de Leite | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |

Continuação

| Estado | Município | Área de Abastecimento | Qualidade da Água | Formas de Utilização |
|--------|----------------------|-----------------------|--------------------------------|---|
| MG | Salinas | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| | | Zona Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de lavouras. |
| MG | Taiobeiras | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| | | Zona Rural | Água Tratada - Salobre | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| MG | Berizal | Sede Municipal | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico |
| | | Zona Rural | Água Bruta - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| MG | Curral de Dentro | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| | | Zona Rural | Água Bruta - Poço artesiano | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| MG | Águas Vermelhas | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| BA | Cândido Sales | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado. |
| | | Zona Rural | Poço Artesiano - Pouco salobre | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| BA | Encruzilhada | Sede Municipal | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, irrigação de pequenas lavouras. |
| | | Zona Rural | Água de Chuva -Sem Tratamento | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| | | Zona Rural | Água Bruta - Poço artesiano | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| BA | Ribeirão do Largo | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| BA | Itambé | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| BA | Vitória da Conquista | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| BA | Itaju do Colônia | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Salobre | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| BA | Itapé | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Salobre | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |

Continuação

| Estado | Município | Área de Abastecimento | Qualidade da Água | Formas de Utilização |
|---------------|------------------|------------------------------|------------------------------|---|
| BA | Ibicaraí | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| BA | Itajuípe | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| BA | Itapetinga | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, abastecimento de fábrica. |
| BA | Barro Preto | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| BA | Itabuna | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico, dessedentação do gado, irrigação de pequenas lavouras. |
| BA | Ilhéus | Zona Urbana e Rural | Água Tratada - Boa Qualidade | Uso doméstico e irrigação de pequenas lavouras. |

Fonte: Levantamento de campo - Brandt Meio Ambiente

6.1 - Abastecimento de água

O quadro a seguir demonstra as empresas e órgãos responsáveis pelo abastecimento de água de todos os municípios em análise, bem como o tipo de captação que é realizado para o abastecimento da população dos municípios do mineroduto.

QUADRO 6.2 - Abastecimento de água ao longo da área de estudo influência do mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo

| Estado | Município | Responsável | Tipo de Captação |
|--------|----------------------|----------------------------|--|
| MG | Padre Carvalho | COPANOR | Córrego Curral de Varas |
| | | | Poço Artesiano |
| | | | |
| MG | Novorizonte | COPANOR | Poço Artesiano |
| | | Exército - Caminhão Pipa | Poço Artesiano |
| | | SAAE | Poço Artesiano |
| MG | Grão-Mogol | COPASA | Rio Itacambiraçu |
| | | COPANOR | Rio Itacambiraçu |
| | | | Poço Artesiano |
| MG | Fruta de Leite | COPANOR | Poços Artesianos e Nascentes |
| MG | Salinas | COPANOR | Rio Salinas |
| | | | Barragem em Nova Matrona |
| MG | Taiobeiras | COPASA | Rio Pardo |
| | | | Poço Artesiano |
| MG | Berizal | COPASA | Rio Pardo |
| | | SAAE | Nascentes na Serra do Anastácio |
| MG | Curral de Dentro | COPASA | Barragem Córrego Caraibas |
| | | | Poço Artesiano |
| MG | Águas Vermelhas | COPASA | Rio Mosquito |
| BA | Cândido Sales | EMBASA | Rio Pardo |
| | | | Poço Artesiano |
| BA | Encruzilhada | EMBASA | Rio Água Preta |
| | | Governo Federal/Prefeitura | Cisterna - Captação de Água do telhado |
| | | SAAE | Poço Artesiano |
| BA | Ribeirão do Largo | SAAE | Rio Ribeirão |
| BA | Itambé | EMBASA | Rio Pardo |
| BA | Vitória da Conquista | EMBASA | Barragem de Água Fria I e II (Nascentes e Riachos) |
| BA | Itaju do Colônia | EMBASA | Rio Colônia |
| BA | Itapé | EMBASA | Rio Cachoeira |
| BA | Ibicaraí | EMBASA | Rio Salgado |

Continuação

| Estado | Município | Responsável | Tipo de Captação |
|--------|-------------|-------------|--------------------------------------|
| BA | Itajuípe | EMBASA | Rio Almada |
| BA | Itapetinga | SAAE | Rio Catulé |
| BA | Barro Preto | SAAE | Nascentes na região da Pedra Lascada |
| BA | Itabuna | SAAE | Rio Almada |
| BA | Ilhéus | EMBASA | Rio São José |
| | | | Rio Santana |

Fonte: Levantamento de campo; Brandt Meio Ambiente

6.2 - Restrição de Água

Por se tratar de um empreendimento linear que irá percorrer aproximadamente 482 km entre os municípios de Grão Mogol em Minas Gerais e Ilhéus, no estado da Bahia. O mineroduto irá interceptar Bacias Hidrográficas com regimes pluviométricos específicos, também, biomas distintos como o Cerrado, a Caatinga e a Mata Atlântica. Conseqüentemente a disponibilidade hídrica aferida nos municípios da área de estudo do mineroduto é bastante diferenciada, assim como o ambiente percorrido pelo duto. Dessa forma, em muitos dos municípios há restrição deste recurso natural.

QUADRO 6.3 - Restrição de Água por parte da população

| Estado | Município | Restrição Hídrica em Parte da População | Restrição Hídrica (%) da População |
|--------|----------------|---|------------------------------------|
| MG | Padre Carvalho | Sim na Zona Rural. Município é atendido por dois Caminhões Pipa do Governo Federal. | 30% |
| MG | Novorizonte | Sim. Não há Rios perenes e volumosos no município. | 55% |
| MG | Grão-Mogol | Sim. Nas comunidades de Vila Sítio e Barrocão. | 30% |
| MG | Fruta de Leite | Sim. Sobretudo entre Maio a Agosto. | 55% |
| MG | Salinas | Sim. Sobretudo entre Maio a Agosto. | 20% |
| MG | Taiobeiras | Sim. Sobretudo entre Maio a Outubro. | 40% |

Continuação

| Estado | Município | Restrição Hídrica em Parte da População | Restrição Hídrica (%) da População |
|--------|----------------------|--|------------------------------------|
| MG | Berizal | Sim - Zona Rural no período de seca entre Maio a Outubro. | 30% |
| MG | Curral de Dentro | Sim. Maior parte do ano município em situação de emergência. | 50% |
| MG | Águas Vermelhas | Sim. No período de seca e em poucas comunidades rurais. | 3% |
| BA | Cândido Sales | Sim. Nos distritos rurais. | 35% |
| BA | Encruzilhada | Sim. Região da Caatinga, Zona Rural. | 50% |
| BA | Ribeirão do Largo | Sim. Na zona rural. | 30% |
| BA | Itambé | Não | N/A* |
| BA | Vitória da Conquista | Não | N/A* |
| BA | Itaju do Colônia | Não | N/A* |
| BA | Itapé | Não | N/A* |
| BA | Ibicaraí | Não | N/A* |
| BA | Itajuípe | Não | N/A* |
| BA | Itapetinga | Não | N/A* |
| BA | Barro Preto | Sim. Na zona rural. | 30% |
| BA | Itabuna | Sim. No período de seca. | 80% |
| BA | Ilhéus | Sim. No verão em detrimento do grande número de turistas. | 15% |

Fonte: Levantamento de campo; Brandt Meio Ambiente

*N/A - Não se Aplica.

Dentre os municípios analisados, nota-se acentuados problemas no que concerne ao abastecimento de água. O maior índice de restrição hídrica é observado em Itabuna, onde oitenta por cento da população sofre escassez sazonal de água. Contraditoriamente, o município situa-se em um bioma marcado pela ocorrência de chuvas periódicas, refletindo problemas estruturais na rede de distribuição. Além desse caso isolado, há recorrência de problemas nos municípios situados no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e na caatinga baiana, com destaque negativo para Fruta de Leite, Novorizonte, Curral de Dentro, Cândido Sales e Encruzilhada. Esses municípios congregam problemas infraestruturais, como ausência de redes de distribuição, e aspectos ambientais, pela localização em região semiárida. Há de se ressaltar que, na maior parte dos casos, a restrição hídrica se concentra em meio rural.

6.3 - Infra-Estrutura e Organização Política concernente ao Uso da Água

A pesquisa abordou itens como infraestrutura no que se refere ao tratamento da Água nos municípios da área de estudo do mineroduto. O item analisado tratou da investigação dos municípios que disponibilizam de Estação de Tratamento de Água (ETA) e Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). Também foi objeto da pesquisa, a gestão dos recursos hídricos, através da análise dos municípios que dispõe de um Comitê de Bacia Hidrográfica ativo.

QUADRO 6.4 - Tratamento da Água e Comitê de Bacia Hidrográfica

| Estado | Município | Dispõe de Estação de Tratamento de | | Comitê de Bacia Hidrográfica |
|--------|------------------|------------------------------------|---|---|
| | | Água - ETA | Esgoto - ETE | |
| MG | Padre Carvalho | Sim | Não. Usa-se fossa séptica. | Comitê da Bacia do Rio Jequitinhonha |
| MG | Novorizonte | Sim | Não. Usa-se fossa séptica. | Não é membro de nenhum comitê de Bacia Hidrográfica. |
| MG | Grão-Mogol | Sim. Apenas na sede. | Não. Efluente despejado no Rio Ribeirão. | Não é membro de nenhum comitê de Bacia Hidrográfica. |
| MG | Fruta de Leite | Sim. Apenas na sede. | Não. Apenas fossa séptica. | Não é membro de nenhum comitê de Bacia Hidrográfica. |
| MG | Salinas | SIM | Não. Efluentes despejados no Rio Salinas. | Comitê da Bacia do Rio Jequitinhonha |
| MG | Taiobeiras | Sim. Apenas na sede. | Não. Usa-se fossa séptica. | Comitê da Bacia do Rio Mosquito |
| MG | Berizal | Sim. Apenas na sede | Não. Efluentes coletados na sede são despejados no Rio Mosquito. Zona Rural se usa fossa séptica. | Comitê da Bacia do Rio Mosquito |
| MG | Curral de Dentro | Sim. Apenas na sede | Não. Efluente despejado no Córrego Esperança. | Comitê da Bacia do Rio Mosquito |
| MG | Águas Vermelhas | Sim | Sim. Mais de 90% dos efluentes são tratados. | Comitê da Bacia do Rio Mosquito |
| BA | Cândido Sales | SIM | Não. Efluentes lançados no córrego Rio Isabel. | O município não é membro do Comitê da Bacia do Rio Pardo. |
| BA | Encruzilhada | Sim. Apenas na sede | Efluentes são lançados no Rio Itambé. | Comitê da Bacia do Rio Itambé. |

Continuação

| Estado | Município | Dispõe de Estação de Tratamento de | | Comitê de Bacia Hidrográfica |
|--------|----------------------|------------------------------------|---|---|
| | | Água - ETA | Esgoto - ETE | |
| BA | Ribeirão do Largo | Sim | Efluente é despejado no Rio Ribeirão. | Não é membro de nenhum comitê de Bacia Hidrográfica. |
| BA | Itambé | Sim | Efluente é lançado no Rio Verruga. | Comitê da Bacia do Rio Pardo |
| BA | Vitória da Conquista | Sim | Sim. 85% dos efluentes do município. | Município não participa do comitê da Bacia do Rio Pardo |
| BA | Itaju do Colônia | Sim | Sim. Apenas na sede do município | Comitê da Bacia do Rio Cachoeira |
| BA | Itapé | Sim | Não. Efluentes despejados in natura no Rio Colônia | Comitê da Bacia do Rio Cachoeira |
| BA | Ibicaraí | Sim | Sim. 55% dos efluentes do município | Comitê da Bacia do Rio Salgado |
| BA | Itajuípe | Sim | Sim. 58% dos efluentes do município | Comitê da Bacia do Rio Almada |
| BA | Itapetinga | Sim | Sim. 20% dos efluentes do município são tratados | Comitê da Bacia do Rio Pardo |
| BA | Barro Preto | Sim | Não. Efluentes lançados nos Rios Boqueirão e Jacaré. | Não é membro de nenhum comitê de Bacia Hidrográfica. |
| BA | Itabuna | Sim | Não. Efluente despejado no Rio Cachoeira a jusante da captação. | Comitê da Bacia do Rio Almada |
| BA | Ilhéus | Sim | Sim. Porém a região sul da cidade não é atendida e nem os distritos. Os efluentes são lançados no Rio Almada. | Comitê da Bacia do Rio Almada |

Fonte: Levantamento de campo; Brandt Meio Ambiente

Enquanto a grande maioria dos municípios possui tratamento de água ao menos na dimensão urbana, notam-se grandes carências no cuidado dispensado aos efluentes sanitários. Em alguns municípios, há problemas ambientais decorrentes do lançamento de esgotos sanitários em córregos importantes, como Grão Mogol (Rio Ribeirão); Salinas (Rio Salinas), Encruzilhada (Rio Itambé), Itapé (Rio Colônia) e Ilhéus (Rio Almada). Esses cursos d'água, além de relevantes para as comunidades locais, são especialmente relacionados às populações residentes nas imediações do possível traçado do mineroduto. A depreciação de patrimônios naturais e turísticos, como o Rio Almada e o Rio Ribeirão (Grão Mogol), reduzem as possibilidades de desenvolvimento sustentável das comunidades residentes nessas localidades. No Vale do Rio Pardo, o lançamento de esgotos no rio Ribeirão (Encruzilhada), afluente do rio Pardo, também impacta na possibilidade de preservação desse rio, com prejuízos às comunidades quilombolas e outras aglomerações situadas a jusante, no município de Vitória da Conquista.

Em síntese, assim como em outras partes do Brasil, o tratamento de esgoto configura-se como principal desafio ao desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das populações.

7 - ASPECTOS ECONÔMICOS

7.1 - Estrutura Produtiva e de Serviços

7.1.1 - Produto Interno Bruto (PIB)

Além de ser o principal parâmetro para a distribuição dos fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM), o Produto Interno Bruto corresponde ao valor, a preços de mercado, de todos os bens e serviços finais internamente produzidos dentro do território nacional ou regional, num determinado período de tempo. Com isto, o PIB torna-se um indicador de grande importância para a elaboração de políticas públicas e aquelas de investimentos. Vale ressaltar que o PIB é calculado pela ótica da produção, o que significa tratar-se do resultado da diferença entre o valor bruto da produção e o respectivo consumo intermediário, mais os tributos indiretos, menos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos.

Na Área de Estudo (AE) do mineroduto do Projeto Vale do Rio Pardo, os principais municípios em produção de riquezas estão localizados no estado da Bahia. As Economias de Vitória da Conquista, Itabuna e Ilhéus representam 76,7% do total produzido na AE do mineroduto do Projeto. Por outro lado, as economias de menor valor agregado estão localizadas em Minas Gerais. Berizal, Padre Carvalho e Novorizonte registraram, em 2008, PIB's que correspondiam a menos de 0,23% do total gerado na AE do mineroduto.

A análise do PIB de cada um dos municípios da Área de Estudo do mineroduto do Projeto Vale do Rio Pardo de Minas aponta para uma economia dependente do setor terciário - comércio e serviços. Excetuando-se Grão Mogol, em 2008, todos os municípios estudados têm na produção de bens e serviços relacionado ao setor terciário a principal fonte de formação das suas riquezas municipais. Os municípios que possuem o setor terciário como a maior porcentagem de participação no PIB Municipal são, em ordem de grandeza: Ibicaraí (78,7%), Padre Carvalho (75,5%), Itabuna(71,9%) e Vitória da Conquista (70,9%).

O setor industrial é, tanto nos municípios mineiros quanto nos baianos, o segundo setor que mais gera riqueza na AE do mineroduto. Nos municípios mineiros, o PIB Industrial foi responsável por 25,9% dos bens e serviços gerados nestas localidades em 2008. Grão Mogol é o município em Minas Gerais com a maior dependência do setor industrial para a formação do PIB - 64,9%. Os municípios baianos apresentam indicadores ligeiramente inferiores aos mineiros. A soma do PIB Industrial dos municípios baianos correspondeu, em 2008, a 16,8% do PIB Municipal Total. Neste contexto, Itapetinga é aquele que apresenta um setor industrial mais representativo para a formação da economia municipal (32,9%).

Por fim, o setor agropecuário é aquele que gera um menor valor agregado às economias municipais da AE do mineroduto. Dos R\$8.084.762,96 gerados pelos municípios em estudo em 2008, apenas 415.901,66 (5,14%) foram de responsabilidade do setor agropecuário. Os municípios que possuem a maior participação do PIB agropecuário na formação da sua riqueza são Ribeirão do Largo (42,8%), Encruzilhada (38,5%), Itaju da Colônia (31,5%), Cândido Sales (26,9%) e Itambé (23,5%). Destaca-se que estes localizam-se no estado da Bahia, apesar dos municípios mineiros apresentarem uma dependência média do setor agropecuário (12,4%) maior do que os baianos (4,4%).

QUADRO 7.1 - PIB e componentes formadores nos municípios da AE em 2008

| Municípios | em R\$ 1.000 | | | | | |
|------------------------------|---------------------|-------------------|---------------------|---------------------|-------------------|-----------------|
| | PIB Municipal | PIB Agropecuária | PIB Indústria | PIB Serviços | PIB Impostos | PIB per capita |
| Águas Vermelhas | 48.840,54 | 9.667,58 | 6.220,63 | 31.575,52 | 1.376,81 | 3.705,94 |
| Berizal | 17.728,67 | 2.718,15 | 2.234,43 | 12.050,38 | 725,70 | 3.858,25 |
| Curral de Dentro | 28.777,68 | 5.987,54 | 2.772,93 | 19.096,32 | 920,89 | 3.968,79 |
| Fruta de Leite | 22.549,20 | 5.091,80 | 1.872,34 | 15.219,47 | 365,59 | 3.488,43 |
| Grão Mogol | 189.134,43 | 19.472,07 | 122.792,82 | 42.888,61 | 3.980,93 | 12.525,46 |
| Novorizonte | 18.605,77 | 3.413,50 | 1.651,04 | 13.013,85 | 527,37 | 3.653,92 |
| Padre Carvalho | 18.687,26 | 2.399,09 | 1.802,74 | 14.101,34 | 384,10 | 3.067,51 |
| Salinas | 216.417,42 | 20.328,46 | 28.499,53 | 152.011,28 | 15.578,15 | 5.602,60 |
| Taiobeiras | 152.272,82 | 21.956,81 | 17.020,12 | 104.357,90 | 8.937,99 | 4.914,25 |
| Total AE Minas Gerais | 713.013,78 | 91.034,99 | 184.866,59 | 404.314,66 | 32.797,53 | 4.976,13 |
| Barro Preto | 21.354,58 | 3.909,00 | 1.780,10 | 15.004,66 | 660,83 | 3.222,85 |
| Cândido Sales | 90.731,63 | 24.441,67 | 7.385,31 | 56.033,25 | 2.871,40 | 3.320,22 |
| Encruzilhada | 102.710,44 | 39.539,78 | 6.204,13 | 53.019,35 | 3.947,18 | 4.695,33 |
| Ibicaraí | 81.876,06 | 5.987,41 | 8.294,40 | 64.415,62 | 3.178,62 | 3.276,48 |
| Ilhéus | 1.632.810,48 | 53.958,67 | 408.522,22 | 960.101,95 | 210.227,64 | 7.431,66 |
| Itabuna | 1.945.413,90 | 12.491,99 | 289.701,82 | 1.397.930,21 | 245.289,88 | 9.165,89 |
| Itaju do Colônia | 30.187,63 | 9.517,39 | 2.473,63 | 17.155,87 | 1.040,73 | 3.873,19 |
| Itajuípe | 95.783,55 | 11.119,66 | 23.890,40 | 55.126,23 | 5.647,26 | 4.628,34 |
| Itambé | 105.379,14 | 24.797,08 | 9.679,00 | 68.092,54 | 2.810,53 | 3.001,74 |
| Itapé | 35.291,21 | 7.559,41 | 3.023,01 | 23.680,84 | 1.027,95 | 3.204,50 |
| Itapetinga | 555.753,69 | 15.222,08 | 183.117,71 | 269.285,94 | 88.127,97 | 8.432,78 |
| Ribeirão do Largo | 54.520,50 | 23.327,54 | 3.148,26 | 26.866,79 | 1.177,91 | 3.731,21 |
| Vitória da Conquista | 2.619.936,38 | 92.994,99 | 288.008,96 | 1.858.355,42 | 380.577,01 | 8.346,46 |
| Total AE Bahia | 7.371.749,18 | 324.866,66 | 1.235.228,94 | 4.865.068,67 | 946.584,91 | 5.102,36 |

Fonte: IPEADATA, 2011.

QUADRO 7.2 - Participação de cada setor na formação do PIB Municipal dos municípios da AE em 2008.

| Municípios | Participação na composição do PIB Municipal (em %) | | | |
|------------------------------|--|---------------|--------------|--------------|
| | PIB Agropecuária | PIB Indústria | PIB Serviços | PIB Impostos |
| Águas Vermelhas | 19,8% | 12,7% | 64,7% | 2,8% |
| Berizal | 15,3% | 12,6% | 68,0% | 4,1% |
| Curral de Dentro | 20,8% | 9,6% | 66,4% | 3,2% |
| Fruta de Leite | 22,6% | 8,3% | 67,5% | 1,6% |
| Grão Mogol | 10,3% | 64,9% | 22,7% | 2,1% |
| Novorizonte | 18,3% | 8,9% | 69,9% | 2,8% |
| Padre Carvalho | 12,8% | 9,6% | 75,5% | 2,1% |
| Salinas | 9,4% | 13,2% | 70,2% | 7,2% |
| Taiobairas | 14,4% | 11,2% | 68,5% | 5,9% |
| Total AE Minas Gerais | 12,8% | 25,9% | 56,7% | 4,6% |
| Barro Preto | 18,3% | 8,3% | 70,3% | 3,1% |
| Cândido Sales | 26,9% | 8,1% | 61,8% | 3,2% |
| Encruzilhada | 38,5% | 6,0% | 51,6% | 3,8% |
| Ibicaraí | 7,3% | 10,1% | 78,7% | 3,9% |
| Ilhéus | 3,3% | 25,0% | 58,8% | 12,9% |
| Itabuna | 0,6% | 14,9% | 71,9% | 12,6% |
| Itaju do Colônia | 31,5% | 8,2% | 56,8% | 3,4% |
| Itajuípe | 11,6% | 24,9% | 57,6% | 5,9% |
| Itambé | 23,5% | 9,2% | 64,6% | 2,7% |
| Itapé | 21,4% | 8,6% | 67,1% | 2,9% |
| Itapetinga | 2,7% | 32,9% | 48,5% | 15,9% |
| Ribeirão do Largo | 42,8% | 5,8% | 49,3% | 2,2% |
| Vitória da Conquista | 3,5% | 11,0% | 70,9% | 14,5% |
| Total AE Bahia | 4,4% | 16,8% | 66,0% | 12,8% |

Fonte: IPEADATA, 2011. - Elaboração Brandt Meio Ambiente Ltda., 2011.

7.1.2 - Atividades Econômicas

7.1.2.1 - Indústrias

De acordo com os dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE, em 2009 existiam 1.530 empreendimentos industriais na Área de Estudo do mineroduto do Projeto Vale do Rio Pardo. A grande maioria dos estabelecimentos industriais da AE são indústrias de transformação e estão localizados no Estado da Bahia. Segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), esta categoria compreende as atividades que envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes com a finalidade de se obterem produtos novos. Os materiais, substâncias e componentes transformados são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, da pesca e produtos de outras atividades industriais. As atividades da indústria de transformação são, frequentemente, desenvolvidas em plantas industriais e fábricas, utilizando máquinas movidas por energia motriz e outros equipamentos para manipulação de materiais. É também considerada como atividade industrial a produção manual e artesanal, inclusive quando desenvolvida em domicílios, assim como a venda direta ao consumidor de produtos de produção própria, como, por exemplo, os ateliês de costura. Além da transformação, a renovação e a reconstituição de produtos são, geralmente, consideradas como atividades da indústria. Analisando-se por município, percebe-se que das municipalidades com o maior número de indústrias de transformação apenas uma se localiza em Minas Gerais. Os municípios com os maiores parques da indústria da transformação são, em ordem de grandeza: Vitória da Conquista (691), Itabuna (304), Ilhéus (252), Itapetinga (113) e Taióbeiras (103).

As indústrias extrativistas, que compreende as atividades de extração de minerais em estado natural: sólidos (carvão e outros minérios), líquidos (petróleo cru) e gasosos (gás natural), totalizam 134 empreendimentos ao longo dos municípios afetados pela implantação do mineroduto, sendo que 70% destas estão localizadas no Estado de Minas Gerais. Salinas, Ilhéus e Vitória da Conquista possuem, respectivamente, 88, 12 e 11 indústrias extrativistas segundo o CEMPRE.

Maiores informações sobre as indústrias na AE do mineroduto podem ser lidas abaixo.

QUADRO 7.3 - Indústrias presentes nos municípios da AE em 2009

| Municípios | Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) | | | |
|------------------|--|-----------------------------|--------------------|--|
| | Indústrias extrativistas | Indústrias de transformação | Eletricidade e gás | Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação |
| Águas Vermelhas | 1 | 3 | - | - |
| Berizal | - | 7 | - | - |
| Curral de Dentro | 3 | 5 | - | - |
| Fruta de Leite | - | - | - | - |
| Grão Mogol | 2 | 4 | - | - |
| Novorizonte | - | 1 | - | - |
| Padre Carvalho | - | 5 | - | - |

Continuação

| Municípios | Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) | | | |
|------------------------------|--|-----------------------------|--------------------|--|
| | Indústrias extrativas | Indústrias de transformação | Eletricidade e gás | Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação |
| Salinas | 88 | - | - | |
| Taiobéiras | 2 | 103 | - | - |
| Total AE Minas Gerais | 96 | 128 | 0 | 0 |
| Barro Preto | - | 1 | - | - |
| Cândido Sales | 2 | 16 | - | - |
| Encruzilhada | 1 | 8 | - | - |
| Ibicarái | - | 27 | - | 4 |
| Ilhéus | 12 | 252 | - | 6 |
| Itabuna | 6 | 304 | 2 | 11 |
| Itaju do Colônia | 1 | 1 | - | - |
| Itajuípe | - | 10 | - | 2 |
| Itambé | 2 | 12 | - | - |
| Itapé | - | 4 | - | - |
| Itapetinga | 3 | 113 | - | 7 |
| Ribeirão do Largo | - | 4 | - | 1 |
| Vitória da Conquista | 11 | 691 | - | 16 |
| Total AE Bahia | 38 | 1443 | 2 | 47 |

Fonte: CEMPRE, IBGE, 2011.

7.1.2.2 - - Serviços

Para análise do setor de serviços na Área de Estudo do mineroduto do Projeto foram selecionados os dez maiores tipos de estabelecimentos encontrados nos municípios mineiros e baianos.

De acordo com dados do CEMPRE/2009, a grande maioria dos estabelecimentos da AE prestam serviços na área de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, representando 61% da amostra selecionada. Os municípios da Bahia são aqueles que possuem um maior número (89,1%) de estabelecimentos desta natureza, sendo Vitória da Conquista (4.169), Itabuna (2.981), Ilhéus (1.563) e Itapetinga (799) os grandes destaques nesta área.

Os estabelecimentos do setor terciário voltados à hospedagem e alimentação são o segundo tipo mais comum na AE do mineroduto em 2009. De acordo com dados do CEMPRE, dos 1.147 estabelecimentos deste tipo 91,1% estão localizados nos municípios baianos, principalmente naquele com o maior número de habitantes. Este dado aponta para a deficiência de serviços especializados em hospedagem e alimentação na AE, lembrando que estes são um dois mais demandados em grandes construções civis, como a implantação de um mineroduto.

A respeito dos serviços encontrados na AE do mineroduto do Projeto Vale do Rio Pardo recomenda-se a leitura do Quadro a seguir.

QUADRO 7.4 - Principais estabelecimentos de serviços nos municípios da AE em 2009.

| Municípios | Construção | Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas | Transporte, armazenagem e correio | Alojamento e alimentação | Informação e comunicação | Atividades profissionais, científicas e técnicas | Atividades administrativas e serviços complementares | Educação | Saúde humana e serviços sociais | Outras atividades de serviços |
|------------------------------|------------|--|-----------------------------------|--------------------------|--------------------------|--|--|----------|---------------------------------|-------------------------------|
| Águas Vermelhas | 1 | 60 | 1 | 4 | 2 | 4 | 2 | 7 | 3 | 39 |
| Berizal | - | 20 | 4 | - | - | 1 | 1 | 1 | - | 9 |
| Curral de Dentro | 2 | 38 | - | - | - | 1 | - | 1 | - | 11 |
| Fruta de Leite | - | 11 | 2 | - | - | 1 | - | 4 | - | 34 |
| Grão Mogol | 1 | 84 | 11 | 11 | - | 2 | 3 | 14 | 5 | 45 |
| Novorizonte | 2 | 42 | 4 | 1 | 2 | - | - | 3 | 1 | 17 |
| Padre Carvalho | 1 | 13 | 4 | 1 | - | 1 | - | 2 | - | 9 |
| Salinas | 33 | 545 | 27 | 53 | 2 | 16 | 20 | 23 | 46 | 109 |
| Taiobeiras | 13 | 470 | 17 | 32 | 6 | 11 | 26 | 14 | 42 | 77 |
| Total AE Minas Gerais | 53 | 1.283 | 70 | 102 | 12 | 37 | 52 | 69 | 97 | 350 |
| Barro Preto | 1 | 20 | - | - | 1 | 1 | - | - | 1 | 6 |
| Cândido Sales | 2 | 216 | 2 | 9 | - | 3 | 10 | 4 | 4 | 29 |
| Encruzilhada | 3 | 127 | 4 | 5 | - | 1 | 3 | 20 | 1 | 26 |
| Ibicaraí | 2 | 266 | 12 | 15 | 12 | 11 | 9 | 23 | 5 | 37 |
| Ilhéus | 77 | 1.563 | 59 | 337 | 53 | 101 | 213 | 83 | 100 | 327 |
| Itabuna | 128 | 2.981 | 98 | 242 | 76 | 166 | 370 | 211 | 286 | 277 |
| Itaju do Colônia | 1 | 31 | - | - | - | - | 1 | 3 | - | 8 |
| Itajuípe | - | 138 | 1 | 9 | 5 | 1 | 4 | 5 | 3 | 10 |
| Itambé | 3 | 130 | 3 | 5 | 6 | 1 | 3 | 23 | 5 | 58 |
| Itapé | 2 | 60 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | 3 | - | 21 |
| Itapetinga | 38 | 799 | 65 | 56 | 16 | 32 | 53 | 30 | 51 | 123 |
| Ribeirão do Largo | 2 | 25 | - | - | - | - | 2 | - | 1 | 19 |
| Vitória da Conquista | 162 | 4.169 | 284 | 366 | 91 | 196 | 385 | 327 | 269 | 462 |
| Total AE Bahia | 421 | 10.525 | 529 | 1.045 | 261 | 515 | 1.055 | 732 | 726 | 1.403 |

Fonte: CEMPRE, IBGE, 2011.

7.1.2.3- Agricultura de Subsistência

Usualmente, a agricultura de subsistência é caracterizada como aquela em que há pouca inserção de tecnologia moderna nas atividades do campesinato, tais como plantio e colheita. No Brasil, a agricultura de subsistência é uma atividade muito praticada por pequenas propriedades agrícolas em diversos estados do Brasil. Por produzir alimentos que são consumidos na própria propriedade, diferentemente da agricultura familiar, a agricultura de subsistência não possui estatísticas oficiais que contemplem as mais diferentes esferas do cotidiano destas famílias.

Assim, no presente estudo, serão consideradas pequenas propriedades como aquelas de até cinco hectares de extensão, o que equivale a cinco campos de futebol. Vale destacar que propriedades deste porte estão elegíveis para políticas públicas assistenciais do campo, indicando, portanto, que a administração pública considera de fato esta medida como pequena propriedade. Esta medida corresponde, aproximadamente, 15% do módulo fiscal médio da Área de Estudo do mineroduto. Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município, levando-se em conta: tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar. Deste modo, o módulo fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável.

Em Minas Gerais, as pequenas propriedades estão, em sua maioria, praticando a pecuária e a criação de outros tipos de animais. Em 36% das propriedades analisadas, a lavoura temporária, caracterizada pelo a produção de culturas diversas, é praticada costumeiramente. A horticultura e floricultura, outro modo de subsistência comum, é praticada em 11% das propriedades menores do que cinco hectares.

No área de estudo baiana, a pecuária também é o principal tipo de cultura realizada nas pequenas propriedades rurais. Em seguida, tem-se a cultura permanente (30%), muito comum devido ao plantio de cacau na região, ou seja, não tem a finalidade para consumo do núcleo familiar. A agricultura temporária, a horticultura e a floricultura são praticadas em menor intensidade do que nos municípios mineiros, indicando, assim, poucas propriedades com caráter de subsistência familiar.

Para maiores informações recomenda-se a leitura do Quadro abaixo.

QUADRO 7.5 - Pequenas propriedades por tipo de cultura na Área de Estudo do Mineroduto em 2006

| Município | Propriedades menores do que 5 hectares | | | | | | | | |
|--------------------|--|-----------------------------|--------------------|---|--------------------------------------|--|--|-----------|-------------|
| | Lavoura temporária | Horticultura e floricultura | Lavoura permanente | Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal | Pecuária e criação de outros animais | Produção florestal - florestas plantadas | Produção florestal - florestas nativas | Pesca | Aquicultura |
| Águas Vermelhas | 25% | 10% | 10% | 0% | 50% | 3% | 0% | 1% | 0% |
| Berizal | 41% | 13% | 4% | 0% | 41% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Curral de Dentro | 37% | 3% | 0% | 0% | 58% | 2% | 0% | 0% | 0% |
| Fruta de Leite | 43% | 0% | 1% | 0% | 55% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Grão Mogol | 41% | 7% | 3% | 0% | 46% | 2% | 1% | 0% | 0% |
| Novorizonte | 31% | 6% | 23% | 0% | 37% | 3% | 0% | 0% | 0% |
| Padre Carvalho | 48% | 4% | 1% | 0% | 43% | 1% | 1% | 0% | 0% |
| Salinas | 30% | 17% | 3% | 0% | 49% | 0% | 1% | 0% | 0% |
| Taiobeiras | 28% | 11% | 23% | 0% | 35% | 1% | 1% | 0% | 0% |
| Média AE MG | 36% | 8% | 8% | 0% | 46% | 1% | 1% | 0% | 0% |
| Barro Preto | 0% | 20% | 70% | 0% | 10% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Cândido Sales | 52% | 0% | 6% | 0% | 40% | 2% | 0% | 0% | 0% |
| Encruzilhada | 17% | 2% | 21% | 0% | 55% | 2% | 3% | 0% | 0% |
| Ibicaraí | 0% | 64% | 19% | 0% | 17% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Ilhéus | 12% | 5% | 69% | 0% | 8% | 0% | 7% | 0% | 0% |
| Itabuna | 13% | 26% | 41% | 0% | 19% | 0% | 0% | 0% | 1% |
| Itaju do Colônia | 5% | 23% | 0% | 0% | 72% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Itajuípe | 6% | 6% | 87% | 0% | 2% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Itambé | 20% | 16% | 12% | 0% | 51% | 1% | 1% | 0% | 0% |
| Itapé | 0% | 0% | 8% | 0% | 92% | 0% | 0% | 0% | 0% |

Continuação

| Município | Propriedades menores do que 5 hectares | | | | | | | | |
|----------------------|--|-----------------------------|--------------------|---|--------------------------------------|--|--|-----------|-------------|
| | Lavoura temporária | Horticultura e floricultura | Lavoura permanente | Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal | Pecuária e criação de outros animais | Produção florestal - florestas plantadas | Produção florestal - florestas nativas | Pesca | Aquicultura |
| Itapetinga | 22% | 0% | 6% | 0% | 72% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Ribeirão do Largo | 32% | 2% | 33% | 0% | 30% | 2% | 0% | 1% | 0% |
| Vitória da Conquista | 34% | 18% | 19% | 0% | 28% | 1% | 0% | 0% | 0% |
| Média AE BA | 16% | 14% | 30% | 0% | 38% | 1% | 1% | 0% | 0% |

Fonte: SIDRA, IBGE, 2006 - Elaboração Brandt Meio Ambiente Ltda., 2011.

7.2 - Estrutura Ocupacional

Os dados referentes à estrutura ocupacional devem ser relativizados porque se referem ao ano de 2000, data do último Censo Demográfico. As avaliações mensais da evolução do emprego do Instituto somente são realizadas nas seis maiores regiões metropolitanas do País (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza e Porto Alegre), portanto os dados referentes às demais cidades do país estão defasados. Apesar deste fato, os dados servem como fonte de comparação entre a situação do emprego nos municípios avaliados, já que foram coletados no mesmo período em todos.

Na área de Estudo do mineroduto do Projeto Vale do Rio Pardo, existiam, em 2000, 456.994 pessoas alocadas na categoria “população economicamente ativa” (PEA), sendo 90% localizados na AE da Bahia. A PEA Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. Os municípios com os maiores contingentes disponíveis para o setor produtivo localizam-se na AE baiana, sendo eles Vitória da Conquista (124.547), Ilhéus (93.918) e Itabuna (89.410).

Os trabalhadores que constituem a população economicamente ativa (PEA) podem ser classificados como ocupados ou não ocupados. Sob o conceito de força de trabalho são consideradas as pessoas que estiveram ativamente procurando trabalho ou estiveram temporariamente desempregadas em um período específico, sendo estes contados como desempregados. Deste modo, a população ocupada (POC) é toda aquela população atualmente empregada em trabalhos remunerados. Na Área de Estudo do mineroduto, em 2000, 79,9% da população economicamente ativa estava ocupada em atividades remuneradas. A taxa de ocupação na AE de Minas Gerais em 2000 era de 85,3% contra 79,3% dos municípios baianos, indicando que o primeiro possuía um mercado de trabalho com um número maior de oportunidade de vagas de emprego. Para maiores informações recomenda-se a leitura do Quadro abaixo.

QUADRO 7.6 - PEA, POC e Taxa de Ocupação na AE em 2000

| Municípios | População Economicamente Ativa | População Ocupada | Taxa de Ocupação |
|------------------------------|--------------------------------|-------------------|------------------|
| Águas Vermelhas | 4.175 | 3.222 | 77,2% |
| Berizal | 1.277 | 905 | 70,9% |
| Curral de Dentro | 2.189 | 1.887 | 86,2% |
| Fruta de Leite | 1.631 | 1.339 | 82,1% |
| Grão Mogol | 4.904 | 4.050 | 82,6% |
| Novorizonte | 1.847 | 1.673 | 90,6% |
| Padre Carvalho | 1.383 | 1.017 | 73,5% |
| Salinas | 16.399 | 14.499 | 88,4% |
| Taiobairas | 11.943 | 10.412 | 87,2% |
| Total AE Minas Gerais | 45.748 | 39.004 | 85,3% |
| Barro Preto | 2.941 | 2.415 | 82,1% |

Continuação

| Municípios | População Economicamente Ativa | População Ocupada | Taxa de Ocupação |
|-----------------------|--------------------------------|-------------------|------------------|
| Cândido Sales | 12.225 | 9.915 | 81,1% |
| Encruzilhada | 13.213 | 11.575 | 87,6% |
| Ibicaraí | 11.211 | 8.536 | 76,1% |
| Ilhéus | 93.918 | 72.845 | 77,6% |
| Itabuna | 89.410 | 67.282 | 75,3% |
| Itaju do Colônia | 3.232 | 2.715 | 84,0% |
| Itajuípe | 8.945 | 6.446 | 72,1% |
| Itambé | 12.056 | 9.610 | 79,7% |
| Itapé | 5.865 | 4.089 | 69,7% |
| Itapetinga | 26.794 | 21.689 | 80,9% |
| Ribeirão do Largo | 6.869 | 5.835 | 84,9% |
| Vitória da Conquista | 124.567 | 103.125 | 82,8% |
| Total AE Bahia | 411.246 | 326.077 | 79,3% |
| Total AE | 456.994 | 365.081 | 79,9% |

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

A análise da POC por faixa etária e sexo aponta para a semelhança entre os diversos municípios da Área de Estudo do mineroduto. Todos os municípios da AE, seja mineiros ou baianos, possuem a maioria da sua POC composta por indivíduos do sexo masculino (65%) com idade entre 20 e 39 anos (54,5%). A análise da composição da população ocupada ao longo do mineroduto indica que o empreendimento encontrará farta mão-de-obra masculina voltada para as atividades de construção civil da mina e mineroduto.

QUADRO 7.7 - População Ocupada, por sexo e faixa etária, na AE do mineroduto em 2000

| Faixa Etária | Águas Vermelhas | | | Berizal | | | Curral de Dentro | | | Fruta de Leite | | | Grão Mogol | | |
|-----------------|-----------------|----------|-------|----------------|----------|-------|------------------|----------|-------|----------------|----------|-------|-----------------------|----------|--------|
| | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total |
| 10 a 14 anos | 10 | 17 | 27 | 5 | - | 5 | 40 | 25 | 65 | 8 | 15 | 23 | 36 | 27 | 63 |
| 15 anos | 13 | 9 | 22 | 21 | - | 21 | 20 | 21 | 41 | 23 | 7 | 30 | 22 | 24 | 46 |
| 16 e 17 anos | 123 | 40 | 163 | 9 | - | 9 | 92 | 55 | 147 | 41 | 22 | 63 | 104 | 88 | 192 |
| 18 e 19 anos | 119 | 50 | 169 | 60 | 22 | 82 | 86 | 50 | 136 | 59 | 18 | 77 | 151 | 153 | 304 |
| 20 a 24 anos | 377 | 110 | 487 | 130 | 39 | 169 | 177 | 66 | 243 | 198 | 86 | 284 | 462 | 186 | 648 |
| 25 a 29 anos | 306 | 119 | 425 | 90 | 41 | 131 | 167 | 79 | 246 | 96 | 38 | 134 | 404 | 180 | 584 |
| 30 a 34 anos | 294 | 151 | 445 | 72 | 40 | 112 | 144 | 39 | 183 | 90 | 28 | 118 | 376 | 139 | 515 |
| 35 a 39 anos | 240 | 79 | 319 | 47 | 42 | 89 | 124 | 71 | 195 | 116 | 41 | 157 | 338 | 120 | 458 |
| 40 a 44 anos | 256 | 92 | 348 | 79 | 13 | 92 | 133 | 71 | 204 | 64 | 45 | 109 | 235 | 101 | 336 |
| 45 a 49 anos | 199 | 65 | 264 | 63 | 7 | 70 | 93 | 42 | 135 | 66 | 36 | 102 | 201 | 133 | 334 |
| 50 a 54 anos | 176 | 31 | 207 | 66 | - | 66 | 82 | 13 | 95 | 70 | 28 | 98 | 185 | 40 | 225 |
| 55 a 59 anos | 120 | 18 | 138 | 4 | 3 | 7 | 59 | 40 | 99 | 67 | 5 | 72 | 113 | 37 | 150 |
| 60 a 69 anos | 131 | 12 | 143 | 35 | - | 35 | 80 | 7 | 87 | 51 | 11 | 62 | 135 | 23 | 158 |
| 70 anos ou mais | 60 | 6 | 66 | 19 | - | 19 | 4 | 8 | 12 | 8 | 6 | 14 | 29 | 9 | 38 |
| Faixa Etária | Novorizonte | | | Padre Carvalho | | | Salinas | | | Taiobeiras | | | Total AE Minas Gerais | | |
| | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total |
| 10 a 14 anos | 38 | 28 | 66 | 22 | 11 | 33 | 256 | 137 | 393 | 172 | 135 | 307 | 587 | 395 | 982 |
| 15 anos | 14 | 12 | 26 | 2 | 18 | 20 | 115 | 47 | 162 | 101 | 44 | 145 | 331 | 182 | 513 |
| 16 e 17 anos | 64 | 14 | 78 | 46 | 21 | 67 | 499 | 291 | 790 | 401 | 155 | 556 | 1.379 | 686 | 2.065 |
| 18 e 19 anos | 81 | 19 | 100 | 51 | 15 | 66 | 554 | 363 | 917 | 461 | 225 | 686 | 1.622 | 915 | 2.537 |
| 20 a 24 anos | 157 | 73 | 230 | 99 | 35 | 134 | 1.330 | 712 | 2.042 | 1.021 | 604 | 1.625 | 3.951 | 1.911 | 5.862 |
| 25 a 29 anos | 124 | 41 | 165 | 66 | 44 | 110 | 1.172 | 667 | 1.839 | 820 | 512 | 1.332 | 3.245 | 1.721 | 4.966 |
| 30 a 34 anos | 103 | 55 | 158 | 78 | 42 | 120 | 1.071 | 603 | 1.674 | 848 | 458 | 1.306 | 3.076 | 1.555 | 4.631 |
| 35 a 39 anos | 100 | 57 | 157 | 76 | 49 | 125 | 919 | 542 | 1.461 | 745 | 445 | 1.190 | 2.705 | 1.446 | 4.151 |
| 40 a 44 anos | 99 | 40 | 139 | 82 | 48 | 130 | 819 | 527 | 1.346 | 583 | 446 | 1.029 | 2.350 | 1.383 | 3.733 |
| 45 a 49 anos | 94 | 68 | 162 | 63 | 34 | 97 | 709 | 467 | 1.176 | 515 | 276 | 791 | 2.003 | 1.128 | 3.131 |
| 50 a 54 anos | 86 | 29 | 115 | 58 | 13 | 71 | 497 | 381 | 878 | 353 | 219 | 572 | 1.573 | 754 | 2.327 |
| 55 a 59 anos | 76 | 54 | 130 | 20 | - | 20 | 510 | 192 | 702 | 302 | 86 | 388 | 1.271 | 435 | 1.706 |
| 60 a 69 anos | 89 | 26 | 115 | 23 | 1 | 24 | 642 | 171 | 813 | 312 | 69 | 381 | 1.498 | 320 | 1.818 |
| 70 anos ou mais | 28 | 5 | 33 | 1 | - | 1 | 246 | 60 | 306 | 92 | 11 | 103 | 487 | 105 | 592 |
| Faixa Etária | Barro Preto | | | Cândido Sales | | | Encruzilhada | | | Ibicaraí | | | Ilhéus | | |
| | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total |
| 10 a 14 anos | 43 | 5 | 48 | 212 | 93 | 305 | 283 | 81 | 364 | 168 | 88 | 256 | 663 | 266 | 929 |
| 15 anos | 14 | 17 | 31 | 96 | 47 | 143 | 125 | 54 | 179 | 21 | 25 | 46 | 503 | 305 | 808 |
| 16 e 17 anos | 35 | 31 | 66 | 327 | 162 | 489 | 437 | 62 | 499 | 127 | 146 | 273 | 1.256 | 878 | 2.134 |
| 18 e 19 anos | 90 | 26 | 116 | 401 | 221 | 622 | 618 | 122 | 740 | 220 | 276 | 496 | 2.393 | 944 | 3.337 |
| 20 a 24 anos | 299 | 93 | 392 | 1.063 | 400 | 1.463 | 1.288 | 453 | 1.741 | 856 | 406 | 1.262 | 7.420 | 3.603 | 11.023 |
| 25 a 29 anos | 257 | 91 | 348 | 959 | 417 | 1.376 | 1.175 | 326 | 1.501 | 698 | 448 | 1.146 | 6.559 | 3.854 | 10.413 |
| 30 a 34 anos | 231 | 70 | 301 | 814 | 410 | 1.224 | 1.026 | 261 | 1.287 | 611 | 260 | 871 | 6.142 | 3.676 | 9.818 |

Continuação

| Faixa Etária | Barro Preto | | | Cândido Sales | | | Encruzilhada | | | Ibicarái | | | Ilhéus | | |
|-----------------|-------------|----------|--------|-------------------|----------|-------|----------------------|----------|--------|----------------|----------|--------|----------|----------|--------|
| | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total |
| 35 a 39 anos | 174 | 106 | 280 | 808 | 400 | 1.208 | 972 | 420 | 1.392 | 578 | 311 | 889 | 6.119 | 3.452 | 9.571 |
| 40 a 44 anos | 176 | 69 | 245 | 595 | 218 | 813 | 820 | 260 | 1.080 | 610 | 334 | 944 | 5.432 | 2.888 | 8.320 |
| 45 a 49 anos | 155 | 46 | 201 | 532 | 217 | 749 | 632 | 192 | 824 | 454 | 203 | 657 | 4.072 | 2.010 | 6.082 |
| 50 a 54 anos | 89 | 31 | 120 | 434 | 195 | 629 | 577 | 117 | 694 | 336 | 158 | 494 | 2.900 | 1.261 | 4.161 |
| 55 a 59 anos | 90 | 31 | 121 | 330 | 47 | 377 | 434 | 100 | 534 | 377 | 148 | 525 | 2.428 | 803 | 3.231 |
| 60 a 69 anos | 92 | 11 | 103 | 329 | 39 | 368 | 543 | 72 | 615 | 421 | 132 | 553 | 1.902 | 500 | 2.402 |
| 70 anos ou mais | 41 | - | 41 | 149 | - | 149 | 118 | 7 | 125 | 64 | 64 | 128 | 498 | 118 | 616 |
| Faixa Etária | Itabuna | | | Itaju da Colônia | | | Itajuípe | | | Itambé | | | Itapé | | |
| | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total |
| 10 a 14 anos | 614 | 280 | 894 | 20 | 29 | 49 | 87 | 32 | 119 | 166 | 75 | 241 | 27 | 8 | 35 |
| 15 anos | 364 | 214 | 578 | 26 | 23 | 49 | 81 | 34 | 115 | 83 | 22 | 105 | 18 | 4 | 22 |
| 16 e 17 anos | 1.188 | 795 | 1.983 | 82 | 37 | 119 | 96 | 107 | 203 | 212 | 156 | 368 | 53 | 36 | 89 |
| 18 e 19 anos | 1.454 | 1.519 | 2.973 | 158 | 48 | 206 | 158 | 119 | 277 | 313 | 146 | 459 | 99 | 73 | 172 |
| 20 a 24 anos | 5.749 | 4.438 | 10.187 | 294 | 142 | 436 | 602 | 293 | 895 | 794 | 375 | 1.169 | 335 | 218 | 553 |
| 25 a 29 anos | 5.398 | 4.113 | 9.511 | 282 | 119 | 401 | 568 | 225 | 793 | 1.207 | 299 | 1.506 | 403 | 152 | 555 |
| 30 a 34 anos | 5.201 | 4.164 | 9.365 | 189 | 77 | 266 | 450 | 257 | 707 | 929 | 371 | 1.300 | 342 | 167 | 509 |
| 35 a 39 anos | 4.878 | 3.839 | 8.717 | 196 | 96 | 292 | 511 | 278 | 789 | 887 | 286 | 1.173 | 374 | 112 | 486 |
| 40 a 44 anos | 4.563 | 3.280 | 7.843 | 192 | 57 | 249 | 477 | 234 | 711 | 606 | 304 | 910 | 333 | 118 | 451 |
| 45 a 49 anos | 3.480 | 2.363 | 5.843 | 172 | 51 | 223 | 364 | 170 | 534 | 562 | 217 | 779 | 218 | 64 | 282 |
| 50 a 54 anos | 2.469 | 1.337 | 3.806 | 115 | 25 | 140 | 321 | 122 | 443 | 456 | 171 | 627 | 208 | 69 | 277 |
| 55 a 59 anos | 1.598 | 858 | 2.456 | 120 | 31 | 151 | 295 | 92 | 387 | 237 | 106 | 343 | 225 | 54 | 279 |
| 60 a 69 anos | 1.896 | 576 | 2.472 | 86 | 16 | 102 | 283 | 98 | 381 | 388 | 116 | 504 | 275 | 56 | 331 |
| 70 anos ou mais | 537 | 118 | 655 | 29 | 3 | 32 | 67 | 23 | 90 | 127 | - | 127 | 37 | 11 | 48 |
| Faixa Etária | Itapetinga | | | Ribeirão do Largo | | | Vitória da Conquista | | | Total AE Bahia | | | Total AE | | |
| | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total |
| 10 a 14 anos | 154 | 212 | 366 | 151 | 57 | 208 | 1.467 | 730 | 2.197 | 4.055 | 1.956 | 6.011 | 4.642 | 2.351 | 6.993 |
| 15 anos | 205 | 92 | 297 | 64 | 50 | 114 | 884 | 389 | 1.273 | 2.484 | 1.276 | 3.760 | 2.815 | 1.458 | 4.273 |
| 16 e 17 anos | 484 | 308 | 792 | 252 | 72 | 324 | 2.677 | 1.402 | 4.079 | 7.226 | 4.192 | 11.418 | 8.605 | 4.878 | 13.483 |
| 18 e 19 anos | 1.005 | 463 | 1.468 | 237 | 90 | 327 | 3.529 | 2.009 | 5.538 | 10.675 | 6.056 | 16.731 | 12.297 | 6.971 | 19.268 |
| 20 a 24 anos | 2.374 | 1.424 | 3.798 | 731 | 154 | 885 | 10.141 | 6.587 | 16.728 | 31.946 | 18.586 | 50.532 | 35.897 | 20.497 | 56.394 |
| 25 a 29 anos | 1.813 | 1.299 | 3.112 | 589 | 252 | 841 | 8.880 | 6.023 | 14.903 | 28.788 | 17.618 | 46.406 | 32.033 | 19.339 | 51.372 |
| 30 a 34 anos | 1.615 | 1.063 | 2.678 | 466 | 224 | 690 | 7.941 | 5.401 | 13.342 | 25.957 | 16.401 | 42.358 | 29.033 | 17.956 | 46.989 |
| 35 a 39 anos | 1.492 | 1.034 | 2.526 | 416 | 147 | 563 | 7.565 | 4.971 | 12.536 | 24.970 | 15.452 | 40.422 | 27.675 | 16.898 | 44.573 |
| 40 a 44 anos | 1.219 | 711 | 1.930 | 364 | 140 | 504 | 6.254 | 4.170 | 10.424 | 21.641 | 12.783 | 34.424 | 23.991 | 14.166 | 38.157 |
| 45 a 49 anos | 952 | 651 | 1.603 | 275 | 150 | 425 | 4.486 | 2.886 | 7.372 | 16.354 | 9.220 | 25.574 | 18.357 | 10.348 | 28.705 |
| 50 a 54 anos | 779 | 456 | 1.235 | 321 | 90 | 411 | 3.875 | 2.087 | 5.962 | 12.880 | 6.119 | 18.999 | 14.453 | 6.873 | 21.326 |
| 55 a 59 anos | 554 | 245 | 799 | 145 | 79 | 224 | 2.677 | 1.202 | 3.879 | 9.510 | 3.796 | 13.306 | 10.781 | 4.231 | 15.012 |
| 60 a 69 anos | 574 | 241 | 815 | 192 | 38 | 230 | 3.033 | 844 | 3.877 | 10.014 | 2.739 | 12.753 | 11.512 | 3.059 | 14.571 |
| 70 anos ou mais | 251 | 19 | 270 | 78 | 13 | 91 | 831 | 182 | 1.013 | 2.827 | 558 | 3.385 | 3.314 | 663 | 3.977 |

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

O setor terciário, representando pelos estabelecimentos comerciais e pela prestação de serviços, é o maior empregador na Área de Estudo, segundo dados do Censo 2000. Nesta época, dos 383.256 indivíduos ocupados, 226.928 (59%) alocavam-se em atividades de comércio e serviços, sendo os estabelecimentos comerciais, de reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos o maior empregador - 19% do total do pessoal ocupado. Os serviços domésticos, atividade muito ligada ao sexo feminino, empregava, em 2000, 8,4% da população ocupada total. Por fim, a categoria “administração pública e seguridade social”, representada majoritariamente por Prefeituras Municipais e estabelecimentos sem fins lucrativos, emprega 23.512 habitantes da área de estudo - 19.832 nos municípios baianos.

A agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca é o segundo setor empregatício nos municípios da Área de Estudo do mineroduto. O setor primário, em 2000, empregava 92.687 pessoas nos 22 municípios interceptados pelo empreendimento. Setenta e oito por cento dos postos de trabalhos do setor primário (70.459) foram disponibilizadas pelos municípios baianos, especialmente em Encruzilhada, Ilhéus e Vitória da Conquista. Em Minas Gerais, 38,9% da mão de obra do setor produtivo está alocado nas atividades primárias. O município com maior participação neste contexto é Taiobeiras, que representa 50% do total alocado neste setor no estado.

Finalizando, tem-se a população ocupada no setor secundário, ou seja, nas atividades industriais. Em 2000, 37.928 pessoas na área de estudo estavam trabalhando nas indústrias, correspondendo a 9,9% da população ocupada total. Destas, 34.937 (92,2%) trabalhavam nas indústrias de transformação, isto é, em estabelecimentos que usam da matéria-prima para criar outro produto. Maiores informações sobre a população ocupada por categoria de atividades podem ser lidas a seguir.

QUADRO 7.8 - Pessoal Ocupado por setor de atividade na AE em 2000

| Municípios | Total | Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal | Pesca | Indústria extrativa | Indústria de transformação | Produção e distribuição de eletricidade, gás e água | Construção | Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos | Transporte, armazenagem e comunicação | Alojamento e alimentação | Intermediação financeira | Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas | Administração pública, defesa e seguridade social | Educação | Saúde e serviços sociais | Outros serviços coletivos, sociais e pessoais | Serviços domésticos | Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais | Atividades mal especificadas |
|------------------------|----------------|--|--------------|---------------------|----------------------------|---|---------------|--|---------------------------------------|--------------------------|--------------------------|--|---|---------------|--------------------------|---|---------------------|---|------------------------------|
| Águas Vermelhas | 3.221 | 1.114 | 23 | 30 | 88 | 31 | 595 | 249 | 158 | 94 | 6 | 40 | 288 | 153 | 8 | 66 | 195 | - | 83 |
| Berizal | 906 | 354 | - | - | 82 | 7 | 77 | 91 | 20 | 8 | - | 23 | 90 | 81 | 9 | 11 | 36 | - | 17 |
| Curral de Dentro | 1.886 | 797 | - | 106 | 149 | - | 114 | 101 | 55 | 44 | - | 9 | 174 | 65 | - | 56 | 179 | - | 37 |
| Fruta de Leite | 1.337 | 816 | - | 4 | 33 | - | 68 | 63 | 20 | 32 | - | 2 | 163 | 79 | - | - | 53 | - | 4 |
| Grão Mogol | 4.050 | 1.681 | 5 | 40 | 252 | 28 | 176 | 372 | 113 | 152 | 12 | 68 | 332 | 215 | 32 | 82 | 435 | - | 55 |
| Novorizonte | 1.672 | 1.008 | - | - | 111 | - | 54 | 60 | 36 | 57 | - | 4 | 105 | 129 | 6 | 13 | 73 | - | 16 |
| Padre Carvalho | 1.016 | 596 | - | 3 | 33 | - | 42 | 44 | - | 5 | - | 20 | 79 | 80 | - | 16 | 69 | - | 29 |
| Salinas | 14.498 | 4.703 | 17 | 97 | 1.619 | 62 | 1.218 | 2.095 | 375 | 584 | 27 | 230 | 607 | 1.038 | 315 | 335 | 1.151 | - | 25 |
| Taiobeiras | 28.586 | 11.069 | 45 | 280 | 2.367 | 128 | 2.344 | 3.075 | 777 | 976 | 45 | 396 | 1.838 | 1.840 | 370 | 579 | 2.191 | - | 266 |
| Total AE Gerais | 57.172 | 22.138 | 90 | 560 | 4.734 | 256 | 4.688 | 6.150 | 1.554 | 1.952 | 90 | 792 | 3.676 | 3.680 | 740 | 1.158 | 4.382 | - | 532 |
| Barro Preto | 2.417 | 1.137 | 31 | 5 | 91 | 7 | 37 | 203 | 53 | 74 | - | 42 | 131 | 239 | 31 | 61 | 211 | - | 64 |
| Cândido Sales | 9.917 | 4.004 | - | - | 713 | 17 | 660 | 1.656 | 392 | 372 | - | 43 | 310 | 785 | 86 | 175 | 520 | - | 184 |
| Encruzilhada | 11.576 | 8.851 | - | 150 | 161 | 10 | 358 | 563 | 57 | 135 | - | 38 | 223 | 409 | 83 | 60 | 377 | - | 101 |
| Ibicaraí | 8.536 | 2.065 | 45 | 27 | 466 | 48 | 417 | 2.060 | 271 | 409 | 50 | 187 | 415 | 545 | 179 | 353 | 870 | - | 129 |
| Ilhéus | 72.846 | 15.444 | 1.719 | 64 | 5.408 | 280 | 5.065 | 12.769 | 3.118 | 4.274 | 415 | 4.059 | 3.901 | 3.909 | 2.004 | 2.751 | 6.900 | - | 766 |
| Itabuna | 67.283 | 3.824 | 169 | 55 | 6.262 | 485 | 4.434 | 17.235 | 3.834 | 3.832 | 788 | 4.626 | 3.169 | 4.923 | 2.957 | 3.563 | 6.490 | - | 637 |
| Itaju do Colônia | 2.717 | 1.218 | 5 | 67 | 106 | 6 | 49 | 193 | 63 | 58 | - | 21 | 442 | 189 | 19 | 66 | 215 | - | - |
| Itajuípe | 6.446 | 2.019 | 11 | 6 | 331 | 17 | 399 | 787 | 167 | 588 | 26 | 224 | 389 | 362 | 157 | 339 | 598 | - | 26 |
| Itambé | 9.609 | 4.492 | 21 | 15 | 628 | 23 | 516 | 969 | 303 | 362 | 24 | 95 | 555 | 459 | 87 | 268 | 719 | - | 73 |
| Itapé | 4.090 | 1.698 | 163 | - | 163 | 13 | 210 | 475 | 76 | 139 | - | 74 | 353 | 267 | 72 | 56 | 298 | - | 33 |
| Itapetinga | 21.688 | 2.110 | 47 | 162 | 4.867 | 135 | 1.491 | 3.914 | 869 | 989 | 167 | 760 | 1.542 | 1.183 | 431 | 891 | 1.992 | - | 138 |
| Ribeirão do Largo | 5.835 | 4.399 | 7 | 7 | 101 | - | 162 | 171 | 28 | 47 | - | 22 | 216 | 224 | 18 | 56 | 362 | - | 15 |
| Vitória da Conquista | 103.124 | 16.961 | 19 | 270 | 10.906 | 306 | 7.227 | 23.139 | 5.645 | 7.016 | 924 | 4.567 | 4.008 | 6.338 | 3.381 | 3.931 | 8.086 | - | 400 |
| Total AE Bahia | 326.084 | 68.222 | 2.237 | 828 | 30.203 | 1.347 | 21.025 | 64.134 | 14.876 | 18.295 | 2.394 | 14.758 | 15.654 | 19.832 | 9.505 | 12.570 | 27.638 | 0 | 2.566 |
| Total AE | 383.256 | 90.360 | 2.327 | 1.388 | 34.937 | 1.603 | 25.713 | 70.284 | 16.430 | 20.247 | 2.484 | 15.550 | 19.330 | 23.512 | 10.245 | 13.728 | 32.020 | 0 | 3.098 |

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

A respeito da distribuição da população ocupada na área de estudo do mineroduto em função do tipo de vinculação trabalhista percebe-se que a informalidade é um assunto caro aos municípios mineiros e baianos.

Em Minas Gerais, no ano de 2000, 36,1% da POC estava empregada sem carteira de trabalho assinada, ou seja, não possuía os direitos trabalhistas garantidos pelas Leis Trabalhistas Brasileiras e, portanto, considerado trabalhadores informais. O segundo contingente da população ocupada (23,1%) na AE de Minas Gerais trabalhava por conta própria, segundo o Censo Demográfico de 2000. Por fim, apenas 16,6% dos trabalhadores dos municípios mineiros da Área de Estudo eram empregados e tinham carteira assinada em 2000.

Na área de estudo baiana, confirma-se a situação de informalidade no mercado de trabalho dos diversos municípios. Segundo dados do Censo Demográfico de 2000, 33,6% da POC dos municípios baianos interceptados pelo mineroduto estavam empregadas em condição de informalidade, ou seja, trabalhavam sem carteira assinada pelo empregador. Diferentemente da área de estudo mineira, em 2000, 31,8% da população ocupada nos municípios baianos era empregada com carteira assinada, indicando uma situação de informalidade menor do que a observada em Minas Gerais. Vale destacar que este fato deve-se a presença de grandes centros urbanos na área de estudo do mineroduto na Bahia que possuem um maior índice de formalidade no mercado de trabalho. Por fim, tem-se 24,9% da população ocupada em atividades por conta própria nos municípios da área de estudo baiana.

QUADRO 7.9 - População Ocupada, por tipo de vinculação trabalhista, na AE em 2000.

| Especificação | População Ocupada Total | Empregados | | | | Empregadores | Conta própria | Não remunerados em ajuda a membro do domicílio | Trabalhadores na produção para o próprio consumo |
|------------------------------|-------------------------|--|-----------------------------------|---|--|--------------|---------------|--|--|
| | | Categoria do emprego no trabalho principal | | | | | | | |
| | | Total | Com carteira de trabalho assinada | Militares funcionários públicos estatutário | e Outros sem carteira de trabalho assinada | | | | |
| Águas Vermelhas | 3.222 | 2.262 | 253 | 496 | 1.512 | 76 | 594 | 66 | 224 |
| Berizal | 906 | 706 | 220 | 166 | 319 | - | 184 | 16 | - |
| Curral de Dentro | 1.888 | 1.251 | 297 | 225 | 729 | 6 | 351 | 101 | 179 |
| Fruta de Leite | 1.339 | 736 | 208 | 201 | 327 | - | 212 | 125 | 266 |
| Grão Mogol | 4.050 | 2.673 | 1.007 | 407 | 1.259 | 55 | 982 | 48 | 292 |
| Novorizonte | 1.673 | 938 | 258 | 220 | 459 | 48 | 357 | 162 | 168 |
| Padre Carvalho | 1.017 | 540 | 197 | 153 | 190 | 3 | 107 | 5 | 362 |
| Salinas | 14.499 | 8.787 | 2.321 | 1.304 | 5.162 | 304 | 3.997 | 735 | 676 |
| Taiobeiras | 10.413 | 6.658 | 1.726 | 804 | 4.128 | 303 | 2.244 | 399 | 809 |
| Total AE Minas Gerais | 39.007 | 24.551 | 6.487 | 3.976 | 14.085 | 795 | 9.028 | 1.657 | 2.976 |
| Barro Preto | 2.415 | 2.057 | 1.096 | 45 | 917 | 14 | 258 | 55 | 31 |
| Cândido Sales | 9.915 | 5.457 | 1.001 | 403 | 4.053 | 261 | 3.475 | 328 | 394 |
| Encruzilhada | 11.575 | 8.555 | 689 | 273 | 7.593 | 62 | 2.237 | 486 | 235 |
| Ibicaraí | 8.536 | 5.752 | 2.145 | 301 | 3.306 | 273 | 2.263 | 206 | 42 |
| Ilhéus | 72.845 | 48.920 | 26.817 | 2.275 | 19.828 | 1.733 | 18.876 | 2.185 | 1.131 |
| Itabuna | 67.281 | 47.957 | 26.759 | 2.048 | 19.150 | 2.243 | 15.946 | 853 | 282 |
| Itaju do Colônia | 2.714 | 2.391 | 1.113 | 140 | 1.138 | 28 | 238 | 38 | 19 |
| Itajuípe | 6.447 | 4.853 | 2.641 | 181 | 2.030 | 55 | 1.450 | 65 | 24 |
| Itambé | 9.610 | 7.259 | 2.229 | 223 | 4.808 | 91 | 1.999 | 188 | 73 |

Continuação

| Especificação | População Ocupada Total | Empregados | | | | Empregadores | Conta própria | Não remunerados em ajuda a membro do domicílio | Trabalhadores na produção para o próprio consumo |
|-----------------------|-------------------------|--|-----------------------------------|---|--|--------------|---------------|--|--|
| | | Categoria do emprego no trabalho principal | | | | | | | |
| | | Total | Com carteira de trabalho assinada | Militares funcionários públicos estatutário e | Outros sem carteira de trabalho assinada | | | | |
| Itapé | 4.088 | 2.836 | 1.641 | 126 | 1.069 | 85 | 1.018 | 98 | 51 |
| Itapetinga | 21.690 | 16.117 | 8.306 | 604 | 7.207 | 681 | 4.655 | 179 | 58 |
| Ribeirão do Largo | 5.834 | 3.863 | 563 | 275 | 3.026 | 33 | 1.197 | 449 | 292 |
| Vitória da Conquista | 101.885 | 67.730 | 28.415 | 4.321 | 34.994 | 2.063 | 27.379 | 3.174 | 1.539 |
| Total AE Bahia | 324.835 | 223.747 | 103.415 | 11.215 | 109.119 | 7.622 | 80.991 | 8.304 | 4.171 |

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

Finalizando o tópico “Estrutura Ocupacional” têm-se os dados de rendimento mensal de cada indivíduo ocupado em 2000. A situação da remuneração é semelhante tanto nos municípios mineiros quanto baianos. A maioria (36,2%) da população ocupada dos municípios mineiros e baianos ganhava, em 2000, de R\$75,50 a R\$151,00 por mês na sua ocupação principal.

Outro contingente significativo da área de estudo do mineroduto recebia, em 2000, de 1 a 2 salários mínimos. Na Bahia, dos 326.085 pessoas ocupadas, 25,7% recebia de R\$151,01 a R\$302,00. Este índice foi superior em 6,1% ao registrado nos municípios mineiros interceptados pelo mineroduto, uma vez que 19,6% dos trabalhadores recebia de um a dois salários mínimos na sua ocupação principal em 2000.

Por fim, enquanto em Minas Gerais 12,8% da POC não possuía rendimento mensal, 8% dos trabalhadores dos municípios baianos recebia de três a cinco salários mínimos em 2000. A explicação para esta diferença está no fato dos municípios de Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista que possuem mercados de trabalho maiores e, portanto, que têm a capacidade de pagar um maior volume financeiro aos seus trabalhadores.

Concluindo, a análise dos dados contidos nesse tópico, tais como taxa de ocupação de 80% e a mão de obra disponível em todos os setores, aponta para uma configuração favorável ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios baianos e mineiros.

QUADRO 7.10 - População Ocupada, por classe de rendimento, na AE em 2000

| Municípios | Até 1/4 de salário mínimo | Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo | Mais de 1/2 a 1 salário mínimo | Mais de 1 a 2 salários mínimos | Mais de 2 a 3 salários mínimos | Mais de 3 a 5 salários mínimos | Mais de 5 a 10 salários mínimos | Mais de 10 a 15 salários mínimos | Mais de 15 a 20 salários mínimos | Mais de 20 a 30 salários mínimos | Mais de 30 salários mínimos | Sem rendimento |
|------------------------------|---------------------------|----------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|----------------|
| Águas Vermelhas | 139 | 295 | 1.102 | 613 | 215 | 280 | 202 | 19 | 27 | 15 | - | 314 |
| Berizal | 33 | 105 | 454 | 201 | 44 | 30 | 18 | 5 | - | - | - | 16 |
| Curral de Dentro | 143 | 264 | 543 | 404 | 82 | 78 | 39 | 6 | 7 | - | - | 321 |
| Fruta de Leite | 43 | 95 | 418 | 199 | 99 | 40 | 43 | 3 | - | - | - | 399 |
| Grão Mogol | 119 | 535 | 1.541 | 849 | 243 | 157 | 123 | 55 | 36 | 1 | 18 | 373 |
| Novorizonte | 62 | 111 | 468 | 395 | 131 | 125 | 19 | 9 | 5 | - | 3 | 343 |
| Padre Carvalho | 36 | 51 | 229 | 212 | 49 | 65 | 3 | - | - | - | - | 373 |
| Salinas | 564 | 1.541 | 5.548 | 2.753 | 848 | 839 | 587 | 98 | 72 | 11 | 60 | 1.579 |
| Taiobeiras | 389 | 1.121 | 3.825 | 2.024 | 501 | 599 | 476 | 89 | 70 | - | 62 | 1.257 |
| Total AE Minas Gerais | 1.528 | 4.118 | 14.128 | 7.650 | 2.212 | 2.213 | 1.510 | 284 | 217 | 27 | 143 | 4.975 |
| Barro Preto | 73 | 193 | 1.287 | 558 | 106 | 55 | 39 | 6 | - | - | 7 | 93 |
| Cândido Sales | 421 | 1.087 | 3.590 | 2.385 | 687 | 494 | 263 | 118 | 24 | 13 | 11 | 823 |
| Encruzilhada | 204 | 591 | 6.034 | 3.016 | 342 | 396 | 99 | 5 | - | 13 | 37 | 837 |
| Ibicaraí | 364 | 943 | 3.441 | 2.046 | 529 | 474 | 249 | 108 | 32 | 23 | 45 | 284 |
| Ilhéus | 1.392 | 3.691 | 25.552 | 19.393 | 5.916 | 6.217 | 4.309 | 964 | 671 | 526 | 419 | 3.796 |
| Itabuna | 1.043 | 3.552 | 21.505 | 17.934 | 5.945 | 6.853 | 5.598 | 1.497 | 817 | 362 | 580 | 1.596 |
| Itaju do Colônia | 108 | 213 | 1.256 | 716 | 152 | 111 | 56 | 19 | - | 5 | 12 | 67 |
| Itajuípe | 235 | 731 | 2.763 | 1.514 | 305 | 506 | 179 | 73 | - | - | - | 139 |
| Itambé | 311 | 1.020 | 4.644 | 2.568 | 382 | 256 | 92 | 20 | 9 | - | 14 | 296 |

Continuação

| Municípios | Até 1/4 de salário mínimo | Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo | Mais de 1/2 a 1 salário mínimo | Mais de 1 a 2 salários mínimos | Mais de 2 a 3 salários mínimos | Mais de 3 a 5 salários mínimos | Mais de 5 a 10 salários mínimos | Mais de 10 a 15 salários mínimos | Mais de 15 a 20 salários mínimos | Mais de 20 a 30 salários mínimos | Mais de 30 salários mínimos | Sem rendimento |
|-----------------------|---------------------------|----------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|----------------|
| Itapé | 25 | 228 | 2.112 | 1.126 | 205 | 148 | 69 | 7 | 10 | 4 | 6 | 149 |
| Itapetinga | 586 | 1.790 | 8.657 | 5.635 | 1.552 | 1.386 | 1.156 | 258 | 123 | 77 | 162 | 308 |
| Ribeirão do Largo | 102 | 394 | 2.950 | 1.335 | 143 | 81 | 27 | 11 | 16 | - | 7 | 770 |
| Vitória da Conquista | 2.082 | 7.029 | 34.158 | 25.619 | 8.563 | 9.127 | 7.035 | 1.698 | 1.101 | 455 | 849 | 5.409 |
| Total AE Bahia | 6.946 | 21.462 | 117.949 | 83.845 | 24.827 | 26.104 | 19.171 | 4.784 | 2.803 | 1.478 | 2.149 | 14.567 |

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

7.3 - Finanças Públicas Municipais

A Receita Pública é o montante total em dinheiro recolhido pelo Tesouro Nacional e incorporado ao patrimônio do Estado. Esta receita destina-se ao custeamento das despesas públicas e ao investimento públicos. Dito em outra forma, e em sentido amplo, a receita pública é o recolhimento de bens aos cofres públicos a fim de custear a administração pública e os investimentos desta em um território.

No Brasil, as principais diretrizes tributárias são estabelecidas pela Constituição Federal, que dispõe sobre os princípios gerais, as limitações do poder de tributar, as competências e também sobre a repartição das receitas tributárias. O Sistema Tributário Nacional instituído pela própria Constituição estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios poderão instituir tributos. A autonomia político-administrativa é uma característica essencial do sistema federativo nacional, concedendo a cada esfera de governo a possibilidade de instituir impostos, taxas (em razão do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos) e contribuições de melhoria (decorrentes de obras públicas). No que tange às contribuições sociais, em sua maioria somente podem ser instituídas pelo Governo Federal.

A constituição brasileira define um sistema de transferências obrigatórias entre a União, Estados e Municípios, que podem ser de dois tipos: diretas ou mediante a formação de fundos especiais (indiretas). Independentemente do tipo, as transferências sempre ocorrem do governo de maior nível para os de menores níveis.

A análise dos dados disponibilizado pelo Programa Finanças Públicas do Brasil (FINBRA) aponta que as municipalidades com as maiores receitas públicas localizam-se no estado da Bahia, sendo elas Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna e Itapetinga. Vitória da Conquista, município com maior receita dentre aqueles que compõem a AE do mineroduto, totalizou, em 2010, uma receita corrente de mais de R\$330 milhões de reais, o que corresponde 4,35 vezes a média deste indicador para os outros municípios baianos da área de estudo (R\$75.954.124,10). Por fim, vale destacar a discrepância de receita corrente entre os municípios mineiros e baianos. Salinas, município com maior arrecadação da AE de Minas Gerais (R\$39.711.968,55), possui uma receita corrente inferior em 47,72% à média da AE da Bahia. De maneira geral, as receitas correntes dos municípios da Bahia interceptados pelo mineroduto são 4 vezes maiores às médias dos municípios mineiros.

Para maiores informações acerca dos principais impostos recolhidos nos municípios recomenda-se a leitura do Quadro abaixo.

QUADRO 7.11 - Receitas Públicas Municipais da AE do mineroduto em 2010.

| Município | Receita Orçamentária | Receitas Correntes | Receita Tributária | ISSQN | Cota FPM | Cota-parte CFEM | SUS União | FNAS | FNDE | LC 87_96 ICMS | Cota ICMS | Cota IPVA |
|------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|------------------|----------------------|-------------------|---------------------|------------------|----------------------|--------------|
| Águas Vermelhas | 14.710.876,29 | 14.326.001,65 | 595.564,19 | 227.987,22 | 6.311.813,97 | 0 | 2.000.480,64 | 252.528,10 | 257.119,16 | 17.739,60 | 1.960.404,15 | 81.064,88 |
| Berizal* | 7.513.110,04 | 7.596.711,44 | 238.278,58 | 165.017,11 | 4.598.642,18 | 0 | 324.439,20 | 128.502,74 | 85.756,66 | 10.081,67 | 937.673,40 | 28.367,77 |
| Curral de Dentro | 9.329.655,35 | 9.928.033,23 | 264.065,15 | 70.119,18 | 4.733.860,44 | 9.324,78 | 924.317,58 | 107.350,00 | 223.611,10 | 12.347,88 | 1.385.142,36 | 71.285,84 |
| Fruta de Leite* | 7.238.177,90 | 8.273.485,90 | 290.578,99 | 203.668,45 | 4.405.347,36 | 0 | 605.320,50 | 0 | 86.873,78 | 9.926,40 | 855.229,63 | 56.772,47 |
| Grão Mogol | 23.875.963,12 | 24.541.602,43 | 1.249.698,61 | 764.794,06 | 7.889.767,38 | 0 | 1.805.907,27 | 323.131,91 | 620.702,51 | 69.206,64 | 6.067.665,73 | ##### |
| Novorizonte | 9.129.952,14 | 9.233.094,88 | 379.496,83 | 294.945,15 | 4.733.860,44 | 0 | 509.312,81 | 119.448,75 | 228.750,00 | 10.310,16 | 1.117.248,49 | 40.598,26 |
| Padre Carvalho | 9.824.736,58 | 9.364.640,05 | 729.965,34 | 592.442,87 | 4.733.860,44 | 0,00 | 760.183,82 | 126.153,65 | 175.839,95 | 10.582,08 | 1.128.575,39 | 22.130,21 |
| Salinas | 44.477.040,66 | 39.711.968,55 | 2.804.782,82 | 1.627.612,64 | 14.201.581,32 | 39.178,64 | 6.511.352,10 | 480.932,23 | 678.693,99 | 37.719,00 | 4.086.691,18 | ##### |
| Taiobeiras | 37.273.848,03 | 38.169.710,75 | 1.863.976,30 | 1.048.208,05 | 12.623.627,89 | 1.134,56 | 4.523.765,58 | 1.503.244,50 | 650.034,73 | 32.265,48 | 3.568.556,99 | ##### |
| Média AE Minas Gerais | 19.193.577,94 | 18.972.576,10 | 960.805,18 | 550.293,98 | 7.437.312,62 | 6.204,75 | 2.150.611,96 | 364.392,28 | 353.942,74 | 24.949,60 | 2.497.326,49 | ##### |
| Barro Preto* | 9.478.262,65 | 11.302.529,24 | 879.129,93 | 788.347,46 | 4.392.075,68 | 0 | 758.566,56 | 166.101,00 | 184.923,87 | 0 | 829.167,17 | 17.192,12 |
| Cândido Sales | 31.442.874,60 | 33.624.572,61 | 1.004.594,61 | 348.171,84 | 11.007.027,77 | 7.901,36 | 1.935.304,16 | 386.777,65 | 1.347.418,37 | 17.878,68 | 2.696.403,26 | ##### |
| Encruzilhada* | 22.532.255,31 | 25.485.516,18 | 891.203,86 | 457.331,72 | 11.610.200,22 | 0 | 1.102.087,97 | 0 | 646.607,82 | 19.995,72 | 2.218.201,01 | 63.159,81 |
| Ibicaraí | 27.448.406,83 | 29.140.393,22 | 772.791,84 | 249.381,07 | 11.487.631,04 | 0 | 5.445.722,92 | 553.237,95 | 525.144,96 | 11.136,48 | 1.679.197,89 | ##### |
| Ilhéus | 206.209.897,04 | 206.861.297,72 | 24.119.695,78 | 13.962.233,27 | 53.072.900,54 | 252.041,12 | 36.585.231,94 | 2.691.581,25 | 3.852.250,80 | ##### | 31.169.030,90 | ##### |
| Itabuna | 204.537.845,03 | 172.466.465,20 | 22.482.766,16 | 14.063.387,95 | 47.566.259,08 | 0 | 11.017.708,36 | 1.596.628,26 | 3.089.606,91 | ##### | 34.084.093,95 | ##### |
| Itaju do Colônia | 10.509.504,57 | 11.724.055,70 | 275.306,28 | 127.058,95 | 4.923.270,43 | 0 | 579.056,51 | 294.738,65 | 315.234,11 | 8.644,44 | 1.303.597,85 | 26.452,81 |
| Itajuípe | 24.442.220,67 | 27.045.280,67 | 1.844.392,40 | 1.564.016,75 | 9.846.540,86 | 27.446,33 | 1.733.346,68 | 357.391,83 | 965.281,27 | 22.463,88 | 3.386.467,41 | ##### |
| Itambé | 27.454.991,92 | 30.190.201,08 | 645.712,63 | 192.664,96 | 13.128.721,12 | 0 | 2.369.140,71 | 591.447,17 | 1.277.006,41 | 0 | 2.359.236,42 | ##### |
| Itapé | 12.153.765,31 | 13.644.016,99 | 328.756,70 | 56.592,40 | 6.564.360,56 | 0 | 1.443.824,27 | 202.307,10 | 323.551,21 | 7.295,88 | 1.099.937,17 | 46.620,69 |
| Itapetinga | 73.987.351,51 | 78.630.284,61 | 4.464.138,49 | 2.111.784,35 | 19.693.081,69 | 53.383,95 | 4.101.805,41 | 927.540,42 | 1.538.276,32 | ##### | 18.415.216,02 | ##### |
| Ribeirão do Largo* | 14.854.965,00 | 16.434.596,00 | 568.255,00 | 254.771,00 | 8.008.790,00 | 11.061,00 | 1.104.314,00 | 93.453,00 | 447.434,00 | 0 | 1.428.946,00 | 21.526,00 |
| Vitória da Conquista | 317.994.085,23 | 330.854.404,03 | 42.387.054,59 | 24.540.490,63 | 53.072.900,54 | 82.224,00 | 90.856.345,57 | 2.089.268,47 | 6.719.670,07 | ##### | 38.120.848,01 | ##### |
| Média AE Bahia | 75.618.955,82 | 75.954.124,10 | 7.743.369,10 | 4.516.633,26 | 19.567.212,27 | 33.389,06 | 12.233.265,77 | 765.420,98 | 1.633.262,01 | 72.881,68 | 10.676.180,24 | ##### |

Fonte: FINBRA, 2010.

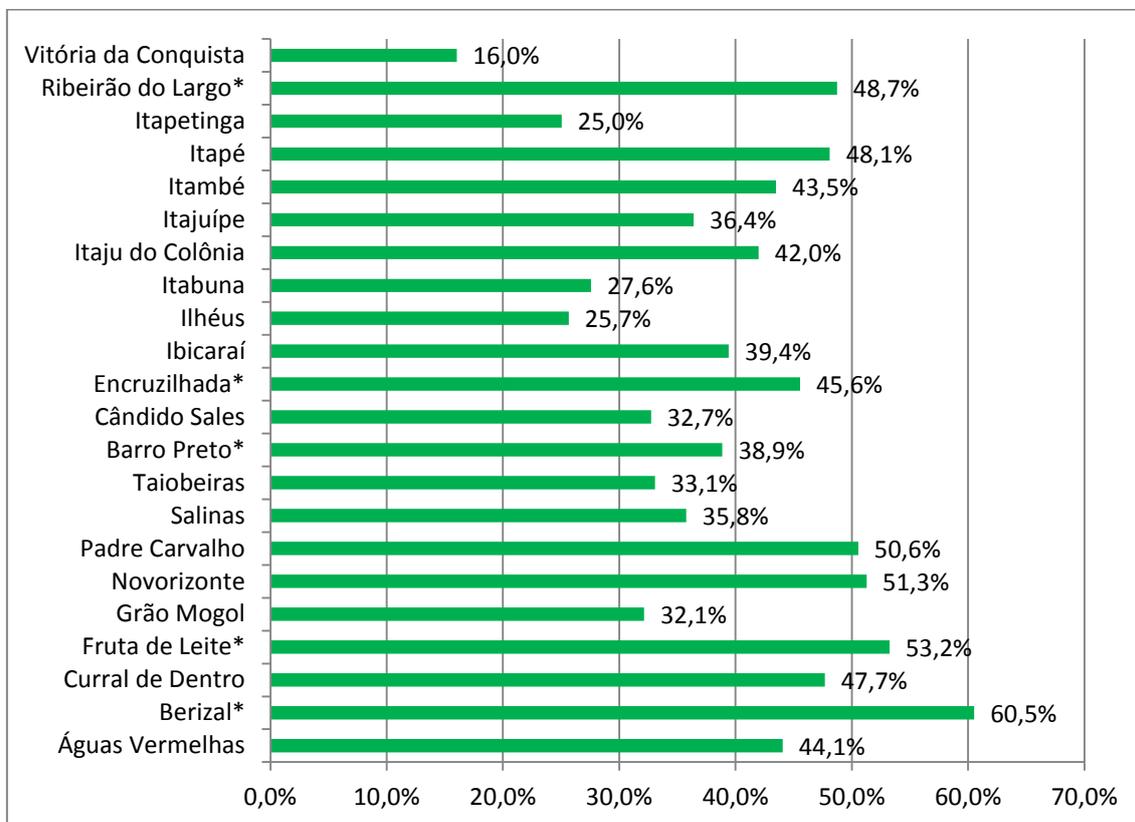
A partir da leitura do quadro acima, expõem-se a grande dependência dos municípios da Área de Estudo com os repasses financeiros por parte da União e dos Estados. Dentre esses repasses desca-se o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi criado em 1965 por meio da Emenda Constitucional nº 18, de 1/12/1965. À época, o Fundo de Participação seria constituído por 20% do produto da arrecadação dos dois então principais impostos da União, a saber, o Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e seria repartido igualmente entre o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A Lei nº 5.172, de 25/10/1966, regulamentou esses fundos e definiu, em seu artigo 91, que o critério de distribuição do FPM se daria de forma que cada unidade receberia um coeficiente individual de participação, segundo faixas populacionais, que seriam reajustadas por meio de censo demográfico. Essas disposições foram absorvidas pela Constituição Federal de 1967, que ratificou as disposições da Lei nº 5.172/1966. Logo em seguida, o Ato Complementar nº 35, de 28/2/1967 subdividiu os recursos do FPM em dois subgrupos: 10% aos municípios das capitais dos estados e 90% aos demais municípios do País. A parcela das capitais também seria baseada em coeficiente individual de participação, mas nesse caso a partir do resultado do produto de dois fatores: fator representativo da população de cada município em relação ao conjunto das capitais; e fator representativo do inverso da renda per capita do respectivo estado (artigo 90 da Lei nº 5.172, de 1966). Os percentuais de participação, inicialmente previstos para cada fundo (10%), sofreram modificações a partir de inúmeros dispositivos. Nessa evolução, percebe-se uma brusca queda inicial, que reduziu à metade a participação de cada fundo, e um aumento gradual e contínuo que culminou com os valores finais determinados pela Constituição de 1988 (22,5% para o FPM e 21,5% para o FPE), que vigoram até hoje. Portanto, como se pode perceber, a distribuição dos tributos do FPM é igualitária entre os membros munícipes, diferentemente de outros impostos como, por exemplo, o ICMS que é distribuído segundo, basicamente, a participação direta do município na arrecadação desse imposto estadual. Deste modo, quanto maior a dependência da administração pública do FPM para a formação das suas receitas correntes mais frágeis são a sua economia e as suas estruturas de arrecadação.

A análise da participação do FPM na formação das receitas públicas dos municípios da AE aponta para a grande dependência das administrações públicas com esse repasse constitucional, conforme pode ser lida na figura abaixo. Os municípios com menor dependência do FPM para a formação das suas receitas são àqueles que possuem as maiores economias da AE de estudo, ou seja, Vitória da Conquista (16%), Itapetinga (25%), Itabuna (27,6%) e Grão Mogol. Por outro lado destaca-se a dependência dos municípios mineiros interceptados pelo mineroduto com o FPM para a formação da sua receita corrente. Berizal, Fruta de Leite, Novorizonte, Padre Carvalho e Ribeirão do largo apresentaram índices de participação próximos ou acima de 50% das suas receitas.

Conclui-se, a partir da análise dos dados desse tópico, que a implantação do complexo minerário e do mineroduto na região potencializará a economia local e regional o que poderá acarretar em mudanças profundas no sistema de geração de tributos nas localidades.

FIGURA 7.1 - Participação do FPM nas Receitas Correntes dos municípios da AE do mineroduto em 2010



Fonte: FINBRA, 2010 - Elaboração Brandt Meio Ambiente, 2012.

8 - NÍVEL DE VIDA

O tópico Nível de Vida aborda questões intrínsecas ao desenvolvimento social das comunidades inscritas na Área de Estudo do mineroduto. Nessa medida, serão avaliados e discutidos, de acordo com o Termo de Referência IBAMA, as questões intrínsecas aos setores da Educação, Saúde, Turismo, Cultural, Lazer e Segurança Pública. Para esse estudo, as abordagens serão sintéticas e focadas sob duas perspectivas dialeticamente conectadas: os aspectos infraestruturais e superestruturais, entendidos na dimensão do acesso aos serviços, além dos respectivos indicadores de qualidade.

8.1 Educação

No sentido de se avaliar a situação da educação nos municípios da Área de Estudo, o presente estudo, buscará diagnosticar a infraestrutura educacional de todos os municípios, focalizando a participação absoluta e relativa dos setores público e privado no número de matrículas e de escolas em cada nível de ensino. Essa avaliação é de fundamental importância para demonstrar a infraestrutura do sistema educacional de cada município avaliado, bem como ter uma noção de quem é o responsável pela manutenção desta infraestrutura. O presente estudo também levantará os principais índices relativos à educação para, desta maneira, permitir uma avaliação qualitativa do sistema educacional dos municípios avaliados.

8.1.1 - Infraestrutura do sistema educacional

A rede pública de ensino é responsável pela maior parte do atendimento da demanda por educação nos municípios avaliados. Portanto, qualquer aumento da demanda por serviços de educação seria, em um primeiro momento, um ônus para o sistema público de ensino.

Em 17 dos 22 municípios da Área de Estudo não há escolas da rede privada, portanto, em 77% dos municípios todo o sistema de ensino está sob a responsabilidade do poder público. Nesses municípios, o sistema municipal é responsável por toda a rede de ensino pré-escolar e o sistema estadual atende a integralidade do ensino médio. E o atendimento da demanda pelo ensino fundamental é dividido entre as prefeituras e o Estado. Dentre os municípios em que não há a presença da rede privada de ensino, a rede estadual responde pela maior parte das matrículas do ensino fundamental em: Salinas, Grão Mogol, Novorizonte, Fruta de Leite, Cândido Sales, Itaju do Colônia, Barro Preto, Itajuípe, e Encruzilhada. Já a rede municipal responde pela maior parte das matrículas do ensino fundamental nos demais municípios.

Em Salinas, Vitória da Conquista, Itapetinga, Itabuna e Ilhéus, há a presença da rede pública e da rede privada de ensino. Nos municípios onde há a presença da rede privada, esta se caracteriza por atender todos os níveis de ensino. Outra característica da rede de ensino privada tem uma participação relativa no número de matrículas bem menor do que a rede pública. Portanto, mesmo nos municípios onde há a presença da rede privada de ensino, a rede pública é mais relevante, pois abrange muito mais estudantes.

A análise da infraestrutura educacional dos 22 municípios da Área de Estudo demonstra que nos municípios de maior porte demográfico e econômico, em função da maior demanda e da maior renda agregada, há espaço para o surgimento e crescimento da rede privada. E sendo assim, esta ocupa naturalmente o seu espaço. Mas, mesmos nesses municípios maiores a rede pública de ensino, estadual e municipal, recebe significativamente mais matrículas do que a rede privada.

Nos municípios menores nota-se a ausência da rede privada e como a maior parte dos municípios da Área de Estudo é de pequeno porte demográfico e econômico predomina, portanto, a ausência da rede privada de ensino.

A rede federal de ensino está presente nos municípios de Salinas e Ilhéus, e atende à demanda por ensino médio junto com a rede estadual e particular.

O quadro 8.1 a seguir demonstra o total de matrículas realizadas na rede pública (estadual e municipal) e na rede particular em cada município da Área de Estudo. Já o quadro 8.2 demonstra a representatividade percentual de cada esfera administrativa no total de matrículas efetivadas em 2008.

QUADRO 8.1 - Infraestrutura dos sistema educacional

| Infraestrutura do sistema Educacional - 2008 | | | | | | | |
|--|----------------------------|--------------|-----------|---------------|-----------|--------------|-----------|
| Municípios | Dependência Administrativa | Pré-escolar | | Fundamental | | Médio | |
| | | Matríc. | Escolas | Matríc. | Escolas | Matríc. | Escolas |
| Grão Mogol | Municipal | 279 | 9 | 1329 | | | |
| | Estadual | | | 1828 | | 585 | 1 |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | 279 | 9 | 900 | 6 | 145 | 1 |
| Padre Carvalho | Municipal | 136 | 11 | 613 | 15 | | |
| | Estadual | | | 589 | 1 | 212 | 1 |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | 136 | 3 | 1.202 | 16 | 212 | 1 |
| Novorizonte | Municipal | 949 | 8 | 6.156 | 26 | | |
| | Estadual | | | 1.218 | 6 | 2.109 | 2 |
| | Particular | 134 | 4 | 490 | 4 | 295 | 3 |
| | Total | 1.083 | 27 | 7.864 | 36 | 2.404 | 5 |
| Fruta de Leite | Municipal | | 8 | | | | |
| | Estadual | | | | | | |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | | 44 | 17.476 | 64 | 4.456 | 15 |

Continuação

| Infraestrutura do sistema Educacional - 2008 | | | | | | | |
|--|----------------------------|-------------|---------|-------------|---------|---------|---------|
| Municípios | Dependência Administrativa | Pré-escolar | | Fundamental | | Médio | |
| | | Matric. | Escolas | Matric. | Escolas | Matric. | Escolas |
| Salinas | Municipal | 108 | 1 | 191 | 2 | | |
| | Estadual | | | 936 | 10 | 258 | 2 |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | 108 | 1 | 1.127 | 12 | 258 | 2 |
| Taiobeiras | Municipal | 67 | 4 | 1.110 | 4 | | |
| | Estadual | | | 669 | 3 | 612 | 3 |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | | | | | | |
| Curral de Dentro | Municipal | 71 | 5 | 230 | 6 | | |
| | Estadual | | | 439 | 1 | 145 | 1 |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | | | | | | |
| Berizal | Municipal | 210 | 4 | 821 | 5 | | |
| | Estadual | | | 1001 | 3 | 400 | 1 |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | | | | | | |
| Águas Vermelhas | Municipal | 112 | 2 | 309 | 2 | | |
| | Estadual | | | 731 | 1 | 210 | 1 |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | | | | | | |
| Encruzilhada | Municipal | 150 | 2 | 199 | 3 | | |
| | Estadual | | | 324 | 2 | 161 | 1 |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | | | | | | |
| Cândido Sales | Municipal | 122 | 1 | 497 | 2 | | |
| | Estadual | | | 321 | 3 | 262 | 1 |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | | | | | | |
| Vitória da Conquista | Municipal | 956 | 14 | 3.876 | 18 | | |
| | Estadual | | | 4.744 | 9 | 2.347 | 6 |
| | Federal | | | | | 478 | 1 |
| | Particular | 599 | | 2.014 | 11 | 898 | 4 |
| | Total | | | | | | |
| Ribeirão do Largo | Municipal | 199 | 3 | 725 | 3 | | |
| | Estadual | | | 572 | 1 | 239 | 1 |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | | | | | | |
| Itambé | Municipal | 321 | 2 | 836 | 12 | | |
| | Estadual | | | 1.996 | 9 | 699 | 2 |
| | Total | | | | | | |

Continuação

| Infraestrutura do sistema Educacional - 2008 | | | | | | | |
|--|----------------------------|-------------|---------|-------------|---------|---------|---------|
| Municípios | Dependência Administrativa | Pré-escolar | | Fundamental | | Médio | |
| | | Matric. | Escolas | Matric. | Escolas | Matric. | Escolas |
| Itapetinga | Municipal | 367 | 4 | 709 | 5 | | |
| | Estadual | | | | | 588 | 2 |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | | | | | | |
| Itaju do Colônia | Municipal | 98 | 2 | 788 | 2 | | |
| | Estadual | | | | | 271 | 1 |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | 98 | 2 | 788 | 2 | 271 | 1 |
| Itabuna | Municipal | 2.352 | 41 | 5.308 | 42 | | |
| | Estadual | 26 | 1 | 8.151 | 25 | 3.230 | 9 |
| | Particular | 346 | 11 | 1.322 | 10 | 540 | 4 |
| | Total | | | | | | |
| Itapé | Municipal | 187 | 4 | 699 | 4 | | |
| | Estadual | | | 734 | 2 | 391 | 1 |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | | | | | | |
| Ibicaraí | Municipal | 349 | 2 | 251 | 3 | | |
| | Estadual | | | 377 | 2 | 661 | 2 |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | | | | | | |
| Barro Preto | Municipal | 528 | 5 | 245 | 2 | | |
| | Estadual | | | 549 | 3 | 668 | 3 |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | | | | | | |
| Itajuípe | Municipal | 448 | 5 | 568 | 3 | | |
| | Estadual | | | 1.223 | 3 | 1.616 | 3 |
| | Federal | | | | | | |
| | Particular | | | | | | |
| | Total | | | | | | |
| Ilhéus | Municipal | 1.981 | 8 | 2.947 | 24 | 512 | 4 |
| | Estadual | | | 2.901 | 11 | 2.945 | 13 |
| | Particular | 540 | 3 | 1.590 | 8 | 1.198 | 7 |
| | Total | | | | | | |

Fonte: MEC/INEP/Educatobrasil.inep.gov.br

As fotos a seguir demonstram escolas na Área de Estudo



Foto 8.1: Escola Estadual Maria Rogaciana da Silva, em Vitória da Conquista/BA



Foto 8.2: Escola Estadual Bernardino de Souza, em Novorizonte/MG



Foto 8.3 - Escola Estadual em Taiobeiras/MG

8.1.2 - Avaliação da qualidade do ensino nos municípios da Área de Estudo segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

No ano de 2006 o Ministério da Educação elaborou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o qual é um indicador da qualidade educacional que combina informações de desempenho obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4^a e 8^a séries do ensino fundamental e 3^a do ensino médio) em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) com informações sobre rendimento escolar (aprovação). Ou seja, o IDEB é um indicador que permite monitorar anualmente o desempenho do sistema de ensino em nível municipal, estadual e nacional. Portanto, esse índice passa a ter uma importância fundamental para a gestão do sistema educacional do País. Instituído-se como uma ferramenta que auxiliará a definição das políticas públicas de educação.

Ao todo, no Brasil 94,5% dos municípios apresentaram IDEB ao término da 1^a fase do fundamental abaixo de 5 e ao término da 2^a fase 99,4% dos municípios não alcançaram a nota 5.

Segundo o IDEB, os municípios avaliados apresentaram, em sua maioria, um desempenho da rede municipal e estadual de ensino inferior ao desejável, representado pelas notas ao menos superiores à 5 em uma escala que vai de 0 a 10. O Ministério da Educação estipula que a meta mínima ideal é a nota 6.

O Estado de Minas Gerais é o que possui a melhor avaliação de sua rede estadual de ensino, tendo recebido nota 4,9 para os anos iniciais do ensino fundamental e 3,7 para os anos finais, o ensino médio recebeu a nota de 3,5. O estado da Bahia recebeu nota 3,8 para o ensino fundamental e 3,6 para os anos finais. O ensino médio obteve nota 2,9.

Os municípios que apresentaram as melhores notas para os anos iniciais do sistema de ensino municipal foram Salinas, Ilhéus e Vitória da Conquista, que obtiveram notas entre 4,6 e 4,9. Também foram relativamente bem avaliados os municípios de Itabuna, Grão Mogol e Itapetinga, que tiveram notas próximas à média de seus respectivos estados.

Os municípios que tiveram os melhores resultados para os anos finais do ensino fundamental foram, novamente, Salinas, Grão Mogol e Vitória da Conquista.

Não foram apresentados os resultados do ensino médio para a rede de ensino municipal. De modo geral, indica-se uma situação crítica no ensino dos municípios da Área de Estudo. Se, por um lado, corroboram a tendência nacional, por outro, há indicadores muito baixos, mesmo em relação às médias estaduais. A confluência desses fatores expõe problemas, infraestruturais e superestruturais, enfrentados diariamente pela população.

O Quadro 8.3, a seguir, demonstra o Índice de Desempenho da Educação Básica para cada município e estado avaliado.

QUADRO 8.2 - Indicador de Desempenho da Educação Básica - IDEB/2007

| Municípios | Anos iniciais do Ensino Fundamental | Anos Finais do Ensino Fundamental | Ensino Médio |
|----------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|--------------|
| Minas Gerais | 4,9 | 3,7 | 3,5 |
| Grão Mogol | 4,0 | 4,2 | |
| Padre Carvalho | 3,1 | 3,0 | |
| Fruta de Leite | ND | ND | |
| Novorizonte | ND | ND | |
| Salinas | 4,9 | 4,7 | |
| Taiobeiras | ND | ND | |
| Curral de Dentro | ND | ND | |
| Berizal | ND | ND | |
| Águas Vermelhas | ND | ND | |
| Bahia | 3,8 | 3,6 | 2,9 |
| Encruzilhada | ND | ND | |
| Cândido Sales | ND | ND | |
| Vitória da Conquista | 4,3 | 4,2 | |
| Ribeirão do Largo | ND | ND | |

Continuação

| Municípios | Anos iniciais do Ensino Fundamental | Anos Finais do Ensino Fundamental | Ensino Médio |
|------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|--------------|
| Itambé | 3,1 | 3,3 | |
| Itapetinga | 4,0 | 3,8 | |
| Itaju do Colônia | 2,8 | 2,1 | |
| Itapé | 2,1 | 1,9 | |
| Ibicaraí | 2,3 | 2,6 | |
| Itabuna | 3,4 | 3,6 | |
| Barro Preto | 3,0 | 3,0 | |
| Itajuípe | 2,9 | 2,1 | |
| Ilhéus | 3,9 | 3,6 | |

Fonte: Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

8.1.2.1 - Ensino Superior

Dos municípios da Área de Estudo do mineroduto, apenas cinco possuem instituições de ensino superior, quais sejam: Salinas, Vitória da Conquista, Itapetinga, Itabuna e Ilhéus.

O município de Salinas possui uma faculdade, a Universidade Cândido Mendes, que proporciona cursos de graduação e pós-graduação em várias áreas do conhecimento. A instituição recebeu 1.110 matrículas no último ano de referência (2009)



Foto 8.4- UESB em Vitória da Conquista

O município de Vitória da Conquista conta com três instituições de ensino superior, sendo duas particulares e uma, a Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), vinculada ao governo estadual. As instituições, juntas, receberam 3.235 matrículas em 2009. Nesse cenário, é preciso destacar a importância da universidade estadual, com grande atuação em pesquisas na região. A UESB também possui campus em Itapetinga, sendo, no município, responsável por 980 matrículas no último período de referência. Na localidade, a instituição oferece cursos voltados à formação industrial, especialmente devido a presença de significativa unidade industrial no município.

Itabuna, por sua vez, possui duas faculdades e uma universidade, quais sejam: Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC); União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME), além da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Juntas, as instituições possuem 15.453 alunos e foram responsáveis por 2.345 matrículas no último ano de referência. No município, são ofertados mais de cinquenta cursos de várias áreas do conhecimento, além de nove pós-graduações.

Por fim, Ilhéus possui quatro faculdades, são elas: Faculdade de Ilhéus, Faculdade Madre Thaís, Escola Diretriz e IBEC. Juntas, as instituições privadas somaram 1.998 matrículas no último ano de referência. São oferecidos 19 cursos superiores distintos, com enfoque para as ciências sociais aplicadas (administração, direito, dentre outros) e área de saúde (enfermagem). Além disso, a população do município utiliza, costumeiramente, a Universidade Estadual de Santa Cruz, situada no limite entre Ilhéus e Itabuna.



Foto 8.5- UESC em Itabuna

O município de Itaperuna registrou 8.015 matrículas de ensino superior em 2007, sendo, portanto o segundo município com o maior número de matrículas dentre os avaliados. O município também conta com uma ampla gama de cursos de nível superior ofertados e possui 4 escolas privadas.

Portanto, uma análise do panorama do ensino superior nos municípios da Área de Estudo demonstra que quatro municípios possuem uma ampla variedade de oferta de cursos de ensino superior: Conselheiro Lafaiete, Muriaé, Itaperuna e Viçosa, que é uma referência nacional na área.

8.1.2.2 - Ensino Profissionalizante

O ensino profissionalizante se institui como uma tipologia de ensino fundamental na sociedade moderna, pois a capacitação profissionalizante permite que se dê um forte avanço na empregabilidade da mão-de-obra de um dado local. Os municípios que possuem instituições qualificadas na área do ensino profissionalizante contam com um arcabouço institucional de grande valia para o seu desenvolvimento socioeconômico. Nos municípios da Área de Estudo do mineroduto existem unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI em Ilhéus e Itabuna (RJ).

O SENAI oferece cursos de aprendizagem que é voltado para jovens de 14 a 24 anos; cursos de qualificação que têm como objetivo a qualificação profissional para uma determinada ocupação; cursos técnicos que permitem a habilitação técnica de nível médio, envolvendo competências e conhecimentos de maior abrangência e profundidade técnica e são reconhecidos pelo Ministério da Educação; e, cursos de iniciação e aperfeiçoamento, que são de curta duração e focam conhecimentos específicos.

No setor de serviços e comércio destacam-se os cursos profissionalizantes que são ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, o qual ministra diversos cursos na área de gastronomia, hotelaria, atendimento comercial e muitas outras habilidades focadas na área de serviços e comércio. Na Área de Estudo existe uma unidade do SENAC em Vitória da Conquista.

Na área de estudo existem unidades do Serviço Brasileiro de Aprendizagem Empresarial - SEBRAE, que é uma entidade privada e de interesse público e apóia a abertura e expansão dos pequenos negócios, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento socioeconômico por meio do empreendedorismo.

Nos municípios da Área de Estudo existem unidades do SEBRAE/MG em Salinas, e do SEBRAE/BA nos municípios de Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna.

Há de se ressaltar a ocorrência de diversos cursos profissionalizantes não formais em vários municípios da Área de Estudo. Os diversos cursos, em áreas como mecânica básica, informática e comércio, são ministrados por instituições particulares e, recorrentemente, tornam-se o principal diferencial para jovens e adultos que pleiteiam vagas no mercado de trabalho. Esses cursos foram identificados em Grão Mogol, Salinas, Vitória da Conquista, Itabuna, Itapetinga e Ilhéus.

8.1.2.3 - Ensino Técnico

O Ensino Técnico é comumente registrado junto ao ensino médio, devido a concomitância de grades e exigências da política nacional de ensino. Com efeito, embora as vagas específicas encontrem-se mescladas aos cursos médios, é fundamental compreender a estrutura de cursos oferecidos, para visualização das potencialidades e déficits desse serviço na região.

Há unidades federais de educação tecnológica em Salinas, Vitória da Conquista e Ilhéus. Em Minas Gerais, a instituição promotora é o CEFET-MG. Na Bahia, o instituto chama-se IFET. Em Salinas, há destaque para os cursos de informática, além das atividades voltadas ao trato agrícola. Nos municípios da Bahia, a instituição técnica federal promove cursos de Edificações e Informática em Ilhéus e Edificações, Eletromecânica, Informática, Eletrotécnica e Segurança do Trabalho em Vitória da Conquista.

8.1.3 - Nível educacional da população

Para avaliar o nível educacional da população da Área de Estudo foram adotadas quatro variáveis: a taxa de analfabetismo, a média de anos de estudo e os percentuais da população que estudou menos de 4 anos e menos de 8 anos. No primeiro caso, as pessoas não terminaram nem o primeiro ciclo do ensino fundamental e no segundo, terminaram o primeiro ciclo, mas não chegaram a completar o ensino fundamental. Os dados foram calculados a partir do banco desagregado do Censo IBGE 2010. Com isso, pequenas alterações nos percentuais e taxas - por razões metodológicas - podem ocorrer quando da divulgação do banco agregado.

De modo geral, no último período intercensitário, todos os municípios da área de estudo apresentaram uma evolução positiva dos índices nos quais se baseia a avaliação do nível educacional. Todos reduziram as suas respectivas taxas de analfabetismo e aumentaram o tempo médio de anos de estudo. Esse processo demonstra a evolução do sistema de ensino e o sucesso de programas focalizadores, implantados ao longo da última década pelos governos de Minas Gerais, Bahia e a União.

Os municípios da Área de Estudo que possuem as mais baixas taxas de analfabetismo são Itabuna, onde 9,8% da população acima de 10 anos é analfabeta; Ilhéus, onde o analfabetismo atinge 11,7% da população em questão e Vitória da Conquista, com o analfabetismo atingindo 12,5% da sua população maior de 10 anos de idade. Em Minas Gerais, a menor taxa de analfabetismo nessa faixa etária é observada em Salinas (15,6%).

A grande maioria dos municípios da Área de Estudo apresenta taxas de analfabetismo superiores a media de seus respectivos estados. Em Minas Gerais, todos os municípios se encontram em situações inferiores ao conjunto do Estado. Na Bahia, apenas Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna demonstram indicadores superiores. Esse cenário denota, claramente, a fragilidade e o grande passivo educacional da Área de Estudo, com especial enfoque nos municípios de menor porte, tanto em Minas Gerais quanto na Bahia.

Em alguns municípios, a taxa de analfabetismo é especialmente alta, utilizando-se os estratos populacionais cuja idade supera quinze anos. O município de Itapé, Ibicaraí, Fruta de Leite destacam-se negativamente com taxas de analfabetismo superiores a vinte por cento da população adulta. Em outras palavras, pelo menos uma em cada três pessoas adultas é iletrada.

Os municípios de Encruzilhada, Cândido Sales, Ribeirão do Largo e Barro Preto também se destacam negativamente pelas baixas taxas de alfabetização.

No que tange à média de anos de estudo, destacam-se os municípios de Salinas, Vitória da Conquista e Itabuna. Vitória da Conquista possui a mais elevada média de anos de estudo dentre os municípios da Área de Estudo, nos municípios a população estuda em média 4,7 anos. Ou seja, na média a população apenas termina o primeiro ciclo do ensino fundamental.

Novamente, nenhum município mineiro apresenta média superior ao Estado de Minas Gerais. Na Bahia, apenas Vitória da Conquista atinge esse patamar. Todos os demais municípios possuem média de anos de estudo inferior à apresentada por seus respectivos estados. Esse cenário aponta uma grave desigualdade no que se refere à universalização dos serviços educacionais na região.

As menores médias de anos de estudo são observadas em Cândido Sales, Fruta de Leite, Padre Carvalho, Cândido Sales, Encruzilhada, Ribeirão do Largo e Ibicaraí. Contudo, é fundamental ressaltar que, com exceção de Vitória da Conquista, Salinas e Ilhéus, nenhum município supera significativamente os quatro anos, ou seja, na média a população desses municípios não completa o primeiro ciclo do ensino fundamental.

Na maior parte dos municípios avaliados, o percentual de pessoas que não terminaram o ensino fundamental gira em torno de 80%.

O baixo índice de estudantes que terminam o ensino fundamental é um reflexo da precariedade das condições sociais e de trabalho. Localidades onde há poucas oportunidades de renda tendem a forçar os jovens que lá residem a largar o estudo para auxiliar na composição da renda familiar. Assim como, nos municípios onde o trabalho disponível requer pouco nível de escolaridade, a média de anos de estudo também tende a se reduzir. Portanto, a pequena taxa de população que conclui o ensino fundamental na Área de Estudo, demonstra que os empregos que lá são criados requerem pouca qualificação. Na maior parte dos casos, são empregos originados no meio agropecuário e/ou no comércio. Nos estratos mais jovens da população, contudo, essa tendência se inverte. O Programa Bolsa Família, vinculado a matrícula das crianças e jovens nos ciclos básicos da educação, proporcionou incremento da média de anos de estudo dessa faixa etária da população, com significativos ganhos no que tange a redução do analfabetismo.

O Quadro 8.3 a seguir demonstra alguns parâmetros que indicam o nível educacional dos municípios avaliados.

QUADRO 8.3 - Nível Educacional da População

| Municípios | Taxa de analfabetismo | | Média de anos de estudo | | % com menos de 4 anos de estudo | | % com menos de 8 anos de estudo | |
|----------------------|-----------------------|--------------|-------------------------|------------|---------------------------------|-------------|---------------------------------|-------------|
| | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 |
| Minas Gerais | 14,8 | 11,15 | 5,6 | 6,7 | 38,4 | 25,4 | 67,9 | 55,4 |
| Grão Mogol | 30,1 | 16,5 | 2,6 | 3,1 | 69,9 | 51,4 | 85,4 | 72,4 |
| Padre Carvalho | 32,8 | 23,6 | 1,9 | 2,6 | 74,3 | 60,0 | 89,7 | 77,3 |
| Fruta de Leite | 41,4 | 29,7 | 1,4 | 2,2 | 79,9 | 61,1 | 90,1 | 78,3 |
| Novorizonte | 29,7 | 19,3 | 2,3 | 3,0 | 76,4 | 59,4 | 86,4 | 74,2 |
| Salinas | 22,4 | 15,6 | 3,7 | 4,9 | 49,9 | 34,3 | 71,3 | 55,8 |
| Taiobeiras | 32,6 | 15,8 | 2,5 | 3,2 | 69,8 | 58,2 | 84,4 | 80,3 |
| Curral de Dentro | 31,1 | 21,3 | 2,0 | 2,3 | 73,8 | 61,3 | 84,2 | 78,6 |
| Berizal | 37,4 | 22,2 | 2,1 | 2,6 | 67,4 | 54,2 | 81,8 | 76,9 |
| Águas Vermelhas | 32,4 | 24,5 | 2,1 | 2,4 | 71,7 | 56,8 | 81,8 | 78,3 |
| Bahia | 27,3 | 19,4 | 2,8 | 3,9 | 57,4 | 51,2 | 88,2 | 74,1 |
| Encruzilhada | 44,3 | 29,4 | 2,7 | 3,5 | 70,7 | 55,3 | 91,9 | 87,6 |
| Cândido Sales | 31,7 | 23,5 | 2,3 | 3,0 | 59,9 | 46,6 | 87,6 | 84,8 |
| Vitória da Conquista | 22,9 | 12,5 | 4,6 | 5,7 | 34,9 | 26,1 | 69,0 | 55,6 |
| Ribeirão do Largo | 40,2 | 28,2 | 2,1 | 2,7 | 61,0 | 46,7 | 78,4 | 71,1 |
| Itambé | 31,8 | 22,5 | 2,1 | 2,9 | 58,1 | 44,2 | 82,4 | 70,4 |
| Itapetinga | 24,9 | 13,9 | 2,9 | 3,5 | 62,4 | 50,5 | 85,5 | 75,3 |
| Itaju do Colônia | 34,8 | 23,4 | 2,1 | 2,6 | 65,7 | 48,7 | 86,3 | 77,9 |
| Itapé | 34,9 | 21,3 | 1,5 | 2,4 | 73,3 | 53,2 | 88,1 | 79,1 |
| Ibicaraí | 34,3 | 19,7 | 1,5 | 2,3 | 61,8 | 52,7 | 81,5 | 75,4 |
| Itabuna | 19,3 | 9,8 | 3,3 | 4,4 | 54,5 | 41,1 | 67,9 | 60,1 |
| Barro Preto | 37,1 | 24,3 | 1,9 | 2,4 | NA | NA | NA | NA |
| Itajuípe | 30,4 | 20,3 | 1,8 | 2,8 | 63,0 | 52,7 | 82,0 | 75,1 |
| Ilhéus | 21,4 | 11,7 | 4,3 | 5,4 | 49,8 | 32,7 | 67,1 | 55,2 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; IBGE CENSO 2010;

Seguindo o Termo de Referência IBAMA, faz-se necessário abordar as taxas de analfabetismo por sexo. Na Área de Estudo, não são notadas grandes diferenças entre mulheres e homens. Apenas em Itaju do Colônia, na Bahia, há uma maior taxa de analfabetismo entre os homens. Contudo, de modo geral, as mulheres possuem indicadores levemente superiores. Trata-se de uma tendência nacional, que não deriva de fatores locais específicos.

QUADRO 8.4 - Analfabetismo por sexo

| Município | Homens | Mulheres |
|---------------------------|--------|----------|
| Barro Preto - BA | 25,4 | 23,1 |
| Cândido Sales - BA | 23,1 | 24 |
| Encruzilhada - BA | 29,7 | 28,9 |
| Ibicaraí - BA | 20,2 | 19,3 |
| Ilhéus - BA | 12,2 | 11,3 |
| Itabuna - BA | 9,9 | 9,8 |
| Itaju do Colônia - BA | 25,3 | 21,5 |
| Itajuípe - BA | 21 | 19,7 |
| Itambé - BA | 23,3 | 21,8 |
| Itapé - BA | 22,7 | 20 |
| Itapetinga - BA | 13,2 | 14,5 |
| Ribeirão do Largo - BA | 29,1 | 27,2 |
| Vitória da Conquista - BA | 11,8 | 13 |
| Águas Vermelhas - MG | 23,6 | 25,5 |
| Berizal - MG | 21,7 | 22,7 |
| Curral de Dentro - MG | 22,1 | 20,5 |
| Fruta de Leite - MG | 28,5 | 30,8 |
| Grão Mogol - MG | 16,4 | 16,7 |
| Novorizonte - MG | 17,9 | 20,6 |
| Padre Carvalho - MG | 22,7 | 24,5 |
| Salinas - MG | 15,4 | 15,8 |
| Taiobeiras - MG | 15,2 | 16,5 |

Fonte: IBGE Censo 2010

Em termos de faixa etária, importante indicador do desenvolvimento da alfabetização ao longo do tempo e da demanda reprimida, nota-se padrões semelhantes na Área de Estudo. O quadro subsequente sintetiza esses dados.

QUADRO 8.5 - Taxa de alfabetização por idade

| Município | Idade | | | | | | | |
|---------------------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|
| | 5 a 9 anos | 10 a 14 anos | 15 a 19 anos | 20 a 29 anos | 30 a 39 anos | 40 a 49 anos | 50 a 59 anos | 60 anos ou mais |
| Barro Preto - BA | 49,49 | 90,76 | 96,21 | 90,47 | 80,59 | 66,31 | 54,44 | 45,23 |
| Cândido Sales - BA | 60,05 | 95,14 | 97,06 | 93,67 | 81,8 | 69,53 | 57,28 | 33,65 |
| Encruzilhada - BA | 52,03 | 92,43 | 96,34 | 90,05 | 72,09 | 57,14 | 43,8 | 24,53 |
| Ibicaraí - BA | 59,3 | 93,58 | 96,36 | 92,66 | 86,78 | 76,82 | 70,54 | 51,43 |
| Ilhéus - BA | 60,19 | 94,47 | 97,25 | 95,76 | 90,86 | 85,55 | 81,44 | 67,82 |
| Itabuna - BA | 61,46 | 95,06 | 97,52 | 96,61 | 93,17 | 88,89 | 85,06 | 71,16 |
| Itaju do Colônia - BA | 48,86 | 91,79 | 94,76 | 91,01 | 81,26 | 70,09 | 59,65 | 39,93 |
| Itajuípe - BA | 53,31 | 91,21 | 95,84 | 92,99 | 84,47 | 73,12 | 67,41 | 50,51 |
| Itambé - BA | 61,51 | 93,25 | 96,65 | 93,37 | 83,19 | 70,64 | 58,72 | 35,74 |
| Itapé - BA | 62,56 | 93,54 | 95,5 | 91,48 | 83,99 | 70,57 | 60,66 | 49,12 |
| Itapetinga - BA | 58 | 94,65 | 97,61 | 96,89 | 92,18 | 85,05 | 74,12 | 49,92 |
| Ribeirão do Largo - BA | 49,3 | 89,8 | 95,69 | 89,83 | 74,2 | 57,57 | 45,16 | 33,7 |
| Vitória da Conquista - BA | 63,22 | 94,89 | 97,6 | 96,26 | 91,52 | 85,66 | 78,38 | 58,84 |
| Águas Vermelhas - MG | 60,4 | 96,35 | 97,1 | 93,77 | 78,16 | 68,48 | 54,79 | 29,1 |
| Berizal - MG | 64,43 | 98,54 | 98,64 | 95,08 | 83,02 | 69,79 | 61,79 | 29,78 |
| Curral de Dentro - MG | 65,63 | 97,79 | 98,4 | 93,47 | 85,64 | 73,16 | 61,04 | 28,65 |
| Fruta de Leite - MG | 56,6 | 95,05 | 97,62 | 91,29 | 71,94 | 58,07 | 43,99 | 26,46 |
| Grão Mogol - MG | 72,78 | 97,89 | 98,3 | 96,51 | 87,13 | 76,65 | 65,78 | 42,61 |
| Novorizonte - MG | 76,14 | 98,14 | 98,92 | 97,33 | 89,9 | 80,11 | 66,52 | 39,51 |
| Padre Carvalho - MG | 54,82 | 93,36 | 97,3 | 93,56 | 80,58 | 62,05 | 48,46 | 23,4 |
| Salinas - MG | 76 | 98,19 | 98,61 | 96,49 | 92,13 | 85,22 | 71,6 | 49,14 |
| Taiobeiras - MG | 74,41 | 98,49 | 98,74 | 97,34 | 91,51 | 82,11 | 68,58 | 42,77 |

Fonte: Censo IBGE 2010

As taxas de alfabetização são relativamente altas na primeira faixa etária, demonstrando relativo sucesso dos sistemas de ensino fundamental nos últimos anos. Contudo, Fruta de Leite, Itaju do Colônia, Ribeirão do Largo e Barro Preto, demonstram indicadores especialmente fracos. Nesses municípios, segundo informações das respectivas prefeituras, não há déficit de matrícula para essa faixa etária, assim, remete-se necessariamente a problemas na qualidade dos serviços prestados e no acompanhamento dos jovens estudantes. Segundo padrões do Ministério da Educação e, especialmente, da UNESCO, é desejável que todos os jovens tenham acesso aos mecanismos de formação educacional básicos até nove anos de idade. Nas faixas etárias compreendidas entre 10 e 29 anos, a alfabetização é extremamente abrangente em todos os municípios. Esse indicador, de modo homogêneo, cai nas faixas etárias subsequentes. Como destaque negativo, novamente, Fruta de Leite, Itaju do Colônia, Ribeirão do Largo e Barro Preto apresentam indicadores tendencialmente inferiores aos demais componentes da Área de Estudo. Em visão panorâmica, a população da Área de Estudo compreendida entre 30 e 39 anos de idade possui, em média, 80% de alfabetização, passando a 65% na faixa seguinte (40 a 49 anos) e chegando a 40% na última faixa (60 anos ou mais). Os municípios de Itabuna, Ilhéus e Vitória da Conquista possuem os melhores níveis de alfabetização da população em todas as faixas etárias.

Esse dado demonstra, primariamente, uma significativa melhora nos processos de aprendizagem e alfabetização nas últimas três décadas. A população com idade superior a trinta anos uma taxa de alfabetização relativamente baixa, que decai com o avanço da idade. Evidentemente, aos jovens, alfabetizados nas últimas três décadas, foi disponibilizada um sistema mais eficaz. O recente crescimento econômico do Brasil e o incremento da atuação do MEC em associação às Prefeituras Municipais e Governos Estaduais proporcionou significativa melhora nas condições de ensino na Área de Estudo. Nesse ponto, porém, é necessário ressaltar a baixa média de anos de estudo da população, persistente até hoje. Em outras palavras, se a alfabetização dos jovens melhorou nos últimos anos, ainda persiste grande dificuldade em fixar estudantes na escola, até que se complete, pelo menos, o ensino fundamental.

Com isso, identificam-se dois problemas. A alfabetização está ocorrendo de modo tardio, sendo notável apenas após os dez anos de idade. Ademais, há demandas reprimidas por serviços de educação para jovens e adultos. As capacidades econômicas e sociais locais são pressionadas negativamente por essa carência.

8.1.4 - Análise de cenários - Demandas e projeções da Educação na Área de Estudo

De modo geral, o acesso aos serviços de educação na Área de Estudo sofreu importantes incrementos desde as últimas duas décadas. Contudo, há grandes problemas figurando como limitadores ao desenvolvimento econômico e social da região.

Em relação à infraestrutura da educação, há boa rede de ensino fundamental e médio nos municípios, contudo, existem problemas em relação ao ensino técnico e superior. As escolas de formação profissionais, ainda que dotadas de caráter informal, foram observadas apenas em Salinas, Vitória da Conquista, Taiobairas, Ilhéus e Itapetinga e Itabuna. Nos outros municípios, não há opções para formação técnica, incluindo sistemas estruturados de transporte e apoio aos eventuais alunos interessados. O ensino superior, de modo marcante, é ainda mais problemático. Há poucas instituições de ensino, e a demanda não pode ser completamente abarcada sequer na região. Apenas Itabuna, Ilhéus e Vitória da Conquista contam com centros de ensino superior representativos. Nos municípios mineiros, com exceção de Salinas, não há instituições nessa área. Nessa medida, supondo a continuidade do desenvolvimento macroeconômico dos municípios, estado e união, haverá entraves significativos, com grandes prejuízos aos habitantes da Área de Estudo (especialmente em Minas Gerais), com a pequena representatividade do ensino superior e técnico na região.

Nesse quadro, é preciso avaliar os níveis educacionais da população, como eminente síntese das condições econômicas locais associadas aos serviços oferecidos pelo equipamento educacional de cada município. As taxas de alfabetização, base para a emancipação do indivíduo, apresentam-se em constante elevação nos últimos períodos intercensitários. Contudo, ainda há gargalos no nível fundamental e na educação de adultos, pressionados pelas severas restrições das últimas décadas. Com efeito, o desenvolvimento da cadeia educacional mostra-se comprometido. Há, nesse ponto, um entrave. A população adulta não possui educação formal minimamente adequada, impactando negativamente no desenvolvimento local. Aos jovens, embora não se identifiquem grandes demandas reprimidas, a fixação dos jovens estudantes é fenômeno dificultado pelas condições econômicas gerais, além da falta de acompanhamento profissional. A média de anos de estudo atesta o abandono precoce do ensino. O acesso ao mercado de trabalho, geralmente impulsionado pela formação técnica, mostra-se especialmente custoso, dada a pequena base de serviços.

O incremento das atividades econômicas na região, previsto inclusive em planos de gestão governamental da Bahia e Minas Gerais, poderá sofrer entraves, pela falta de mão de obra local e dificuldade para a expansão na formação de jovens e adultos. Com isso, a tendência é a busca por mão de obra em outras localidades, pressionando negativamente os serviços locais, com perdas significativas aos moradores da Área de Estudo.

A superação desse cenário depende de investimentos na fixação de jovens nas escolas, e, também, do incentivo à alfabetização e qualificação dos adultos. Em relação ao ensino técnico e superior, como recurso imediato, seria necessário fornecer meios para o acesso aos serviços de ensino em outros municípios, provavelmente através de parcerias e acordos regionais. Há de se ressaltar que a vinculação do recebimento da Bolsa Família à matrícula das crianças em escolas mostrou resultados, mas a qualidade do ensino, atestada pela dificuldade na alfabetização de crianças entre cinco e nove anos de idade, ainda coloca-se como entrave.

Na Área de Estudo, apenas Vitória da Conquista, Ilhéus, Salinas e, especialmente, Itabuna, possuem um sistema de ensino sólido, como potencial para abarcar eventuais incrementos e novas demandas nos próximos anos.

8.2 Saúde

A estruturação do sistema de saúde no Brasil é um processo que vem demandando grande atenção da sociedade brasileira desde o início do século XX. Em 1949, durante o governo Vargas, ocorreu uma inovação quando foi criado o Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (Samdu). A importância histórica desse evento decorre de três características inovadoras da iniciativa: o atendimento médico domiciliar até então inexistente no setor público embora comum na prática privada; o financiamento consorciado entre todos os IAPs (Instituto de Aposentadoria e Pensão - os primeiros foram fundados na década de 20) e, principalmente, o atendimento universal ainda que limitado aos casos de urgência.

Em 1975, na Assembleia da Organização Mundial de Saúde (OMS) Halfdan Mahler, seu diretor geral, afirmou: “para vencer a dramática falta de médicos no mundo inteiro é indispensável aproveitar todo o pessoal disponível, as parteiras curiosas, o pessoal de nível elementar e até mesmo os curandeiros”. O pronunciamento da OMS vinha ao encontro do que na época, era consensual e corrente entre parte significativa de formadores de opinião nacional no setor saúde: a única possibilidade de levar a assistência médico-sanitária a todos os que dela carecem é através da utilização de técnicas simples e de baixo custo, aplicáveis sem dificuldade ou risco, por pessoal de nível elementar recrutado na própria comunidade e remunerado de acordo com os padrões locais.

Seguindo esse princípio, no dia 24/08/1976 foi aprovado pelo Decreto nº 76.307 o Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento (PIASS). O Programa reconhecia que a complexidade nosológica de uma comunidade aumenta na medida em que cresce o seu grau de desenvolvimento. Essa circunstância recomenda que os serviços de saúde sejam organizados de forma hierarquizada, descentralizando para as unidades mais simples localizadas na periferia as ações de saúde de maior frequência e de fácil aplicação, mas centralizando em locais estratégicos os recursos e serviços especializados ou de maior porte.

A Constituição Brasileira promulgada em 5 de outubro de 1988 instituiu o conceito de seguridade social: “um conjunto de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (CF, art.194). Este conceito impôs uma transformação radical no sistema de saúde brasileiro. Primeiro, reconhecendo a saúde como direito social; segundo, definindo um novo paradigma para a ação do Estado na área. No artigo 198 explicita-se: “as ações e serviços públicos de saúde serão organizados em uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema único de saúde, de acordo com as seguintes diretrizes: 1) o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízos dos serviços assistenciais; 2) a descentralização com direção única em cada esfera de governo; e 3) a participação comunitária.

No início dos anos 90, as regulações internas do SUS passaram a ser subordinadas por normas técnicas publicadas em Portarias Ministeriais. Essas são denominadas Normas Operacionais Básicas - NOBs e foram o referencial para a regulação da atuação do SUS fixando condições e ampla negociação das transferências de responsabilidades, atribuições e recursos.

As NOBs foram o principal instrumento legal para a descentralização das ações de saúde, particularmente, as de atenção básica. O mesmo, entretanto, não se podia dizer dos serviços de maior complexidade, que ficaram concentrados nos centros urbanos médios e grandes. Isto ensejou uma distorção sistêmica através da qual os municípios com capacidade para oferecer todos os serviços de saúde passaram a tentar impedir o acesso de pessoas de outros municípios a esses serviços. Sem outra saída, os municípios menores foram obrigados a tentar expandir tais serviços sem uma escala de demanda que justifique o seu investimento, gerando “deseconomia” na aplicação dos recursos por si só limitados.

Diante disso, era necessário pensar uma política de incentivos que concebesse o município, sua experiência e tradição na oferta de serviços de assistência à saúde de complexidade e alcance regional. Uma política que superasse o viés da atomização na municipalização dos recursos, ampliando a cobertura das ações e serviços mais além dos limites do município, com economia de despesas e ganho de qualidade para a saúde.

Com vistas a eliminar essas distorções, após um longo processo de análise e debate envolvendo os três níveis da administração pública (Federal, estadual e municipal) foi publicada em janeiro de 2001 a Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS-SUS 01/2001) com o objetivo central de “promover maior equidade na alocação de recursos e no acesso da população às ações e serviços de saúde em todos os níveis de atenção”. Para alcançá-lo instituiu a regionalização como macroestratégia fundamental naquele momento, a partir da articulação de três linhas de ação, destacando-se a divisão do território estadual em regiões/microrregiões de saúde, definidas segundo critérios sanitários, epidemiológicos, geográficos, sociais e oferta de serviços e de acessibilidade.

Portanto, esse é o arcabouço institucional que vigora atualmente no País e que determina a articulação existente entre os municípios da Área de Estudo. Nesta identifica-se quatro municípios que possuem melhores condições e efetivamente polarizam o atendimento à demanda por serviços hospitalares. Estes municípios são: Salinas, Vitória da Conquista, Itabuna e Ilhéus. Todos contam com uma rede hospitalar mais diversificada, capacidade e com um número de leitos bastante superior ao dos demais municípios. Taióbeiras, com uma rede pequena, mas diversificada, também ocupa lugar de destaque em nível local. Ressalta-se que em 13 municípios da Área de Estudo não há nenhum leito hospitalar sequer.

8.2.1 - Infraestrutura do sistema de saúde

O município de Vitória da Conquista apresenta o maior número de hospitais e leitos hospitalares dentre todos os da Área de Estudo. Na localidade, existem 8 hospitais e 853 leitos, sendo que 528 leitos são disponibilizados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em Ilhéus, a relação de leitos para cada grupo de 1.000 habitantes é bastante superior ao mínimo aceitável pela Organização Mundial de Saúde, que é de 3 leitos para cada 1.000 habitantes. No município existem 5,3 leitos para cada 1000 habitantes. Desses 5,2 são disponíveis ao sistema público de saúde (SUS). A localidade também possui seis hospitais gerais. Em Minas Gerais, apenas Grão Mogol, Águas Vermelhas e Salinas possuem hospitais e leitos.

O município de Itabuna aparece em segundo lugar quanto ao número de leitos e em primeiro na relação de leitos por habitante. Há de se ressaltar a discrepância entre o sistema de saúde dos municípios mineiros e baianos. Na Bahia, especialmente nos municípios de Vitória da Conquista, Itabuna e Ilhéus, há grande rede infraestrutural da saúde, ao contrário dos municípios mineiros.

Portanto, os municípios que apresentam as melhores condições de acesso aos serviços de saúde são baianos, em especial Itabuna, Vitória da Conquista e Ilhéus. Em Minas Gerais, apenas Salinas possui um número de leitos próximo ao ideal (2,8). Desses quatro, Vitória da Conquista é que tem a melhor relação de leitos por habitantes, lá existem 3,9 leitos para cada grupo de 1000 habitantes.

Os demais municípios da Área de Estudo possuem uma infraestrutura de saúde bem mais precária. Com exceção de Itapetinga e Grão Mogol, que possuem respectivamente 85 e 86 leitos e uma relação de leitos por cada grupo de 1.000 habitantes de 1,8 e 1,9, os demais possuem condições para realizar o atendimento ambulatorial, se tanto. Pois, em nove municípios da Área de Estudo não há nenhum leito hospitalar, (Padre Carvalho, Fruta de Leite, Novorizonte, Curral de Dentro, Berizal, Itaju do Colônia, Itapé, Ibicaraí, Itajuípe e Barro Preto).

O quadro a seguir demonstra a infraestrutura de atendimento à saúde nos municípios da Área de Estudo.

QUADRO 8.6- Condição de acesso à saúde na Área de Estudo

| Município | Central de Regulação de Serviços de Saúde | Centro de Atenção Psicossocial | Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde | Clinica Especializada/Ambulatório Especializado | Consultório Isolado | Hospital Geral | Policlínica | Posto de Saúde | Pronto Socorro Geral | Secretaria de Saúde | Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia | Unidade de Vigilância em Saúde | Total |
|----------------------|---|--------------------------------|---|---|---------------------|----------------|-------------|----------------|----------------------|---------------------|---|--------------------------------|-------|
| TOTAL | 5 | 14 | 178 | 289 | 386 | 26 | 28 | 63 | 3 | 22 | 90 | 5 | 1109 |
| Águas Vermelhas | 0 | 0 | 5 | 0 | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 11 |
| Berizal | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Curral de Dentro | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 5 |
| Fruta de Leite | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Grão Mogol | 0 | 1 | 4 | 1 | 0 | 1 | 0 | 3 | 0 | 1 | 0 | 0 | 11 |
| Novorizonte | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 4 |
| Padre Carvalho | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 4 |
| Salinas | 1 | 1 | 11 | 14 | 12 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5 | 1 | 48 |
| Taiobeiras | 0 | 1 | 10 | 3 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 3 | 0 | 24 |
| Barro Preto | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 1 | 0 | 0 | 6 |
| Cândido Sales | 1 | 1 | 7 | 1 | 1 | 1 | 0 | 4 | 0 | 0 | 2 | 1 | 19 |
| Encruzilhada | 0 | 1 | 9 | 0 | 3 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 16 |
| Ilhéus | 0 | 3 | 31 | 35 | 67 | 6 | 13 | 16 | 1 | 2 | 23 | 0 | 197 |
| Itabuna | 1 | 3 | 32 | 148 | 107 | 3 | 5 | 0 | 0 | 2 | 33 | 0 | 334 |
| Itaju do Colônia | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 4 |
| Itajuípe | 0 | 0 | 6 | 2 | 1 | 1 | 0 | 2 | 0 | 1 | 1 | 0 | 14 |
| Ibicaraí | 1 | 0 | 11 | 4 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 23 |
| Itambé | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 0 | 3 | 0 | 1 | 2 | 2 | 15 |
| Itapé | 0 | 0 | 6 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 9 |
| Ribeirão do Largo | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 6 |
| Vitória da Conquista | 1 | 2 | 36 | 84 | 188 | 8 | 8 | 26 | 1 | 2 | 20 | 0 | 376 |

Fonte: DATASUS2011

Dentre os municípios que possuem melhores condições de atendimento à demanda por serviços de saúde e, assim, polarizam esse atendimento no que tange aos municípios mais próximos, destacam-se Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna. Em Minas Gerais, Salinas, o município com a melhor rede de serviços, possui uma relação de leitos e população abaixo do esperado, equivalente a 2,8 para cada mil. De todo modo, nem todos os procedimentos são realizados no município.

Em 2011, os municípios de Vitória da Conquista, Itabuna e Ilhéus realizaram os seguintes atendimentos de alta complexidade: hemodinâmica, terapia renal substitutiva, radioterapia, quimioterapia, ressonância magnética, medicina nuclear, radiologia intervencionista, tomografia computadorizada, hemoterapia e acompanhamento de pacientes.



Foto 8.6- Hospital Municipal de Encruzilhada



Foto 8.7- Unidade do Programa Saúde da Família em Taiobeiras/MG



Foto 8.8- Hospital Geral de Vitória da Conquista

Em relação aos equipamentos de saúde, dos municípios mineiros Salinas apresenta a melhor infraestrutura. Já para os municípios baianos, há, novamente, boa estrutura apenas em Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna. Nesses municípios, é possível realizar a maior parte dos exames necessários ao suporte da saúde pública. Salinas, de modo inferior, também apresenta estrutura completa de serviços. Em Itapetinga, há aparelhos ativos de Raio-X e Ultrassom disponíveis, com boa rede odontológica. Há de se ressaltar que, em relação aos principais aparelhos médicos, nenhum outro município possui rede suficiente, prejudicando a realização de diagnósticos e prevenções nos municípios. Como aspecto positivo, todos os municípios possuem equipamentos de atendimento odontológico, ainda que, em maioria, vinculados a consultórios privados. Essa condição infraestrutural reafirma o carente cenário da saúde nos municípios de menor porte da Área de Estudo

QUADRO 8.7 - Recursos do sistema de saúde na Área de Estudo

| Municípios | Categoria | Existentes | Em uso | Disponível ao SUS | Equipe uso/ 100.000 hab | Equip SUS/100.000 hab |
|----------------|------------------------------------|------------|--------|-------------------|-------------------------|-----------------------|
| Tatobeiras* | Mamógrafo | 2 | 2 | 2 | 6,4 | 6,4 |
| | Raio X | 8 | 8 | 7 | 25,5 | 25,5 |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | 5 | 5 | 5 | 16,0 | 16,0 |
| | Equipamento. Odontológico Completo | 18 | 18 | 13 | 57,5 | 57,5 |
| Fruta de leite | Mamógrafo | - | - | - | - | - |
| | Raio X | - | - | - | - | - |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | - | - | - | - | - |
| | Equipamento. Odontológico Completo | 4 | 4 | 1 | 62,2 | 62,2 |
| Grão Mogol | Mamógrafo | - | - | - | - | - |
| | Raio X | 2 | 2 | 2 | 13,2 | 13,2 |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | 1 | 1 | 1 | 6,6 | 6,6 |
| | Equipamento. Odontológico Completo | 10 | 10 | 7 | 65,9 | 65,9 |
| Novorizonte | Mamógrafo | - | - | - | - | - |
| | Raio X | - | - | - | - | - |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | - | - | - | - | - |
| | Equipamento. Odontológico Completo | 2 | 2 | 2 | 38,9 | 38,9 |

Continuação

| Municípios | Categoria | Existentes | Em uso | Disponível ao SUS | Equipe uso/ 100.000 hab | Equip SUS/100.000 hab |
|-------------------|------------------------------------|------------|--------|-------------------|-------------------------|-----------------------|
| Padre Carvalho | Mamógrafo | - | - | - | - | - |
| | Raio X | - | - | - | - | - |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | - | - | - | - | - |
| | Equipamento. Odontológico Completo | 2 | 2 | 2 | 34,2 | 34,2 |
| Salinas | Mamógrafo | - | - | - | - | - |
| | Raio X | 18 | 18 | 2 | 46,4 | 46,4 |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | 10 | 10 | 3 | 25,8 | 25,8 |
| | Equipamento. Odontológico Completo | 26 | 26 | 7 | 67 | 67 |
| Curral de Dentro* | Mamógrafo | - | - | - | - | - |
| | Raio X | - | - | - | - | - |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | - | - | - | - | - |
| | Equipamento. Odontológico Completo | 3 | 3 | 3 | 40,7 | 40,7 |
| Berizal* | Mamógrafo | - | - | - | - | - |
| | Raio X | 1 | - | 1 | 21,4 | - |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | - | - | - | - | - |
| | Equipamento. Odontológico Completo | 1 | 1 | 1 | 21,4 | 21,4 |
| Águas Vermelhas* | Mamógrafo | - | - | - | - | - |
| | Raio X | 2 | 2 | 1 | 15,0 | 15,0 |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | 1 | 1 | 1 | 7,5 | 7,5 |
| | Equipamento. Odontológico Completo | 7 | 6 | 4 | 52,6 | 45,1 |
| Encruzilhada* | Mamógrafo | - | - | - | - | - |
| | Raio X | 3 | 3 | 1 | 14,5 | 14,5 |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | 1 | 1 | 1 | 4,8 | 4,8 |
| | Equipamento. Odontológico Completo | 3 | 3 | 3 | 14,5 | 14,5 |

Continuação

| Municípios | Categoria | Existentes | Em uso | Disponível ao SUS | Equipe uso/ 100.000 hab | Equip SUS/100.000 hab |
|-----------------------|------------------------------------|------------|--------|-------------------|-------------------------|-----------------------|
| Cândido Sales* | Mamógrafo | - | - | - | - | - |
| | Raio X | 4 | 4 | 3 | 14,7 | 14,7 |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | 1 | 1 | 1 | 3,7 | 3,7 |
| | Equipamento. Odontológico Completo | 8 | 8 | 6 | 29,4 | 29,4 |
| Vitória da Conquista* | Mamógrafo | 5 | 4 | 2 | 1,6 | 1,3 |
| | Raio X | 121 | 120 | 18 | 37,9 | 37,6 |
| | Tomógrafo Computadorizado | 5 | 5 | 3 | 1,6 | 1,6 |
| | Ressonância Magnética | 2 | 2 | 1 | 0,6 | 0,6 |
| | Ultrassom | 54 | 54 | 11 | 16,9 | 16,9 |
| | Equipamento. Odontológico Completo | 166 | 166 | 39 | 52,1 | 52,1 |
| Ribeirão do Largo* | Mamógrafo | - | - | - | - | - |
| | Raio X | - | - | - | - | - |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | 2 | 2 | 2 | 13,8 | 13,8 |
| | Equipamento. Odontológico Completo | 2 | 2 | 2 | 13,8 | 13,8 |
| Itambé* | Mamógrafo | - | - | - | - | - |
| | Raio X | 2 | 2 | 1 | 5,6 | 5,6 |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | 1 | 1 | 1 | 2,8 | 2,8 |
| | Equip. Odontológico Completo | 9 | 9 | 6 | 25,3 | 25,3 |
| Itapetinga* | Mamógrafo | 1 | - | - | 1,5 | - |
| | Raio X | 32 | 30 | 6 | 48,0 | 45,0 |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | 8 | 8 | 3 | 12,0 | 12,0 |
| | Equip. Odontológico Completo | 19 | 19 | 14 | 28,5 | 28,5 |
| Itaju do Colônia | Mamógrafo | - | - | - | - | - |
| | Raio X | 1 | 1 | 1 | 13,0 | 13,0 |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | - | - | - | - | - |
| | Equip. Odontológico Completo | 3 | 3 | 3 | 38,9 | 38,9 |

Continuação

| Municípios | Categoria | Existentes | Em uso | Disponível ao SUS | Equipe uso/ 100.000 hab | Equip SUS/100.000 hab |
|-------------|------------------------------|------------|--------|-------------------|-------------------------|-----------------------|
| Itapé | Mamógrafo | 1 | - | 1 | 9,4 | - |
| | Raio X | 8 | 8 | 8 | 75,2 | 75,2 |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | 2 | 1 | 2 | 18,8 | 9,4 |
| | Equip. Odontológico Completo | 6 | 5 | 6 | 56,4 | 47,0 |
| Ibicaraí | Mamógrafo | - | - | - | - | - |
| | Raio X | 4 | 4 | 1 | 16,3 | 16,3 |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Equip. Odontológico Completo | 13 | 13 | 11 | 52,9 | 52,9 |
| Itabuna | Mamógrafo | 9 | 8 | 7 | 4,2 | 3,7 |
| | Raio X | 131 | 124 | 27 | 61,3 | 58,0 |
| | Tomógrafo Computadorizado | 5 | 5 | 3 | 2,3 | 2,3 |
| | Ressonância Magnética | 2 | 2 | 1 | 0,9 | 0,9 |
| | Ultrassom | 30 | 30 | 17 | 14,0 | 14,0 |
| | Equip. Odontológico Completo | 156 | 150 | 29 | 73,0 | 70,2 |
| Itajuípe | Mamógrafo | 1 | 1 | 1 | 4,9 | 4,9 |
| | Raio X | 3 | 3 | 3 | 14,6 | 14,6 |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | - | - | - | - | - |
| | Equip. Odontológico Completo | 9 | 9 | 7 | 43,9 | 43,9 |
| Barro Preto | Mamógrafo | - | - | - | - | - |
| | Raio X | 2 | 2 | 2 | 31,2 | 31,2 |
| | Tomógrafo Computadorizado | - | - | - | - | - |
| | Ressonância Magnética | - | - | - | - | - |
| | Ultrassom | 1 | 1 | 1 | 15,6 | 15,6 |
| | Equip. Odontológico Completo | 3 | 3 | 4 | 46,8 | 46,8 |
| Ilhéus | Mamógrafo | 4 | 4 | 2 | 1,8 | 1,8 |
| | Raio X | 93 | 93 | 23 | 42,4 | 42,4 |
| | Tomógrafo Computadorizado | 2 | 2 | 1 | 0,9 | 0,9 |
| | Ressonância Magnética | 1 | 1 | 1 | 0,5 | 0,5 |
| | Ultrassom | 24 | 23 | 10 | 10,9 | 10,5 |
| | Equip. Odontológico Completo | 129 | 129 | 35 | 58,8 | 58,8 |

Fonte: DATASUS - Cadernos de Saúde dos Municípios 2010

8.2.2 - Morbidade hospitalar e Mortalidade

As principais causas de internação hospitalar (morbidade) na área de estudo do empreendimento são relacionadas à gravidez, parto e puerpério, que lidera as causas de internação em 10 municípios. Em segundo lugar aparecem as doenças do aparelho respiratório, que lidera em oito municípios e em terceiro lugar são as doenças do aparelho circulatório que lidera as causas por internação em três municípios.

As doenças infecciosas e parasitárias apresentam grande incidência como causadora de internações nos municípios de Águas Vermelhas e Ibicaraí, onde responde por, respectivamente, 13,6% e 25% das internações.

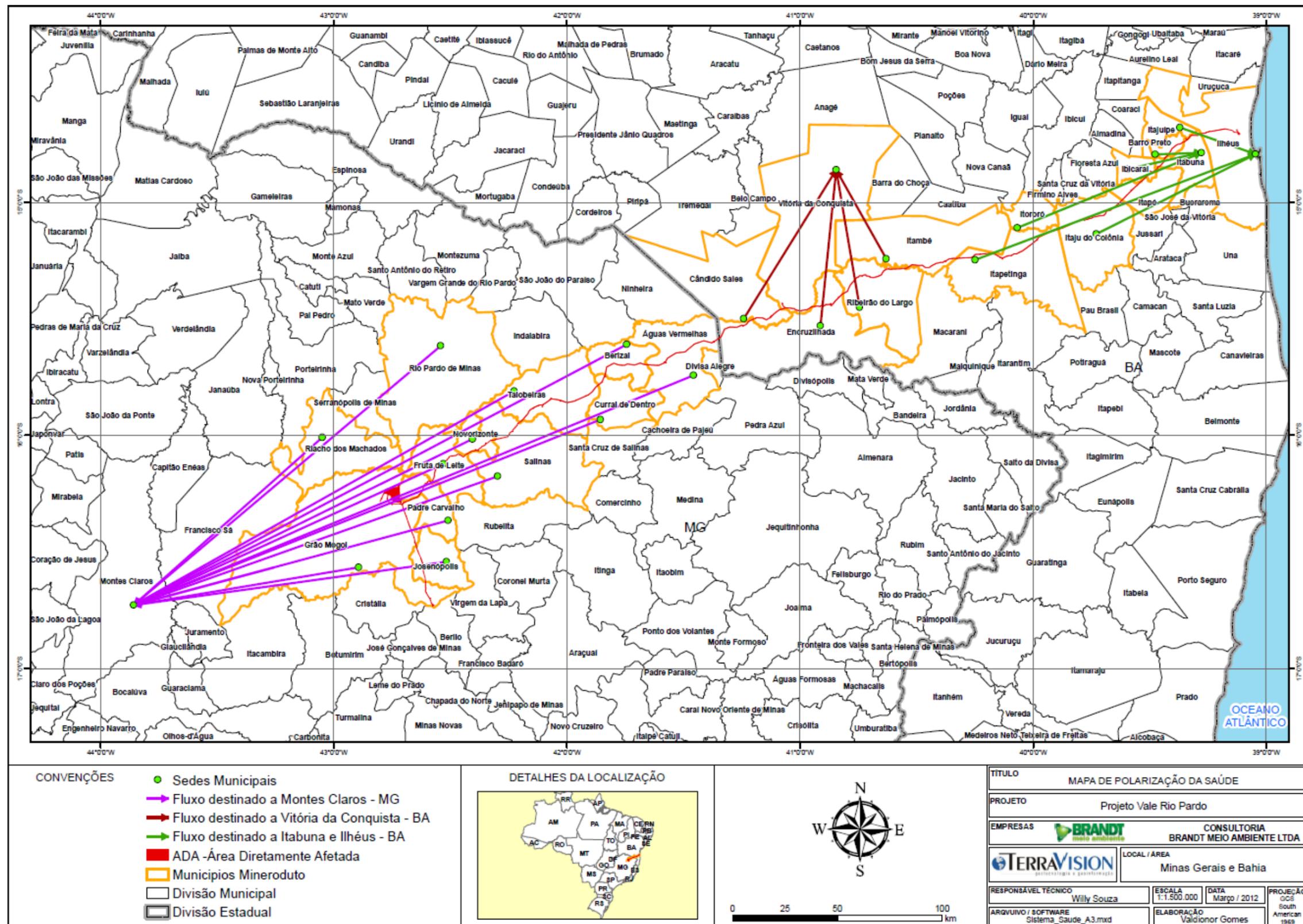
As causas externas de internação, tais como lesões e envenenamentos, são responsáveis por um alto nível de morbidade em Taióbeiras, onde responde por 11% das internações.

Merece salientar que as doenças infecciosas e parasitárias são decorrentes de fatores como baixa taxa de cobertura com saneamento básico, más condições de moradia e baixo nível educacional que reflete em uma maior ignorância de procedimentos básicos de higiene. E as internações por causas externas refletem, dentre outros fatores, um ambiente de maior violência (brigas, acidentes de trânsito, etc.) e/ou de maior precariedade nas condições de segurança do trabalho. Recentemente, Fruta de Leite presenciou um episódio epidêmico de doença de Chagas. Nesse caso, registrou-se uma condição infraestrutural (tipologia habitacional marcada pela modalidade construtiva em pau-a-pique), associada aos fatores supracitados como principal motriz da condição em questão. Recentemente, a Prefeitura Municipal de Fruta de Leite considerou a condição epidêmica controlada, coadunando as informações existentes no banco de dados do Ministério da Saúde. Contudo, a população local, como pode ser observado na pesquisa de percepção, ainda considera como grave o risco de chagas. É preciso, também, ressaltar a necessidade de tratamento dos indivíduos diagnosticados e, também, da relativa demora na descoberta da doença. Nesse sentido, há pressões locais ainda atuantes e, portanto, potencialmente impactantes sobre o sistema de saúde público local.

Também merece ressaltar que embora todos os municípios da Área de Estudo apresentem os dados relativos aos motivos que originam a morbidade hospitalar, nem todos possuem hospitais e/ou leitos. E o Sistema de Informações Hospitalares do SUS não registra nenhuma internação nos municípios de Itaju do Colônia, Itapé, Itajuípe e Barro Preto. Portanto, se pode inferir que as internações que foram registradas para a população desses municípios não ocorreram em seus respectivos territórios. O que significa dizer que esses municípios cederam pacientes para outros próximos, como aqueles avaliados como polarizadores dos serviços hospitalares na Área de Estudo, que são: Vitória da Conquista, Itabuna e Ilhéus. Semelhantemente, os índices de prevalência hospitalar, nesses municípios, podem ser sobrecarregados pelo deslocamento pendular das populações vizinhas em busca de tratamento médico.

Também é provável que parte da demanda por serviços hospitalares fosse atendida pelo sistema de saúde de municípios maiores situados no entorno da Área de Estudo, tal como Montes Claros, principal cidade do Norte de Minas Gerais, que naturalmente já absorve a demanda por serviços hospitalares de vários municípios mineiros e na Área de Estudo, atende aos municípios de Salinas, Grão Mogol, Padre Carvalho, Taiobeiras, Fruta de Leite e Novorizonte, além de Vitória da Conquista, que tende a ser um ponto de apoio para o atendimento da demanda por serviços hospitalares de Águas Vermelhas, Curral de Dentro, Candido Sales, Encruzilhada, Ribeirão do Largo e Itambé. Os demais municípios são polarizados por Itabuna e Ilhéus.

FIGURA 8.1 - Mapa de polarização do sistema de saúde na Área de Estudo



QUADRO 8.8 - Principais causas de morbidade hospitalar

| Município | Doenças Infecciosas e parasitárias | Neoplasias | Doenças do Sangue | Doenças Endócrinas | Transtornos Mentais | Doenças do Sistema Nervoso | Doença dos Ouvidos | Doenças do Aparelho Circulatório | Doenças do Aparelho Respiratório | Doenças do Aparelho Digestivo | Doenças Dermatológicas | Doenças Osteomoleculares | Doenças do Aparelho Genituitário | Gravidez, parto e puerpério | Infecções perinatais | Má formação congênita | Outros | Lesões, envenenamentos e externos | Total |
|----------------------|------------------------------------|------------|-------------------|--------------------|---------------------|----------------------------|--------------------|----------------------------------|----------------------------------|-------------------------------|------------------------|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|-----------|-----------------------------------|-------------|
| TOTAL | 128 | 65 | 10 | 51 | 1 | 22 | 1 | 199 | 461 | 203 | 36 | 31 | 138 | 541 | 57 | 11 | 16 | 135 | 2106 |
| Águas Vermelhas | 17 | 1 | 1 | 9 | 0 | 2 | | 6 | 8 | 7 | 0 | 0 | 3 | 17 | 1 | 0 | 1 | 0 | 73 |
| Berizal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 4 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 | 12 | 2 | 0 | 0 | 3 | 25 |
| Curral de Dentro | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | | 6 | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 2 | 18 |
| Fruta de Leite | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 5 | 8 |
| Grão Mogol | 8 | 2 | 0 | 2 | 1 | 2 | | 16 | 6 | 7 | 1 | 2 | 4 | 26 | 6 | 1 | 1 | 12 | 97 |
| Novorizonte | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 5 |
| Padre Carvalho | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7 |
| Salinas | 1 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 12 | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 7 | 2 | 0 | 1 | 8 | 45 |
| Taiobeiras | 10 | 6 | 3 | 7 | 0 | 5 | | 29 | 15 | 13 | 3 | 5 | 18 | 24 | 6 | 1 | 3 | 22 | 170 |
| Cândido Sales | 1 | 1 | 0 | 1 | | 1 | 0 | 5 | 3 | 8 | 1 | 1 | 2 | 14 | 1 | 0 | 1 | 5 | 45 |
| Barro Preto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| Encruzilhada | 0 | 0 | 0 | 0 | | 0 | 0 | 2 | 2 | 3 | 1 | 0 | 2 | 10 | 1 | 0 | 1 | 3 | 25 |
| Ibicaraí | 7 | 0 | 1 | 3 | | 0 | 0 | 3 | 8 | 2 | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 28 |
| Itaju do Colônia | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Itapé | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Itajuípe | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ilhéus | 0 | 0 | 0 | 1 | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Itabuna | 0 | 0 | 0 | 0 | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 4 |
| Itambé | 1 | 5 | 0 | 1 | | 0 | 0 | 1 | 3 | 13 | 0 | 0 | 4 | 14 | 0 | 1 | 0 | 0 | 43 |
| Itapetinga | 0 | 0 | 0 | 1 | | 0 | 0 | 3 | 1 | 1 | 0 | 0 | 3 | 4 | 0 | 0 | 1 | 1 | 15 |
| Ribeirão do Largo | 0 | 1 | 0 | 0 | | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 9 | 1 | 0 | 0 | 0 | 14 |
| Vitória da Conquista | 82 | 38 | 5 | 25 | | 11 | 1 | 108 | 410 | 144 | 26 | 21 | 94 | 399 | 36 | 6 | 7 | 70 | 1483 |

Fonte: DATASUS 2011

A principal causa de mortalidade nos municípios da área de estudo são as doenças do aparelho circulatório, que lidera em todos os municípios. Os óbitos gerados por causas externas (agressões, afogamentos e acidentes em geral) apresentam uma incidência significativa nos municípios de Vitória da Conquista, Itabuna e Ilhéus. Nestes municípios os óbitos ocasionados por causas externas representam de 17% à 30%. Como destaque positivo, nota-se a baixa taxa de mortalidade envolvendo as complicações da gravidez, parto e puerpério, demonstrando sucesso dos programas voltados às grávidas e aos recém-nascidos.

O Quadro 8.10 a seguir demonstra as principais causas de mortalidade (selecionadas) nos municípios avaliados.

QUADRO 8.9 - Principais causas de mortalidade

| Município | Doenças Infecciosas e parasitárias | Neoplasias | Doenças do Sangue | Doenças Endócrinas | Transtornos Mentais | Doenças do Sistema Nervoso | Doença dos Olhos | Doenças do Ouvido | Doenças do Aparelho Circulatório | Doenças do aparelho respiratório | Doenças do Aparelho Digestivo | Doenças da Pele | Doenças do Sistema Osteomolecular | Doenças do Aparelho Geniturinário | Complicações da Gravidez, parto e puerpério | Infecções do período pós-natal | Mal formação congênita | Sintomas sinais anormais | Lesões envenenamentos | Causas externas | Total |
|----------------------|------------------------------------|------------|-------------------|--------------------|---------------------|----------------------------|------------------|-------------------|----------------------------------|----------------------------------|-------------------------------|-----------------|-----------------------------------|-----------------------------------|---|--------------------------------|------------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| TOTAL | 306 | 712 | 41 | 417 | 51 | 76 | 0 | 2 | 1.543 | 442 | 269 | 13 | 19 | 97 | 6 | 243 | 63 | 875 | 0 | 1.061 | 6.236 |
| Águas Vermelhas | 2 | 1 | 1 | 3 | - | 2 | - | - | 7 | - | 1 | - | - | 1 | - | 1 | - | 21 | - | 1 | 41 |
| Berizal | - | - | - | - | 2 | - | - | - | 6 | - | 2 | - | - | 2 | - | - | - | 4 | - | 1 | 17 |
| Curral de Dentro | - | 7 | - | - | 1 | - | - | - | 8 | 3 | - | - | - | 1 | - | 1 | 1 | 12 | - | 3 | 37 |
| Fruta de Leite | 7 | 1 | - | - | - | 1 | - | - | 6 | 3 | 1 | - | - | - | - | - | - | 11 | - | 7 | 37 |
| Grão Mogol | 13 | 7 | - | 1 | 3 | - | - | - | 19 | 5 | 2 | - | 1 | - | - | 1 | 1 | 22 | - | 13 | 88 |
| Novorizonte | 1 | 3 | - | 1 | 2 | - | - | - | 5 | 5 | 1 | - | - | - | - | - | - | 11 | - | 4 | 33 |
| Padre Carvalho | 5 | 3 | - | - | - | - | - | - | 7 | 1 | - | - | - | - | - | 2 | - | 8 | - | 3 | 29 |
| Salinas | 13 | 28 | 2 | 13 | 2 | 6 | - | 1 | 48 | 18 | 9 | - | - | 8 | - | 4 | - | 55 | - | 28 | 235 |
| Taiobeiras | 6 | 23 | 2 | 6 | 2 | 1 | - | - | 31 | 10 | 12 | 1 | - | 2 | - | 6 | - | 48 | - | 22 | 172 |
| Cândido Sales | 6 | 11 | - | 10 | 1 | 1 | - | - | 43 | 9 | 10 | - | - | 2 | - | 4 | 2 | 27 | - | 20 | 146 |
| Barro Preto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Encruzilhada | 7 | 4 | 1 | 5 | - | - | - | - | 25 | 5 | 5 | - | 1 | 1 | 2 | 7 | 1 | 47 | - | 12 | 123 |
| Ibicaraí | 8 | 17 | 4 | 18 | 1 | - | - | - | 83 | 21 | 8 | - | 1 | 1 | - | 7 | - | 21 | - | 38 | 228 |
| Ilhéus | 49 | 153 | 3 | 102 | 7 | 19 | - | - | 327 | 81 | 37 | 3 | 8 | 25 | 3 | 41 | 16 | 88 | - | 223 | 1.185 |
| Itabuna | 86 | 195 | 11 | 110 | 10 | 15 | - | 1 | 390 | 131 | 60 | 4 | 2 | 18 | - | 78 | 14 | 108 | - | 289 | 1.522 |
| Itaju do Colônia | 3 | 3 | 1 | 3 | - | 1 | - | - | 7 | - | - | - | - | 1 | - | - | 1 | 4 | - | 2 | 26 |
| Itapetinga | 6 | 9 | - | 10 | - | - | - | - | 27 | 11 | 12 | 1 | 1 | 1 | - | 5 | - | 49 | - | 13 | 145 |
| Itapé | 16,1 | 3,6 | 1 | 0,8 | 5,2 | 0,6 | | | 5,5 | 7,8 | 7,5 | 1,7 | 0,2 | 3,4 | 36,5 | 2,9 | 0,4 | 0,2 | 6,3 | | 99,7 |
| Itajuípe | 9 | 12 | 1 | 29 | 2 | 4 | - | - | 51 | 10 | 10 | 2 | - | 2 | - | 3 | 1 | 11 | - | 26 | 173 |
| Itambé | 6 | 9 | - | 10 | - | - | - | - | 27 | 11 | 12 | 1 | 1 | 1 | - | 5 | - | 49 | - | 13 | 145 |
| Ribeirão do Largo | - | 4 | - | 2 | 1 | - | - | - | 10 | - | - | - | - | 1 | - | 4 | - | 6 | - | 10 | 38 |
| Vitória da Conquista | 79 | 222 | 15 | 94 | 17 | 26 | - | - | 416 | 118 | 87 | 1 | 4 | 30 | 1 | 74 | 26 | 273 | - | 333 | 1.816 |

Fonte: DATASUS 2011

8.2.3 - Mortalidade Infantil e Prevalência de desnutrição infantil

De modo geral, com exceção dos municípios de Grão Mogol, Salinas, Vitória da Conquista, Itabuna e Ilhéus, há destaque negativo para as taxas de mortalidade infantil em todos os demais municípios da Área de Estudo. Todos esses possuem taxas de mortalidade infantil superior à 20 óbitos por mil nascidos vivos.

Os municípios que se destacam positivamente com baixas taxas de mortalidade infantil, citados anteriormente, experimentaram incrementos na redução desse fenômeno deletério nos últimos anos. Contudo, com exceção de Ibicaraí, Itaju do Colônia e Encruzilhada, essa redução também foi significativa nos demais municípios. Há, portanto, duas vertentes analíticas. Primeiramente, a mortalidade infantil configura-se como um grande problema para os municípios da Área de Estudo, refletindo falta de assistência médica na gravidez e problemas infraestruturais nos municípios. De modo oposto, a redução das taxas ao longo dos últimos anos na Área de Estudo representa um grande ganho social, com repercussões positivas em uma projeção futura.

Quanto à taxa percentual de desnutrição infantil destacam-se positivamente, novamente, os municípios de Vitória da Conquista, Itabuna e Ilhéus.. Em todos esses a desnutrição infantil é menor do que 2%. Dentre os municípios da Área de Estudo, destacam-se negativamente apresentando elevadas taxas percentuais de desnutrição infantil, os municípios de: Fruta de Leite, Novorizonte, Curral de Dentro, Encruzilhada, Cândido Sales, Ribeirão do Largo, Itapé, Ibicaraí e Itaju do Colônia. Nessas a desnutrição infantil varia de 2,9% à 6,0% das crianças com até 2 anos de idade. Nota-se que as altas taxas de desnutrição infantil possuem correlação direta com a mortalidade, inserido questões econômicas ao panorama da saúde pública. De modo fundamental, as carências econômicas refletem-se nessa população especialmente sensível.,

O quadro a seguir demonstra os indicadores que refletem as condições de saúde e atenção às crianças nos municípios da área de estudo.

QUADRO 8.10 - Situação da saúde da infância nos municípios da Área de Estudo.

| Municípios | Indicadores de saúde infantil | |
|-------------------------------|--|--|
| | Mortalidade Infantil (por 1000 nascidos vivos) | Taxa percentual de Desnutrição infantil (menores de 2 anos, por 100) |
| Estado de Minas Gerais | 16,3 | 2,9 |
| Águas Vermelhas | 27,4 | 4,7 |
| Berizal | 29,2 | 3,2 |
| Curral de Dentro | 34,1 | 2,3 |
| Fruta de Leite | 34,2 | 5,5 |
| Grão Mogol | 17,9 | 1,9 |
| Novorizonte | 21,4 | 3,6 |
| Padre Carvalho | 23,3 | 2,4 |

Continuação

| Municípios | Indicadores de saúde infantil | |
|------------------------|--|--|
| | Mortalidade Infantil (por 1000 nascidos vivos) | Taxa percentual de Desnutrição infantil (menores de 2 anos, por 100) |
| Salinas | 9,8 | 1,0 |
| Taiobeiras | 11,5 | 2,0 |
| Estado da Bahia | 22,4 | 3,1 |
| Cândido Sales | 26,3 | 4,9 |
| Barro Preto | 58,8 | 4,1 |
| Encruzilhada | 47,8 | 4,1 |
| Ibicaraí | 21,8 | 3,4 |
| Ilhéus | 11,8 | 1,1 |
| Itabuna | 9,3 | 5,4 |
| Itaju do Colônia | 18,3 | 0,3 |
| Itapetinga | 25,6 | 2,0 |
| Itajuípe | 23,5 | 1,6 |
| Itambé | 20,6 | 2,5 |
| Itapé | 29,4 | 1 |
| Ribeirão do Largo | 37,3 | 4,1 |
| Vitória da Conquista | 13,3 | 1,2 |

Fonte: SIM/SINASC/SIAB

8.2.4 - Índice Mineiro de Responsabilidade Social e Índice FIRJAN - dimensão saúde

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social foi criado pela Fundação João Pinheiro visando oferecer informações socioeconômicas consolidadas e atualizadas periodicamente aos órgãos públicos, aos formuladores de políticas públicas e aos pesquisadores em geral.

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social aborda 9 dimensões temáticas: saúde, educação, habitação e meio ambiente, segurança pública, renda e emprego, gestão fiscal, cultura, desporto e lazer, demografia. Para obter os índices que representam as dimensões abordadas foram utilizados mais de 40 indicadores.

A Fundação João Pinheiro não estipulou uma faixa de valores que determinasse se o índice apontado é bom, médio ou ruim. Mas os valores variam em uma escala de 0 a 1 e quanto mais próximo do 1 melhor é a situação da dimensão abordada.

No sentido de preencher essa lacuna da análise, o presente estudo adota as mesmas faixas que determinam a qualidade do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH; ou seja, os valores obtidos entre 0 e 0,499 representam baixo IMRS, valores entre 0,500 a 0,799 correspondem à um IMRS de média qualidade e valores iguais e/ou superiores à 0,800 correspondem a alto IMRS.

Os indicadores selecionados pelo IMRS para a dimensão saúde foram organizados em três áreas temáticas: estado de saúde; acesso e utilização dos serviços de saúde (subdividida em atenção primária e atendimento médico-hospitalar); e gestão.

Portanto, o Índice Mineiro de Responsabilidade Social, apesar de ser de suma importância para a definição das políticas públicas dos municípios mineiros e do Estado de Minas Gerais, segundo as áreas temáticas, apresenta um limitador para o presente estudo, pois a Área de Estudo do projeto abrange também municípios dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. E estes não são contemplados pelo IMRS.

Para suprir esta lacuna se adotará o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM, o qual foi desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e apresenta a vantagem de ter uma abrangência nacional e de ser atualizado anualmente.

O IFDM considera, com igual ponderação, as três principais áreas do desenvolvimento humano, a saber: Emprego e Renda, Educação e Saúde. A leitura dos resultados - por áreas de desenvolvimento ou do índice final - é bastante simples, variando entre 0 e 1, sendo quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento da localidade. Para facilitar a análise, foram criadas as seguintes classificações: municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados de baixo estágio de desenvolvimento; entre 0,4 e 0,6 de desenvolvimento regular; entre 0,6 e 0,8 de desenvolvimento moderado; e entre 0,8 e 1,0 de alto desenvolvimento.

Analisando, primeiro, os municípios segundo o IMRS, nota-se que os municípios que foram melhores avaliados e são classificados como de alto nível de desenvolvimento na área de saúde Salinas e Taiobéiras. Desses, o único que se enquadra como um município polarizador dos serviços de saúde e que, portanto, tem condições de realizar os atendimentos de alta complexidade é Salinas. Os demais obtiveram uma avaliação relativamente baixa em virtude, especialmente, da falta de serviços e infraestrutura de políticas públicas na área de atenção básica e de gestão do sistema de saúde, haja visto que são municípios de pequeno porte demográfico e econômico e na maior parte dos casos destituídos de rede hospitalar ou com rede hospitalar com padrão de atendimento mais simples.

O Índice Firjan avalia o grau de desenvolvimento da área de saúde através de variáveis reconhecidamente de controle local de atenção básica, que são: Atendimento pré natal, óbitos mal definidos e óbitos infantis por causas evitáveis. Os dados são oriundos dos bancos de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e sobre nascidos vivos (SINASC). Esta metodologia vai ao encontro da política nacional de saúde, a qual se constitui da definição de municípios pólos, uma vez que seria inviável dotar todos os 5.564 municípios brasileiros com hospitais adequados para o atendimento de todas as especialidades médicas.

Segundo o Índice Firjan, apenas Vitória da Conquista e Itabuna apresentam alto nível de desenvolvimento no que tange à dimensão Saúde. Esses se destacam por possuírem, além de bons indicadores na área de atenção básica resultando numa boa avaliação por parte do IFDM, também possuem uma rede hospitalar com atendimento de alta complexidade.

Os demais municípios possuem um padrão moderado ou baixo de desenvolvimento na área de saúde. Esses dados corroboram os problemas identificados ao longo do diagnóstico, os quais residem, significativamente, em Fruta de Leite, Novorizonte, Águas Vermelhas, Itaju do Colônia, Ribeirão do Largo e Barro Preto

O Quadro 8.11 a seguir demonstra o Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS e o Índice FIRJAN para os municípios ora analisados.

QUADRO 8.11 - Índice Mineiro de Responsabilidade Social e Índice FIRJAN

| Municípios | Índice Mineiro de Responsabilidade Social e Índice FIRJAN - Dimensão Saúde | |
|----------------------|--|-----------------------------------|
| | Índice Mineiro de Responsabilidade Social - Dimensão Saúde (2008) | Índice FIRJAN Dimensão Saúde-2009 |
| Águas Vermelhas | 0,667 | 0,6453 |
| Berizal | 0,566 | 0,7025 |
| Curral de Dentro | 0,710 | 0,7148 |
| Fruta de Leite | 0,721 | 0,7231 |
| Grão Mogol | 0,746 | 0,7595 |
| Novorizonte | 0,740 | 0,7406 |
| Padre Carvalho | 0,664 | 0,6985 |
| Salinas | 0,739 | 0,7071 |
| Taiobeiras | 0,752 | 0,7556 |
| Cândido Sales | - | 0,6208 |
| Barro Preto | - | 0,6105 |
| Encruzilhada | - | 0,5707 |
| Ibicaraí | - | 0,6375 |
| Ilhéus | - | 0,6440 |
| Itapé | - | 0,6693 |
| Itabuna | - | 0,6617 |
| Itaju do Colônia | -- | 0,6434 |
| Itapetinga | - | 0,7397 |
| Itajuípe | - | 0,6243 |
| Itambé | - | 0,5694 |
| Ribeirão do Largo | - | 0,6374 |
| Vitória da Conquista | - | 0,7227 |

Fonte: Fundação João Pinheiro; 2009 / Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro: Índice FIRJAN - 2008.

9 - ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Conforme ratificado pelas alterações do Termo de Referência, propostas pela consultoria ambiental e aprovadas pelo IBAMA, a organização social nos municípios do mineroduto será abordada através da Pesquisa de Percepção Qualitativa, com enfoque nas lideranças e instituições atuantes nas comunidades próximas ao traçado do possível projeto. Nessa medida, a atuação dessas entidades poderá ser observada no capítulo 11 desse diagnóstico.

Nessa pesquisa, abordaram-se os principais vetores de ação e atuação dessas organizações, com enfoque nas tensões, conflitos e demandas, emanados dos agentes coletivos, contudo, como reflexos de expectativas individuais. Desse modo, além de identificar os agentes envolvidos diretamente com a possível instalação e operação do mineroduto, a pesquisa voltou-se para a constituição de um panorama analítica, antevendo possíveis focos de tensão.

Ressalta-se que a maior parte das associações destina-se ao desenvolvimento de ações em prol dos bairros e comunidades. Há, também, associações trabalhistas em quase todos os municípios, especialmente sindicatos de trabalhadores rurais. Assim, preliminarmente, entende-se que a manutenção dos padrões de trabalho, especialmente no meio rural, e a qualidade de vida nas comunidades, com destaque para aquelas situadas nas imediações do possível duto, serão fundamentais para prevenção de tensões sociais.

Há de se ressaltar, contudo, a presença de organizações não governamentais de cunho ambiental nos municípios de Grão Mogol, Salinas, Vitória da Conquista, Itabuna e, especialmente, Ilhéus. Nesse último município, o recente processo de licenciamento ambiental de dois grandes projetos de engenharia (Porto Sul e Ferrovia Oeste-Leste), vem atraindo a atenção de inúmeros agentes, com grande capacidade de penetração social e participação pública. Esse cenário, embora contraste com o apoio condicional ao empreendimento, manifesto por diversos agentes conforme pesquisa de percepção, é potencialmente conflitivo. As associações ambientais de Ilhéus e Itabuna são experimentadas nesse tema, e, certamente, possuem grande capacidade de organização. A oposição ao empreendimento, derivada de eventuais dissonâncias entre pontos de vistas particulares, tende a acirrar tensões e pressionar, negativamente, a qualidade de vida dos indivíduos.

De modo particular, destaca-se o Conselho Quilombola de Vitória da Conquista. A entidade, com grande capacidade de articulação junto aos diversos grupos quilombolas regionais, tem se posicionado de modo contrário a boa parte dos empreendimentos na região, iniciando um processo de polarização, de sobremodo ativo sobre as populações tradicionais. Como o empreendimento cruzará o território de Vitória da Conquista, e dadas as peculiaridades desse tema, julgamos necessário abordar detalhadamente a natureza dessa associação.

O Conselho Quilombola de Vitória da Conquista é uma entidade civil sem fins lucrativos que congrega representantes de quarenta e quatro potenciais comunidades remanescentes de quilombo. A associação fora fundada em 2004, a partir da luta pelo reconhecimento das comunidades de Velame e Boqueirão (as primeiras comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas no município). Entretanto, somente em 2009, foi possível estabelecer uma sede definitiva, situada na Avenida Laudicéia de Gusmão, 728, Bairro Guarani, em Vitória da Conquista. A liderança é exercida por um conselho diretor, representado por Viviane Salles Oliveira. Atualmente, a entidade conta com respaldo técnico público, oferecido pela Secretaria Municipal de Igualdade Racial de Vitória da Conquista. Um dos diretores da secretaria, Flávio José dos Passos, também participa do Conselho, sendo, assim, intermédio entre sociedade civil e estado.

O principal objetivo do Conselho é promover a integração política das comunidades quilombolas da região de Vitória da Conquista, buscando incentivos públicos que garantam aportes na qualidade de vida dos quilombados. Secundariamente, o Conselho também trabalha para viabilizar o reconhecimento de comunidades ainda não institucionalizadas.

A coesão social criada pelo Conselho envolve todas as comunidades filiadas e, com isso, evidenciam-se situações potencialmente conflitivas, no caso de instalação de quaisquer empreendimentos na região. Possíveis impactos sofridos pelas comunidades do vale do Rio Pardo serão motivo para exacerbação de preferências intensas. Um dos elementos que levou a criação do Conselho foram conflitos de terra entre fazendeiros e comunidades quilombolas no norte do município. A monocultura do eucalipto é um dos principais focos de tensão na região norte de Vitória da Conquista, unindo todas as comunidades em prol daquelas afetadas.



Foto 9.1 - Nova sede do Conselho das Comunidades Quilombolas de Vitória da Conquista.

Desta feita, a diretoria do Conselho goza de grande prestígio em todas as comunidades associadas.

Com efeito, entende-se que, de acordo com o engendramento das forças sociais atuantes na região do mineroduto, a questão ambiental e étnica é um tema relevante para as comunidades locais, especialmente na Bahia, constituindo-se como uma das principais esferas de associativismo. Em relação aos movimentos comunitários, aborda-se, no capítulo 11 desse Diagnóstico, as principais tendências identificadas.

10 - COMUNIDADES POTENCIALMENTE TRADICIONAIS

O Diagnóstico de Comunidades Potencialmente Tradicionais encontra-se no anexo 2 do presente módulo.

11 - PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO

A percepção da população é um aspecto central da abordagem ambiental, especialmente quando da valoração de impactos ambientais de um empreendimento. No caso do mineroduto da SUL AMERICANA DE METAIS, buscou-se, a partir de alinhamento prévio com o IBAMA, o estabelecimento de uma metodologia eficaz, capaz de indicar e analisar os principais vetores de reciprocidade e rivalidade, além dos indicadores de associativismo e qualidade de vida das comunidades espacialmente relacionadas ao possível mineroduto.

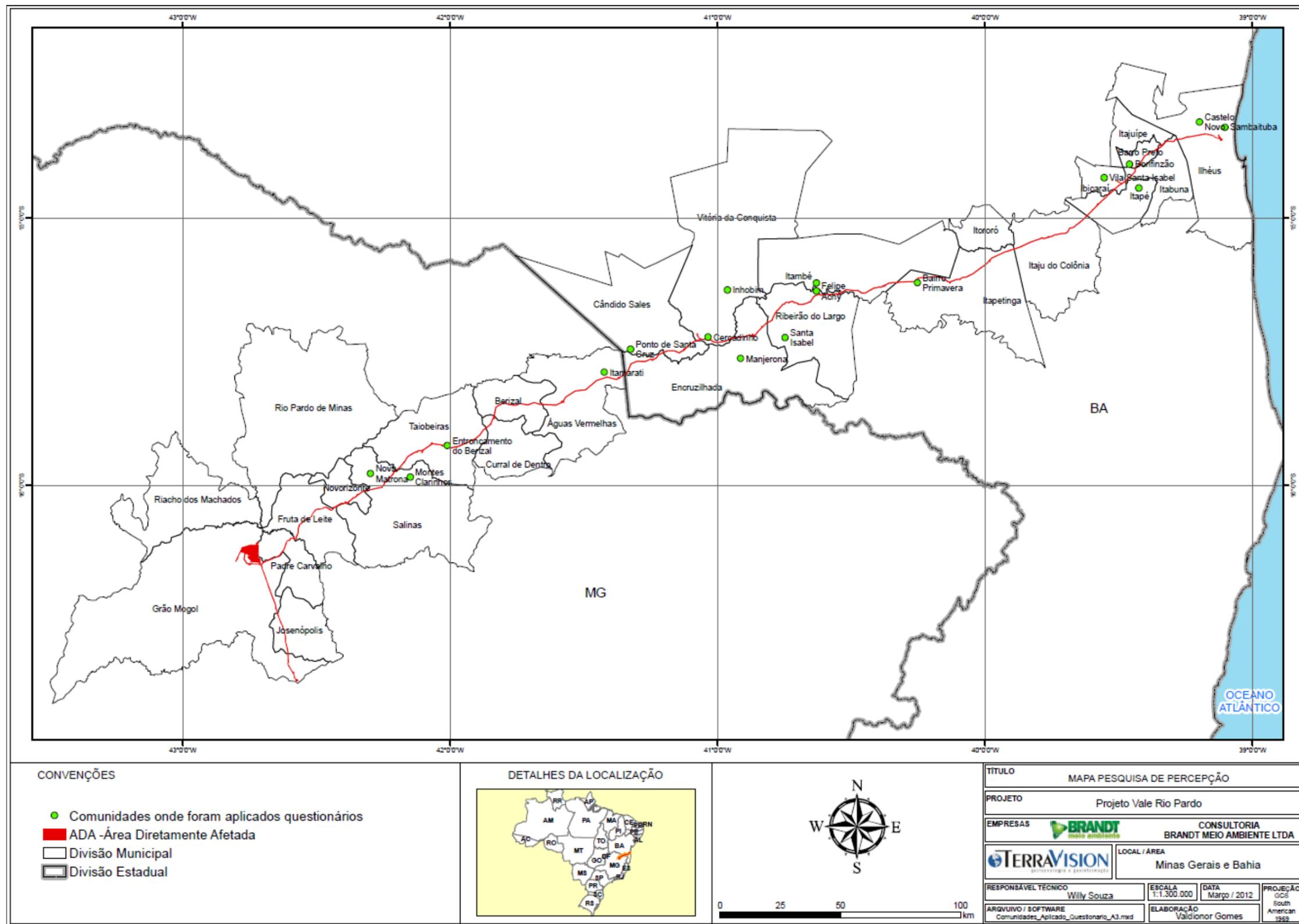
Nessa medida, buscou-se entrevistar lideranças das comunidades situadas nas imediações do eixo do mineroduto ou agentes de outras comunidades dotadas de interesses espaciais, econômicos, sociais e culturais nas imediações da área de pretensa instalação do projeto.

Essa metodologia, eminentemente qualitativa, busca compreender os vetores de conformação do fenômeno social local, as relações intercomunitárias e os motivadores da aprovação ou recusa ao empreendimento. Semelhantemente, conforme abordado no capítulo 09 desse Diagnóstico, a identificação de associações e representantes destina-se ao estabelecimento de uma análise da organização social na região de influência do mineroduto.

Para coleta dos dados, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa amostral, utilizando-se entrevistas em profundidade com lideranças indicadas pela população local, em cada comunidade pesquisada. Esse método permite a apreensão de um grande volume de informações, com destaque para os aspectos subjetivos e formadores da opinião de agentes representantes das comunidades inscritas na área de estudo. Há, portanto, o cruzamento de duas esferas analíticas. De certo modo, abordam-se os padrões de vida das comunidades a partir do prisma institucional e participativo, com distribuição e representatividade espacial ao longo da Área de Estudo. A análise foi realizada em função de cada contexto municipal estudado.

Com efeito, segue mapa indicativo dos locais de realização das entrevistas.

FIGURA 11.1 - Local de realização das entrevistas



11.1 - Águas Vermelhas

O distrito de Itamarati, pertencente ao município de Águas Vermelha, é a comunidade mais próxima à linha do mineroduto do Projeto Vale do Rio Pardo. Deste modo, foi selecionado em Itamarati um líder comunitário para responder às indagações levantadas pela equipe de pesquisa. Em Itamarati, a líder Valda da Silva apontada pelos moradores como líder comunitária informal pela sua atuação na vizinhança e na Igreja Católica da localidade.

A primeira indagação direcionada às lideranças comunitárias diz respeito à avaliação da qualidade de vida local. No caso de Itamarati, a liderança entrevistada apontou que a localidade é um bom lugar para se viver e criar a família, apesar de ser um distrito com infraestrutura de saúde, transporte, educação e lazer razoável. A entrevistada a fim de ilustrar a afirmação acima citou que, no distrito, existe apenas um posto de saúde para atender a demanda local, sendo, portanto, grande parte dos casos encaminhados para o Hospital Municipal de Águas Vermelhas e outros estabelecimentos de saúde da região - Pedra Azul e Vitória da Conquista. A entrevistada destacou que algumas medidas têm sido adotadas pela Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas para melhorias na infraestrutura do distrito, tais como reforma da praça e pavimentação das ruas. Ainda a respeito da qualidade de vida no distrito, a entrevistada afirmou que não existem casas de conflitos entre os moradores e nem ocorrências expressivas de criminalidade e consumo de drogas. As principais representações da vida comunitária são a Associação de Moradores e a Igreja Católica, de acordo com a entrevistada.

O grande desafio vivido pela comunidade hoje, segundo a senhora Valda da Silva, diz respeito à poluição do Rio Pardo. Dada a relação de dependência da população do distrito com o Rio Pardo, inúmeros moradores de Itamarati já recorrem à administração pública municipal para que sejam tomadas medidas para a melhoria dos índices de poluição deste. Segundo a entrevistada, a Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas alega não possuir os equipamentos necessários para a despoluição do Rio Pardo. A solução para a despoluição do Rio para a entrevistada passaria pela a construção de um departamento municipal específico para lidar com as questões relativas ao Rio Pardo.

As opções de lazer também fazem parte do desafio cotidiano dos moradores de Itamarati e, conseqüentemente, de Águas Vermelhas. Segundo a liderança comunitária, a falta de opções de lazer é um problema, principalmente, para os indivíduos jovens do município, uma vez que elas se restringem à uma casa de shows (popularmente conhecida como “boite ou boate”) e uma barragem da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) utilizada para a distribuição de água no município.

Existe apenas uma instituição de ensino formal no distrito de Itamarati, sendo responsável por absorver os alunos do ensino fundamental e médio da localidade. Segundo a liderança local, os jovens são obrigados a deixar as suas moradias no distrito para cursar o ensino superior em outras localidades do Estado de Minas Gerais e da Bahia. Essas pessoas, segundo a entrevistada, acabam não retornando ao município dada a falta de oportunidades no mercado de trabalho de Itamarati. A falta de empregos em Itamarati também é responsável pela migração constante de jovens e adultos, principalmente do sexo masculino, para outros municípios da região que possuem um mercado de trabalho mais robusto, tais como Vitória da Conquista e Salinas. Ainda a respeito da estrutura ocupacional de Águas Vermelhas e, conseqüentemente, do distrito de Itamarati, a entrevistada destacou que os principais empregadores são a Prefeitura Municipal e o setor agropecuário, respectivamente.

A respeito do Projeto do Vale do Rio Pardo e da mineradora Sul Americana de Metais, a líder do distrito de Itamarati, em Águas Vermelhas, afirmou desconhecer as mesmas e, que por esta razão, não tem opinião formada sobre as vantagens e desvantagens da instalação do empreendimento.

11.2 - Barro Preto

Em Barro Preto, a comunidade de Bonfinzão é a aquela mais próxima ao trecho do mineroduto que perpassa o município. A liderança comunitária entrevistada foi o senhor Adnílson Gonçalves Silva, representante da Associação de Moradores dos Bairros Luiz Borel e Bonfinzão.

Apesar de todas as deficiências que serão tratadas logo abaixo, a liderança afirmou que a comunidade de Bonfinzão é um lugar bom para se morar, uma vez que os moradores se conhecem há bastante tempo e, com isso, criaram laços de amizades, contribuindo para a qualidade de vida e a paz social na localidade.



Foto 11.1 - Moradias do bairro Bonfinzão

Os pontos negativos apontados pela liderança da comunidade relacionam-se à inexistência de equipamentos públicos mínimos. Segundo o entrevistado, o bairro não conta com os serviços de saneamento básico, pavimentação, saúde e ensino. A respeito da saúde, por exemplo, o líder destacou que os moradores recorrem às estruturas localizadas no centro de Barro Preto. Soma-se a este fato, o surto de dengue na região e a falta de médicos do Programa Saúde da Família (PSF).



Foto 11.2 - Abastecimento de água potável no bairro Bonfinzão

Outro problema enfrentado pela população de Bonfinzão diz respeito à proximidade do bairro com o depósito de lixo (“lixão”). Segundo a liderança, os moradores da comunidade estão temerosos quanto a possibilidade de exposição a vetores de doenças. O tráfico e consumo de drogas, por outro lado, deixou de ser a principal preocupação social dos moradores. De acordo com o entrevistado, devido aos trabalhos realizados pelo Governo Federal, Prefeitura Municipal e comunidade na promoção de políticas públicas de diminuição do uso de drogas entre os jovens e adultos.

Barro Preto possui um Centro de Referência e Assistência Social - CRAS - que tem ações voltadas aos idosos da comunidade. Afirmou, também, que existem poucos casos de trabalho e prostituição infantil e que não tem conhecimento de trabalho escravo.

A maioria dos moradores de Barro Preto e, portanto, de Bonfinzão alocam-se nas lavouras de cacau. No período em que não há atividade cacauzeira, os moradores sobrevivem dos programas assistencialistas do governo estadual e federal, tais como a Bolsa Escola e a Bolsa Família. No município passa um gasoduto da Petrobrás e não possui nenhuma área de lazer.

Por fim, o entrevistado destacou que não possui nenhum tipo de informação sobre a instalação do mineroduto da SUL AMERICANA DE METAIS. Dada a condição social da comunidade, posiciona favorável ao empreendimento, acreditando que este possa trazer às pessoas na região uma perspectiva de crescimento socioeconômico.

11.3 - Cândido Sales

A sede municipal de Cândido Sales encontra-se bem próxima ao trecho do mineroduto do Projeto Vale do Rio Pardo. Deste modo, foram selecionadas duas lideranças municipais para participarem da entrevista. O primeiro indagado foi o senhor Willian, representante do bairro de Santa Cruz, e o segundo o senhor Gérson, liderança da comunidade Novorizonte de Cândido Sales. Vale ressaltar que estes bairros são vizinhos e os mais próximos ao mineroduto da Sul Americana de Metais.

Quando perguntados acerca dos aspectos que compõe a qualidade de vida em Cândido Sales, os entrevistados registraram opiniões distintas. Enquanto o entrevistado pelo bairro Santa Cruz afirmou que o município é um bom lugar para se morar, a liderança comunitária de Novorizonte destacou que Cândido Sales enfrentam empecilhos infraestruturais que afetam o nível de qualidade de vida local. Entre eles, destacou a falta de empregos para os jovens e a grande incidência de problemas ambientais, como a contaminação do Rio Pardo pelo esgoto doméstico e a devastação da mata nativa pelos empreendimentos de eucalipto e carvão. No mesmo sentido, a liderança do bairro Santa Cruz apontou que, devido às condições de poluição do Rio Pardo, a população encontra dificuldade no acesso à água potável para consumo.

Um dos principais problemas sociais enfrentados por Cândido Sales, segundo as lideranças locais, diz respeito ao consumo de drogas e a prostituição infantil. Segundo a liderança do bairro Novorizonte, o Conselho Tutelar juntamente com a Polícia Militar têm realizados ações em Cândido Sales a fim de inibir estes tipos de comportamentos. A principal razão para a emergência destes problemas para as lideranças de Cândido Sales é a falta de oportunidade de trabalho no município, principalmente para as mulheres. Vale destacar que, excetuando-se a prostituição, não há relatos de trabalho infantil no município de acordo com os entrevistados.

A falta de empregos para a população do sexo feminino em Cândido Sales é percebida quando os entrevistados são indagados acerca dos principais empregadores no município. Ambos afirmaram que as lavouras de café são as atividades com maior índice de geração de empregos em Cândido Sales. Destacaram, também, esses empregos são ocupados predominantemente por indivíduos do sexo masculino que trabalham no sistema de diária, ou seja, recebe por dia trabalho e, portanto, não possuem vinculações trabalhistas. O segundo maior empregador no município, segundo os entrevistados, é a Prefeitura Municipal de Cândido Sales que é responsável pela absorção da mão de obra escolarizada do município. O cenário do mercado de trabalho de Cândido Sales, retratado acima pelos entrevistados, é o grande responsável também pela a migração de jovens e adultos trabalhadores para outros municípios da região.

Em relação ao trabalho, ele levantou as lavouras, feiras realizadas com os produtos cultivados e a prefeitura como principais formas de fontes. Para além, foi lembrado que tais fontes não absorvem toda oferta de mão-de-obra, ocasionado à saída de jovens e os problemas citados anteriormente.

Finalizando a entrevista, ambos interlocutores das comunidades de Cândido Sales próximas ao mineroduto foram perguntados sobre o Projeto Vale do Rio Pardo. Nenhum diz ter informações sobre a empresa Sul Americana de Metais ou quaisquer empreendimentos relacionados a ela. Quando foram repassadas informações sobre o empreendimento pelos entrevistadores para os entrevistados, ambos apontaram que a instalação de uma mineração e um mineroduto poderá contribuir para o desenvolvimento econômico da região e, da mesma forma, destacaram preocupação com os possíveis danos que podem ser causados ao meio ambiente.

11.4 - Encruzilhada

Assim como no caso de Cândido Sales, a sede urbana de Encruzilhada encontra-se relativamente próxima ao traçado do mineroduto do Projeto Vale do Rio Pardo. A primeira entrevistada foi a senhora Rita de Cássia Oliveira, presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Encruzilhada. O segundo entrevistado é o líder comunitário e membro da Associação de Produtores Rurais de Manjerona, Gilmar Ferreira. Vale destacar que o distrito de Manjerona é a localidade de Encruzilhada mais próxima à linha do mineroduto do Projeto Vale do Rio Pardo.

As opiniões das lideranças são semelhantes quando indagados acerca a qualidade de vida em Encruzilhada e, conseqüentemente, no distrito de Manjerona. A liderança local do distrito de Manjerona apontou que classificaria a qualidade de vida em Encruzilhada como razoável devido à falta de educação e emprego na comunidade e no município. A liderança do sindicato dos servidores municipais, por sua vez, afirmou que, dada as atuais condições de vida, Encruzilhada possui indicadores de qualidade de vida ruins em comparação às outras localidades da região. Assim como o Sr. Gilmar, a liderança do sindicato apontou a educação, saúde e o mercado de trabalho restrito como os principais aspectos limitadores da qualidade de vida em Encruzilhada. Ambos destacaram que a administração municipal tem investido recursos financeiros, por meio das Secretarias Municipais, nas áreas de educação e saúde de Encruzilhada a fim de diminuir os problemas acarretados pela falta destes serviços públicos de qualidade. Da mesma forma, apontaram a inexistência de medidas dos órgãos públicos e privados para diversificar e ampliar o mercado de trabalho de Encruzilhada. Segundo os entrevistados, não há incentivo e nem instrução para a construção de uma mão de obra especializada no município, o que acaba contribuindo para a migração dos trabalhadores jovens e adultos para outros municípios da região.

Ainda a respeito dos pontos limitadores da qualidade de vida ideal em Encruzilhada, a liderança do distrito de Manjerona destacou como principais pontos negativos do município a falta de ações da Prefeitura Municipal para promover e escoar a produção local de café, feijão e mandioca. Segundo o entrevistado, estes pontos negativos devem-se ao estado de conservação dos acessos municipais, a dificuldade do acesso de energia para movimentar o maquinário agrário e ausência de instrumentos e apoio para a construção de uma cooperativa dos produtores de Manjerona. Neste sentido, a liderança do sindicato afirmou que a criação de projetos de profissionalização na área rural de Encruzilhada, como, por exemplo, no distrito de Manjerona, iriam potencializar a produção local e o mercado de trabalho no município. Pensando nisto, a entrevistada sugeriu programas para promover a agricultura familiar e o comércio local, ou seja, nas palavras da interlocutora, projetos voltados à implantação de hortas nas residências e estabelecimento de padarias comunitárias.

Ainda sobre o tema mercado de trabalho, ambas lideranças afirmaram que as principais fontes de trabalho para a população de Encruzilhada são a Prefeitura Municipal e as lavouras de café. A lavoura de café é responsável, principalmente, pela chegada de um contingente de trabalhadores rurais de outros municípios da região nos meses de maio a outubro. Essa chegada de trabalhadores rurais ocasiona, segundo os entrevistados, aumento no número de alcoolismo, uso de drogas, prostituição e, em alguns casos, trabalho escravo. Afirmaram também que a maioria dos trabalhadores rurais que trabalham na colheita do café está em situação de trabalho informal, ou seja, não possui carteira de trabalho assinada.

Quando perguntados acerca da existência de conflitos sociais com comunidades ou municípios vizinhos, tanto o representante do distrito de Manjerona quanto a líder do sindicato dos servidores municipais apontaram a tensão sociopolítica existente entre Encruzilhada e o município de Ribeirão do Largo. Segundo os líderes, devido à remarcação dos limites municipais promovida pela IBGE, no início deste século, Encruzilhada perdeu, aproximadamente, 40% do seu território para Ribeirão do Largo, o que ocasionou, além de modificações nas relações sociais entre as populações locais, diminuição das receitas públicas da Prefeitura Municipal de Encruzilhada.

Finalizando, quando perguntados se possuíam alguma informação sobre o Projeto Vale do Rio Pardo, as lideranças entrevistadas desconhecem a empresa Sul Americana de Metais e seus possíveis empreendimentos na área.

11.5 - Ibicaraí

No município de Ibicaraí, localizado no estado da Bahia, a comunidade de Vila Santa Isabel é o adensamento populacional mais próximo à linha do mineroduto do Projeto Vale do Rio Pardo. A população da comunidade, quando indagada acerca da principal liderança na comunidade, apontou o senhor Gilberto Cardoso, Presidente da Associação dos Moradores da Vila Santa Isabel, como o principal representante do bairro.

A primeira pergunta, como de costume, abordou a visão do entrevistado acerca da qualidade de vida do local em que vive. De acordo com o entrevistado, o grande índice de desemprego na comunidade e no município é responsável pelo baixo índice de qualidade de vida da população local.

A pouca oferta de postos de trabalhos em Ibicaraí é responsável, segundo o entrevistado, por números crescentes de famílias dependentes do Programa Bolsa Família. Segundo o mesmo, apesar de não corresponder aos anseios das famílias por ocupações, o Programa Bolsa Família contribuiu para a melhoria da qualidade de vida destas pessoas carentes. O principal empregador no município, desta feita, é a Prefeitura Municipal de Ibicaraí que absorve grande parte da mão de obra minimamente qualificada no município. A lavoura, incipiente no município, oferece poucos postos de trabalho, segundo o entrevistado. Deste modo, registra-se no município, de acordo com o Presidente da Associação de Moradores, alto índice de migração de jovens e adultos trabalhadores que se deslocam para o estado de São Paulo em busca de oportunidades no mercado de trabalho.

De acordo com a liderança da comunidade Vila Santa Isabel, os principais pontos negativos do município são, além da pouca oportunidade de emprego, a falta de infraestrutura e investimentos públicos e privados na localidade.

Em relação à comunidade próxima ao mineroduto, o entrevistado destacou que a escola municipal existente oferece apenas o ensino fundamental, sendo os estudantes obrigados a se deslocarem para a sede urbana de Ibicaraí. A situação do bairro se agrava quando o entrevistado é perguntado sobre o saneamento básico. Segundo a liderança da Associação de Moradores, a Vila Santa Isabel não é contemplada com abastecimento de água potável e nem rede de esgoto canalizada, sendo o resíduo domiciliar direcionado para as ruas da comunidade. Destacou também que, apesar deste cenário no bairro, não há conflitos sociais significativos entre os moradores de Vila Santa Isabel.

Por fim, quando indagados acerca do Projeto Vale do Rio Pardo, o Presidente da Associação de Moradores da Vila Santa Isabel, apontou que desconhece a Sul Americana de Metais e seus empreendimentos na região e que, por este motivo, não tem opinião formada sobre os pontos negativos e positivos sobre a mina e o mineroduto.

11.6 - Ilhéus

De acordo com o traçado do mineroduto, em Ilhéus, uma comunidade está localizada próxima ao empreendimento pleiteado. A comunidade de Sambaiatuba aparece na pesquisa de percepção por que em princípio ela estava Área de Estudo do mineroduto, com as devidas alterações de traçado buscando melhor viabilidade socioambiental ela deixa de fazer parte da área de influência. Contudo, o estudo de percepção que estava sendo feito concomitantemente contemplou esta comunidade. De fato sua permanência no estudo apenas adiciona informações a mais. Sendo assim, ressalta-se que tal comunidade com o atual traçado não faz mais parte da área de influência. Contudo, a opinião da população local comporá o cenário regional, sendo representada nesse entrevista pelo senhor Carlos Alberto Queiroz, membro atuante da Associação de Moradores do bairro. Na comunidade mais próxima ao empreendimento, Castelo Novo, o entrevistado foi o senhor Manequinha, administrador distrital designado pela Prefeitura Municipal de Ilhéus.

Quando perguntados sobre a qualidade de vida em suas comunidades e em Ilhéus, as lideranças entrevistadas tiveram posicionamento semelhante. Em Sambaiatuba, o entrevistado destacou a dificuldade de sobrevivência dos moradores, uma vez que os moradores locais praticavam a atividade pesqueira no Rio Almada que, atualmente, encontra-se poluído, sem espécie de peixes e programas de revitalização e preservação deste bem natural. O entrevistado de Castelo Novo, administrador distrital da comunidade, apontou a qualidade de vida como sendo deficitária em relação à outras localidades de Ilhéus. De acordo com a liderança, a dificuldade de acesso urbano, a irregularidade no serviço de coleta de lixo e a falta de abastecimento de água potável são as principais razões para enquadrar a qualidade de vida local como ruim.



Foto 11.3 - Atividade pesqueira em Sambaiatuba

Ainda a respeito de aspectos negativos do bairro e, portanto, de Ilhéus, os entrevistados apontaram como limitadores de uma qualidade de vida superior nestas localidades a existência do consumo e tráfico de drogas e da prostituição infantil. Estes problemas, segundo a liderança do bairro Castelo Novo seriam evitados se a Prefeitura Municipal instalasse na comunidade um posto policial.

A respeito de equipamentos de infraestrutura, ambos entrevistados destacaram a presença de estruturas de saúde. Afirmaram, também, que este é responsável por absorver a demanda dos bairros e direcionar os casos mais graves para as outras instituições de saúde. Em Sambaiatuba, merece destacar a inexistência de ambulância que atenda a comunidade, sendo os pacientes obrigados a se deslocarem para a entrada do bairro (“o asfalto”) a fim de ser atendido pelo transporte médico. Nesse processo, ficou clara a inexistência de relações espaciais entre o empreendimento proposta e a comunidade de Sambaituba.



Foto 11.4 - Acesso ao bairro Sambaiatuba

Acerca do sistema educacional nas comunidades próximas ao mineroduto, os entrevistados destacaram a existência de instituições escolares responsáveis por atender a demanda dos bairros. O ensino médio é oferecido na sede municipal de Ilhéus e, em ambas comunidades, a Prefeitura Municipal disponibiliza o transporte escolar. A evasão escolar ainda é uma realidade nestas comunidades, segundo os entrevistados, devida principalmente às ofertas de trabalho oferecidas pelas lavouras na região.

A respeito dos setores que oferecem postos de trabalhos aos moradores dos bairros, os entrevistados possuem opiniões distintas. Enquanto a liderança de Sambaiatuba destacou que a maioria da mão de obra da comunidade está empregada na sede municipal de Ilhéus, o entrevistado de Castelo Novo apontou que os principais postos de trabalhos abertos para a população estão localizados na zona rural do município, principalmente na lavoura de cacau.

Por fim, mais uma vez, nenhum dos entrevistados apresentou conhecimento sobre os empreendimentos da Sul Americana de Metais na região.

11.7 - Itambé

No município de Itambé foram selecionadas três lideranças comunitárias para serem entrevistadas. O primeiro entrevistado foi o senhor Joaquim Antônio do Carmo, representante da Associação Comunitária do bairro Felipe Achy. O segundo entrevistado, o senhor Irineu Ferreira Filho, ocupa o cargo de Presidente da Associação dos Sem-Teto de Itambé. A terceira liderança, senhor Renilson Lopes, atualmente é o Presidente da Associação de Moradores dos Bairros (ASMOB) de Itambé.



Foto 11.5 - Sede da Associação Comunitária do Bairro Felipe Achy

A qualidade de vida por ser um tema rotineiro e de fácil compreensão foi a primeira pergunta selecionada pelo entrevistador. Segundo o Presidente da Associação dos Sem-Teto, a qualidade de vida em Itambé pode ser definida como boa. A maioria da população, de acordo com o entrevistado, possui acesso a emprego, saúde e educação, apesar da baixa cobertura de equipamentos públicos de saneamento básico e do crescente aumento no índice de violência. Opinião semelhante registrou o Presidente da Associação Comunitária que, além de apontar como boa a qualidade de vida em Itambé, afirmou a ineficácia da administração pública municipal em promover equipamentos públicos, tais como saneamento básico e programas sociais de geração de renda. Diferentemente dos anteriores, o representante da ASMOB de Itambé declarou que, além do histórico de violência e criminalidade do município, a qualidade de vida é ruim devido à baixa oferta de equipamentos públicos de lazer e cultura.

Ainda a respeito dos pontos negativos presente em Itambé, todos os entrevistados citaram o consumo e o tráfico de drogas como o principal problema social a ser enfrentado pela administração pública e sociedade. Aliado a este problema, tem-se o alcoolismo entre os jovens e a prostituição infantil. As explicações para os problemas sociais citados acima são diferentes para cada um dos entrevistados. Enquanto o Presidente da Associação dos Sem-Teto atribui estes problemas sociais à falta de emprego para os jovens de Itambé, os Presidentes da Associação Comunitária e da ASMOB creem que os mesmos se derivam da falta de infraestrutura pública, tais como Polícia Militar, Polícia Civil, Promotoria Pública e CRAS.



Foto 11.6 - Acesso ao bairro Felipe Achy

A respeito das entidades representativas no município, o Presidente da ASMOB de Itambé apontou que, devido a questões político-partidárias, algumas associações de bairro passam por dificuldades de financiamento e apoio aos seus respectivos projetos comunitários. Da mesma forma, o Presidente da Associação dos Sem-Teto de Itambé afirmou que algumas entidades representativas de bairro e de classe não tem apoio da administração pública municipal. Segundo ele, a questão associativista só irá avançar em Itambé quando o poder público, a comunidade e os órgãos representativos se unirem em torno do combate dos problemas sociais de Itambé.

Quando indagados acerca do principal empregador do município, os entrevistadores tiveram posições semelhantes. Na opinião do Presidente da Associação dos Sem-Teto de Itambé, as atividades agrárias e a fábrica da Azaléia são os principais empregadores da mão de obra disponível no município. Já para o Presidente da Associação Comunitária do bairro Felipe Achy, as principais fontes de renda e emprego do município são, em ordem de grandeza, a fábrica da Azaléia, a Prefeitura Municipal e as atividades agropecuárias. Para o Presidente da ASMOB de Itambé, atualmente, as principais fontes de emprego e renda no município advêm da fábrica da Azaléia em Itapetinga.

Finalizando a entrevista, as lideranças foram indagadas acerca da atuação da Sul Americana de Metais na região. Apenas a liderança da Associação Comunitária do bairro Felipe Achy afirmou conhecer a SUL AMERICANA DE METAIS e o Projeto Vale do Rio Pardo. Ele ressaltou que se posiciona favorável ao empreendimento desde que o mesmo contribua para o desenvolvimento socioeconômico da região e não acarrete em prejuízos ambientais para Itambé.

11.8 - Itapé

No município baiano de Itapé foi entrevistado o senhor Albérico Ferreira, funcionário da Prefeitura Municipal. A respeito da qualidade de vida local, a liderança afirmou que, em relação ao histórico recente do município e outras localidades da região, classificaria como boa a qualidade de vida local, apesar da carência de empregos e investimentos em Itapé. Esta carência, segundo o entrevistado, é responsável direta pela migração de trabalhadores de Itapé em direção a Vitória e Linhares, no estado do Espírito Santo, para trabalharem na lavoura de café.

Ainda a respeito das deficiências municipais, o entrevistado destacou a falta de aterro sanitário e uma estrutura que contenha o Rio Cachoeira em época de cheias. Segundo o entrevistado, as áreas para estes projetos já foram desapropriadas, todavia a administração pública municipal não tem condições financeiras de implantar estas estruturas.

A respeito dos outros equipamentos públicos, o entrevistado destacou a evolução nas áreas de saúde e educação. Segundo o entrevistado, novas instituições escolares foram instaladas no município, o que ocasionou, além do acréscimo no número de matrículas e média de anos de estudo, aumento na demanda dos alunos de Itapé em faculdades e universidades em outras localidades da região. O município possui quatro estabelecimentos de saúde (postos de saúde) que realizam atendimento médico e odontológico à população de Itapé. Apenas os casos mais graves e as mulheres grávidas são levados para o Hospital Municipal de Itabuna por ambulâncias do município.

As principais fontes de emprego em Itapé resumem-se às atividades da administração pública municipal, da agricultura e de alguns empreendimentos industriais na região. Segundo o entrevistado, estas fontes de emprego são escassas, ocasionando a debandada de mão de obra qualificada do município para atuar em empreendimentos e estabelecimentos de Itabuna e cidades de maior porte do estado.

A respeito dos conflitos sociais, o entrevistado afirmou que eles são extremamente de cunho político-partidário e que não afetam significativamente a realidade dos moradores de Itapé. A respeito de problemas sociais, a liderança da Prefeitura Municipal destacou o aumento nos casos de uso de drogas entre a população jovem e adulta do município. Destacou, também, que os casos de alcoolismo estão dentro da média histórica registrada e que não há ocorrências de trabalho infantil em Itapé.

O entrevistado afirmou ter ouvidos relatos sobre a SUL AMERICANA DE METAIS, porém desconhece o Projeto Vale do Rio Pardo e o mineroduto. Quando perguntado sobre o seu posicionamento em relação a este projeto, a liderança destacou que é a favor da instalação desde que não prejudique as propriedades e os proprietários rurais, bem como promova aumento dos investimentos e emprego na região.

11.9 - Itapetinga

Em Itapetinga, a liderança entrevistada foi a senhora Rosália Pires da Silva, representante da Associação de Moradores do Bairro Primavera e líder comunitária do Quintas do Sul. Segundo a entrevistada, a qualidade de vida no município pode ser considerada boa, dada as sucessivas melhorias nas escolas públicas e nos postos de saúde, que viraram referência de qualidade junto à população de Itapetinga. Outros fatores para a referida classificação da qualidade de vida em Itapetinga, segundo a entrevistada, estão relacionados às áreas de esporte e lazer com vários equipamentos públicos - campos, quadras e praças - que atendem as crianças, jovens e adultos da comunidade e do município.

A respeito de aspectos deficitários da realidade social de Itapetinga, a entrevistada apontou o crescimento desordenado da comunidade Quintas do Sul. A falta de rede de esgoto e pavimentação na comunidade tem impactado negativamente a condição de vida dos moradores do bairro.

Acerca dos problemas sociais que afligem a população de Itapetinga, a entrevistada afirmou o crescimento no número de ocorrências dos casos de dengue do tipo hemorrágica e da tuberculose. Também destacou o número crescente de jovens e adultos afetados pelo alcoolismo e pelo uso de drogas. Esse aumento está ligado, segundo o entrevistado, à falta de estrutura da Polícia Militar de Itapetinga. Por fim, apontou também a incidência da gravidez na adolescência e os casos de DST/AIDS como um dos principais desafios de Itapetinga atualmente.



Foto 11.7 - Estrutura de saúde no bairro Primavera

Quando perguntado sobre os principais empregadores no município, a entrevistada apontou que, atualmente, a maioria da população ocupada de Itapetinga está envolvida com a fábrica da Azaléia instalada no município. Outros setores que disponibilizam uma grande gama de postos de trabalhos em Itapetinga são a empresa de laticínios Vale Dourado e a Cooperativa Coleite - cooperativa de produtores.

Finalizando a entrevista, a liderança declarou não ter conhecimentos sobre a empresa Sul Americana de Metais, mas sim acerca do Projeto Vale do Rio Pardo. Afirmou, também, que se posiciona favorável desde que o empreendimento gere empregos e renda para a população local.

11.10 - Ribeirão do Largo

Em Ribeirão do Largo, município do estado da Bahia, o entrevistado foi o senhor Flodoaldo Rocha, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ribeirão do Largo e um importante agente político do município.

Acerca da qualidade de vida em Ribeirão do Largo, o entrevistado destacou que a mesma seria classificada como satisfatória, ou seja, está melhor que outras localidades da região, mas, ao mesmo tempo, está distante dos anseios da população. A razão para a classificação dada a qualidade de vida em Ribeirão do Largo é, de acordo com o entrevistado, a deficiência nas políticas públicas da administração local, principalmente nas áreas de saúde e educação. Segundo o interlocutor, o alto índice de analfabetismo e a falta de especialidades médicas e de clínicos gerais no município são os principais limitadores da qualidade de vida. Da mesma forma ressaltou a inexistência de áreas de lazer e cultura para os jovens no município, o que acaba contribuindo, segundo ele, para aumento nos casos de alcoolismo e consumo de drogas.

A respeito de outras deficiências municipais, o interlocutor de Ribeirão do Largo destacou a falta de infraestrutura rodoviária que prejudica o escoamento da produção agropecuária municipal - um dos principais setores do município. Segundo ele, a produção de banana no distrito de Cachoeira só não é maior, pois as estradas que dão acesso a esta região estão em péssima qualidade, o que contribuiu para o aumento nos custos de transporte. De acordo com a liderança, esta deficiência prejudica o crescimento de Ribeirão do Largo, uma vez que os principais produtores e empregadores da mão de obra são as lavouras de café, mandioca e banana.



Foto 11.8 - Pavimentação que dá acesso à zona rural do município

Os problemas sociais do município são, segundo a liderança, a perseguição política, a existência de conflito político-familiares, conflitos sociopolíticos envolvendo a divisão territorial com o distrito de Cercadinho; a falta de transporte público, evasão escolar devido à ocorrência de trabalho infantil durante os meses da colheita do café e a degradação do Rio Pardo por conta de uma fábrica de cerâmica.

Por fim, quando perguntando sobre o empreendimento, o entrevistado afirmou não ter conhecimento sobre o Projeto Vale do Rio Pardo, mas posiciona-se a favor do mineroduto desde que haja geração de emprego e tributos municipais e, também, que não prejudique as propriedades rurais.

11.11 - Salinas

Salinas, município que receberá tanto a mina quanto o mineroduto, foi representado pelos líderes José Portela e Valdemir, representantes da Associação Comunitária de Montes Clarinhos e do Conselho Comunitário de Ferreirópolis, respectivamente.

Qualidade de vida, tema primário da entrevista, foi classificada como baixa pelos líderes. Em Montes Clarinhos, por exemplo, a liderança citou o grande número de idosos e a migração constante dos jovens e adultos em busca de oportunidades de estudo e trabalho. Situação semelhante observada em Ferreirópolis, uma vez que o entrevistado destacou a dificuldade de se fixar residência na comunidade dada às faltas de oportunidade de estudo e trabalho para os jovens e adultos da região.

Apesar destas deficiências apontadas anteriormente, ambos entrevistados destacaram as melhorias implementadas pela administração municipal e pela COPANOR no abastecimento de água e rede de esgoto. Destacaram também que a disposição do lixo doméstico é feita de forma irregular, isto é, na rua ou nos córregos e rios das comunidades. Um problema relacionado à comunidade de Montes Clarinhos diz respeito, segundo o entrevistado, a falta de pavimentação urbana, o que acaba contribuindo para o aumento de doenças respiratórias e alergias entre a população.

A respeito de conflitos sociais entre moradores, o líder da comunidade de Montes Clarinhos destacou a inexistência de qualquer desavença pública. Já, em Ferreirópolis, o líder apontou problemas político-administrativos entre os moradores desta localidade e a Prefeitura Municipal, uma vez que os primeiros julgavam que a administração municipal favorecia por meio de investimentos e ações públicas as comunidades de Matrona e Montes Clarinhos.

Os problemas sociais mais comumente expostos nas comunidades de Montes Clarinhos e Ferreirópolis são o tráfico e o consumo de drogas, alcoolismo e trabalho infantil. Segundo os entrevistados, estes problemas seriam evitados se fossem instaladas nas comunidades estruturas da Polícia Militar.

Os principais empregadores nas comunidades em questão são a lavoura e a pecuária. Segundo os mesmos, estes empregadores absorvem somente parte da mão de obra disponível nestas localidades, o que contribuiu, cada dia mais, para aumento na migração dos jovens e adultos.

Por fim quando perguntados sobre a SUL AMERICANA DE METAIS, apenas o líder da comunidade de Montes Clarinhos já ouvir falar da Sul Americana de Metais e do mineroduto. Fez questão de ressaltar que desconhece o projeto, mas que, se respeitado o meio ambiente, apoiará o mesmo devido à geração de emprego e renda para os moradores de Salinas.

11.12 - Taiobeiras

Em Taiobeiras, o distrito mais próximo ao possível mineroduto da SUL AMERICANA DE METAIS é Entroncamento de Berizal, que abriga o bairro de Mirandópolis. A entrevistada foi a representante da ONG CIDAM, a senhora Lucimária.

A respeito da qualidade de vida, a entrevistada afirmou que o município é carente na execução de políticas públicas. Segundo ela, o município sofre com problemas ambientais, tais como a falta de aterro sanitário. Outro ponto negativo da localidade é a falta de oportunidades de emprego tanto na comunidade quanto no município, obrigando moradores a deixarem a localidade para trabalharem em empreendimentos em outras cidades. Outra deficiência que prejudica a ascensão da qualidade de vida local diz respeito à falta de equipamentos públicos de lazer e policiamento, bem como a inexistência de uma política de investimentos tanto na instituição escolar quanto no estabelecimento de saúde em Entroncamento de Berizal.

De acordo com a representante da ONG CIDAM, a economia local baseia-se nas atividades carvoeiras, na agricultura familiar e no pequeno produtor rural. Estes ramos de atividade são os maiores empregadores da mão de obra local, o que explica, segundo a mesma, para a migração de jovens e adultos para o estado de São Paulo e outras cidades de grande porte.

Os conflitos sociais existentes no distrito estão ligados às rixas entre os trabalhadores rurais de Mirandópolis e a comunidade vizinha, conhecida como Covão. O conflito existe devido às divergências políticas no Sindicato dos Produtores Rurais de Taióbeiras, uma vez que a ascensão dos produtores rurais de Mirandópolis não foi acompanhada pelo aumento da participação destes na gestão do sindicato.

Um dos problemas sociais mais comuns em Mirandópolis, o consumo de drogas e bebidas alcoólicas, deve-se a falta de equipamentos e políticas públicas de lazer e cultura. Segundo a entrevistada, o projeto “Esporte e Educação”, da ONG CIDAM, é a política de valorização do jovem, por meio do lazer, em Mirandópolis.

Por fim, a liderança da ONG CIDAM apontou que prefere não tecer opiniões sobre os empreendimentos da SUL AMERICANA DE METAIS por desconhecer os problemas. Destacou que, apesar de não possuir opinião formada, teme ocorrência de problemas ambientais.

11.13 - Vitória da Conquista

Em Vitória da Conquista foram entrevistadas duas lideranças comunitárias. A primeira delas, o senhor Aliomar Ferraz do Prado, é o supervisor distrital da Prefeitura Municipal no distrito de Cercadinho. O segundo entrevistado, o senhor Paulíno Magalhães Rocha, é o representante da Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de Inhobim.

A qualidade de vida é um assunto caro a qualquer liderança comunitária, pois as reivindicações populares sempre são por melhorias nos aspectos que compõe tal conceito. Em Cercadinho, segundo o interlocutor, a qualidade de vida não atende os anseios comunitários, uma vez que os casos crescentes de dengue e a baixa escolaridade de população afetam os níveis de condições de vida no distrito. Já, em Inhobim, segundo o entrevistado, a qualidade de vida é superior a outras localidades do município devido, principalmente, à tranquilidade no local.

A respeito de outras deficiências nas comunidades localizadas próximas ao mineroduto, a primeira reclamação dos entrevistados diz respeito à falta de aparatos de segurança públicas nas localidades, o que acaba por contribuir para o aumento do consumo de drogas entre os jovens e adultos. Outro problema citado diz respeito ao equipamento público de saúde. Segundo a liderança de Cercadinho, o atendimento ambulatorial precário na Unidade de Saúde da Família registra falta de médicos e ocorrências de casos de dengue, prejudicando o acesso da população ao referido equipamento público. A última demanda social citada diz respeito à melhoria e ampliação da escola municipal presente no distrito de Cercadinho.



Foto 11.9 - Estrutura de Saúde em Inhobim



Foto 11.10 - Estrutura de Saúde em Cercadinho

O problema social mais grave nas localidades diz respeito à gravidez e uso de drogas entre os jovens de Cercadinho e Inhobim. Enquanto o líder de Cercadinho apontou deficiência na qualificação das equipes de saúde na localidade, o entrevistado de Inhobim afirmou que, apesar das equipes do posto de saúde atenderem a domicílio, o problema está ligado ao nível educacional dos jovens.

Os principais empregadores da mão de obra local em Cercadinho e Inhobim são os plantios de café, mandioca e milho. Segundo os entrevistados, as produções agrárias das comunidades são responsáveis por abastecer o mercado de Vitória da Conquista.



Foto 11.11 - Lavouras na região de Inhobim

Finalizando a entrevista, os entrevistados apresentaram posições opostas. A liderança de Cercadinho já ouviu comentários sobre a Sul Americana de Metais, mas não tem conhecimento sobre o Projeto Vale do Rio Pardo. Apesar da falta de conhecimento sobre o projeto afirmou que o mineroduto será bem aceito pela população desde que gere empregos no local e não afete as propriedades rurais. O líder de Inhobim, por outro lado, desconhece a empresa Sul Americana de Metais, mas afirmou ter conhecimentos sobre o empreendimento durante visitas à Prefeitura Municipal. Este entrevistado optou por não se posicionar por considerar que não têm informações suficientes.

12 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

O presente relatório tem o objetivo de apresentar as atividades de pesquisa e estudo desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “*Diagnóstico Arqueológico Interventivo na Área do Projeto Vale do Rio Pardo*”, direcionado ao percurso do mineroduto, tendo como área de abrangência os municípios Grão Mogol, Riacho dos Machados, Fruta do Leite, Novo Horizonte, Salinas, Taiobairas, Berizal, Curral de Minas e Águas Vermelhas no Estado de Minas Gerais; Candido Sales, Encruzilhada, Ribeirão do Largo, Vitória da Conquista, Itambé, Itapetinga, Itaju da Colônia, Itapé, Itacará, Barro Preto, Itabuna, Itajuípe e Ilhéus, no Estado da Bahia - autorizada pela portaria Nº 28 de 15 de outubro de 2010, processo IPHAN Nº 01450.013880/2010-29, publicada no Diário Oficial da União Nº 169 de 18 de outubro de 2010. A autorização foi outorgada prévia a apresentação ao IPHAN do documento "Pedido de Autorização para a Execução do Diagnóstico Arqueológico Interventivo nas Áreas do Projeto Vale do Rio Pardo".

12.1 - Atividades desenvolvidas

Por tratar-se de uma área ainda pouco conhecida arqueologicamente, durante a pesquisa e estudo no âmbito do projeto Diagnóstico Arqueológico Interventivo visou-se a contextualização histórico-arqueológica da região, por meio de levantamentos em fontes secundárias; bibliográficas; observação de campo; e, intervenções sub superficiais, procedendo-se às seguintes atividades:

- **Levantamento bibliográfico:** visa levantar dados escritos a respeito da história e etnohistória da região onde se insere o empreendimento;
- **Consultas:** consulta ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos-CNSA do IPHAN (<http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>), consulta ao Arquivo Público Mineiro (<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>) consulta a Fundação Palmares (<http://www.palmares.gov.br>) entre outros sítios;
- **Levantamento oportunístico:** consiste em buscar por meio de entrevistas direcionadas a comunidades, informações que possam complementar os dados escritos encontrados;
- **Entrevistas específicas:** realização de entrevistas a docentes que atuam na região do projeto envolvidos diretamente com o objeto de pesquisa;
- **Levantamento Sistemático:** consiste, neste projeto, em rastrear a área por meio de caminhamentos sistemáticos, prospecção oportunística - principalmente em áreas preparadas para o plantio - e observação de cortes estratigráficos originados pela abertura de estradas e/ou por formação de feições erosivas de médio e grande porte; e,

Intervenções sub-superficiais: consiste, neste projeto, em intervenções efetuadas no subsolo de acordo com o potencial arqueológico identificado, visando averiguar a estratigrafia do solo e presença de sítios arqueológicos.



Foto 12.1 : Levantamento oportunístico: entrevistas aos moradores



Foto 12.2: Levantamento Sistemático: área preparada para plantio



Foto 12.3: Levantamento sistemático: observação de cortes estratigráficos originado pela abertura da estrada



Foto 12.4: Levantamento sistemático: observação efetuada a partir de formação de feições erosivas de médio e grande porte



Foto 12.5: Levntamento sistemático: observação de corte estratigráfico originado pela abertura da estrada secundária



Foto 12.6: Intervenções sub-superficiais: análise e registro de especificidades em níveis artificiais de 20 cm

12.2 - Breve histórico

Em termos pré-históricos, a região insere-se no contexto geral do Brasil Central, estando situada em um vale que conduz às regiões litorâneas, podendo ter sido utilizado como via de tráfego na pré-história.

As fontes secundárias encontradas referentes à área específica do projeto são escassas. Portanto, a compreensão inicial do potencial histórico e arqueológico da área do projeto está baseada em dados a escala regional e nacional.

Em termos pré-históricos, a região insere-se no contexto geral do Brasil Central, estando situada em um vale que conduz às regiões litorâneas, podendo ter sido utilizado como via de tráfego na pré-história.

12.2.1 Períodos da pré-história do Brasil Central

Passagem Pleistoceno/Holoceno (12000-9000BP)

Período caracterizado pela presença de instrumentos líticos de alto nível de “savoir-faire” ou Know-how, indicando a existência de indústrias bem elaboradas. É muito recorrente a presença de grandes instrumentos unifaciais robustos, associados à tradição Itaparica (Schmitz et al. 1999). É também associada a esse período a presença de pontas de projétil, eventualmente elaboradas. Os únicos sepultamentos registrados em todo o Brasil foram exumados em Lagoa Santa, e sugerem a presença de indivíduos negróides, anteriores as populações indígenas atuais, mongolizadas. Nesse período, não há informações sobre arte rupestre e cerâmica.

Holoceno Antigo (9000-7000BP)

Nesse período há uma evidente modificação nas indústrias líticas. Os antigos instrumentos elaborados, sejam pontas de projétil ou unifaciais, dão lugar a uma indústria simples, realizada sobre lascas brutas, sem retoque (M. J. Rodet 2006). Essa tendência parece ser geral em toda a região do alto-médio e médio-baixo São Francisco. Sepultamentos ocorrem em Lagoa Santa e no Peruaçu, na Lapa do Boquete. Ainda não existem indícios conclusivos de arte rupestre em Minas Gerais, contudo, são identificadas, no Piauí, as formas mais antigas da Tradição Nordeste (Prous 1992). Ainda não existem culturas ceramistas no Brasil central.

Holoceno médio (7000-2000BP)

A ocupação humana, recorrente nos abrigos até então, parece se realocar na espacialidade. Embora o abandono dos abrigos não tenha sido completo (Prous 1992), poucos sítios foram encontrados, fazendo desse período um dos mais mal compreendidos. Aparentemente, os mortos eram sepultados nos sítios as margens dos rios, mas grande parte desapareceu, “devem ter sido destruídos de forma voluntária (cremação) ou natural (enterrados sem proteção em solo ácido)” (Prous, 2004). Para a arte rupestre, esse é o momento onde a tradição Planalto, predominante no centro mineiro, mais se desenvolveu e também se extinguiu. Caracterizada pelas figuras zoomorfas monocromáticas (quadrúpedes e peixes entre outros), antropomorfos estilizados e, uso quase exclusivo de pigmento vermelho (Prous 1992). O fim desse período marca o surgimento da cerâmica no contexto regional.

O período horticultor (2000BP - Invasão européia)

Período caracterizado pelo surgimento da horticultura e pelo desenvolvimento da tecnologia cerâmica. A indústria lítica é, predominantemente, caracterizada pelo uso de lascas brutas obtidas por percussão bipolar, embora reapareça o artefato plano-convexo (M. J. Rodet 2006). Os sepultamentos ‘voltam’ ao registro arqueológico. Na arte rupestre, temos o ‘fim’ da tradição Planalto. No estado da Bahia, notam-se, na Serra do Ramalho, gravuras possivelmente associadas a tal tradição. Na cerâmica, podemos caracterizar três momentos, o mais antigo, dita Tradição Una, com a presença de vasilhames sem decoração de pequenas medidas (até 22 cm); posteriormente a Tradição Aratu, marcada pela “presença de vasos grandes, (...) urnas funerárias (...) mostra, por vezes, um banho vermelho” (Prous 1992). Por fim temos cerâmica tupiguarani, de decoração policromática, usada para a confecção de inúmeros instrumentos.

12.3 - Contextualização Histórica

A história dos municípios integrantes da área de estudo relaciona-se com dois contextos históricos específicos: o primeiro, a colonização da região norte de Minas Gerais, focada nas atividades agropecuárias, especialmente no gado e beneficiamento da Cana de Açúcar; o segundo contexto remete à cultura cacaueteira, notadamente marcante nos municípios do sudeste baiano. O médio vale do rio Pardo, região pesquisada, fora, ao longo de todo o período histórico local, menos valorizado, possivelmente em decorrência ao seu relevo íngreme e de difícil acesso. Contudo, registra-se potencial local para a ocorrência de quilombolas, frequentes em áreas de difícil acesso.

Estes municípios relacionam-se ainda - em destaque - com o contexto histórico recente ligado ocupação advinda da exploração de minério e, atualmente a grandes extensões de plantação de eucaliptos.

12.4 - Patrimônio cultural material

O artigo 216 da Constituição Federal define patrimônio cultural brasileiro como sendo os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade.

Inseridos nesse panorama sobressaem-se, na Área de Estudo, de maneira ampla, como patrimônio cultural material, sítios históricos urbanos: conjuntos históricos, arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos e, ainda, conjuntos urbanos de monumentos como os centros históricos dos períodos do fim do século XVIII e segunda metade do século XIX.

O patrimônio cultural imaterial abarca as manifestações religiosas e folclóricas registradas por toda área de estudo, sendo largamente observadas as lendas, as danças, o artesanato, a culinária e as manifestações de fé, compondo seus calendários anuais.

As pesquisas de campo não indicaram a existência de nenhum marco patrimonial cultural, material ou imaterial, sobre influência direta e específica da área do empreendimento. Há de se considerar, contudo, a existência de um significativo patrimônio cultural em Grão Mogol e Ilhéus, destacando os municípios em relação aos demais integrantes da área de estudo. Nas demais municipalidades ocorrem apenas igrejas, geralmente matrizes, como em Salinas. Todavia, as pesquisas arqueológicas, de acordo com os termos de referência do IBAMA e as orientações da Portaria nº 230 do IPHAN, foram focados no levantamento de eventuais bens sob influência do empreendimento.

Conclui-se, preliminarmente, que o Projeto Vale do Rio Pardo não exercerá pressões sobre esse patrimônio, tendo em vista a inexistência de bens nas imediações do projeto e ao planejamento da alocação de mão de obra, a qual não inclui Grão Mogol e Ilhéus como destinos prováveis para o contingente de trabalhadores, o que poderia gerar impactos indiretos sobre esses marcos valorativos.



Foto 12.7 - Igreja Matriz de Santo Antônio - Período histórico: segunda metade do século XIX - Grão Mogol

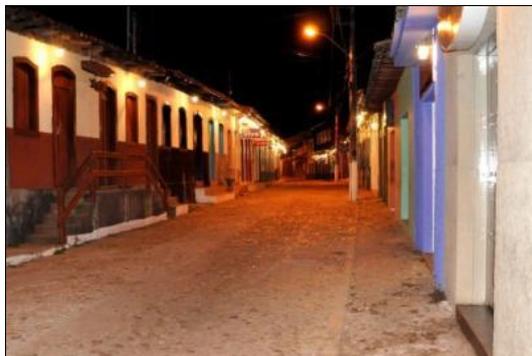


Foto 12.8 - Centro Histórico, Rua Cristiano Relo - Período histórico: segunda metade do século XIX - Grão Mogol

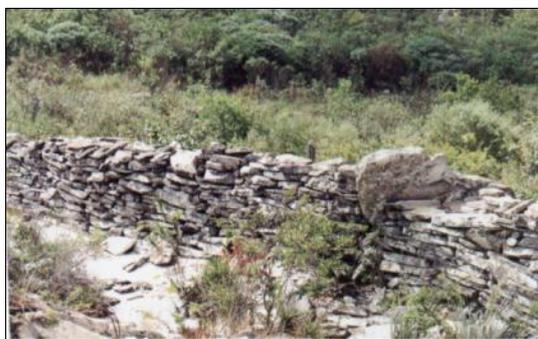


Foto 12.9- Ruínas da Tropa - Período histórico: final do século XVIII - Grão Mogol



Foto 12.10 - Matriz de Santo Antonio de Pádua - Salinas



Foto 12.11 Igreja Matriz de Ilhéus, situada no Centro do município.



Foto 12.12 - Cine Theatro de Ilhéus, situado no centro do município.

12.5 - Patrimônio arqueológico

Em termos pré-históricos, a região insere-se no contexto geral do Brasil Central, estando situada em um vale que conduz às regiões litorâneas, podendo ter sido utilizado como via de tráfego na pré-história.

12.5.1 - Sítios registrados no Cadastro Nacional de Sítios arqueológicos - IPHAN

Realizou-se pesquisa no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos com objetivo de levantar preliminarmente os sítios arqueológicos o percurso do mineroduto, que abarca vinte e dois (22) municípios. Seguem expostos no Quadro 01.

QUADRO 12.1 - Sítios arqueológicos localizados nos municípios do projeto.
Fonte: IPHAN: Banco de Dados. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>.

| CNSA | Nome | Município | UF | Tipo |
|---------|----------------------------|--------------------|----|---------------|
| MG00732 | Sítio do Pau d'Arco | Rio Pardo de Minas | MG | Arte Rupestre |
| MG00736 | Abrigo João do Rego | Rio Pardo de Minas | MG | Arte Rupestre |
| MG00737 | Abrigo do Curro | Rio Pardo de Minas | MG | Arte Rupestre |
| MG00738 | Sítio do Curral das Éguas | Rio Pardo de minas | MG | Arte Rupestre |
| MG00265 | Curral de Dentro | Águas Vermelhas | MG | Arte Rupestre |
| MG00207 | Lapa do Zé Maria | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00208 | Lapa Maria das Neves | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00209 | Pedra do Altino | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00210 | Pedra do Bode | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00211 | Vargem do Quartel I | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00212 | Escurinha I | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00213 | Lapa do Élvio Gonçalves | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00214 | Vargem do Quartel II | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00215 | Pedra da Extrema | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00216 | Pedra do Jambeiro II | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00256 | Escurinha II | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00757 | Pedra do Jambeiro III | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00758 | Abrigo do Ribeirão Extrema | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |

Continuação

| CNSA | Nome | Município | UF | Tipo |
|---------|---|------------|----|-------------------------|
| MG00759 | Lapa do Rato I Grão Mogol | Grão Mogol | MG | Lítico |
| MG00760 | Lapa do Rato II | Grão Mogol | MG | Lítico |
| MG00761 | Lapa do Rato III | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00768 | Sítio do Vau da Limeira | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00769 | Abrigo da Barra do Ventania | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00770 | Lapa do Buriti | Grão Mogol | MG | Lítico |
| MG00771 | Lapa do Ventania I | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00772 | Lapa do Poção do Ventania | Grão Mogol | MG | Lítico |
| MG00774 | Abrigo II da Ponte Nova do Ventania | Grão Mogol | MG | Lito-cerâmico |
| MG00775 | Atelier de Lascamento da Ponte Nova do Rio Ventania | Grão Mogol | MG | Lítico |
| MG00777 | Abrigo do Funil do Itacambiruçu | Grão Mogol | MG | Lítico |
| MG00778 | Lapão da Fazenda Pedra Preta | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre |
| MG00985 | Lapa da Joana | Grão Mogol | MG | Arte Rupestre-Habitação |
| BA00690 | Caminho de Inema | Ilhéus | BA | Histórico |
| BA00692 | Sítio da Escola | Itajuípe | BA | Cerâmico |

Para além, constam na lista de Bens Culturais Tombados no município de Grão Mogol, os seguintes sítios arqueológicos: Esses sítios não se encontram na esfera de influência direta do empreendimento.

QUADRO 12.2 - Sítios arqueológicos inseridos no município de Grão Mogol

| Nome | Município | UF |
|---------------------------------------|------------|----|
| Sítio Arqueológico Babilônia | Grão Mogol | MG |
| Sítio Arqueológico do Extrema | Grão Mogol | MG |
| Sítio Arqueológico do Jambeiro | Grão Mogol | MG |
| Sítio Arqueológico do Cipriano | Grão Mogol | MG |
| Sítio Arqueológico do Gigante | Grão Mogol | MG |
| Sítio Arqueológico do Rancho Queimado | Grão Mogol | MG |
| Sítio Arqueológico do Veado Listrado | Grão Mogol | MG |

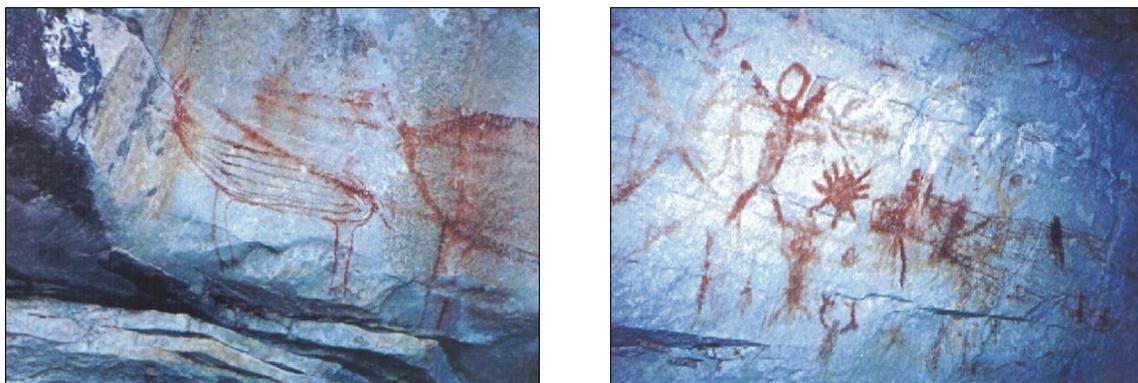


Foto 12.13 - Sítio Arqueológico Veado Listrado - Grão Mogol

No ano de 2005 foram realizados os estudos de Diagnóstico Arqueológico³ da Barragem Vacaria, bacia do rio Jequitinhonha entre os municípios de Fruta de Leite e Salinas - Estado de Minas Gerais.

Nessa fase preliminar da pesquisa arqueológica foram identificados três sítios arqueológicos as margens do rio Vacaria, município de Fruta de Leite, conforme Quadro 02.

QUADRO 12.3 - Sítios Arqueológicos registrados no CNSA em Fruta de Leite

| Nome | Município | UF | Tipo | Material |
|------------------------------|------------------|-----------|---------------------------|---|
| Sítio Vacaria | Fruta de Leite | MG | Pré-histórico | Lito-cerâmico (Tupiguarani) |
| Sítio Espigão | Fruta de Leite | MG | Pre-histórico / Histórico | Lito-cerâmico (Tupiguarani) / Porcelanato / Metal |
| Sítio Faz. Beija-Flor | Fruta de Leite | MG | Histórico | Sede/paiol/ muro de pedras |

12.5.2 Etnohistória da Área de Estudo do Projeto Vale do Rio Pardo

Ao longo dos últimos séculos, populações tradicionais ocuparam a região do Vale do Rio Pardo, configurando-se, então, como potenciais formadores de sítios arqueológicos. Atualmente, os remanescentes desses antigos moradores, geralmente quilombolas ou indígenas, apresentam modos de vida e histórias que, minimamente, podem guiar - em uma espécie de exercício etnoarqueológico - o raciocínio do pensamento arqueológico local.

³ ALONSO LIMA, Márcio.

Nessa medida, é conhecida a existência de, ao menos, quarenta povos e comunidades tradicionais, que vivem nas imediações da região em estudo. Assim, a pesquisa, caso aprovada, terá um foco etnohistórico e etnoarqueológico relevante, tributário da tendência identificada na localidade. O Quadro abaixo (Quadro 03) apresenta as comunidades identificadas na região, de acordo com localização e tipologia cultural (indígena ou quilombola).

QUADRO 12.4 - Comunidades e Povos residentes na região do Projeto Vale do Rio Pardo.

| Comunidade | Município | Localização | Números de Famílias | Situação do reconhecimento |
|------------------------|----------------------|----------------------------|---------------------|--|
| Cachoeira do Rio Pardo | Vitória da Conquista | Vale do Rio Pardo | 32 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Barreiro do Rio Pardo | Vitória da Conquista | Vale do Rio Pardo | 18 | Processo aberto (Fund. Palmares) |
| Brejinho | Encruzilhada | Vale do Rio Pardo | 32 | Avaliando o auto-reconhecimento |
| Thiagos | Ribeirão do Largo | Sede Ribeirão do Largo | 40 | Avaliando o auto-reconhecimento |
| Velame | Vitória da Conquista | Distrito de Inhobim | 21 | Reconhecida - Processo aberto no INCRA |
| Lagoa de Melquiáde | Vitória da Conquista | Distrito de Inhobim | 100 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Baixa Seca | Vitória da Conquista | Distrito de Inhobim | 60 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Corta Lote | Vitória da Conquista | Distrito de Inhobim | 100 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Pedra | Itambé | Distrito de Barro Vermelho | 14 | Reconhecida - Processo aberto no INCRA |
| Boqueirão | Vitória da Conquista | Distrito de José Gonçalves | 136 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Sinzoca | Vitória da Conquista | Distrito de José Gonçalves | 42 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Lagoa de Vitorino | Vitória da Conquista | Distrito de José Gonçalves | 18 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Lagoa dos Patos | Vitória da Conquista | Distrito de José Gonçalves | 73 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Alto da Cabeceira | Vitória da Conquista | Distrito de José Gonçalves | 38 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Quatis dos Fernandes | Vitória da Conquista | Distrito de Iguá | 46 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Furadinho | Vitória da Conquista | Distrito de Iguá | 80 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| São Joaquim de Paulo | Vitória da Conquista | Capinal | 62 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Lagoa do Arroz | Vitória da Conquista | Sede | 32 | Reconhecida pela Fund. Palmares |

Continuação

| Comunidade | Município | Localização | Números de Famílias | Situação do reconhecimento |
|--------------------------------|-------------------------------|------------------------|---------------------|--|
| Batalha | Vitória da Conquista | Sede | 16 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Ribeirão do Paneleiro | Vitória da Conquista | Sede | 18 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Lagoa de Maria Clemência | Vitória da Conquista | Distrito de Pradoso | 48 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Oiteiro | Vitória da Conquista | Distrito de Pradoso | 20 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Riacho de Teófilo | Vitória da Conquista | Distrito de Pradoso | 15 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Baixão | Vitória da Conquista | Distrito de Pradoso | 300 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Tábua | Vitória da Conquista | Distrito de Pradoso | 08 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Manoel Antônio | Vitória da Conquista | Distrito de Pradoso | 09 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Poço de Aninha | Vitória da Conquista | Distrito de Pradoso | 08 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Muritiba | Vitória da Conquista | Distrito de Pradoso | 12 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Caldeirão | Vitória da Conquista | Distrito de Pradoso | 07 | Reconhecida pela Fund. Palmares |
| Laranjeiras | Vitória da Conquista | Distrito de Bate-pé | 42 | Processo aberto (Fund. Palmares) |
| São Joaquim do Sertão | Vitória da Conquista | Distrito de Bate-pé | 70 | Processo aberto (Fund. Palmares) |
| Cachoeira das Araras | Vitória da Conquista | Distrito de Bate-pé | 46 | Processo aberto (Fund. Palmares) |
| Povo Pataxó Hãhãhãe (Indígena) | Pau Brasil e Itaju da Colônia | Reserva Pataxó hãhãhãe | 2000 indivíduos | Reconhecida pela FUNAI e titulada pelo INCRA |

Ainda que, em análise preliminar, saiba-se que nenhuma dessas comunidades está ocupando áreas sobre influência direta do empreendimento, entende-se a importância, para a Memória Nacional, da notação desses rincões de cultura e tradicionalidade.

12.6 - Sítios Arqueológicos e Ocorrências na Área de Estudo

Registraram-se no percurso ao todo onze (11) ocorrências arqueológicas, sendo sete (07) dessas pré-históricas e quatro (04) históricas expostas a seguir em formato condensado, nos Quadros 05 e 06.

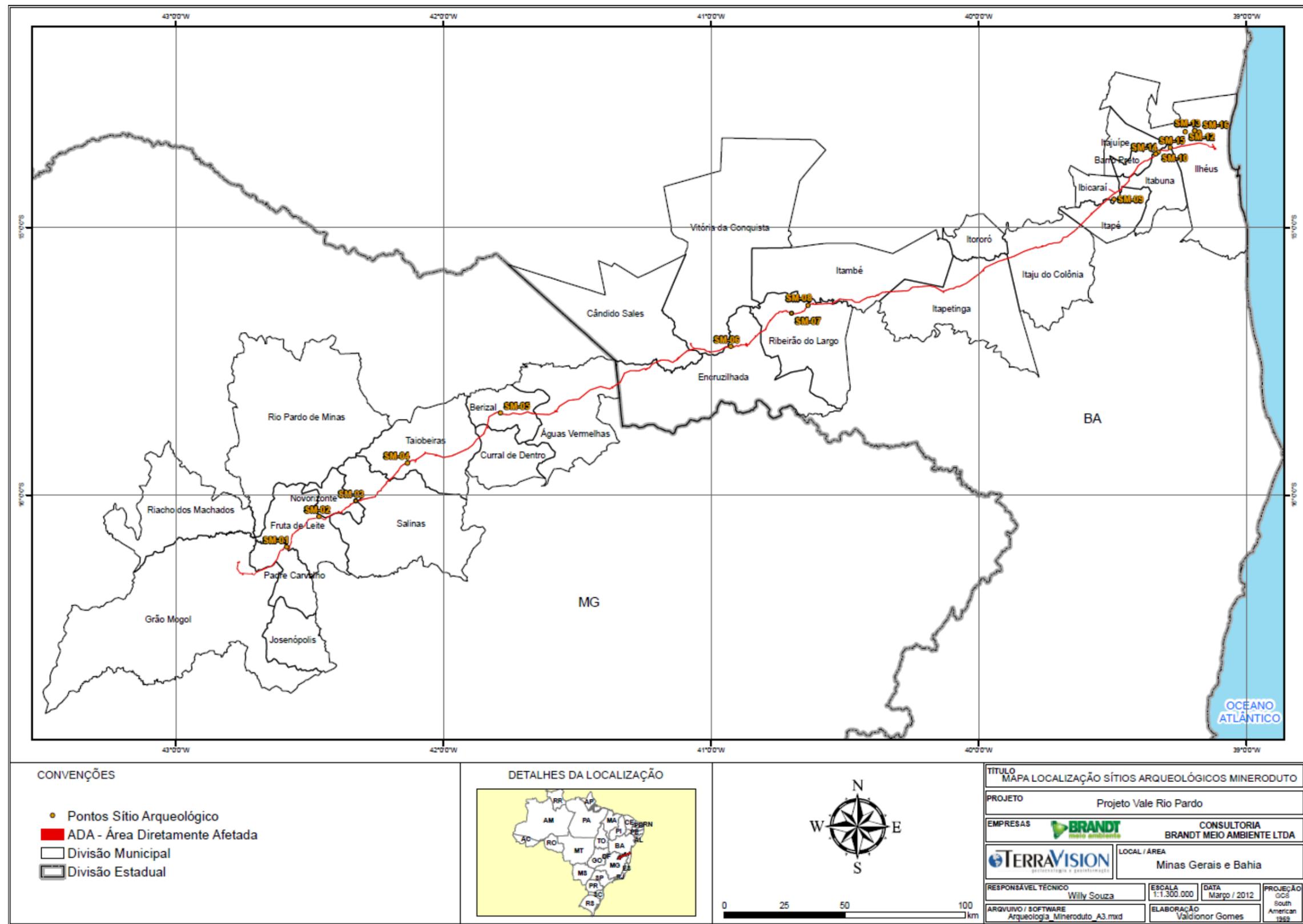
QUADRO 12.5 - Ocorrências Pré-históricas

| Coordenadas | Município | UF | Material | Natureza |
|---------------------|-------------------|----|--------------------------------|---------------------------|
| 23K 771290/8220393 | Fruta de Leite | MG | Lítico/Cerâmico | Pré-histórico |
| 23 K 786145/8226743 | Novo Horizonte | MG | Lítico | Pré-histórico |
| 24L 293355/8291430 | Encruzilhada | BA | Lítico/ Vidro | Pré-histórico e Histórico |
| 24L 317642/8305397 | Ribeirão do Largo | BA | Lítico | Pré-histórico |
| 24L 324235/8308707 | Ribeirão do Largo | BA | Lítico | Pré-histórico |
| 24L 334094/8309491 | Itambé | BA | Lítico | Pré-histórico |
| 24L 464580/8372616 | Itabuna | BA | Cerâmico (Fragmentos de urnas) | Pré-histórico |
| 24 L 479294 8381569 | Ilhéus | BA | Lítico | Pré-histórico |
| 24 L 475474 8381072 | Ilhéus | BA | Lítico e Cerâmica | Pré-Histórico |
| 24 L 481116 8381004 | Ilhéus | BA | Cerâmica | Pré-histórico |

QUADRO 12.6 - Ocorrências Históricas

| Denominação | Coordenadas | Município | UF | Material | Natureza |
|----------------------------|-------------------------|----------------|----|---------------------|-----------|
| Vila Ponte Velha | 23K 758167/8207976 | Grão Mogol | MG | Estrutura Histórica | Histórico |
| Casa Histórica | 23K 758167 / 8220393 | Fruta de Leite | MG | Estrutura Histórica | Histórico |
| Fazenda Pajeú | 23L 807028/8242145 | Taiobeiras | MG | Muro de Pedra | Histórico |
| Igreja da Lapinha | 24L 201372/8262923 | Taiobeiras | MG | Estrutura Histórica | Histórico |
| Comunidade Riacho de Areia | 24L 446813/8353163 | Ibicaraí | BA | Estrutura Histórica | Histórico |
| Ruínas de Casa | 24L 463607 8371817 | Ilhéus | BA | Estrutura histórica | Histórico |
| Ruínas de Casa II | 24L 469493 8374592 | Ilhéus | BA | Estrutura Histórica | Histórico |

FIGURA 12.1 - Mapa de Localização do Patrimônio Arqueológico na Área de Estudo do Mineroduto





**Foto 12.14 Ponto 28 -
Amostra de material
cerâmico coletado**



**Foto 12.15 -Ponto 37 - Material
lítico: lascas em sílexito e
quartzo hialino**



**Foto 12.16 - Ponto127 -
verificação de corte na
estrada**



**Foto 12.17 - Ponto 143 -
afloramento de matéria-prima
em superfície**



**Foto 12.18 - Ponto147 -
material arqueológico em
estratigrafia**



**Foto 12.19 - Ponto 152 - peça
lítica coletada**



Foto 12.20 - Ponto 231 - remontagem de fragmentos de bordas



Foto 12.21 - Ponto 231 lasca em quartzo sobre seixo



Foto 12.22 - Vila Ponte Velha



Foto 12.23 - Fazenda Pajeú



Foto 12.24 - Igreja da Lapinha



Foto 12.25 - Comunidade Riacho de Areia

12.7 - Recomendações

O diagnóstico do patrimônio histórico, cultural e arqueológico presente nas áreas de estudo do empreendimento do mineroduto, nos estados de Minas Gerais e Bahia, indicou grande potencial arqueológico em duas áreas distintas, no vale do rio Pardo, entre os municípios de Encruzilhada e Itambé, além dos municípios de Itabuna e Ilhéus. As estruturas arqueológicas existentes na região que correspondem a ocupações humanas de diferentes épocas estão se tornando visíveis principalmente pelas ações modificadoras do uso e ocupação do solo.

Para além dos sítios arqueológicos e ocorrências notadas neste primeiro momento, duas principais áreas apresentam elevado potencial arqueológico, sendo essas recomendadas como alvo de investigação detalhada nas próximas fases.

A implantação do empreendimento permitirá a implantação de programas de identificação e manejo arqueológicos, garantindo que os sítios arqueológicos nestas regiões se tornem conhecidos cientificamente através do seu estudo.

O completo detalhamento das atividades, descrições e resultados, encontram-se no relatório técnico complementar “Diagnóstico Arqueológico Interventivo”, disposto no Módulo 14.

13- ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO

Componente Humano

A adoção do conceito de desenvolvimento sustentável como marco de referência para a formulação do Zoneamento Ecológico Econômico estadual exigiu que se definisse um conjunto de indicadores que refletissem as relações entre crescimento econômico sustentado, melhor distribuição da renda e da riqueza, acesso aos serviços sociais, e sustentabilidade ambiental.

Neste contexto, o Componente Humano corresponde, especialmente, aos objetivos de desenvolvimento ligados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social, ou seja, geração de emprego e renda, redução da pobreza e acesso aos serviços sociais básicos, todos voltados para a construção da cidadania.

Portanto, a análise da componente humano na perspectiva do desenvolvimento sustentável e levando em conta o grau de abrangência, periodicidade e consistência estatística dos dados disponíveis, foi determinada por três fatores condicionantes:

- ocupação econômica, com três indicadores (taxa de ocupação, emprego formal e taxa de desocupação);
- demografia, com dois indicadores (grau de urbanização e razão de dependência); e
- condições sociais, com sete indicadores (renda, educação, habitação, saúde, saneamento, segurança pública e índice de desenvolvimento humano municipal - IDH-M).

De acordo com a Figura abaixo, onde estão representados os componentes humanos dos municípios da Área de Estudo do Projeto Vale do Rio Pardo, percebe-se que, excetuando-se Salinas, todas as localidades encontram-se no mesmo estágio de desenvolvimento do componente humano.

Os municípios de Fruta de Leite, Josenópolis, Novorizonte, Grão Mogol e Padre Carvalho, segundo dados categorizados pelo ZEE, possuem componente humano precário. De maneira geral, a explicação para esta classificação dos referidos municípios, está nos baixos indicadores relacionados à ocupação econômica e condições sociais.

Nos municípios de Fruta de Leite, Josenópolis, Novorizonte, Grão Mogol e Padre Carvalho, a ocupação econômica foi classificada como pouco favorável, precária ou muito precária devido, principalmente, ao baixo índice de formalidade no mercado de trabalho dessas localidades. Segundo dados do ZEE, a taxa de emprego formal nessas localidades corresponde entre 8% e 14% do total de postos de trabalhos disponibilizados nos municípios, o que acaba por prejudicar o estabelecimento do desenvolvimento humano nas localidades.

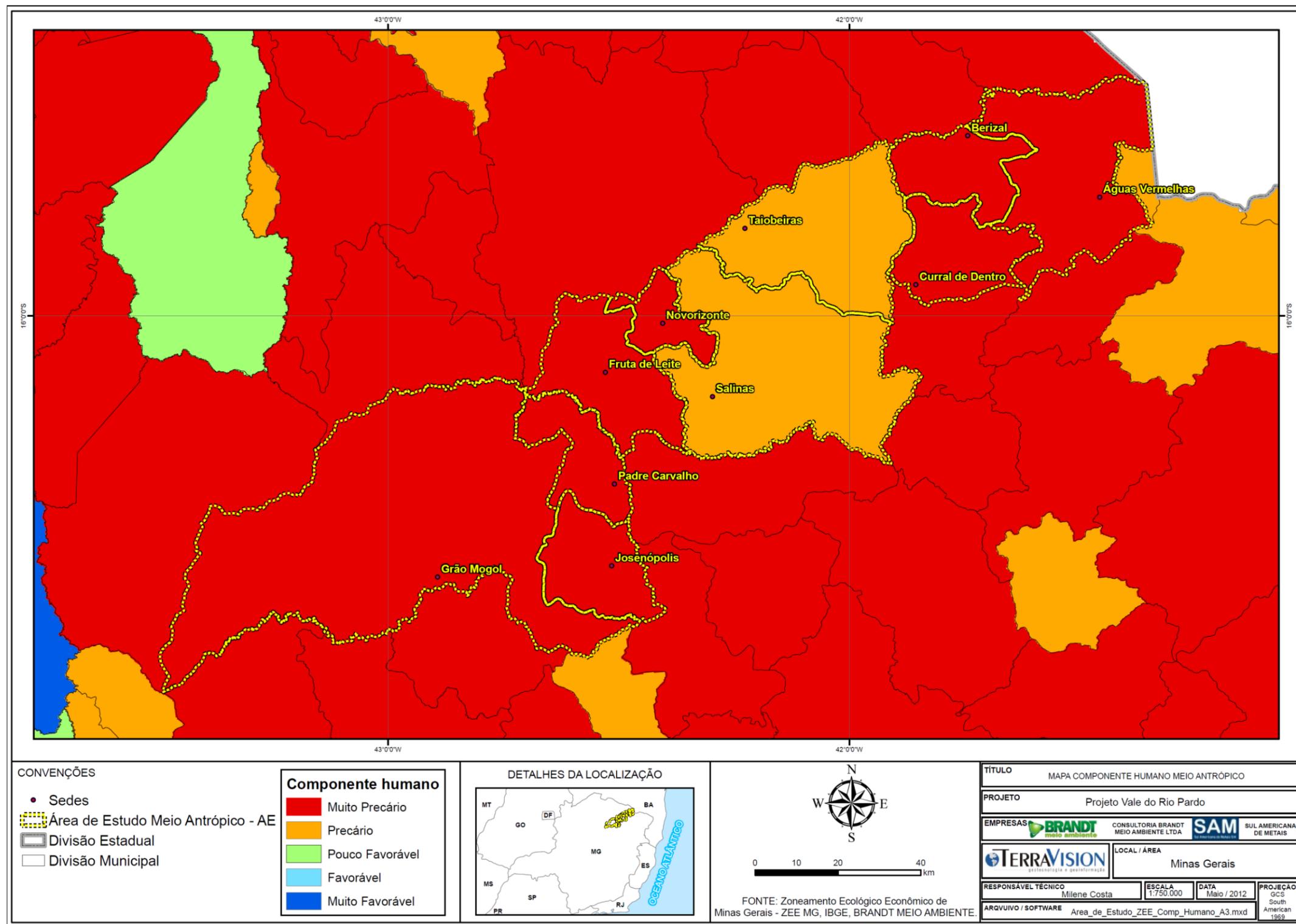
A respeito das condições sociais, conforme apontado nos dados do diagnóstico socioeconômico do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), os municípios de Fruta de Leite, Josenópolis, Novorizonte, Grão Mogol e Padre Carvalho possuem grandes entraves sociais ao desenvolvimento sustentável. Os indicadores de renda, habitação e saneamento básico são, segundo os dados do ZEE, os principais responsáveis pela classificação muito precária das condições sociais dessas localidades.

Salinas, diferentemente dos outros municípios da AE do Projeto Vale do Rio Pardo, caracteriza-se por ser a localidade com o estágio de desenvolvimento humano denominado precário. Os indicadores de ocupação econômica, de modo geral, apresentaram uma evolução em Salina mais consistente que as outras localidades da Área de Estudo. Em 2001, o nível de emprego formal correspondia à apenas 11,8% do total de postos de trabalho disponibilizados no município. Em 2005, esse indicador alcança, aproximadamente, 20% do total de postos de trabalhos ocupados em Salinas.

A mesma evolução é percebida quando se analisa as condições sociais do município. As condições de habitação e saneamento básico em Salinas são superiores ao registrado para as outras localidades da Área de Estudo, o que acaba classificando-a como uma localidade com indicadores sociais precários, em detrimento ao “muito precário” registrado para os outros municípios da AE. A fim de exemplificar essa questão, tem-se o percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com coleta de lixo. Em Salinas, 80% dos domicílios urbanos são cobertos por esse tipo de serviço. Já, em outros municípios da AE, esse indicador gira em torno de 65% dos domicílios.

De maneira geral, a análise do componente humano dos municípios da Área de Estudo aponta para localidades com graves entraves sociais e econômicos conforme explicitado por meio dos dados do diagnóstico socioeconômico do EIA. O fato de serem classificadas como localidades com componente humano precário ou muito precário, principalmente no que se refere à habitação, saneamento, renda e educação, indica a necessidade de desenvolver empreendimentos econômicos e políticas públicas que tenham como foco a distribuição de renda, geração de empregos e desenvolvimento de investimentos setoriais capazes de promover melhorias de infraestrutura urbana

FIGURA 13.1 - MAPA DE COMPONENTE HUMANO



Componente Institucional

O componente institucional na potencialidade social do Zoneamento Ecológico Econômico do estado de Minas Gerais cumpre papel fundamental, pois representa a capacidade institucional dos municípios de atender aos cidadãos em suas demandas, sejam de caráter social, ecológico, econômico, político ou cultural. As instituições, para efeito da potencialidade social, são entendidas aqui como organizações formais, de caráter público ou privado, voltadas para o atendimento público nos setores da saúde, da educação, do meio ambiente, da cultura, do lazer, da segurança, da economia, dentre outros. Parte-se do pressuposto de que tais instituições são responsáveis pelo bom funcionamento da sociedade associado ao crescimento, desenvolvimento e equidade social. Assim, a presença e o funcionamento adequado das instituições em um município tornam-se uma condição decisiva para o desenvolvimento local sustentável.

Os fatores condicionantes do componente institucional são compostos por onze indicadores que medem a presença de instituições necessárias para o desenvolvimento sustentável humano, social e econômico. No quadro abaixo são demonstrados tanto os fatores condicionantes quanto os indicadores institucionais abrangidos pelo ZEE de Minas Gerais.

QUADRO 13.1 - Fatores Condicionantes, e seus respectivos indicadores, do Componente Institucional

| Componente | Fatores Condicionantes | Indicadores |
|---------------|---|---|
| Institucional | Capacidade Institucional | Gestão Municipal |
| | | Gestão do Desenvolvimento Rural |
| | | Gestão Ambiental Municipal |
| | | Gestão Cultural |
| | Organizações Jurídicas | Presença de Organizações Jurídicas |
| | Organizações Financeiras | Presença de Organizações Financeiras |
| | Organizações de Fiscalização e Controle | Presença de Organizações de Fiscalização e Controle |
| | Organizações de Ensino e Pesquisa | Organizações de Ensino Superior e Ensino Profissionalizante |
| | | Organizações de Pós-Graduação Stricto-Sensu e Pesquisa |
| | Organizações de Segurança Pública | Unidades de Defesa Social |
| | | Capacidade de Aplicação da Lei |

Fonte: ZEE-MG, 2012.

A partir da análise da Figura abaixo, percebe-se três tipos de desenvolvimento institucional nos municípios da Área de Estudo do Projeto Vale do Rio. Salinas, principal município da Área de Estudo, é aquele com o componente institucional mais desenvolvido dentre aqueles selecionados. O segundo grupo é composto pelo município de Grão Mogol que possui um componente institucional pouco favorável. O terceiro grupo congrega os municípios de Novorizonte, Fruta de Leite, Padre Carvalho e Josenópolis e possui classificação negativa do componente institucional.

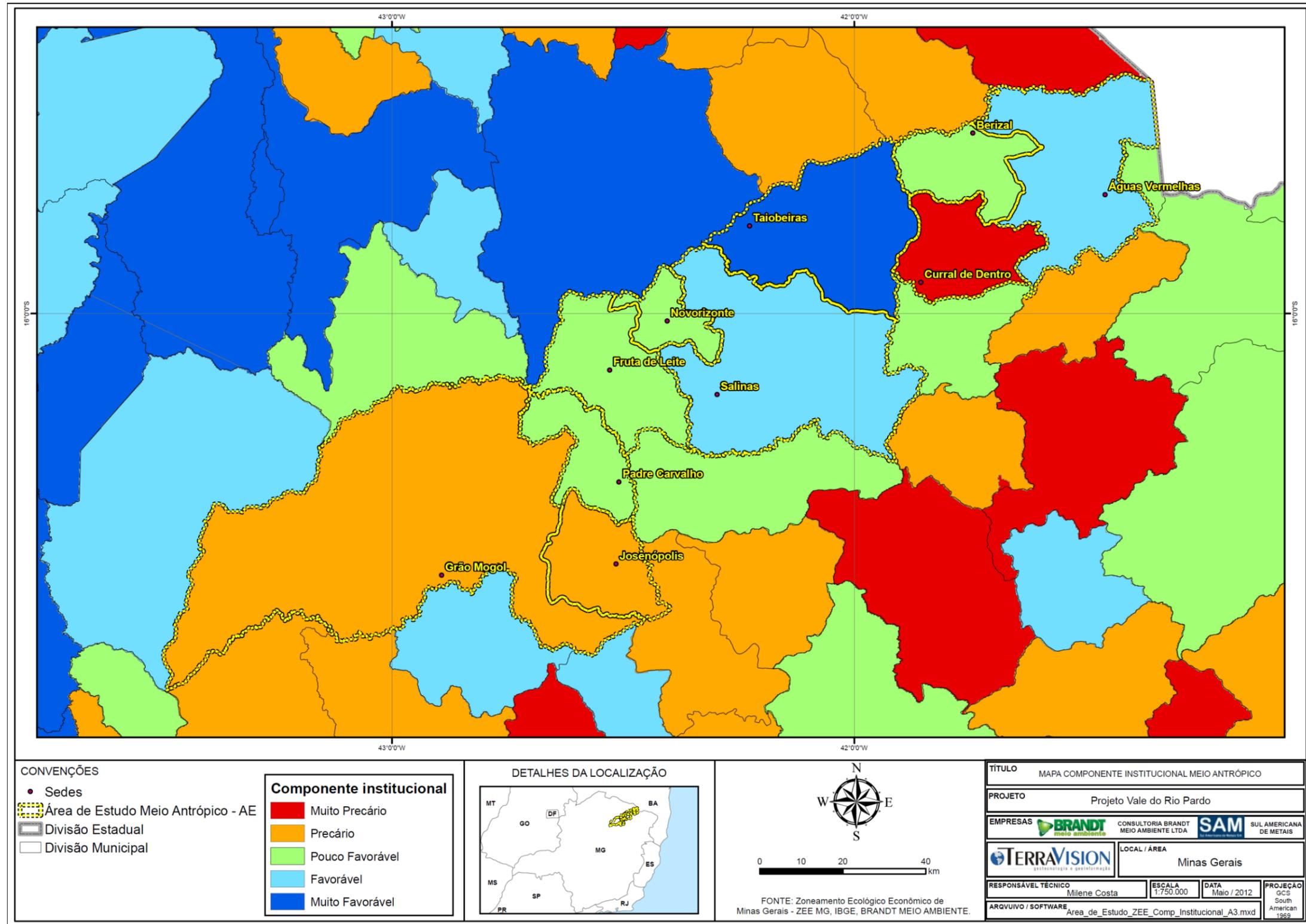
Salinas, maior município da AE, possui um grande leque de instituições abordadas pelo componente institucional, o que a classifica como uma localidade com componente institucional muito favorável ao estabelecimento do desenvolvimento sustentável. Por exemplo, a respeito de organizações de ensino e pesquisa, Salinas é referência dos municípios da Área de Estudo. O município registra a existência de duas organizações de ensino superior, duas organizações de ensino profissionalizante, uma unidade do SEBRAE e unidade do CEFET e/ou escolas agrotécnicas.

Grão Mogol, por sua vez, possui um componente institucional pouco favorável ao desenvolvimento sustentável dos seus cidadãos. Os fatores condicionantes negativos de Grão Mogol são, principalmente, aqueles que medem a eficiência da gestão municipal e a presença de organizações de segurança pública e de ensino e pesquisa. Deste modo, empreendimentos econômicos realizados no município possuem em seu cerne a capacidade de influenciar a chegada dessas instituições - principalmente educacionais - e modificar a realidade institucional ao realizar parcerias com a administração pública municipal para a gestão eficiente das várias esferas da vida social, desenvolvendo, dessa forma, organizações que contribuam para o desenvolvimento sustentável do município.

O terceiro grupo, composto por Novorizonte, Fruta de Leite, Padre Carvalho e Josenópolis, é aquele que possui o componente institucional classificado como precário ou muito precário. Essas localidades, devido ao seu porte populacional, não registram a maior parte das instituições e dos controles de gestão necessários para o desenvolvimento sustentável dos seus cidadãos. A título de exemplo, cita-se a baixa capacidade da gestão municipal, a inexistência de organizações de ensino e pesquisa, bem como de organizações jurídicas e de unidades de defesa social. A chegada de um empreendimento econômico do porte do Projeto Vale do Rio Pardo poderá influenciar positivamente o componente institucional dessas localidades ao desenvolver políticas sociais capazes de atrair a chegada de organizações de ensino e promover parcerias com a administração pública de modo a permitir a capacitação dos funcionários públicos e de suas organizações.

Conclui-se, a partir da análise do componente institucional, a existência de diversas realidades organizacionais na Área de Estudo e que merecem diferentes abordagens por parte das políticas públicas e de políticas setoriais, principalmente no que diz respeito aos municípios com baixa capacidade institucional de responder às demandas dos seus cidadãos, tal como Novorizonte, Fruta de Leite, Padre Carvalho e Josenópolis.

FIGURA 13.2 - MAPA DE COMPONENTE INSTITUCIONAL



Componente Produtivo

O componente produtivo é composto por dois fatores que são condicionantes ao desenvolvimento do mesmo, a saber, as condições de infraestrutura e as atividades econômicas produtivas, considerando que o incentivo ao desenvolvimento destes fatores, promoverá o incremento social, fortalecendo o capital humano e as instituições sociais e políticas. Com base na realidade descrita acima, o objetivo da inclusão do componente produtivo nesse momento é ressaltar a sua importância como base fundamental para o desenvolvimento e ainda analisar um conjunto de seus indicadores econômicos que caracterizem a situação dos municípios da AE gerando informações que possam auxiliar no processo de formação de diretrizes, sejam de natureza pública ou privada.

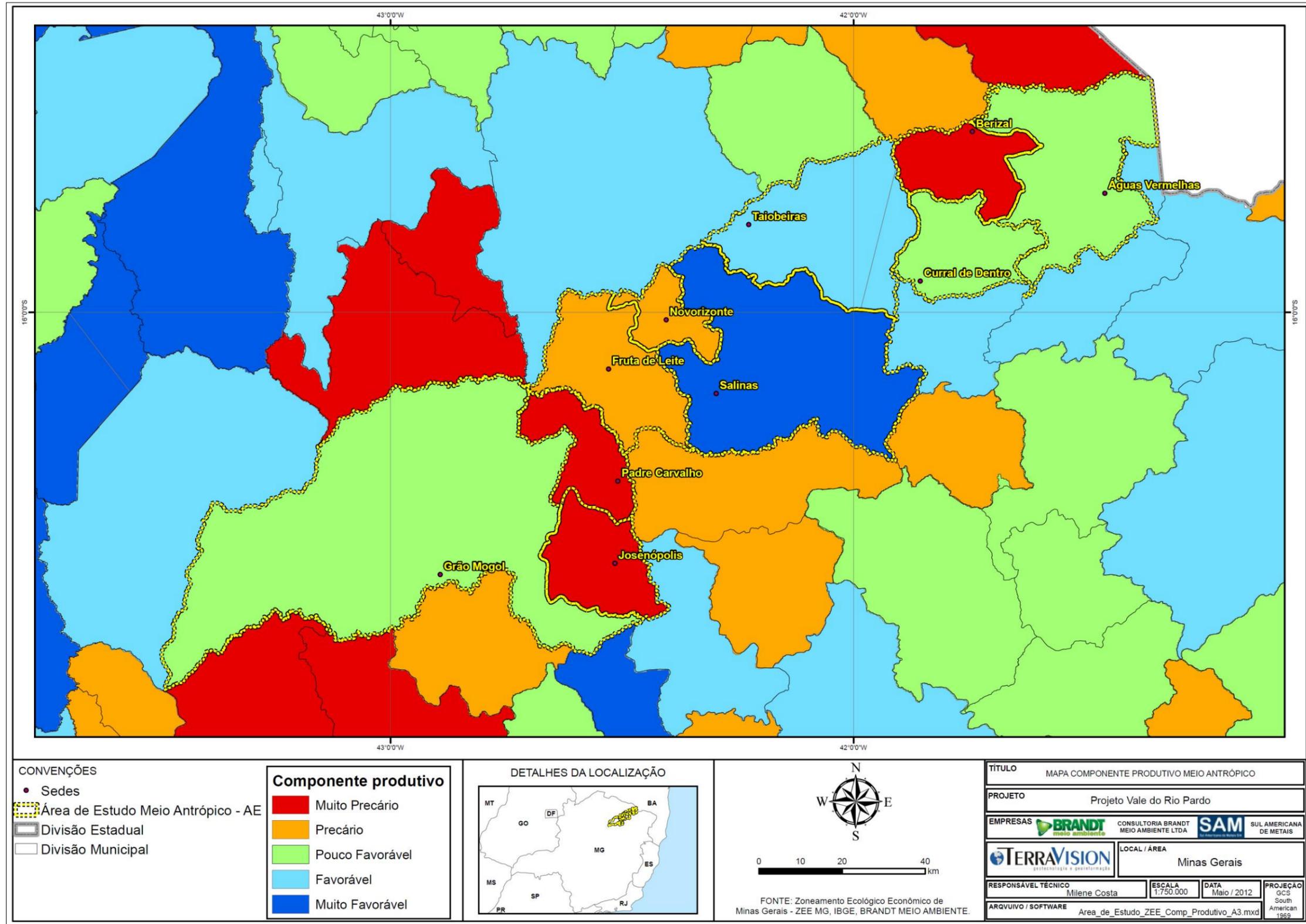
Assim como observado na análise do componente institucional, registram-se três grupos de desenvolvimento produtivo na Área de Estudo do Projeto Vale do Rio Pardo.

O primeiro grupo, composto por Salinas, é aquele que possui condições produtivas muito favoráveis ao estabelecimento do desenvolvimento sustentável. Salinas, segundo dados do ZEE, possui uma ampla infraestrutura e atividades econômicas de porte razoável. De positivo, ressalta-se a presença de aeroporto público e a presença de um setor terciário e secundário que agregam um grande valor monetário ao produto interno bruto municipal. Desta feita, o componente produtivo presente em Salinas, segundo o ZEE, é um fator que, mantidas as condições, irá proporcionar ao longo do tempo um desenvolvimento sustentável aos seus cidadãos.

Grão Mogol, integrante do segundo grupo de desenvolvimento, possui um componente produtivo classificado como “pouco favorável” ao desenvolvimento sustentável dos seus cidadãos. A inexistência de um aeroporto público, bem como a precariedade da sua malha rodoviária, acaba por definir Grão Mogol como um município com condições de infraestrutura precária, apesar do grande valor agregado pelos setores de serviços e indústrias ao seu produto interno. Deste modo, Grão Mogol é classificado um município com um componente produtivo pouco favorável ao desenvolvimento sustentável dos seus moradores, sendo a falta de uma infraestrutura de transporte compatível com as demandas populacionais e empresariais.

Por fim, tem-se a situação dos municípios restantes - Novorizonte, Fruta de Leite, Padre Carvalho e Josenópolis. Essas localidades registram, segundo dados do ZEE de Minas Gerais, condições produtivas precárias ou muito precárias, o que impacta diretamente no estabelecimento da sustentabilidade social, econômica, ecológica, política e cultural nessas localidades. Conforme apontado no diagnóstico socioeconômico presente no EIA, os municípios de Novorizonte, Fruta de Leite, Padre Carvalho e Josenópolis são localidades carentes, principalmente, de infraestrutura de transporte rodoviário e atividades econômicas relevantes capazes de agregar valor monetário ao escasso produto interno bruto. Deste modo, a chegada de um empreendimento econômico de grande porte, tal como o Projeto Vale do Rio Pardo, bem como as inúmeras empresas prestadoras de serviço, irá dinamizar a economia local e contribuir para o desenvolvimento de uma infraestrutura capaz de atender tanto a população quanto os anseios da esfera privada.

FIGURA 13.3 - MAPA DE COMPONENTE PRODUTIVO



Potencialidade Social

A potencialidade social pode ser definida como o conjunto de condições atuais, medido pelas dimensões produtiva, natural, humana e institucional, que determina o ponto de partida de um município ou de uma microrregião para alcançar o desenvolvimento sustentável. Os fatores condicionantes da potencialidade social utilizados no ZEE MG são:

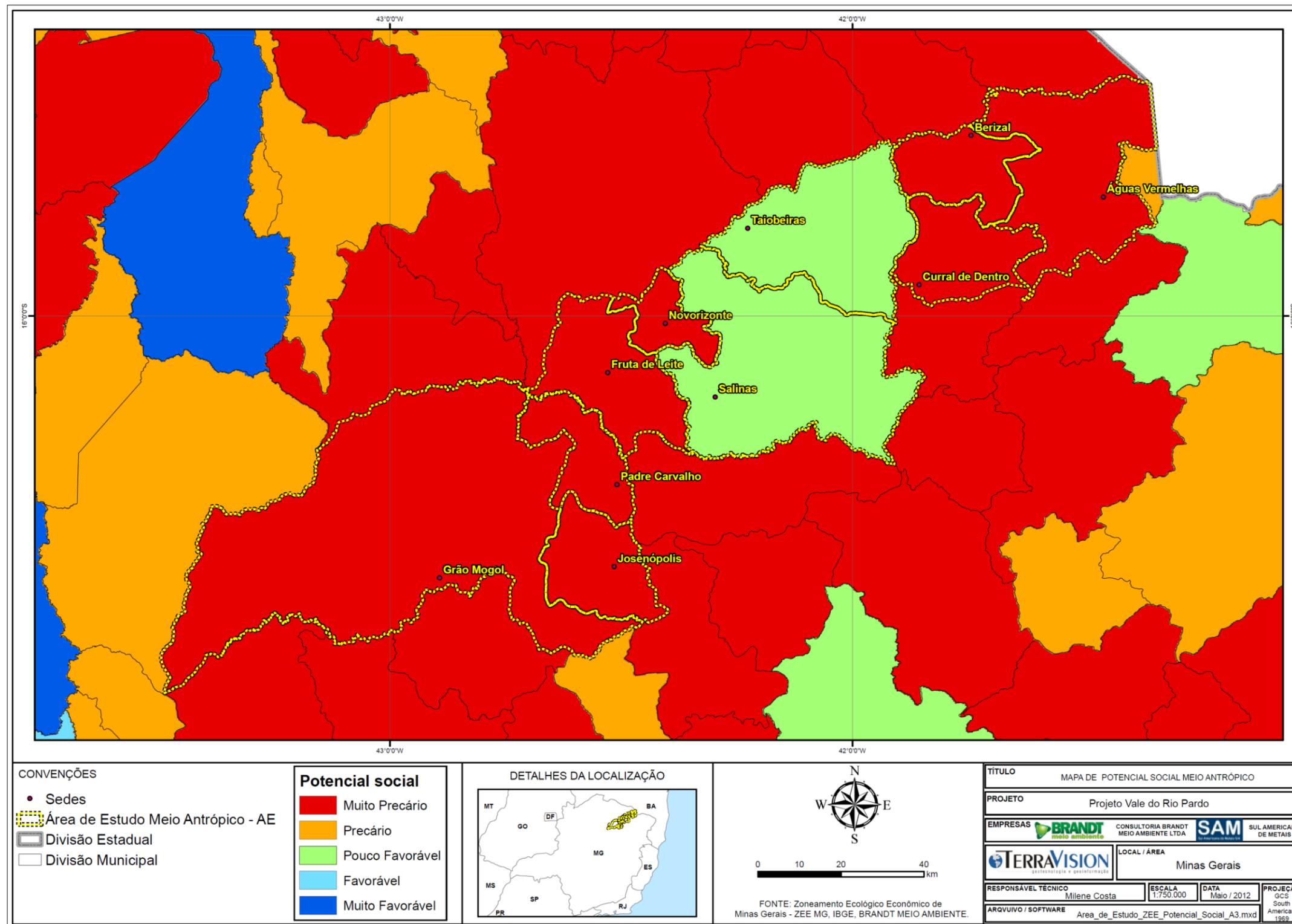
- Infraestrutura de Transporte
- Atividades Econômicas;
- Utilização das Terras;
- Estrutura Fundiária;
- Recursos Minerais;
- Ocupação Econômica;
- Demografia;
- Condições Sociais;
- Capacidade Institucional;
- Organizações Jurídicas;
- Organizações Financeiras;
- Organizações de Fiscalização e de Controle;
- Organizações de ensino e de pesquisa;
- Organizações de segurança pública.

Levando em consideração o conjunto dos municípios da Área de Estudo do Projeto Vale do Rio Pardo, a partir da leitura da Figura abaixo, percebe-se que a potencialidade social é classificada como muito precária na maioria das localidades em questão.

Salinas, maior município da Área de Estudo, possui potencialidade social muito favorável ao desenvolvimento sustentável dos seus cidadãos. Isto quer dizer que Salinas conta com uma gama de elementos necessários, tais como estrutura fundiária e capacidade institucional, à construção de uma realidade social pautada em conceitos de sustentabilidade econômica, social, política, ecológica e cultural.

Por outro lado, o restante dos municípios da Área de Estudo do Projeto Vale do Rio Pardo - Fruta de Leite, Grão Mogol, Padre Carvalho, Novorizonte e Josenópolis - possui condições muito precárias de potencialidade social, o que dificulta, portanto, o desenvolvimento socioeconômico sustentável nessas localidades. A chegada de um agente econômico de grande porte, tal como o referido acima, possui em seu cerne a capacidade de gerar condições favoráveis para o estabelecimento de novas realidades produtivas, naturais, humanas e institucionais, contribuindo, assim, para a construção de uma nova realidade social nesses municípios.

FIGURA 13.4 - MAPA DE POTENCIALIDADE SOCIAL



14 - SEGURANÇA PÚBLICA

O presente capítulo visa diagnosticar o contexto atual da segurança pública ao longo dos municípios que receberão o futuro mineroduto da Sul Americana de Metais. Esse tema é particularmente sensível à instalação de empreendimentos de grande porte, uma vez que envolve a contratação de grandes contingentes de mão de obra, os quais se originam das mais diversas regiões do Brasil e, o que leva à necessidade de acompanhamento e estudos nessa área para a identificação e até o impedimento de do desequilíbrio da proporção entre o número de policiais e o número de habitantes.

O presente estudo aborda o tema de segurança pública sobre dois prismas. Um se refere às taxas de criminalidade atualmente vigentes nos municípios da área de estudo. Para esse quesito o estudo centra a análise com base nos dados históricos de homicídio, referente à dinâmica desse tipo de crime na primeira década do século XXI. Outro se relaciona à capacidade de se aplicar a lei e manter a segurança da população, o que é decorrente da infraestrutura de segurança pública presente nesses municípios. Por se tratar de uma obra itinerante, cuja duração em cada município não tende a se prolongar e por ser percebida uma homogeneidade entre os municípios – como será mostrado a seguir é possível integrá-los em 3 grupos – procedeu-se a análise desse tema de forma a abordar a totalidade dos municípios interceptados pelo mineroduto da Sul Americana de Metais.

Segundo os principais centros internacionais que lidam com as questões relacionadas à segurança pública, a proporção mínima entre policiais e habitantes deve se situar em torno de 250 habitantes por policial.

14.1 - Taxas de Criminalidade

A análise da criminalidade nos municípios da área de estudo focaliza a dinâmica dos homicídios em cada um dos municípios afetados pelo mineroduto no período que vai do ano 2000 a 2010. Importa observar que a adoção do crime de homicídio como o parâmetro para a análise da segurança pública apresenta a vantagem de permitir adotar parâmetros internacionais na análise. Isso porque a Organização Mundial de Saúde – OMS estabelece como índice aceitável ou, conforme o termo adotado por tal organização, índice civilizado de segurança pública, a taxa de 10 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes.

Portanto, toda a localidade que apresentar um índice de homicídio inferior ou igual a esse parâmetro pode ser considerada como um local onde a criminalidade violenta não se insere como um problema central de seu cotidiano, ao contrário dos municípios que apresentam taxas de homicídios superiores ao parâmetro tido como civilizado pela OMS. Nesses, se pode afirmar que a criminalidade é um problema que afeta o dia a dia das pessoas e também as suas economias, pois determina gastos privados em segurança, reduzindo a capacidade de se investir em negócios capazes de gerar emprego e renda.

Os municípios da área de estudo do mineroduto da Sul Americana de Metais podem ser agrupados em três grandes grupos, segundo o nível de segurança pública em que se encontram. O primeiro grupo seria o dos municípios em que a taxa de homicídios é muito baixa. Nesses, o número de homicídios varia de 0 a 3 casos no ano. Portanto, se pode inferir que se trata de homicídios decorrentes de situações bastante específicas, as quais não se configuram uma situação que afeta a população do município como um todo, tais como: discussões de bar, brigas familiares, ciúmes, acertos de contas e outras situações esporádicas, congêneres às citadas. O segundo grupo engloba os municípios em que a criminalidade, com base nos homicídios, demonstra uma presença mais marcante do que aquela decorrente de situações fortuitas. O terceiro grupo engloba os municípios em que taxa de homicídio demonstra ter saído do controle (tendo em vista a presença no maior quartil de homicídios de acordo com a média estadual), podendo-se inferir que os macro aspectos que envolvem criminalidade, como tráfico de drogas (e suas disputas internas), presença de crime organizado, miséria etc., também estão presentes em seu contexto social.

Os municípios que apresentam um nível de homicídios baixo, portanto decorrentes principalmente de situações esporádicas, são: Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta de Leite, Novorizonte, Josenópolis, Curral de Dentro, Berizal, Cândido Sales, Itambé, Encruzilhada, Ribeirão do Largo e Barro Preto.

Desses municípios, somente Encruzilhada/BA apresentou em 2010 uma taxa de homicídios de 12,6 homicídios por cada 100 mil habitantes. Porém, como essa taxa decorreu de um número absoluto de 3 homicídios e no ano de 2000 só ocorreu 1 homicídio no município, ainda é prematuro afirmar se estão ocorrendo processos de intensificação da criminalidade violenta, ora expressada pelos homicídios. Situação semelhante ocorre em Padre Carvalho, onde 2 homicídios elevaram a taxa de homicídios por grupo de 100 mil habitantes para 34 por grupo de 100 mil habitantes, o estatisticamente é bastante elevado, porém podendo ser decorrente mais de uma condição estatística do que uma situação real.

Os municípios que compõem o grupo onde a situação da criminalidade violenta já é um dado preocupante da conjuntura social que os caracteriza são: Salinas, Taiobeiras, Itapetinga, Itajú do Colônia, Itapé e Ibicaraí.

Esses municípios apresentaram taxas de homicídios constantemente superiores ao mínimo aceitável ou apresentaram uma evolução muito grande da taxa, como é o caso de Taiobeiras, que não registrou nenhum homicídio em 2000 e no ano de 2010 registrou 7 crimes dessa tipologia. Também se destaca o município de Itapetinga, que registrou 2 homicídios em 2000 e no ano de 2010 foram registrados 24 homicídios no município. Itapé também supera o limite aceitável para a taxa de homicídios de forma persistente, pois no ano de 2000 foram registrados no município 20,5 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes e no ano de 2010 essa taxa subiu para 36,3. O município de Ibicaraí também apresenta índices alarmantes de homicídios, tendo sido registrados no município 8 homicídios em 2000 e 14 em 2010, culminando em taxas de homicídios por grupo de 100 mil habitantes de 27,7 (2000) e 57,7 (2010).

No grupo dos municípios em que a taxa de homicídios é considerada alarmante inserem-se os municípios baianos de Vitória da Conquista, Itabuna e Ilhéus, justamente os três maiores municípios, em termos demográficos e econômicos, da área de inserção do mineroduto.

Em 2010 foram registrados 210 homicídios em Itabuna, 265 em Vitória da Conquista e 120 em Ilhéus. Esses homicídios determinaram taxas de 102 homicídios por grupo de 100 mil habitantes em Itabuna, 86,4 em Vitória da Conquista e de 65,1 em Ilhéus. Índices alarmantes, que indicam uma situação de descontrole da criminalidade, permitindo inferir que nesses municípios a insegurança pública já se consolidou de forma sistêmica, determinando alterações no modo de vida em diversas instâncias do convívio social.

O quadro a seguir apresenta a dinâmica evolutiva do número total de homicídios e das taxas dessa tipologia de crime para os anos de 2000 e 2010.

QUADRO 14.1 - Homicídios e taxa de homicídios por cem mil habitantes nos municípios da área de estudo do mineroduto

| Município | Homicídio | | Taxa de Homicídio por 100 mil hab. | |
|----------------------|-----------|------|------------------------------------|-------|
| | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 |
| Grão Mogol | 0 | 1 | 0 | 6,7 |
| Padre Carvalho | 0 | 2 | 0,0 | 34,3 |
| Fruta de Leite | 1 | 0 | 14,8 | 0 |
| Josenópolis | 1 | 2 | 2,8 | 4,5 |
| Novorizonte | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| Salinas | 2 | 6 | 5,4 | 15,3 |
| Taiobairas | 0 | 7 | 0,0 | 22,6 |
| Curral de Dentro | 0 | 1 | 0,0 | 14,5 |
| Berizal | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| Águas Vermelhas | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| Encruzilhada | 0 | 3 | 0,0 | 12,6 |
| Cândido Sales | 5 | 2 | 17,5 | 7,2 |
| Vitória da Conquista | 53 | 265 | 20,2 | 86,4 |
| Ribeirão do Largo | 1 | 1 | 6,5 | 11,6 |
| Itambé | 2 | 3 | 6,5 | 13,0 |
| Itapetinga | 2 | 24 | 3,5 | 35,2 |
| Itaju do Colônia | 1 | 4 | 11,7 | 54,7 |
| Itapé | 3 | 4 | 20,5 | 36,4 |
| Ibicaraí | 8 | 14 | 27,7 | 57,7 |
| Itabuna | 77 | 210 | 39,2 | 102,6 |
| Barro Preto | 1 | 3 | 11,6 | 46,5 |
| Ilhéus | 42 | 120 | 18,9 | 65,1 |

Fonte: Instituto Sangari – Mapa da Violência no Brasil – 2011.

14.2 - Infraestrutura

A análise acerca da infraestrutura de segurança pública nos municípios inseridos na área de estudo do mineroduto da Sul Americana de Metais foi realizada de maneira distinta para os estados de Minas Gerais e Bahia. Isso porque o Estado de Minas Gerais disponibiliza uma ampla base de dados acerca desse tema, através da Fundação João Pinheiro, que é uma entidade governamental. Essa entidade elabora o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, que contém uma ampla visão de diversas nuances sociais e econômicas do Estado, dentre as quais destaca-se, no presente capítulo, a situação da infraestrutura de segurança pública. Já para o Estado da Bahia se apresenta somente a relação de policiais por habitantes, uma vez que o Estado não disponibiliza um acervo de dados detalhados sobre esse tema.

Estado de Minas Gerais

Apenas dois municípios da porção mineira da área de estudo do mineroduto apresentaram gastos na segurança pública municipal. De acordo com dados do ano de 2008, disponibilizados pela Fundação João Pinheiro, por meio do IMRS, o gasto per capita com segurança pública de Josenópolis foi de R\$2,47, ou seja, a administração pública investiu, aproximadamente, R\$12.300,00 no mês de dezembro de 2008 em instituições e/ou programas que abrangem esse tema. Salinas, apesar do gasto per capita menor do que Josenópolis, investiu R\$ 56.783,16 no mês de dezembro de 2008 em manutenção e melhorias na infraestrutura de segurança pública do município.

O número de profissionais da segurança pública é um dos indicadores mais utilizados para a caracterização da infraestrutura disponível em uma dada localidade. Grão Mogol é o município da mesorregião do Norte de Minas Gerais com a maior taxa de habitantes por policial militar (13). Essa taxa deve-se à presença da Usina Hidrelétrica de Irapé no município, visto que o empreendimento foi responsável pela assinatura de um convênio com a Polícia Militar de Minas Gerais a fim de aumentar o número de policiais em Grão Mogol, dada a distância da Usina à sede do município. Comparando com os dados da mesorregião norte de Minas Gerais, percebe-se que apenas o município de Fruta de Leite estava, em 2007, abaixo da média regional, com um índice de 2.099 habitantes por policial militar. Esse dado indica que existe uma chance de que a falta de estrutura de segurança pública (veículos, computadores, internet, armas etc.) afete muito mais a eficácia da polícia militar na prevenção e contenção da criminalidade nos municípios da área de estudo do que o número de profissionais disponíveis, uma vez que essa criminalidade vincula-se aos riscos associados. O policiamento ostensivo é a grande arma de combate ao crime, o qual depende de suporte. Há ainda que se considerar a importância da sistematização de dados na prevenção ao crime, conforme postulado da própria Secretaria Estadual de Segurança Pública.

A falta de estrutura da segurança pública nos municípios mineiros da área de estudo é confirmada quando se faz a leitura do Quadro 14.2 abaixo. A inexistência de Conselhos de Segurança, de Delegacias Especializadas de Proteção à Criança e ao Adolescente, de Delegacias Especializadas no atendimento à mulher, da Guarda Municipal e do Corpo de Bombeiros é um grande entrave ao desenvolvimento da segurança pública nesses municípios.

Conclui-se, à luz dos dados desse tópico, que a infraestrutura de segurança pública nos municípios mineiros é atualmente insuficiente para atender à demanda existente de paz social da população, que não se vincula somente ao número bruto de homicídios, mas também às questões relativas à sensação de vitimização. O aumento da taxa de criminalidade, bem como o valor alto dessa em comparação à média (3,4%) da mesorregião do Norte de Minas Gerais, são indicadores da insuficiência das estruturas de segurança públicas na prevenção, combate e investigação das infrações cometidas nesses municípios.

O quadro a seguir demonstra os dados de infraestrutura de segurança pública dos municípios mineiros da área estudo do mineroduto da Sul Americana de Metais.

QUADRO 14.2 - Indicadores de Segurança Pública dos municípios de Minas Gerais

| Especificação | Fruta de Leite | Grão Mogol | Josenópolis | Novorizonte | Padre Carvalho | Salinas |
|---|----------------|------------|-------------|-------------|----------------|---------|
| Gasto per capita com segurança pública (R\$ de dez/2008 / hab) | 0,00 | 0,00 | 2,47 | 0,00 | 0,00 | 1,47 |
| Habitantes por policial militar (habitantes) | 2.168 | 13 | 1.524 | 1.261 | 2.001 | 1.282 |
| Habitantes por policial civil (habitantes) | - | 3.755 | - | - | - | 4.273 |
| Habitantes por policial civil e militar (habitantes) | 2.168 | 13 | 1.524 | 1.261 | 2.001 | 986 |
| Habitante por promotor na comarca (habitantes) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Existência de conselho de segurança | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Conselho de Segurança atuante | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Existência de Conselho de direitos da criança e do adolescente | Sim | Sim | Sim | Não | Sim | Sim |
| Existência de conselho tutelar | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Existência de Delegacia de proteção a criança e ao adolescente | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Existência de Delegacia de polícia civil | Não | Sim | Não | Não | Sim | Sim |
| Existência de Delegacia de polícia especializada no atendimento à mulher | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Existência de instituição especializada no atendimento à mulher vítima de violência | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Existência de conselho de Defesa Civil | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Existência de conselho de Defesa civil atuante | Não | Não | Sim | Não | Não | Sim |

Continuação

| Especificação | Fruta de Leite | Grão Mogol | Josenópolis | Novorizonte | Padre Carvalho | Salinas |
|----------------------------------|----------------|------------|-------------|-------------|----------------|---------|
| Existência de Guarda Municipal | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Existência do Corpo de Bombeiros | Não | Não | Não | Não | Não | Não |

Fonte: IMRS, FJP (2009).

Estado da Bahia

A infraestrutura de segurança pública dos municípios baianos da área de estudo do mineroduto se apresenta aquém do mínimo recomendável pela Organização das Nações Unidas, que é de 250 habitantes por policial militar. Nos municípios avaliados, a relação de habitantes por policial militar situa-se entre 460 a 485 habitantes por policial militar. Isso demonstra uma relativa homogeneidade dessa relação, o que indica certa preocupação por parte das autoridades públicas de segurança da Bahia em manter essa relação abaixo dos indicadores atuais, permitindo melhoras nos futuros indicadores.

O Quadro 14.3 a seguir apresenta os dados para os municípios baianos acerca da infraestrutura de segurança pública com base no efetivo do aparato policial militar de cada município baiano avaliado.

QUADRO 14.3 - Efetivo policial dos municípios baianos do mineroduto

| Municípios | Efetivo da Polícia Militar | Habitantes por policial militar |
|----------------------|----------------------------|---------------------------------|
| Encruzilhada | 51 | 466 |
| Cândido Sales | 60 | 465 |
| Vitória da Conquista | 664 | 461 |
| Ribeirão do Largo | 18 | 476 |
| Itambé | 50 | 462 |
| Itapetinga | 148 | 461 |
| Itaju do Colônia | 16 | 485 |
| Itapé | 24 | 457 |
| Ibicaraí | 52 | 466 |
| Itabuna | 443 | 461 |
| Barro Preto | 14 | 460 |
| Ilhéus | 400 | 461 |

Fonte: Entrevistas telefônicas com a Polícia Militar dos municípios
Elaboração: Brandt Meio Ambiente.

15 - ANÁLISE INTEGRADA DO MEIO SOCIOECONÔMICO

Os levantamentos em socioeconomia nos municípios interceptados pelo Mineroduto demonstraram profundas dicotomias sociais, calcadas na profusão de modalidades de desenvolvimento socioeconômico entre as diversas coletividades, historicamente associadas às paisagens influenciadas pelo pretense empreendimento.

A população total, residente nos municípios da Área de Influência Indireta do Mineroduto, equivale a 1.043.720 indivíduos, de acordo com o Censo IBGE 2010. De modo geral, a população é predominantemente urbana. De modo global, 85% dos moradores residem em cidades. A maior concentração populacional ocorre no estado da Bahia, de sobremodo na região de Ilhéus e Itabuna, onde mais de trezentas mil pessoas residem.

A evolução populacional demonstra evidente fenômeno de diferenciação etária do corpo social, conhecido como janela demográfica. Nessa etapa, a população tende a tornar-se majoritariamente adulta, reduzindo o peso da assistência social e previdenciária sobre as forças produtivas. É um cenário de profundo incentivo à produção e ao desenvolvimento econômico.

A maior parte das atividades econômicas deriva-se, em todos os municípios, do setor de serviços. Nos agrupamentos sociais de menor porte, há destaque para a circulação econômica oriunda do setor público. Nos municípios de maior porte, como Ilhéus, Vitória da Conquista, Itabuna e Salinas, há relevância do setor agrícola e industrial. Destaca-se, de sobremodo, a pujança econômica de Itajuípe, impulsionada pela presença de uma grande indústria no município.

Tendo em vista a questão econômica, ainda incipiente, os níveis de vida variam ao sabor das condições infraestruturais de cada município. Em boa parte das aglomerações humanas, há carências no que tange ao setor de saúde. Os polos, nessa área, são Salinas, Vitória da Conquista, Itabuna e Ilhéus. Nos demais municípios, a população enfrenta carências significativas em todos os níveis e tipologias de atendimento. A educação, por sua vez, possui boa rede em geral para os níveis fundamental e médio. Há, contudo, significativa carência em relação ao ensino profissionalizante e superior, com rebatimentos negativos sobre a capacidade de desenvolvimento das comunidades analisadas. Essa questão torna-se ainda mais significativa em função da abertura da janela demográfica, quando as forças produtivas devem estar preparadas para grande expansão econômica.

A infraestrutura de serviços públicos é precária. Há carências significativas em relação a esgotamento sanitário em todo o trajeto do duto, com destaque para os municípios situados na divisa entre Minas Gerais e Bahia. Esse processo se reflete em níveis de desenvolvimento baixos, com pressões negativas sobre as capacidades econômicas locais. A falta de programas públicos de incentivo social retroalimenta esse sistema.

A organização social é incipiente em todos os municípios, com exceção de Vitória da Conquista, Itabuna e, especialmente, Ilhéus. Nesse município, a temática ambiental domina a conformação de pleito em contexto local e regional.

Na região do Vale do Rio Pardo, local de maior significância histórica, existem três comunidades quilombolas indiretamente influenciadas pelo empreendimento. Esses agrupamentos são caracterizados pelas baixas condições econômicas, enfrentando adversidades cotidianas, potencializadas pelos problemas climáticos locais. Um Programa federal, voltado a instalação de cisternas, fora um grande fator de melhoria das condições de vida dessas comunidades, ainda que as condições infraestruturais, como os meios de transporte, educação e saúde, tendam a pressionar negativamente a qualidade de vida dessas populações.

A questão do patrimônio histórico-cultural sobre influência do projeto é dicotômica. O patrimônio histórico de natureza material, presente em cidades como Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista, encontra-se salvaguardado em relação às influências negativas do projeto. Esses marcos estão situados nas sedes urbanas dos municípios, alijados das potenciais áreas de impacto. Contudo, há oito sítios arqueológicos nas áreas de influência do projeto. Em termos específicos, o patrimônio arqueológico associado ao projeto é, majoritariamente, dotado de baixa significância. Na região do Mineroduto, a área de maior potencial arqueológico, e, com isso, sujeita a maiores impactos, situa-se entre Itabuna e Ilhéus. As ocupações pré-históricas dos indígenas na Mata Atlântica e o período cacauero conformaram temporalidades propícias a conformação dos atuais sítios e vestígios arqueológicos.

Por fim, ressalta-se a percepção da população local. As lideranças sociais das comunidades sujeitas aos impactos do duto demonstraram preocupações em relação ao incremento da circulação de pessoas e aumento da poluição nos locais de obras. Há, igualmente, grande tensão relacionada a expectativa de uma boa gestão fundiária do processo de negociação do direito de passagem. As comunidades esperam que o empreendimento gere empregos e auxilie, decisivamente, no desenvolvimento econômico dos municípios. Nesse sentido, as expectativas locais configuram-se como grande vetor de alterações correlacionadas ao projeto da Sul Americana de Metais.

15 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITO, FAUSTO E HORTA, CLÁUDIA JÚLIA. **Minas Gerais: crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população**; Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar. X Seminário sobre a Economia Mineira.
- DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS. www.datasus.gov.br. Acesso em fevereiro de 2012.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. IMRS. Belo Horizonte: 2009.
- GERALDO M. COSTA E DEUSDEDIT SOARES DOS SANTOS. **Mudanças Populacionais, Espaciais e do Emprego em Aglomerações Urbanas Economicamente Dinâmicas: o caso da Região Metropolitana do Vale do Aço**. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.
- GERALDO M. COSTA E HELOISA S. M. COSTA. **Novas e velhas diferenças: desafios à gestão metropolitana no Vale do Aço**. Laboratório de Estudos Territoriais - LESTE, INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IGC. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
- HADDAD, EDUARDO AMARAL et al. **Inserção econômica de Minas Gerais: uma análise estrutural**. Nova economia - Belo Horizonte, maio-agosto 2005.
- IBGE. www.ibge.gov.br/cidades. Acesso em dezembro de 2011.
- IBGE. www.ibge.gov.br/SIDRA. Acesso em dezembro de 2011.
- IPEA. www.ipea.gov.br. Acesso em dezembro de 2011.
- INEP. www.inep.gov.br. Acesso em dezembro de 2011.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. www.desenvolvimento.gov.br. Acesso em dezembro de 2009.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. www.mte.gov.br. Acesso em dezembro de 2009.
- PRATES, FERNANDO MARTINS (Org.). 2003. Aspectos do desenvolvimento humano em Minas Gerais. **Cadernos BDMG**. nº 7, dez. de 2003. Belo Horizonte: BDMG, 2003.
- RENATO LESSA, WNADERLEI GUILHERM DOS SANTOS. **Dicionário do pensamento social do Século XX**; editado por William Outhwaite, Tom Bottomore; editoria da versão brasileira, tradução Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- SCAVAZZA, Juliana Franca - **Diferenças socioeconômicas das regiões de Minas Gerais**, Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Belo Horizonte, setembro de 2003.
- SOARES, Weber - **Singularidades da migração interna de Valadares e de Ipatinga - 1930/1991**. Ipatinga. Faculdade de Ciências, Educação e Letras da Universidade Vale do Rio Doce - Univale.
- TESOURO NACIONAL. www.tesouro.fazenda.gov.br. Acesso em fevereiro de 2012.

ANEXOS

ANEXO 1 - PROTOCOLO DO DIAGNÓSTICO NO IPHAN

ANEXO 2 - DIAGNÓSTICO DAS COMUNIDADES POTENCIALMENTE TRADICIONAIS

ANEXO 3 - CADASTRAMENTO DE SUPERFICIÁRIOS

